CATECISMO DE HEIDELBERG – TEXTO E COMENTÁRIO

VISÃO INICIAL

Este catecismo é um dos mais pertinentes documentos confessionais da fé reformada. Seus textos e comentários certamente acrescentarão muito ao seu patrimônio doutrinário. Ele foi redigido para estudos dominicais.

Esquema

Durante cinquenta e três domingos, estudaremos as lições dominicais do Catecismo de Heidelberg, um dos mais vigorosos documentos teológicos da Reforma, uma cuidadosa síntese doutrinária do então emergente calvinismo.

As referências bíblicas, que no texto original são colocadas depois das respostas, colocamo-las após os tópicos a que se referem, facilitando, no nosso entendimento, a sua melhor localização contextual.

Em se tratando de “perguntas e respostas”, fácil fica a organização do questionário de avaliação, que deixo a cargo do professor, para formulá-lo conforme suas ênfases ou destaques e segundo o nível e as necessidades da classe.

CATECISMO – SIGNIFICADO

A palavra "catecismo" vem do grego "ketecheo" e significa: Instruir, preparar, moldar, habilitar para o exercício de uma função sacerdotal, iniciar um neófito nos mistérios da religião. Catequizar, pois, é transmitir os ensinamentos de um credo religioso com finalidades proselitistas e com o objetivo de fixação doutrinária. Isto explica o aparecimento dos catecismos a partir do século XVI, especialmente entre protestantes e reformados, ávidos e necessitados de expansão e, expandindo-se, consolidar a obra implantada por meio do consciente discipulado dos conversos. Os catecismos foram bons instrumentos na propagação da fé reformada e excelentes meios de fixação, em todas as camadas socioculturais, dos princípios evangélicos e dos primados teológicos da Reforma.

Propósito:

O Catecismo de Heidelberg, redigido por Gaspar Oliviano e Zacarias Ursino, dois teólogos reformados, professores da Universidade de Heidelberg, foi publicado, em primeira edição, no ano de 1563, dez anos depois de sua redação e adoção oficial pela Igreja Reformada Holandesa. Sua publicação se deu por ordem de Frederico III e teve por finalidade:

a- Acabar com as divergências doutrinárias internas, com as disputas eclesiais; amenizar a polêmica com os luteranos sobre a presença de Cristo na eucaristia e suavizar a apologética religiosa, motivada pelas provocações externas.

b- Sintetizar o pensamento calvinista e colocá-lo em forma didática e em termos acessíveis às pessoas de todas as faixas etárias.

c- Preparar os neófitos para a pública profissão da fé reformada. Os autores sabiam que a emoção religiosa pode produzir a "decisão", mas somente a convicção gera a certeza e a permanência do fiel na Igreja da minoria, tendo esta uma ética bíblica que, em muitos aspectos, difere e até se opõe à da sociedade secularizada.

Fontes:

Ursino foi um dos primeiros alunos de Melanchton, em sua fase protestante, seguidor de Lutero e discípulo de Calvino. O mestre genebrino o teve em grande conta e estima. No seu estágio calvinista, estudou e compreendeu as obras do reformador, vindo a ser um reformado convicto. Por sua mão, o catecismo de Calvino, "Instrução e Confissão de Fé Segundo o Uso da Igreja de Genebra", publicado em francês (1537), foi colocado como texto parâmetro, quanto aos postulados teológicos, para a redação do "Catecismo de Heidelberg" que, por esta razão, surgiu e se mantém como um dos mais sólidos documentos reformados. O Credo dos Apóstolos, base estrutural das Institutas, é também fonte orientadora do referido Catecismo.

POPULARIDADE

Publicado em alemão, com prefácio do príncipe protestante, Frederico III, foi adotado oficialmente pelo Sínodo Reformado de Heidelberg em 1553, quando seu texto já era conhecido e respeitado internacionalmente. A rapidez de sua divulgação deveu-se, entre outros fatores, à moderação de sua linguagem, afastada das pugnas candentes, e até violentas, daqueles dias. Pesou muito na sua aceitação, por outro lado, o seu distanciamento, na medida do possível, das acirradas controvérsias acadêmicas sobre questões teológicas; o seu aspecto devocional; a sua preocupação com a catequese e a doutrinação nissenta de conflitos teológicos.

Estrutura:

Publicado com o título: "Catecismo ou Ensino da Doutrina Cristã," popularizou-se como "Catecismo de Heidelberg". O seu esquema estrutural, com 129 perguntas e respectivas respostas, é o seguinte:

- a- Do pecado, da queda e da corrupção da raça humana: Perguntas de 01 - 17.
- b- Da redenção, da graça e da fé: Perguntas de 18 - 85.
- c- Da resposta humana à graça, da submissão dos salvos, da Igreja, do amor cristão: Perguntas de 86 - 129.

O Catecismo foi planejado para estudos dominicais, abrangendo o período de um ano, ou seja, 52 domingos. A preocupação dos redatores, que se valeram de opiniões diversas de eruditos teólogos, centralizava-se no ensino dominical sistemático e padronizado, pois consideravam a cultura teológica, conforme a Bíblia, de alta relevância, e uma forma de popularização das doutrinas reformadas, bem como criar a piedade e originar a paixão pela Igreja, que pretendiam subordinar às Escrituras. Somente o ensino da Palavra de Deus, pensavam, pode estabelecer bases sólidas da fé e preparar os cristãos para o testemunho consciente do Evangelho e da sua confissão credal. Numa Igreja em que todos aprendem, todos podem ministrar com segurança.

Nota: As barras (/) que aparecem nas referências bíblicas servem para separar, por assuntos, as indicações escriturísticas da resposta.

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 01

CONSOLO PELA GRAÇA E PELAS ESCRITURAS

CONSOLO PELA GRAÇA

Pergunta 01: " *Qual é teu único consolo tanto na vida como na morte?*"

Resposta: *É que eu pertenço, corpo e alma, tanto na vida como na morte (Rm 14.8), não a mim mesmo (I Co 6.19), mas ao meu fiel Salvador Jesus Cristo (I Co 3.23; Tt. 2.14), que me livrou de todo o poder do Diabo (HB 2.14; I Jo 3.8; Jo 8.34-36); pagou plenamente, pelo seu precioso sangue, todos os meus pecados (I Pe 1.18,19; I Jo 1.7; 2.2,12); guarda-me de tal maneira (Jo 6.39; 10.28; II Ts 3.3; I Pe 1.5 0), que sem a vontade de meu Pai celeste nem um só fio de cabelo de minha cabeça pode cair (Mt 10.30; Lc 21.18); faz todas as coisas cooperarem para minha salvação (Rm 8.28). Eis porque, pelo seu Santo Espírito, garante-me a vida eterna (II Co 1.22; 5.5; Ef 1.14 Rm 8.16); predispõe-me, de todo o coração, a viver exclusivamente para Ele (Rm 8.14; I Jo 3.3).*

Síntese

- 1- O maior consolo do salvo é saber que é propriedade de Deus nesta vida e na eternidade. O Salvador jamais abrirá mão de seus salvos. Ele está conosco aqui para que estejamos com ele no outro lado da vida.
- 2- Todos os redimidos do Senhor Jesus estão livres da escravidão do pecado, da carne e da morte; mas, principalmente, protegidos contra o maligno, que perdeu todo o domínio sobre os que foram transformados em servos de Cristo.
- 3- As dívidas dos redimidos foram todas pagas pelo Senhor Jesus em seu martírio vicário na cruz. Nada mais devemos a Deus.
- 4- A vida do eleito justificado, a física e a espiritual, tem a total proteção do Salvador no perigoso curso da existência presente.

CONSOLO PELAS ESCRITURAS:

Pergunta 02: *Quantas coisas deves saber para que, gozando tal consolação, possas viver e morrer santamente?*

Resposta: *Três coisas devo saber (Mt 11.28-30; Ef 5.8): Primeira: Imensos são meus pecados e minhas misérias (Jo 9.41; Mt 9.12; Rm 3.10; I Jo 1.9,10). Segunda: De que maneira posso ficar livre de meus pecados (Jo 17.3; At 4.12; 10.43). Terceira: A gratidão que devo a Deus por tão grande libertação" (Ef 5.10; Sl 50.14; Mt 5.16; I Pe 2.12; Rm 6.13; II Tm 2.15).*

Síntese

- 1- Todo regenerado tem plena consciência da imensidão de seus pecados fatuais e do incômodo pecado original. As Escrituras Sagradas e o testemunho interno do Espírito Santo mostram-lhe que, sem a misericórdia de Deus em Cristo Jesus, seria impossível a sua salvação e conseqüente libertação do poder das trevas.
- 2- Cabe ao servo de Cristo demonstrar constante e efusiva gratidão a Deus por sua eterna escolha e redenção graciosa por intermédio do supremo Redentor. De morto e escravo do pecado passou a vivo eternamente e livre das algemas do maligno.

GRAÇA CONSOLADORA

O maior conforto do cristão é saber, existencialmente e por revelação, que sua bastardia terminou; não é "pessoa de rua", sem lar, sem paternidade, sem segurança, sem perspectiva para o futuro. Agora, é filho de Deus, herdeiro do Reino dos céus, protegido pela graça de seu Pai. E isto lhe dá, pelas Escrituras Sagradas e pelo Espírito Santo, que nele habita, a certeza da vida eterna e uma vontade irresistível de proclamar a bênção recebida a todas as pessoas com as quais se encontrar. Ser de Cristo é, para o crente verdadeiro, o maior, inigualável e insuperável consolo que a misericórdia de Deus lhe propiciou

O crente não se pertence, é propriedade exclusiva de Cristo, por ele regenerado, protegido e dirigido. O trânsito do servo de Deus por este mundo, ele sabe, é muito curto e irrepitível, embora trabalhoso e, em alguns momentos, extremamente penoso. Tudo, porém, suporta com amor, esperança e fé, sabendo que os sofrimentos do tempo presente não podem ser comparados com a glória do mundo vindouro (Rm 8. 18,19).

A BÍBLIA, NOSSO ESPELHO:

Pelas Escrituras Sagradas, aplicadas às nossas mentes e ao nosso coração pelo Espírito Santo, conhecemo-nos a nós mesmos e nos vemos sem falsidade, sem a máscara do orgulho, da vaidade, do amor próprio, do caráter corrompido pelo pecado. Elas, as Escrituras, por outro lado, mostram-nos o caminho da redenção: Jesus Cristo, e unicamente ele. O crente não sobrevive sem o alimento das Escrituras, pois sabe que *nem só de pão vive o homem, mas de toda a palavra que sai da boca de Deus*. A palavra, pelo Espírito, mostra nossa miséria e nos convence de que somos pecadores sem qualquer possibilidade de auto-remissão. Todos nós estávamos mortos em nossos delitos e pecados; Cristo, porém, ao entregar sua vida imaculada e preciosa, remiu-nos, ressuscitou-nos espiritualmente e doou-nos a vida eterna (Ef 2.1 cf 2. 8,9).

A BÍBLIA, LUZ DA REDENÇÃO

A redenção e o Redentor são revelados a nós pelas Escrituras, às quais nos conduziu o Espírito e, por elas, produziu a nossa fé, que nos liga definitivamente a Cristo, Salvador de nossas almas. A Igreja coloca a Bíblia na mão do pecador; o Espírito Santo lhe aplica a mensagem convincente e edificante; Jesus Cristo recebe o convertido nos seus sacrossantos braços. A Palavra de Deus continua edificando o crente para a servitude cristã autêntica, para o crescimento ministerial no corpo de Cristo, a Igreja; a Bíblia todas, não parcelas denominacionais dela, postas em destaque em detrimento da totalidade e da unidade (Cf II Tm 3.16,17).

A GRATIDÃO DO SALVO

O salvo, habitação do Espírito, vê transformada sua vida pelas misericórdias de Deus. Grato, perenemente louva o Redentor, onde quer que se encontre e em qualquer atividade que realize. Todo crente verdadeiro é um escravo (doulos) de Cristo, um diácono, um adorador, podendo dizer com o irmão Paulo, o apóstolo: *Já não sou eu mais quem vive; mas Cristo vive em mim* (Gl 2.20).

Gratidão e consagração não se separam. A verbalização do louvor perde o sentido se não tiver a produzi-la uma vida consagrada ao Senhor. Muitos cantam bonito, mas não são belos dizimistas, e o testemunho, não raro, é muito feio. Isto significa que querem que Deus a eles se consagre, mas, na verdade, não se consagram a Deus, nem no mínimo, num pouquinho de sua produção, apenas dez por cento, que, na realidade, pertence ao Criador e doador de Tudo. O louvor de lábios, por mais lindo, comovente, animado e estridente que seja, sem dedicação pessoal a Cristo e sem consagração ao Evangelho e à Igreja, não passa de canto comum e vã sonorização.

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 02 DA MISÉRIA DO HOMEM

A Lei de Deus e o Pecado

Pergunta 03: "*Como conheces tua miséria?*".

Resposta: "*Pela Lei de Deus*" (Rm 3.20).

SÍNTESE

A lei de Deus diagnostica o pecado, indica sua malignidade, mas não o erradica nem o perdoa, pois não é da natureza da lei expiar ou perdoar pecados. Cristo perdoa, porque encravou na cruz as nossas ofensas e assumiu o ônus dos nossos pecados.

Pergunta 04: "*Que a Lei de Deus exige de nós?*".

Resposta: "Cristo nos ensina sumariamente em Mateus 22.37 - 40:

"Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, e de todo o teu entendimento. Este é o grande e primeiro mandamento. O segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Destes dois mandamentos dependem toda lei e os profetas"(Mt 22.37-40; cf Dt 6.5; Lv 19.18; Mc 12.30; Lc 10.27).

Síntese

- 1- *A Lei dividia-se em: Mandamentos que relaciona o homem com Deus e: mandamentos que o relaciona com o próximo.*
- 2- *Jesus, em linhas gerais, manteve a mesma divisão, em partes de igual importância: **Amar a Deus incondicional e prioritariamente, e amar o próximo com o mesmo nível do amor próprio. Assim, Deus será exaltado e honrado, e o próximo, considerado e respeitado.***

Pergunta 05: " Podes cumprir a lei perfeitamente?"

Resposta: "Não (Rm 3.10,20,23; I Jo 1.8,10); porque por natureza estou inclinado a ofender a Deus e ao próximo"(Rm 8.7; Ef 2.3; Tt 3.3; Gn 6.5; 8.21; Jr 17.9; Rm 7.23).

SÍNTESE

A LEI NÃO ERRADICA O PECADO NEM LHE CONTROLA AS CONSEQÜÊNCIAS; E O PECADO, PERENEMENTE INSTALADO NO INTERIOR DO HOMEM, INCAPACITA-O À GUARDA DA LEI, ISTO É, À OBEDIÊNCIA A DEUS E AO RESPEITO AO PRÓXIMO: RM 8.7; EF 2.3; TT 3.3; GN 6.5; GN 8.21; JR 17.9 RM 7.23.

Lei, diagnóstico do pecado

A lei não justifica o pecador por três razões:

Primeira: A justificação não decorre de obras, mas do sacrifício vicário de Cristo. O homem não se salva pelo cumprimento de um conjunto de normas; salva-se pela graça de Deus realizada em Cristo Jesus (Ef. 2. 8, 9) em benefício dos eleitos. A obediência decorre da regeneração, que cria no regenerado uma natureza consentânea à de Cristo, impulsionando o filho de Deus à submissão ao Pai à servitude cristã. O amor a Deus e ao próximo emana de um coração dominado pela graça e dirigido pelo Espírito Santo.

Segunda: O papel da lei é diagnosticar e mostrar o pecado e sua malignidade, não eliminá-lo ou livrar o pecador de suas conseqüências. A cura está em Cristo (Rm 3.20). Ele assumiu o ônus da culpa original e as penas de todas as rebeldias fatuais de cada um de seus escolhidos. A lei sem a graça é um peso insuportável, um jugo intolerável. O homem, em virtude de sua liberdade natural, não se deixa controlar, sem resistência, por normas externas, estereotipadas. Deus governa os seus eleitos por meio de harmonização da vontade do Governante à do governado (Fp 2. 13), e isto de maneira tão natural, que a liberdade individual de ação e escolha fica preservada e até sublimada.

Terceira: O homem não foi e não é capaz de guardar integralmente os preceitos mosaicos, e a quebra de um mandamento implica a ab-rogação de todos, pois o código divino é um corpo orgânico. Atinge o supremo Legislador aquele que fere qualquer de seus preceitos mandamentais. Como todos os eleitos o fazem, todos somos pecadores, passíveis de condenação. O Homem Jesus, porém, assume os pecados dos escolhidos, devidamente chamados e justificados, para expiá-los vicariamente na cruz, apresentando-os ao Pai isentos de qualquer imputação de culpa. O pecador não possui meios de eliminar os seus pecados; somente Cristo o faz por ele, e graciosamente por obras da estrita complacência divina.

Por Cristo Jesus, a lei do amor bilateral, a Deus e ao próximo, implantou-se; e somente ama quem tem vínculos naturais, essenciais, emocionais, sentimentais e espirituais com a pessoa amada. Tais vínculos foram estabelecidos com Deus e entre os redimidos pela misericórdia da reconciliação e pela graça da regeneração.

A importância da lei

Sim, ela é importantíssima como instrumento da graça:

a- Ela é o "Raio X" pelo qual o homem enxerga, transparentemente, o seu interior, podendo, se houver sensatez, verificar sua fragilidade estrutural e suas enfermidades. O Espírito Santo usa-a para desmascarar os hipócritas e também para induzir os escolhidos ao arrependimento e à conversão. A Lei está apontando ao salvo a graça que ele é um pecador, carece do perdão de Deus, que depende sempre da bondade de Cristo e que tem necessidade de confissão diária de seus pecados, sempre na certeza de receber o perdão do Pai celeste.

b- A lei, na mensagem profética, no ensino apostólico, na síntese decalagal e na pregação de Jesus Cristo, é, de fato, o conjunto de preceitos morais, espirituais e éticos que norteiam o cristão nas suas relações com Deus, com o semelhante, com a sociedade e com o Estado. Alguns, certamente desavisados, pensam que a lei se opõe à graça como valores ou princípios antinômicos. Lembrem-se de que ela foi dada no Sinai como código pactual, não como meio de salvação. Deus salvou seu povo da escravidão faraônica com braço estendido e mão poderosa para depois fazer com ele um pacto, cujos termos são a lei, de fidelidade bilateral: "Eu serei teu Deus e tu serás o meu povo". A lei, portanto, é uma dádiva da graça e serve-lhe de meio instrumental. Aqueles povos que não foram objetos da eleição divina, do chamado, da organização em *povo de Deus*, esses não foram agraciados com a dádiva da lei, isto é, com o privilégio e a bênção de estar sob o comando, o controle e a proteção do Rei dos reis. A lei, portanto, foi uma concessão da bondade seletiva e eletiva de Deus a um povo sem tradição e sem méritos culturais, como eram os fenícios, os árabes, os egípcios; e vieram a ser os gregos e romanos. Os judeus são conhecidos no mundo por causa de Deus e da legislação que dele receberam no Sinai, identificadas nas ordenanças espirituais, morais, sociais, rituais e culturais.

c- As condições internas para o cumprimento do pacto por meio da lei do amor o Filho do Homem no-las deu pela regeneração em que a natureza do regenerado se conforma com a de Deus na pessoa de seu Filho, Jesus Cristo. Somos, pois, capacitados pela ação em nós do Espírito Santo e pelo misterioso do dom da fé, de exercitarmos o amor incondicional a Deus e irrestrito ao próximo. Deus nos faz filhos para nos transformar em súditos e servos do reino de Cristo.

A universalidade da lei

A universalidade da graça estabeleceu, conseqüentemente, a universalidade da lei. Esta, no Sinai, era privativa dos judeus, de seus escravos e prosélitos; na dispensação da graça, reformulada e aprofundada por Jesus (ver Sermão do Monte: Mt 5-7), tornou-se universal, aplicável em todas as culturas e exigível de cada pessoa, não importando a posição social e a raça, que venha a ser servo do Cordeiro. Hoje, sem dúvida, a lei é um dos mais poderosos mecanismos de controle social; é Deus intervindo no mundo tanto quanto agindo dentro de sua Igreja.

Erra, pois, quem entende que a lei é "coisa do Velho Testamento", sem vigência na nova dispensação. Cristo estabeleceu-a definitivamente pelo primado do amor. Não há pois, nenhuma possibilidade de obediência a Deus em Cristo Jesus e de respeito ao próximo senão pela lei. O código legal passou a ser a ética da graça de todos os salvos

pelo Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo. Os princípios externos, escritos em pedras, passaram a ser internos, gravados nos corações redimidos. O que era imposto, agora é espontâneo.

CONCLUSÕES

- 1- A lei confronta o errado com o certo, estabelecendo o procedimento correto, desejável por Deus, diante de opções erradas. Mas ela não age somente pela letra, pela forma estatuída, mas também gerando uma consciência escrupulosa, refratária ao mal e voltada para o bem e o bom. Ela não se apresenta somente nas situações de culpa, visando o castigo de infrator, mas exerce também um papel preventivo e educativo importantíssimo, inibindo tanto o delito moral como o religioso nos que são tementes a Deus.
- 2- A lei revela o pecado; e, uma vez revelado, cumpre ao crente confessá-lo sinceramente a Deus. Se a falta pecaminosa trouxe qualquer malefício ao semelhante, é dever do crente procurar o ofendido, pedir-lhe desculpas, reparar o erro e, se for o caso, ressarcir-lhe os prejuízos causados.
- 3- A lei de Cristo estabelece bipolaridade agápica: amor a Deus e ao próximo. As boas relações com o Salvador geram, necessariamente, boa convivência com o semelhante e estreita comunhão na comunidade fraternal, a Igreja de Cordeiro. Quem ama a Deus, ama também o irmão e respeita o semelhante.
- 4- Deus governa seus eleitos redimidos pelas Escrituras, *nossa única regra de fé e conduta*, pela lei e pelo Espírito Santo, que em nós habita.
- 5- A lei nos serve de “aio” para conduzir a Cristo (Gl 3.24), mas, uma vez entregues a Cristo, cessa a função do “aio”, e o Salvador nos governa e nos justifica pela fé, que é dom de Deus (Gl 3. 25). A fé, porém, não contradiz a Palavra de Deus nem a ela se opõe, antes a confirma, sublima-a e a executa. Não pessoa de fé que viva à margem da lei de Deus e, muito menos, contra ela. Portanto, tanto a lei como a fé são dons da graça de Deus para dirigir e justificar o seu povo eleito em Cristo Jesus.

CATECISMO DE HEIDELBER Domingo 03 DEPRAVAÇÃO DO HOMEM

Pergunta 06: Deus criou o homem mau e perverso?

Resposta: Não. Ao contrário, o criou bom (Gn 1.31), feito à sua imagem e semelhança (Gn 1.26,27), isto é, em verdadeira justiça e santidade a fim de que conhecesse a Deus seu Criador, amasse-o de todo coração e com ele vivesse em bem-aventurança eterna para louvá-lo e glorificá-lo (Ef 4.24; Cl 3.10; II Co 3.18).

Síntese

- 1- O homem foi criado bom (Gn 1. 31), pois não fazia parte dele o pecado; não havia na sua consciência a “semente” da desobediência. Não era inocente no sentido de imaturidade, mas no sentido de impecabilidade. Sua mente não continha qualquer pensamento perverso; o mal não lhe penetrara a consciência.

- 2- Ele foi criado à imagem e semelhança de Deus, não no aspecto físico, pois a divindade não tem corpo, mas nos aspectos espirituais, morais e intelectuais (Cf Gn 1. 26,27). Como semelhante ao Criador, era responsável e livre para ser e continuar bom, pois, de outra maneira, não serviria para ser mordomo de Deus.
- 3- Deus criou e destinou o homem para a servitude, para a perfeita sintonia com Ele na condição de servidor privilegiado no Paraíso do Criador. A queda desqualificou-o, fazendo-o servo de si mesmo, desprezando o seu desiderato original: louvar a Deus e glorificá-lo para sempre (Ef 4. 24; Cl 3.10; II Co 3.18).

Pergunta 07: *De onde procede a corrupção da natureza humana?*

Resposta: *Da desobediência e queda de nossos primeiros pais, Adão e Eva, no Paraíso (Gn 3; Rm 5.12,18,19). Por isso, nossa natureza ficou de tal maneira corrompida, que todos somos concebidos e nascidos em pecado (Sl 51.5; Gn 5.3).*

Síntese

- 1- Como ser responsável, e perfeitamente sintonizado com Deus, não podia desobedecê-lo, embora, como ser livre, podia fazê-lo, sabendo que, para tanto, romperia relações com o seu Senhor e deixaria, conseqüentemente, de ser servo. Com liberdade de pecar, embora pudesse deixar de fazê-lo, Adão pecou, comprometendo toda raça humana, ligada a ele pelo *pacto de obras*, firmado com Deus Gn 3; Rm 5.12,18,19).
- 2- Em decorrência da queda, toda a humanidade caiu no seu ancestral representativo e corporativo. Os descendentes de Adão e Eva já nasceram alienados de Deus e dele separados desastrosamente (Cf Sl 51.5; Gn 5.3).

Pergunta 08: *"Estamos tão corrompidos que somos totalmente incapazes de fazer o bem e inclinados a todo mal"?*

Resposta: *"Certamente (Gn 8.21; 6.5; Jó 14.4; 15.14,16,35; Jo 3.6; Is 53.60), se não somos regenerados pelo Espírito de Deus" (Jo 3.3,5; I Co 12.3; II Co 3.50).*

Síntese

- 1- Estamos totalmente impedidos, sem a graça regeneradora de Cristo, de fazer o bem conforme os propósitos finais de Deus, especialmente os bens relacionados com a comunhão da criatura com o Criador (Gn 8.21; Gn 6.5; Jó 14.4; Jó 15. 14,16,35; Jo 3.6; Is 53.60).
- 2- A misericórdia de Deus, efetivada na morte vicária de Cristo, que possibilitou a nossa regeneração, habilita-nos à reconciliação com Deus (Jo 3.3,5; I Co 12.3; II Co 3.50). Fora de Cristo e sem ele o acesso a Deus é impossível.

DEPRAVAÇÃO TOTAL.

O homem foi criado bom, justo e santo, feito à imagem e semelhança do Criador, com o objetivo de ser amigo de Deus, servi-lo com alegria, dignificá-lo, adorá-lo e honrá-lo para sempre com seu ego sem mancha, com seu amor incondicional, com seu trabalho produtivo, mantenedor e criativo para a exaltação do Pai celeste e bem – estar pessoal e social. Deus ordenou o labor diário, com descanso semanal, para que

houvesse produção distributiva destinada à sobrevivência dos seres humanos em absoluta igualdade. Não haveria subordinação de um homem a outro homem ou de cidadão a um poder estatal, pois todos estariam submetidos exclusivamente a um único senhor, o Deus Criador, de quem todos seriam filhos e servos. Manter-se neste estado, porém, dependia do cumprimento do pacto de obras da parte do homem. E isto se faria pelo exercício prático da fidelidade, da honestidade, do respeito, da submissão, da consideração, do reconhecimento, da obediência e da filiação. Tudo por estrito amor, sem qualquer componente sacrificial, doloroso, humilhante ou degradante. Homem e Deus viviam, antes da queda, numa parceria de laboração extremamente construtiva, realizadora e feliz. A paz reinava entre a criatura e o Criador. O homem, no entanto, num ato de rebeldia consciente, quebrou o pacto, tornando-se inimigo de Deus, culpado e culpável, desafeiçoado e corrompido, alienado e propenso ao mal. As influências externas do maligno foram fortes, mas não irresistíveis. A culpa da ab-rogação do pacto não pode ser imputada ao tentador, mas ao homem, que entendeu *conveniente e proveitoso* retirar Deus do senhorio de sua vida, colocando no lugar o seu próprio **ego**. Ao assumir o seu destino, o homem perdeu o rumo, desorientou-se, perdeu-se, depravou-se. Entregue a si mesmo, e sem equipamentos para lutar e vencer, tornou-se vítima de Satanás e de suas tentações. A sua capacidade criativa direciona-se tanto para o bem como para o mal. A batalha entre as forças opostas trava-se no seu interior e no seu território vivencial; o bem somente vencerá pela misericórdia de Deus instrumentalizada pelo seu Santo Espírito.

Na peregrinação terrena o regenerado, reconquistado por Jesus Cristo e por ele reconciliado com Deus, sofre os males externos e as influências internas do pecado. Ele tem, no entanto, a concessão da graça de ser justificado e regenerado mediante a morte vicária do Cordeiro, cujos benefícios são-lhe aplicados pelo Espírito Santo.

O réprobo, desprovido da graça, permanece no estado de depravação, gloriando-se no mal e fazendo, consciente ou não, a vontade do Diabo, o mentiroso por natureza. Não há como negar a diferença entre o redimido e o irregenerado: "O que é nascido da carne é carne; o que nascido do Espírito é espírito" (Jo 3.6). "Se alguém não nascer de novo, não pode ver o reino de Deus (Jo 3.3 cf Is 53.6; Jó 14.4; 15.14,16,35; I Co 12.3; II Co 3.5).

Em Adão todos caíram; em Cristo os escolhidos são reconciliados com Deus mediante o pagamento de suas dívidas culposas e delituosas pelo Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo, para que não destrua, embora afete, os seus eternamente eleitos, vocacionados, justificados, regenerados e adotados como filhos do Pai celeste. Muitos são chamados, mas poucos escolhidos; estes são preservados no meio de todas as tentações e provações. Aquele que tem a graça de estar na Igreja de Jesus Cristo, possui a bênção da alegria espiritual, o conforto do Espírito Santo que nele habita, a certeza da fé, a firmeza da esperança, a paz que nada tem a ver com o presente século, embora viva num mundo posto no maligno e ainda experimente os sofrimentos de continuar fazendo parte da humanidade, co-responsável socialmente, sofrendo as conseqüências da corrupção geral. O pecado entrou no mundo por Adão, mas somente por Cristo poderá ser retirado, e certamente o será (Ver Rm 5. 12,18,19). O pecado matou Adão e nele, todos os seus descendentes. A inevitável cumplicidade nos pecados fatuais e a herança da culpa original afetam todas as criaturas humanas, mas os escolhidos do Pai e

justificados pelo Filho são perdoados e aceitos, não por méritos próprios, mas pela misericórdia de Deus. O Cordeiro sem mácula, sem pecado, assumindo a culpa dos predestinados à salvação, salva-os e os preserva eternamente redimidos.

CONCLUSÃO

Até Cristo, a humanidade inteira estava comprometida com Adão; mas o Filho de Deus, encarnado, criou nova humanidade composta daqueles que, embora continuam no mundo durante o peregrinar terreno, são cidadãos dos céus, filhos da luz, nada tendo a ver com as trevas. Louvado seja Deus por tão inefável bênção!

O redimido continua pecador e sujeito às conseqüências do pecado como partícipe da humanidade depravada, mas nele habitam a graça e o Espírito Santo, este, fonte de consolo, de esperança, de poder testemunhal e do ágape divino. O crente deve ser a encarnação e o divulgação do bem; o homem natural divulga o mal e tem prazer em praticá-lo. O perverso sente-se bem com a perversidade e usa a mentira, a falsidade e o engodo para auferir lucros e angariar prestígios e posições de destaque na sociedade. O mundano serve o mundo. O Cristão serve a Cristo, o único Senhor de sua alma.

CATECISMO DE HEIDELBERG - domingo 04 RESPONSABILIDADE HUMANA E JUSTIÇA DIVINA

Pergunta 09: *Não é Deus injusto com o homem ao exigir dele, em sua lei, o que ele não pode cumprir?*

Resposta: *Não (Ef 4.24), pois Deus criou o homem habilitado para cumprir suas ordenanças (Gn 3.13; I Tm 2.13,14); ele, porém, instigado pelo Diabo (Gn 3.6; Rm 5.12), e por sua própria rebeldia, privou-se dos dons divinos, incluindo na privação a sua descendência.*

sÍNTESE

1- Deus não foi injusto por três razões:

Primeira: O homem era um ser maduro, inteligente e racional, capaz de separar a vontade do Criador da vontade do Tentador (Cf Gn 3.13; I Tm 2.13,14).

Segunda: Deus firmou com este homem racional e inteligente um pacto, cuja ab-rogação trar-lhe-ia a morte. Ele foi, portanto, previamente avisado e advertido. Não ignorava o fato nem as suas conseqüências.

Terceira: Sendo um ser psicossomático, os sentidos lhe falaram forte, o desejo de auto-afirmação pressionou-o, a ânsia de grandeza superou a submissão ao Criador; então, deu lugar ao maligno, desobedeceu (Gn 3.6). Com a sua responsabilidade de trazer ao mundo a humanidade e mantê-la aos pés do Criador, o seu pecado danificou-lhe a pessoa e, nela, afetou todos os seus descendentes.

Pergunta 10: Deixará Deus sem punição a desobediência e a apostasia do homem?

Resposta: *De maneira alguma; pois sua ira é horrivelmente forte (Gn 2.17; Rm 5.12) tanto contra o pecado original como contra os atuais, e há de puni-los, segundo seu justo juízo, temporal e eternamente (Sl 50.21; 5.5; Na 1.2; Ex 20.5; 34.7; Rm 1.18; Ef 5.6); como tem dito: "Maldito todo aquele que não permanece em todas as coisas escritas no livro da lei, para praticá-las" (Dt 27.26; Gl 3.10).*

sÍNTESE

1- Deus irou-se, porque, na pessoa do homem primevo, toda a humanidade, potencialmente existente, ofendeu-o com o pecado da desobediência. A Pena, porém, não procedeu da "ira divina", mas de uma sanção legal prevista na ab-rogação do pacto (Gn 2. 16,17). Todos os pecados posteriores são conseqüências da quebra da aliança, com a qual a humanidade inteira está comprometida. A ira vem sobre os pecados fatuais dos que se rebelam contra o Criador (Gn 2. 17; Rm 5.12).

2- A punição divina pode ser aplicada, e tem sido, no curso da existência biofísica. Os justos faltosos dela não escapam. Deus a aplica na eternidade pelo juízo final, impondo-a aos réprobos (Sl 50.21; Sl 5.5; Na 1.2; Ex 20.5; Ex 34.7).

3- Todos os que se obrigam à guarda da lei, e não a cumprem fielmente, ficam sujeitos à ira de Deus (Dt 27. 26; Gl 3. 10). Aquele, porém, por quem Cristo morreu, livre está do julgamento da lei.

Pergunta 11: Deus não é também misericordioso?

Resposta: *Deus é misericordioso (Ex 34.6,7; 20.6), mas também é justo (Sl 7.9; Ex 20.5; 23.7; 34.7; Sl 5.4,5; Na 1.2,3); e sua justiça exige que o pecado cometido contra a suprema majestade divina seja punido severamente com o castigo eterno do corpo e da alma.*

SÍNTESE

1- Deus é, efetivamente, misericordioso (Ex 34. 6,7; Ex 20.6), pois é amor no sentido mais amplo, mais profundo e mais estrito do termo (I Jo 4.8,16).

2- Deus é amor, mas é igualmente justiça (Sl 7.9; Ex 20.5; Ex 23.7; Sl 5.4,5; Na 1.1,2). Amor sem justiça é amor injusto, faccioso, tendencioso, parcial. A justa ira de Deus recaiu sobre si mesmo encarnado em Jesus Cristo, a Segunda Pessoa da Trindade, em benefício dos eleitos, isentando-os da pena eterna prevista. A culpabilidade permanece sobre os réprobos.

3- A punição final castigará o homem integral, corpo e alma, quando for precipitado na Geena (Ap 20 14,15). Os redimidos desencarnados, no "estado intermediário", estão protegidos por Deus (Lc 16.21,24; Ap 14.13; Ap 6.9-11), conscientes e sem sofrimentos. Os ímpios já padecem intensamente as dores do juízo eterno (Lc 16.23-25), embora sem o julgamento final, quando os sofrimentos, impostos ao corpo ressurreto, serão muito piores.

HOMEM BOM E JUSTO

Deus fez o homem bom, pois o criou à sua imagem e semelhança, um ser inteligente, racional, criativo, emocional, sentimental, perceptivo; harmônico psicologicamente; equilibrado em suas ações e reações; perfeitamente interagido com o semelhante e com a natureza; dotado de fé, de esperança e de amor. Era, portanto, equipado com todas as condições morais, cognitivas, volitivas e espirituais para a prática do bem, mesmo sob pressão externa do mal. Não se há de imaginar uma bondade original por inocência, mas por essência. A fase da infância não existiu em nossos primeiros pais, exatamente para que prevalecessem a plenitude racional, a responsabilidade regencial e o dom sacerdotal, inerente nos cabeças familiares, nos líderes patriarcais. Para cada privilégio, uma responsabilidade correspondente. O homem primevo foi galardoado de incontáveis e imensuráveis privilégios. Pesava-lhe os ombros, pois, um gigante fardo de responsabilidades com Deus, com a família, com a sociedade e com o meio ambiente; tudo sintetizado nos termos simples, mas profundos, do pacto de obras, regulamentador das relações bilaterais diretas entre o Criador e a criatura. Havia, desde a eternidade, um diálogo inter-trinitário, por natureza, em sua essência, não transferível a seres externos. Deus, porém, fez vir à existência um ser capaz de dialogar com as pessoas trinitárias, Pai, Filho e Espírito Santo, não em nível de consubstancialidade e igualdade essencial, mas de subalternidade filial, serviçal e mordômica. Assim, Deus saiu-se de si mesmo para estar, representativamente, em sua “imagem e semelhança”, o homem. Este estado original lhe daria um gozo permanente e um senso constante de satisfação, pois no seu interior não havia qualquer conflito entre o que fazia e o que deseja fazer, o Deus a quem servia e a quem almejava servir: tudo nele era harmônico e equilibrado, e fidelidade emergia de sua natureza filial mais que da razão. O que Adão não manteve, Cristo restaurou e mantém, estando ainda em processo de recriação da nova humanidade, constituída de seus eleitos redimidos. Ao assumir a humanidade e, em assumindo-a, assumiu também a sua culpabilidade e todas as suas conseqüências legais, segundo a justiça divina, inclusive o ônus da morte, Deus, em si mesmo, tornou-se o “réu” da ab-rogação do pacto, cumpriu a sentença de morte e resgata todos os que a ele se vinculam pelo dom da fé salvadora. Desta maneira, Deus é, ao mesmo tempo, **justiça** e **amor**: justiça de quem e sobre quem tinha poderes e condições de exercê-la e executá-la. Diante da encarnação, da paixão e do sacrifício do Filho de Deus em benefício dos pecadores, ninguém tem motivo sincero de chamar Deus de injusto. O homem jamais foi honesto e fiel a Deus, mas ele sempre foi fiel no trato geral com a humanidade e em suas relações especiais com seu povo.

A LIBERDADE DO HOMEM

O homem não é um autômato, um robô teledirigido do céu ou um ser inferior domesticado e controlado por suas necessidades básicas para agir condicionalmente por meio de liberdade instintiva, segundo as leis da sobrevivência e da perpetuação da espécie. Ele, na qualidade de ser superior na ordem da criação, procedeu das mãos do Supremo Artista, sendo criado à imagem do Criador. Era, conseqüentemente, racional, capaz de distinguir o bem e o mal, o certo e o errado, o justo e o injusto; em condição, portanto, de fazer opção consciente, tomar atitudes meditadas e premeditadas, submeter as informações e as questões recebidas ao juízo mental da lógica, da ética e da moral.

Com esse homem livre, preparado para assumir responsabilidades, depois de devidamente avaliadas, e responder por elas, Deus firmou o primeiro pacto, o de obras, com validade consequencial para todos os seus pósteros. A rebeldia de uma pessoa consciente e responsável, especialmente contra o seu Senhor, na injustificável quebra da aliança bilateral, não pode ser levada à conta da suposta inocência, rejeitada por Deus. O Criador não responsabilizaria um irresponsável, civilmente incapaz e, portanto, sem qualquer grau de livre arbítrio. Deus colocou o primeiro par humano diante do desafio da obediência, dando-lhe liberdade para obedecer, mantendo a comunhão com o Criador, o desobedecer, rompendo-a definitivamente. E ele, livremente, optou pela desobediência, arcando com as conseqüências da quebra do pacto: a alienação e a pecaminosidade humanamente irreversíveis.

Não pode haver amor sem justiça; o Pai amoroso é também o Rei justo, que não coloca a caridade a serviço da injustiça. A justiça perfeita e isenta, como a de Deus, é uma forma de amor, embora dolorosa para quem a recebe. Jesus Cristo, para estabelecer uma nova aliança entre Deus e o homem, teve de pagar o débito penal decorrente da desobediência da humanidade na pessoa corporativa e representativa de Adão. O Criador não derrubou o homem, ele caiu por sua própria vontade e livre iniciativa. O tentador e a tentação não lhe impuseram coercitivamente a mudança de lado: da ordenança divina para as “recomendações mentirosas” do maligno. Embora tentado, o homem caiu por sua opção consciente, exatamente quando sua mente não era escravizada nem condicionada pelo mal e pela pecaminosidade original.

Estabelecido o cumprimento da justiça, cessam a velha dispensação e seus resultados alienantes, depravantes. A justiça divina, realizada por amor à humanidade, levou o Filho de Deus ao Calvário e o encravou numa cruz ignominiosa: " Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna"(Jo 3.16). A sentença de morte que pesou sobre nosso ancestral, tornando mortais todos os seus descendentes, recaiu sobre o inocente Filho do Homem, que “matou a morte” para garantir vida eterna aos seus eleitos chamados, justificados, regenerados e adotados como filhos de Deus. Desta maneira, o Novo Adão, morrendo, faz nascer uma nova humanidade, que se destina à eternidade no reino escatológico do Cordeiro e vive atualmente sobre a graça divina e peregrina sob o comando de Cristo Jesus.

O que levou o homem à queda não foi a inocência, mas a ganância, o orgulho, o desejo de dominação: Quis ser igual a Deus, dirigir-se a si mesmo, ser proprietário de tudo e senhor de todas as coisas. O pior de tudo é que o homem primevo falava e agia como lídimo representante da humanidade e, em conseqüência, arrastou todos os seres humanos ao abismo do pecado, afastando-os desastrosamente do Criador. E como fez Adão, seus descendentes continuam transferindo a culpa ao Pai celeste, por um lado, e ao próximo, por outro. Eis porque os réprobos acusam Deus de injusto, quando pune os pecadores que não desejam, e até rejeitam, a misericórdia do sacrifício vicário de Cristo.

O homem não é livre para perder-se, pois já está perdido pelo fato de ter nascido em pecado e fazer, conseqüentemente, parte de uma humanidade pecadora e alienada de Deus. A perdição é resultado de uma queda geral, mas a salvação só é possível por graça especial, emanada da estrita misericórdia de Deus. Para sair do estado em que se

encontra, o ser humano precisa ser recriado, ser nascido de novo, regenerado; e isto ele não tem condições de fazer a si e por si mesmo; somente o Redentor pode fazê-lo, fá-lo a cada um de seus escolhidos. O homem peca livremente, mas livremente não se liberta do pecado. Eis porque a salvação é somente pela graça de Deus, mediante o amor e justiça realizados em favor do perdido pelo próprio Salvador na pessoa divino-humana de Jesus Cristo.

Resumindo:

Deus é justiça. Deus é amor. O homem, um ser responsável; portanto, imputável. Ele pertence a uma humanidade degenerada; e somente Deus pode regenerá-lo para a salvação.

CATECISMO DE HEIDELBERG -DOMINGO 05 DA REDENÇÃO DO HOMEM

O JUÍZO E A MEDIAÇÃO

Pergunta 12: *Segundo o justo juízo de Deus merecemos penas temporais e eternas; e não há possibilidades de nos livrarmos de tais penas e nos reconciliarmos com Deus?*

Resposta: *Deus requer que sua justiça seja satisfeita (Gn 2.17; Ex 23 - 27; Ez 18.4; Mt 5.26; II Ts 1.6; Lc 16.2); portanto, ou por nós mesmos ou por outra pessoa, importa que se satisfaça integralmente a sua justiça (Rm 8.4).*

Síntese

1- O homem é pecador por natureza. Não é gerado no “Jardim do Eden”, na ausência absoluta de pecado, mas em um mundo pecador, posto no maligno. Portanto, é pecador, portando o pecado original e praticando os pessoais, dos quais não se livra. Sendo injusto diante de Deus, está sujeito à justiça divina (Gn 2.17; Ex, caps. 23- 27; Ez 18.4; Mt 5.26; II Ts 1.6; Lc 16.2).

2- O pecador, por si mesmo, não retorna à comunhão originalmente perdida com Deus; encontra-se totalmente inabilitado e, conseqüentemente, impossibilitado. Somente Deus pode redimir o homem, segundo seu benelácito, e Ele o faz, mas seletivamente, vocacionando seus eleitos (Rm 8. 1-11, com destaque do versículo v.3; cf Ef 2.1-10).

Pergunta 13: *Podemos, por nós mesmos, oferecer a Deus tal satisfação?*

Resposta: *De modo algum; antes acrescentamos mais débitos a cada dia (Jó 9.2; 15.15,16; 4.18,19; Sl 130.3; Mt 6.12; 18.25; 16.26).*

SÍNTESE

O salário do pecado é a morte; mas a morte do pecador não quita seu débito para com Deus. A morte que satisfaz a justiça divina foi unicamente a do Filho do Homem, verdadeiramente humano e realmente divino. Nossas penas ele pagou com seu

sacrifício, deixando-nos livres do pecado, mas escravos da graça divina para sermos servos do Cordeiro.

Pergunta 14: Poderia haver alguém, no céu ou na terra, simples criatura, que pudesse pagar nossos débitos?

Resposta: Não. Primeiro, porque Deus não quer punir outra pessoa pelo pecado do homem (Ez 18.4; Gn 3.17). Segundo, porque uma simples criatura seria incapaz de suportar a eterna ira de Deus contra o pecado para salvar outros (Na 1.6; Sl 130.3).

sÍNTESE

- 1- Deus puniu o Justo pelos injustos, pois somente um “cordeiro imaculado” podia ser imolado no altar dos sacrifícios pelo pecador; e este era protótipo de Cristo.
- 2- Um pecador, submetido à pecaminosidade e à morte, não suportaria o peso da ira eterna do Justo Juiz (Na 1.6; Sl 130.3) nem por si mesmo e, muito menos, por outros.
- 3- A encarnação de Cristo, sua morte vicária e sua ressurreição não foram vitórias do homem, mas de Deus a favor dos pecadores preordenados à salvação.

Pergunta 15: "Então, que Mediador e Redentor devemos buscar?"

Resposta: "Um que seja verdadeiro homem (I Co 15.21), mas perfeitamente justo (Hb 7.26), mais poderoso que todas as demais criaturas, isto é, que seja, ao mesmo tempo, verdadeiro Deus" (Is 7.14; 9.6; Jr 23.6; Lc 11.22).

sÍNTESE

- 1- Nosso Salvador é verdadeiro homem (I Co 15.21) e perfeitamente justo (Hb 7.26); e não podia ser diferente. Para assumir os pecados de seus eleitos, não podia ter pecados pessoais, ser, portanto, maculado.
- 2- Nosso Redentor, sendo verdadeiramente Deus, possui imacularidade e poder para salvar-nos (Is 7. 14; Is 9.6; Jr 23.6; Lc 11.22).

INABILIDADE DO HOMEM

Todos os seres humanos estão perdidos; não há exceção. Um pecador, na mesma situação dos demais, não pode salvar seus semelhantes e, muito menos, a si mesmo. Somos todos cegos, paralíticos, indefesos; e ainda mmais: mortos em nossos delitos e pecados (Ef 2.1). Não sabemos, pela nossa sapiência, de onde viemos e para onde vamos; pouco conhecemos de nós mesmos e do universo imenso de que fazemos parte. Nossa mobilidade é restrita e nossa capacidade, limitadíssima. Cada pessoa tem o seu “território” demarcado, não por ela mesma, mas por Deus: um tempo mínimo de vida física, um espaço pequeno de domínio, uma inteligência incapaz de ir além do temporal, do fenomenal, do concreto e do histórico. Mesmo o sensível esbarra na nossa insensibilidade, na nossa deficiência perceptiva. Na peregrinação terrena, carecemos de segurança, de amparo, de orientação, especialmente no campo espiritual. Ninguém sabe o que lhe acontecerá amanhã. Em síntese: Estamos perdidos! Qualquer guia espiritual, que, não seja o próprio Cristo por meio do Espírito Santo e das Escrituras, é cego guiando cegos, e em direção ao abismo. Deus em seu Filho é nosso Pai, nosso Mestre,

nosso Guia (Mt 23. 8-12). Não decidimos sobre o nosso nascimento; não podemos interromper a nossa caminhada para a morte; somos incapazes de escapar da dura realidade do óbito; não temos meios próprios para conquistar nossa morada permanente no reino escatológico. A única solução que se nos apresenta é Jesus Cristo, mas este, não conquistamos; ele é quem nos conquista para o Pai, se fizermos parte do rol preordenado dos eleitos do Pai. Estamos nas mãos de Deus, e não nas nossas próprias mãos. Ele busca os seus recolhidos e os recolhe, como buscou e congregou o seu povo, que se angustiava na duríssima escravidão do Egito. Quem é de Deus, ouve a Palavra de Deus; quem é do mundo, atende os apelos do mundo.

O único Mediador e Redentor

"Há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem" (I Tm 2.5).

"E não há salvação em nenhum outro; porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos" (At 4.12).

"Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim" (Jo 14. 6).

"Sabendo que não foi mediante coisas corruptíveis, como prata ou ouro, que fostes resgatados do vosso fútil procedimento, que vossos pais vos legaram, mas pelo precioso sangue, como de cordeiro sem defeito e sem mácula, o sangue de Cristo, conhecido, com efeito, antes da fundação do mundo, porém, manifesto no fim dos tempos por amor de vós" (I Pe 1.18-20).

O pecado dos homens foi cobrado num *Homem* cuja humanidade foi perfeitíssima, a mais perfeita de toda a raça humana em todos os tempos:

"O primeiro homem, Adão, foi feito alma vivente. O último Adão, porém, é espírito vivificante" (I Co 15.45).

O verdadeiro Homem também foi verdadeiro Deus:

"Ele nos libertou do império das trevas e nos transportou para o reino do Filho do seu amor, no qual temos a redenção, a remissão dos pecados. Ele é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a criação; pois nele foram criadas todas as coisas, nos céus e sobre a terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam soberanias, quer principados, quer potestades. Tudo foi criado por meio dele e para ele. Ele é antes de todas as coisas. Nele tudo subsiste. Ele é o cabeça do corpo, da Igreja. Ele é o princípio, o primogênito entre os mortos, para em todas as coisas ter a primazia, porque aprovou a Deus que nele residisse toda plenitude, e que, havendo feito a paz pelo sangue da sua cruz, por meio dele reconciliasse consigo mesmo todas as coisas, quer sobre a terra, quer nos céus" (Cl 1.13-20).

Cristo é único e possui um Corpo místico único, sua Igreja, colocada nas mãos do Deus trino :

"Há somente um corpo e um só Espírito, como também fostes chamados numa só esperança da vossa vocação; há um só Senhor, uma só fé, um só batismo; um só Deus e Pai de todos, o qual é sobre todos, age por meio de todos e está em todos" (Ef 4. 4-6).

RESUMINDO:

1- **O HOMEM REBELADO.**

O rompimento das relações da criatura com o Criador abriu um abismo intransponível, da parte do infrator, entre o homem e Deus, entre a terra e o céu, entre o espiritual e o material. O estado de alienação, além da desfiliação e da bastardia, trouxe conflitos relacionais, labores dolorosos, sofrimentos físicos, morais e psicológicos diversos, culminando com a morte biológica e espiritual. A própria terra, criada para servir ao homem, passou a produzir cardos e espinhos, dificultando e encarecendo a produção agro-pecuária. A natureza tem servido ao juízo de Deus com pragas, temporais, vendavais, furacões, terremotos, secas e outros fenômenos meteorológicos. A vida do homem com Deus é dura, mas a do incrédulo é muito pior, porque sem esperança e sem a firme convicção sobre seu estado na vida futura, não se protege a sombra das promessas de Cristo, que garante aos seus descanso eterno glorioso no reino escatológico sob o domínio do Cordeiro.

O homem está perdido neste vale de padecimentos e lágrimas, e nada pode fazer por si mesmo e a seu favor para escapar das penas temporais de que está sendo vítima no curso da atual existência, e ainda o aguarda o castigo eterno. Somente Deus em Cristo Jesus o protegerá e o consolará na perigosíssima jornada da existência terrena e o salvará das penalidades, que o aguardam do outro lado da vida temporal.

2- **A CULPA DA RAÇA E A DOS INDIVÍDUOS.**

Toda natureza entrou em crise em consequência do pecado do seu representante máximo, o homem. Ele não somente é obra prima da criação, mas a terra com toda sua exuberante natureza a ele se destinou no ato criacional. Por que tamanho privilégio? Porque ele foi criado à imagem e semelhança do Criador e cuja vida se destinava à eternidade em razão de sua espiritualidade; enquanto todas as vidas estritamente biológicas restringiam-se aos ciclos individuais limitados de existência, perpetuando-se apenas nos pósteros por meio da reprodução. O homem também preserva a espécie e nela se preserva geneticamente; mas vai além: seu espírito é de natureza eterna, em virtude de sua procedência, o Criador, infinito em sua essência e dotado do atributo da eternidade.

O vínculo da natureza com o homem levou-a a corromper-se com ele, assumindo seus sofrimentos e impondo-lhe padecimentos ainda mais graves no âmbito da vida física. A natureza geme e chora sob o pecado da raça humana, e esta padece debaixo de todas as conturbações da ordem natural e cósmica. O crente verdadeiro, revelado pelas Escrituras e iluminado pelo Espírito Santo, sabe que a hostilidade da ordem natural é o resultado do pecado original e atuais da humanidade. Entende também que cada filho de Deus que desobedece seu Pai eterno ou contra ele se rebela recebe a devida disciplina paterna no curso da existência física.

O pecado submeteu a natureza, o homem e a humanidade ao sofrimento e a um estado de conflito: o indivíduo conflitado com Deus e com o semelhante; a natureza, cada vez mais ofendida pelo homem, revolta-se, e sua revolta atinge o ser humano, embora a ele não se destine, posto que despida de intencionalidade.

3- **UM SALVADOR PROVIDENCIADO.**

Deus mesmo, segundo os seus eternos propósitos, veio, em seu Filho amado, salvar os homens nas figuras de seus eternamente escolhidos e restaurar a natureza perturbada por causa da queda do homem (cf Rm 8. 18-23). O benefício da redenção o eleito recebe imediatamente em Cristo Jesus, já no curso desta vida, levando semelhante bênção para a existência além do túmulo, no estado intermediário, mas em perfeita vitalidade e plena consciência de si mesmo e de sua condição (cf Lc 16.19-31; Lc 23. 43; I Ts 5.10; Ao 6.9,11; Ap 14. 13; Fp 1. 21,23; Ef 3. 14,15; At 7.59). Na consumação final, os justos ressuscitarão para a vida eterna e gloriosa com Cristo (cf Ap 21.1-3; Mt 25.46; Rm 2.7), tudo em novo céu e nova terra (cf Mt 19.28; At 3.21; Hb 12.27; II Pe 2.12,13). Como serão o novo estado físico ressureto e suas novas condições ambientais não nos foram revelados, mas sabemos que serão incorruptíveis e revestidos de imortalidade tanto na ordem humana como na ordem natural.

Para realizar tudo isto, somente o supremo Criador na pessoa de seu eterno Filho, mediador de toda criação, nosso Senhor Jesus Cristo, Deus encarnado e, ao mesmo tempo, homem real, completo e perfeito.

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 06 CRISTO, CORDEIRO E MEDIADOR

Pergunta 16: *Por que Cristo deve ser verdadeiro homem e perfeitamente justo?*

Resposta: *Porque a justiça divina exige que a mesma natureza humana que pecou pague pelo pecado (Ez 18.4,20; Rm 5.18; I Co 15.21; Hb 2.14,16), mas um pecador não pode remir pecadores (Hb 7.26,27; Sl 49.7; I Pe 3.18).*

Síntese

1- Cristo, para substituir-nos na sentença de morte, teve de assumir a “natureza humana” na sua integridade, pois ao homem cabia pagar o seu débito à justiça divina (Ez 18. 4,20; Rm 5.18; I Co 15. 21; Hb 2. 14,16).

2- Um pecador não pode remir pecadores, pois está sob igual condenação diante de Deus (Hb 7.26,27; Sl 49.7; I Pe 3.18).

Pergunta 17: *Por que Cristo deve ser verdadeiramente Deus?*

Resposta: *Para que, pelo poder de sua divindade (Is 9.6; 63.3), suporte em sua humanidade (Dt 4.24; Na 1.6; Sl 139.3) o peso da ira de Deus, promova a reparação e nos restitua a justiça e a vida (Is 53. 4,5,11).*

Síntese

- 1- Somente Deus podia, em virtude de seu infinito poder, de sua absoluta santidade e de sua autoridade sobre as potências do mal, retirar o homem do estado de perdição e de morte em que se encontrava. O homem caiu por si mesmo, mas por si não levanta.
- 2- O que Cristo suportou, por ter assumido nossos pecados, nenhum homem suportaria: o peso da ira de Deus e os horrores da morte.

Pergunta 18: *Quem é este Mediador, ao mesmo tempo verdadeiro Deus (I Jo 5.20; Rm 9.5; 8.3; Gl 4.4; Is 9.6; JR 23.6; ML 3.1) e verdadeiro homem (Lc 1.42; 2.6,7; Rm 1.3; 9.5; Fp 2.7; Hb 2.14,16,17; 4.5), perfeitamente justo (Is 53.9,11; Jr 23.5; Lc 1.35; Jo 8.46; Hb 4.15; 7.26; I Pe 1.19; 2.22; 3.18)?*

Resposta: *Nosso Senhor Jesus Cristo (I Tm 2.5; Mt 1.23; I Tm 3.16; Lc 2.11; Hb 2.9), que nos foi dado pelo Pai em sabedoria para justiça, santificação e perfeita redenção (I Co 1.30).*

Síntese

- 1- Cristo, como verdadeiro homem e absolutamente justo, credencia-se (e ninguém melhor do que ele) como nosso único Mediador (I Tm 2.5).
- 2- Além de credenciado Mediador, por ser Deus e homem ao mesmo tempo e na mesma pessoa, ele se fez nosso Redentor (I Co 1.30).

Pergunta 19: *De onde retiras tal conhecimento?*

Resposta: *"Do Santo Evangelho, que Deus revelou, primeiramente no Paraíso (Gn 3.15), depois o proclamou pelos patriarcas (Gn 22.18; 12.3; 49.10) e profetas (Is 53; 42.1-4; 43.25; 49.5,6,22,23; Jr 22.5,6; 31.32,33; 32.9,41; Mq 7.18-20; At 10.43; 3.22-24; Rm 1.2; Hb 1.1), prefigurou nos sacrifícios e demais cerimônias da lei (Hb 10.1,8; Cl 2.7; Jo 5.46) e, finalmente, cumpriu-o no seu Filho unigênito" (Rm 10.4; Gl 4.4; 3.24; Cl 2.17).*

Síntese

- 1- Conhecemos a história da redenção pelas Escrituras Sagradas, e não há outra fonte de revelação escrita, dada à Igreja. O Espírito Santo nos ilumina para entendermos o que Deus nos fala por sua Palavra.
- 2- Nas Escrituras estão as promessas messiânicas da salvação, começando com Gn 3.15. A Bíblia sempre indicava a solução final por profecias ou por símbolos, a realizar-se na figura do Messias.
- 3- A vitória sobre o pecado devia ser mediante sacrifício; mas o sacrifício definitivo seria o do Imaculado Cordeiro de Deus, Jesus Cristo, o Filho unigênico do Pai (Rm 10.4; Gl 4.4; Gl 3.24; Cl 2.17). O que era prefigurativo, tornou-se realidade em Cristo Jesus, desaparecendo as "figuras", por se tornarem desnecessárias e inócuas.

EXPLICITAÇÃO DA GRAÇA

As Escrituras revelam-nos a graciosa ação divina no governo, na providência e na salvação dos escolhidos. A rebeldia da humanidade nas pessoas de Adão e Eva privou-nos do convívio direto com Deus, das relações benéficas da criatura com o Criador, do filho com o Pai, mas não eliminou a esperança, que se manteve na promessa da vinda de um Vencedor, humano como nós, que derrotaria Satanás. O anunciado foi sucessivamente e repetido, antes de realizar-se em Jesus Cristo, nascido de mulher e segundo a lei, na plenitude dos tempos. O advento do Messias decretou o fim do império satânico, pois o Diabo foi derrotado definitivamente, para que os eleitos fossem libertos. O Maligno governa sobre os réprobos, danificando-lhes o caráter e prejudicando-lhes o senso de justiça, de fraternidade, de honra e de caridade; indispondo-os contra Deus e seu povo, tornando-os egocêntricos e antropolátricos. Cristo, por outro lado, reina sobre os seus regenerados, santificando-os, irmanando-os na comunidade cristã, integrando-os internamente e gerando a fraternidade cristã pelos vínculos do Espírito Santo, que neles habita. O Diabo rege o mundo com seus mundanos; Cristo governa a sua Igreja com seus eleitos redimidos.

CRISTO, O CORDEIRO

O cordeiro imaculado dos sacrifícios vetotestamentários tipificava e prefigurava Jesus Cristo, aquele que expiaria os pecados dos escolhidos e lhes restabeleceria a comunhão com Deus. O que era prefigurado tornou-se realidade. João Batista, o propedêutico da obra redentora do Messias, assim o anuncia: "Eis o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo" (Jo 1.29). No Velho Testamento, a vítima sacrificial era abatida, sem direito de opção, em lugar do pecador, mas a ação expiatória se limitava ao interregno entre um sacrifício e outro. O pecador teria que morrer muitas vezes na figura passiva e inconsciente da vítima, pois o pecado fatural era, e continua sendo, persistente, não sendo removível em sua essência. O animal não peca por incondicionalidade de pecar. Por isso, podia "carregar", embora simbolicamente, os pecados alheios do homem pecador, antecipando a obra vicária do Cordeiro de Deus. O Cristo tipificado no sacrifício vetotestamentário por um animal imaculado, era figura pálida da realidade; pois o Filho de Deus encarnado portava, ao mesmo tempo e na mesma pessoa, as naturezas divina e humana. Desta maneira, sem pecado, mas carregando os pecados dos eleitos na condição de verdadeiro homem, pode libertar-nos das conseqüências da culpa original e perdoar-nos as ofensas atuais, expiando-as na cruz, o altar público em favor de todos os homens, mas com valor eficaz apenas para os escolhidos de Deus. O Filho de Deus assumiu consciente e deliberadamente nossos pecados, incorporando-os de maneira tão real, que o Pai impôs sobre ele a pena fatal, prevista na sentença: "O salário do pecado é a morte" (Rm 6.23^a). O sacrifício do imaculado Cordeiro é irrepitível e eternamente eficiente. Desta maneira, o pecador, condenado à morte, morre em Cristo e com ele ressuscita para a vida eterna. Deus e homem unem-se no Filho do Homem (Jo 1.1; Gl 4.4; I Jo 4.3; Jo 1.14). Adão, pela desobediência, provocou a ira do Criador contra a sua mais nobre criatura, o homem, e induruziu a morte na humanidade; Cristo venceu-a, conciliou o perdido com o Salvador e reintroduziu a vida eterna no mundo.

SEGUNDO A PROMESSA

No proto-evangelho de Gn 3.15 começa o ministério da graça, a esperança da promessa na qual caminharam nossos pais da velha dispensação. A Moisés Deus promete a vinda de um grande profeta (Dt 18.15). Os profetas preanunciaram o Messias com admirável clareza (Is 53; 11.25; Sl 22.72). Tudo se cumpriu. "E o Verbo se fez carne e habitou entre nós" (Jo 1.14). Os homens, ao condenarem Jesus Cristo à morte, condenaram-se a si mesmos. Cristo, como "ovelha, muda perante seus tosquiadores," deixou-se condenar passiva e pacificamente (Jo 10.17,18).

É incrível, mas entregamos Cristo, o Cordeiro sem mácula, para ser imolado por nós num sacrifício de eterna eficácia. E ele, o sacrificado, é também o Sumo Sacerdote, que entrou no Santos dos Santos, levando nossas culpas, expiando-as para sempre a fim de conceder-nos o perdão pelo qual nos reconciliamos com Deus e nos tornamos partícipes de seu reino, de sua graça e de sua natureza. O filho, que levou para o contexto da Trindade a natureza humana ressurreta, recomenda-nos ao Pai, justificando-nos diante dele, pois nossos pecados foram expiados por nosso Cordeiro e Sumo Sacerdote na cruz; eis porque somos apresentados como inimputáveis diante do trono de Deus. De fato, nada devemos; estamos limpos perante o juízo eterno: o que devíamos, Cristo pagou. O que Jesu fez por nós ninguém faria, por falta de mor e carência de condições para fazê-lo.

COMO SABEMOS DE TUDO ISSO?

Estas coisas não se aprende em escolas seculares ou religiosas; é matéria de revelação, que somente o regenerado apreende das Escrituras Sagradas, que a ele chegam por iluminação Espírito Santo, que inspirou os seus autores e ilumina os leitores eleitos, chamados, justificados e feitos filhos de Deus. O conhecimento das Escrituras pelo preordenado ao chamado, a redenção e à santificação (crescimento espiritual do servo para melhor servir) difere, e muito, da instrução religiosa cristã secularizada, que aborda a religião mais como filosofia (ciência), que como um fenômeno decorrente da fé revelada. Tal conhecimento de Deus (teodicéia ou mesmo teologia) acrescenta informações históricas e racionais ao estudante, indo, no máximo, ao limite do misticismo, sem jamais se incorporar à existência do estudioso, modificando-lhe o comportamento ético e centralizando-lhe a fé no único Deus revelado das Escrituras, estabelecendo-lhe vínculo indissolúvel com o corpo de Cristo, a Igreja. O Deus descoberto pela razão é o que o homem revela; não o que se revela ao homem pelas Escrituras e pelo testemunho interno do Espírito Santo. Sem a Bíblia e a instrumentalidade do Espírito, que age na letra sacra e na mente do leitor convertido e regenerado, independentemente de seu grau de cultura e de nível mental, não há conhecimento bíblico adequado e satisfatório, segundo a vontade do Revelador. A revelação, não sendo aquisição racional, não depende do intelecto para ser recebida, mas da graça divina. Deus a aplica a quem selecionou para ser-lhe filho-servo: analfabeto ou intelectual; adulto ou criança; equilibrado mentalmente ou portador de deficiência mental. As declarações de Cristo, abaixo transcritas, são esclarecedoras:

Revelação aos indoutos: *-Por aquele tempo exclamou Jesus: Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e instruídos e as revelaste aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim foi do teu agrado (Mt 11. 25,26). - Sai depressa para as ruas e becos (cortiços) da cidade e traze para aqui os pobres, os aleijados, os cegos e os coxos (Lc 14. 21.b).*

Salvação das crianças: *-Deixai vir a mim os pequeninos e não os embaraceis, porque dos tais é o reino de Deus (Cf Mt 19.13-15; Mc 10.13,16).*

Um débil mental na Igreja: *-Quem chamar (o irmão): Tolo¹, estará sujeito ao inferno de fogo (Mt 5.22 in fine).*

1- Tolo, aqui, não é perfeita tradução de “μωρε – μωροσ”, que significa “louco”, débil mental, fraco de mente. As traduções antigas traziam no lugar de “tolo” a transcrição do termo correspondente em aramaico “ raca” (gr Ηακα), com o significado de “vazio de mente, despido de inteligência e raciocínio, néscio, pessoa fora da realidade por ausência de percepção racional.¹ *Este texto mostra que Jesus admitia um irmão, inserido na comunidade dos salvos, com debilidade mental como efetivamente os havia no velho povo de Deus, membros da comunidade judaica, circuncidados ao oitavo dia. A salvação não depende de nossa razão, da clareza de nosso raciocínio, da lógica de nossas conclusões ou mesmo de nossas supostas ou verdadeiras experiências pessoais místicas, mas da graça de Deus operada e efetivada em Cristo Jesus e a nós aplicada pelo Espírito Santo.*

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 07

ELEIÇÃO E FÉ

Pergunta 20: *São salvos por Cristo todos os que caíram em Adão?*

Resposta: *Nem todos (Mt 7.14; 22.14). São salvos somente aqueles que são incorporados a ele pela verdadeira fé e lhe aceitam todos os benefícios (Mc 16.16; Jo 1.12; 3.16,18,36; Is 53.11; Sl 2.12; Rm 11.20; 3.22; Hb 4.3; 5.9; 10.39; 11.6).*

SÍNTESE

- 1- Cristo veio para salvar os preordenados filhos de Deus, e ser Juiz de todos, eleitos e não eleitos. Somente os predestinados são chamados e salvos (Mt 7.14; Mt 22.14).
- 2- A fé que salva é dom de Deus, não virtude humana ou produto da vontade do pecador.

¹ - *Morós*, estúpido, tolo. *Raca*, expressa desprezo pela cabeça do homem: seu estúpido. *More*, expressa desprezo pelo seu coração e caráter: seu salafrário (EGT). Cheve Linguística do Novo Testamento Grego, Fritz Rienecker/ Cleon Rogers, Soc. Rel. Ed. Vida Nova, São Paulo, 1ª Edição, 1985, Comentário de Mateus, cap. 5, v. 22.

W. C. Luz traduz o termo “moré”, no v. 22 de Mt 5, por “louco” no seu Novo Testamento Interlinear, Ed. Cultura Cristã, SP, 1ª Edição, 2003.

3- O salvo naturalmente se identifica com o Salvador e a ele espontânea e naturalmente se submete.

Pergunta 21: O que é verdadeira fé?

Resposta: *Não é apenas um seguro conhecimento pelo qual aceito tudo o que Deus me tem revelado em sua Palavra (Tg 2.19); é também a verdadeira confiança (Hb 11.1,7; Rm 4.18-21; 10.10; Ef 3.12; Hb 4.16; Tg 1.6), que o Espírito Santo (Gl 5.22; Mt 16.17; II Co 4.13; Jo 6.29; Ef 2.8; Fp 1.19; At 16.14) infunde em meu coração pelo Evangelho (Rm 1.16; 10.17; I Co 1.21; At 10.44; 16.14), dando-me segurança de que não somente a outros, mas a mim mesmo, Deus outorga a remissão de pecados, a justiça e a vida eterna (Rm 1.17; Gl 3.11; Hb 10.10,38; Gl 2.16), e isto por sua exclusiva graça mediante a obra redentora de Cristo (Ef 2.8; Rm 3.24; 5.19; Lc 1.77,78).*

SÍNTESE

1- A verdadeira fé é dádiva de Deus; e não é outorgada aos réprobos, mas apenas aos eleitos, para que eles recebam a graça da redenção.

2 A verdadeira fé, embora uma dádiva específica, vem num conjunto de bênçãos: A Palavra de Deus; o testemunho interno do Espírito Santo; a conversão; a justificação; a regeneração; a comunhão com Cristo e com sua Igreja; a santificação; o amor ágápico; a esperança inabalável.

3- A fé salvadora abre-nos o entendimento à revelação, leva-nos invariavelmente a Cristo e nos insere em sua Igreja.

Pergunta 22: O que deve crer um cristão.

Resposta: *Deve crer em tudo o que nos é prometido no Evangelho (Jo 20.31; Mt 28.19; Mc 1.15), expresso nos artigos do Credo Apostólico e resumido na confissão da verdadeira e universal fé cristã.*

SÍNTESE

Confessionalmente o crente deve crer: No Deus Criador, Governador, Redentor, Provedor, Revelador das Escrituras, Salvador por meio da obra vicária de Cristo. Crer no Espírito Santo, a Segunda Pessoa da Trindade; na ressurreição do corpo; na vida eterna; no juízo final. Tudo isto, e muito mais, está explicitado no Credo Apostólico e nos documentos confessionais da Reforma, especialmente na Confissão de Fé de Westminster.

Pergunta 23: Que dizem os referidos artigos?

Resposta: *Creio em Deus Pai, Todo-poderoso, Criador do céu e da terra; e em Jesus Cristo, seu unigênito Filho, nosso Senhor; o qual foi concebido por obra do Espírito Santo, nasceu da Virgem Maria, padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado; desceu ao Hades; ressurgiu dos mortos ao terceiro dia; subiu ao céu, e está sentado à mão direita de Deus Pai, Todo-poderoso, de onde há de vir a julgar os vivos e os mortos. Creio no Espírito Santo; na santa Igreja universal; na comunhão dos santos; na ressurreição do corpo; na vida eterna. Amém.*

SÍNTESE

1- A crença em cada pessoa da Trindade não pode levar o crente a tricotomizar a divindade. Temos de manter a doutrina da unidade de Deus, cujas pessoas, embora com ministérios específicos, são indissociáveis em virtude da consubstancialidade e da consensualidade irrestritas da ordem trina.

2- A crença na Igreja universal não tem a mesma natureza da “crença em Deus”: cremos na existência e na realidade da Igreja como corpo de Cristo e dele inteiramente dependente. Sem Cristo não há Igreja. A autoridade dela é derivada da de Cristo, e se efetiva na sua submissão a ele. Quanto mais submissa a Cristo é a Igreja, mais autoridade espiritual possui diante de seus membros e perante o mundo.

Fé salvadora e fé confessional

FÉ CONFESSIONAL.

O Catecismo nos fala, na primeira parte, da fé salvadora, um dom de Deus e, na segunda, da fé confessional, isto é, crença nos postulados da revelação bíblica, formulados pela Igreja de Cristo, iluminada pelo Espírito Santo. Para os protestantes, as principais formulações, divididas em *credais* e *confessionais*, são: O Dicaquê, o Credo Apostólico, o Credo Niceno, a Confissão de Augsburgo (1530), a Confissão de Concórdia (1580), a Confissão Francesa de Calvino, os Cânones de Dort (1619), o Catecismo de Heidelberg (1563), a Confissão Helvética (1536), a Segunda Confissão Helvética (1566), a Confissão de Fé de Westminster e catecismos Maior e Breve (1640). Os séculos XVI e XVII presenciaram o surgimento e o encerramento dos grandes e fundamentais documentos confessionais do movimento reformado que, apenas com modificações superficiais adaptativas, permanecem como parâmetros indicadores dos mais seguros caminhos bíblicos da Igreja. Sem parâmetros confessionais bíblicamente sólidos e denominacionalmente consolidados, a Igreja se perde no emaranhado doutrinário cada vez mais confuso, mais intenso e mais apelativo. As seitas multiplicam-se por proliferação de lideranças místicas centralizadoras e dominadoras e por cismas das denominações históricas, geralmente atingidas por “modernidades” litúrgicas centralizadas nas “satisfações” lúdicas, nas “bênçãos espirituais” ofertadas e na “prosperidade econômica”.

A agremiação religiosa que, em nome da liberdade, deixa a cada filiado a opção pessoal de doutrina, certamente se transformará em seita eclética, teologicamente indefinida e religiosamente promíscua. É necessário manter, mesmo por questão de sobrevivência, os princípios da comunidade primitiva de Jerusalém:

E perseveravam na doutrina dos apóstolos e na comunhão, no partir do pão e nas orações (At 2.42).

Diariamente perseveravam unânimes no templo, partiam pão de casa em casa e tomavam as suas refeições com singeleza de coração (At 2.46).

A doutrina (aquilo que se professa) e a ética (aquilo que se vive) precisam ser bem estabelecidos na comunidade religiosa, para que cada crente possa dizer o que sua Igreja crê e ensina, e qual a moral que lhe norteia o comportamento e o de seus membros. Uma comunidade religiosamente indefinida não passa de um público místico,

ligado a algum interesse pessoal ou coletivo, jamais uma Igreja, corpo de Cristo, composta de servos de Deus, dispostos a amá-lo e a servi-lo incondicionalmente.

Credos, confissões e catecismos têm servido à Igreja nas áreas de catequese, doutrina, disciplina e liturgia, além de impedir desvios de rota dos rumos traçados pela Reforma, que foi, e deve continuar sendo, um movimento de retorno às Escrituras Sagradas e firme permanência em seus ensinamentos. Qualquer texto confessional que aberrar dos princípios bíblicos, certamente será rejeitado pela verdadeira Igreja de Cristo, sempre orientada e iluminada pelo Espírito Santo.

As diferenças entre credo, confissão e catecismo são:

Credo: declaração sucinta de fé, começando com a palavra “creio”: “Creio em Deus Pai, todo-poderoso, Criador do céu e da terra.”

Confissão: exposição doutrinária, especificando e definindo bíblicamente cada doutrina da igreja confessante. O melhor exemplo de confissão, na área reformada, a mais minuciosa, mais abrangente, a mais extensa, e a mais amplamente adotada, é a Confissão de Fé de Westminster.

Catecismo: Ensino doutrinário, com fundamentação bíblica, em forma de pergunta e resposta. Como a própria palavra indica, destina, prioritariamente, à catequese, sem perder de vista a instrução religiosa dos neófitos e dos inexperientes da comunidade. Nossos catecismos (Heidelberg, Breve e Maior de Westminster) são documentos preciosos e valiosos para a Igreja, além de doutrinariamente seguros, pois originários da teologia reformada e nela firmados.

A fé salvadora

A fé redentora não procede de um seguro conhecimento da verdade revelada. Tal conhecimento pode fazer do homem um teólogo, mas não necessariamente um crente verdadeiro, salvo por Cristo. Fé, que liga a Cristo, também não pode ser “confiança” advinda da certeza racional, psicológica e emocional, resultado de experiências místicas (curas, milagres, visões...), pois tais coisas são observadas nos cultos idolátricos, nos centros espíritas e nos terreiros de macumba. Fé remidora, por outro lado, não procede da obediência irrestrita a princípios ou códigos legais, como o mosaico, por exemplo. A Fé Salvadora é dom de Deus, uma dádiva da misericordiosa graça divina aos eleitos, chamados, regenerados, justificados e salvos por e em Cristo Jesus. Sobre esta questão, ouçamos a palavra autorizada das Escrituras: *Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não (vem) de obras, para que ninguém se glorie (Ef 2.8,9).* Deus confere o dom da fé salvadora somente aos seus eleitos. Ninguém crê, se Deus não lhe instilar no ser e na mente o dom da fé salvadora. A fé, pois, desponta como ação do homem, mas por operação divina no seu interior.

Os ímpios e a fé

A bíblia revela o que a constatação confirma: A humanidade, depois da queda, ficou dividida entre ímpios (inimigos de Deus, ateus, idólatras) e eleitos, os que, embora humanamente frágeis e pecadores, são escolhidos para serem o povo da promessa, da eleição e da graça, chamados "justos", não por méritos próprios, mas pela misericórdia de Deus.

Os ímpios são impermeáveis ao Evangelho da redenção, à penetração da graça. Escolhem suas próprias divindades, materiais ou místicas, e a elas se entregam fanaticamente. Preferem o gozo sensório à alegria espiritual. Apegam-se ao imediatismo temporal e material, ao concreto, ao palpável, ao benéfico; nada de sacrifício, de servitude. Não se consagram ao Deus único e todo-poderoso; procuram divindades que lhes sejam supostamente submissas e serviçais. O réprobo é, por índole, panteísta, iconolatra e, por ser egocêntrico, dedica-se, geralmente, à antropolatria. Rejeita a fé bíblica e o Deus das Escrituras por não ser eleito, embora possa ser religioso.

Os eleitos e a fé

Aos eleitos Deus se revela e é por eles recebido, independentemente de quaisquer condições humanas: "Graças te dou, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e entendidos, e as revelaste aos pequeninos. Sim, Pai, porque assim foi do teu agrado" (Mt 11.25,26).

Os postulados da fé, revelados nas Escrituras, são dádivas de Deus, não criações da inteligência humana ou resultados de seu misticismo. A mais extraordinária formulação confessional das origens do cristianismo foi emitida por Pedro: "Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo." O Mestre, porém, lhe assegurou que tal declaração procedia da revelação e não de suas conclusões teológicas: "Não foi carne e sangue quem to revelou, mas meu Pai que está nos céus" (Mt 16.16,17). O mesmo Deus que se revela nas Escrituras e por elas manifesta sua vontade, também ilumina os seus escolhidos para entendê-las, aceitá-las e por elas se conduzirem, espiritual e eticamente. A igreja é filha e serve da Palavra de Deus.

Deus, autor da revelação, o é igualmente da fé, da regeneração e da santificação: "Assim como nos escolheu nele antes da fundação do mundo para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e em amor" (Ef 1.4). A fé reformada firma-se, portanto, na revelação bíblica e na confissão magistralmente sumariada no Credo dos Apóstolos, base estrutural da monumental obra de Calvino, as Institutas.

O crente reformado sabe que todas as coisas procedem do Criador, são sustentadas e administradas por ele, tanto na ordem material ou cósmica como na espiritual. Conhecemo-lo, porque ele se revela a nós; têmo-lo, porque ele se deu a nós; cremos nele, porque nos outorgou o maravilhoso dom da fé; caminhamos esperançosos, porque ele, na pessoa de seu Filho, é-nos caminho, verdade e vida; temos a vida eterna, porque ele, em Cristo, matou a morte; ressuscitaremos no último dia, porque ele ressuscitou, abrindo o caminho para a eternidade; estaremos com ele, porque ele nos chamou para estar com ele no seu reino.

Não cremos na Igreja nem no seu clero, porque o mesmo Deus da Igreja é o Senhor de cada um de nós. Cristo habita o seu corpo, mas também habita cada um de seus membros verdadeiros. A Igreja não é objeto de nossa fé, nem o que ela ensina fora e à margem das Escrituras deve ser matéria de crença; nossa confiança é depositada única e exclusivamente em Cristo Jesus, autor e consumidor de nossa fé, Mediador de nossa redenção e de nossas orações. O livro da Igreja e o de cada um de seus membros é a Bíblia (sola Scriptura), que é por ela e por todos os seus congregados autênticos tomada como *única regra de fé e norma de conduta*.

Assim, nós, os reformados, temos uma fé salvadora, que é dom de Deus, e uma fé confessional, firmada estritamente nas Escrituras Sagradas e solidamente orientada por nossos símbolos religiosos: Credo Apostólico, Confissão de Fé de Westminster, Catecismo Maior, Breve Catecismo e, como coadjuvante, o Catecismo de Heidelberg.

CATECISMO DE HEIDELBERG - Domingo 08

O CREDO DOS APÓSTOLOS

Pergunta 24: *Em quantas partes se dividem os artigos do Credo?*

Resposta: *Em três: Primeira: De Deus, Pai, e de nossa criação. Segunda: De Deus, Filho, e de nossa redenção. Terceira: De Deus, Espírito Santo, e de nossa santificação.*

SÍNTESE

1- Deus revela-se nas pessoas da ordem trina - Pai, Filho e Espírito Santo-. A revelação mostrou-nos, inicialmente, a Pessoa do Pai; depois, a do Filho; finalmente a do Espírito Santo. Didaticamente, o Pai nos é revelado como Criador; o Filho, como Salvador; o Espírito Santo, como Santificador e Consolador. Estas funções, papéis e ministérios, porém, não são independentes nem individualizados, pois Deus é UNO, embora em três pessoas distintas. O Deus trino é, em última análise: Criador, Redentor e Santificador, conforme a definição do Credo.

2- Aqueles que crêem em divindades falsas e em líderes paternos carismáticos, supõem possuir muitos pais e assim os chamam. O filho de Deus, gerado em Jesus Cristo, tem somente um Pai:

A ninguém sobre a terra chameis vosso pai; porque só um é vosso Pai, aquele que está nos céus (Mt 23.9).

3- Dos incrédulos, ele é Pai por criação. Dos crentes, por redenção e adoção.

Pergunta 25: *Se há somente uma essência divina (Dt 6.4; Ef 4.6; Is 44.6; 45.5; I Co 8.4,6), qual a razão dos três nomes: Pai, Filho e Espírito Santo?*

Resposta: *Porque é assim que Deus se revela em sua Palavra, de maneira que as três pessoas distintas são o único, verdadeiro e eterno Deus (Is 61.1; Lc 4.18; Gn 1.2,3; Sl 33.6; Is 48.16; Mt 3.16,17; 28.19; I Jo 5.7; Is 6.1,13; Jo 14.26; 15.26; II Co 13.14; Gl 4.6; Ef 2.18; Tt 3.5,6).*

SÍNTESE

1- As Escrituras revelam a Trindade, não por meio desta palavra, que não consta dos escritos sagrados, mas da existência real da ordem trina, conforme se constata nos textos citados.

2- Os cristãos, que têm as Escrituras como exclusiva fonte de fé, e crêem na sabedoria revelada, não duvidam da existência de um Deus uno em três pessoas distintas, mas consustanciais e consensuais; engajadas igualmente nas mesmas obras: criação, preservação, governo e redenção. Há destaques nominativos e designativos, mas as obras são “comunitárias”, os pensamentos interagidos, as vontades

comuns. Tudo é co-participado no contexto trinitário de maneira absolutamente consensual.

MONOTEISMO TRINITÁRIO

Há um só Deus. As pessoas trinitárias são distintas; porém, inseparáveis; perfeitamente identificáveis como individualidades no conjunto unitário, jamais como indivíduos egocentizados, com suas idiosincrasias. O Pai, o Filho e o Espírito Santo não são três deuses; mas um só, desde toda a eternidade. Deus sempre existiu na unidade trinitária, e assim se revela nas Escrituras. Todas as obras divinas (criação, governo, preservação e redenção) foram preordenadas, planejadas e executadas pela divina Trindade, que a tudo preserva, agiliza, governa e destina. A Igreja de Cristo, exatamente como fazia Israel, professa sua fé no Deus da criação, da preservação e da gerência de todas as coisas. Nós, portanto, servos do Cordeiro, somos teocêntricos na crença e na adoração, mas dentro do contexto bíblico da ordem trinitária,

>**Cremos** em um Deus Todo-poderoso (**Dt 6.4**), Criador do céu e da terra, a partir do absolutamente inexistente (creatio ex nihilo), isto é, do nada fez Deus todas as coisas, tanto o universo físico como o espiritual, que está fora da nossa realidade empírica e fenomenal.

>**Cremos** que nada foi criado sem a mediação do Filho, o Servo partícipe da criação e mediador da ordem criada (**Jo 1.1-3; Cl 1.16**) e, mais visivelmente, executor do plano eterno da redenção, tornando-se nosso Salvador e único Mediador entre os salvos e a Trindade santa e eterna.

>**Cremos** que nada se revelou sem a instrumentalidade do Espírito (**II Pe 1.21**). O Filho é o revelador do Pai; o Espírito Santo, o revelador do Filho. Conhecemos o Pai pelo Filho (Jo 14.9); conhecemos o Filho pelo Espírito Santo (Jo 16. 13 cf Jo 14. 26).

A Igreja, pois, é radicalmente monoteísta ao professar, sem reservas, a existência de um só Deus em três pessoas distintas, mas consensuais e consubstanciais, exatamente como faz o Credo dos apóstolos, dividido, em três partes, segundo a ordem trinitária, e mais os seguintes crenças: na Igreja universal; na comunhão dos santos; na remissão dos pecados; na ressurreição do corpo; na vida eterna. Destaquemos as partes que estabelecem a crença nas pessoas da ordem trina:

a- DE DEUS PAI, CRIADOR:

Deus é Pai, não no sentido genealógico, mas no espiritual e até psicológico, dos seus eleitos que, em consequência da paternidade divina efetivada em Jesus Cristo, guardam-lhe os mandamentos, dignificam-lhe o nome, adoram-no em espírito e em verdade, exaltam-lhe a obra da criação. Nosso Pai, pela obra mediatória de Cristo, é o augusto e poderoso Criador de todas as coisas. Se dermos ao Criador, em decorrência da criação, o título de Pai, então, e somente nesse sentido, pode-se dizer que ele é pai de todos os seres humanos; porém, sua paternidade efetiva, direta e espiritual, somente se efetiva por meio da adoção, privativa dos eleitos vocacionados e justificados, regenerados e adotados como filhos em e pelo santíssimo Primogênito, Jesus Cristo (Jo 1. 12; Rm 8. 14-17, 29; Hb 2. 10-17). Os regenerados, pois, não se tornam filhos de Deus por criação, mas por adoção (Rm 8. 15), depois de justificados e regenerados. A

paternidade divina sobre o filho adotado em Cristo Jesus é de natureza espiritual, direta e íntima, pois o Pai habita cada redimido por meio de seu Espírito Santo. O renascido em Cristo não adora um Deus cuja existência o ciência comprovou e expôs, mas o Genitor da experiência existencial, testemunhado internamente pelo Espírito Santo, revelado pelas Escrituras. A exclamação filial, “aba, Pai” (Papai, meu Pai, Pai querido), procedente de um filho de Deus nascido de novo (Rm 8. 15; Gl 4. 6), com significado muito mais emocional, sentimental e profundo que racional. A declaração, naturalmente formal, de um irregenerado, quando designa Deus de pai, não passa “sedimento” cultural arraigado na sua mente e expressa, quase sempre automaticamente, em forma de provérbio ou jaculatória. No máximo, pode ser um Pai de sua religiosidade natural e icônica a quem não serve, não cultua de fato e ao qual não se submete. Neste sentido, “Oxalá”, divindade inexistente, é chamado de “Pai Oxalá”. O filho de Deus sabe que seu Pai o criou à sua imagem e semelhança; criou o universo físico e a natureza; governa pessoal e particularmente cada um de seus redimidos; providencia-lhe o pão de cada dia e concede-lhe as inefáveis bênçãos da salvação e da vida eterna. A regeneração e a santificação criam nos escolhidos do Pai a consciência e a dependência de filhos. A palavra Pai, portanto, emana do mais profundo ser do filho, revestindo-se de sentimentos e emoções filiais.

b- DE DEUS FILHO, REDENTOR:

Antes da encarnação do Verbo, a distância entre a divindade e a humanidade era imensa e sem trânsito do homem para o céu. A face de Deus não podia ser diretamente contemplada sem risco de morte. A inacessibilidade do humano ao divino deixava o pecador inteiramente impossibilitado de qualquer ação que lhe permitisse a passagem do estado de perdição para o de salvação. Nem a Lei foi capaz de ajudá-lo. O Forte, porém, teve misericórdia do fraco, o Poderoso apiedou-se do frágil: Saiu de seu universo superior, esvaziou-se de sua glória, afastou-se de seu ambiente celeste estritamente espiritual, fez carne, habitou entre nós, tornou-se humano, igualou-se realmente a nós para sentir nossas dores, experimentar nossas aflições, assumir nossas culpas e expiar nossos pecados. O Pai, portanto, nos redime no Filho, encarnação da divindade, perfeitamente Deus e verdadeiramente homem. Nele, o Verbo feito carne, somos reconciliados com Deus, que estava em Cristo (II Co 5.19). O Filho e o Pai são um, não divergentes, mas convergentes, uma unidade de pessoas sem qualquer conflito relacional, sem nenhum choque de opiniões e de vontades. Quem vê o Filho, vê o Pai (Jo 14.9,10). No Filho, somos salvos pelo Pai (Jo 14.6,9,24). Como ovelhas do Pai, fomos entregues ao pastoreio do Filho (Jo 6.37, 39, 44; 17. 6,9,24). Em Cristo, o Redentor, reside a plenitude da divindade:

Porquanto nele (em Cristo) habita, corporalmente, toda a plenitude da Divindade (Cl 2.9 cf Ef 1.21).

Cristo no Pai, e nós em Cristo, formamos um corpo interativo, existente na presente vida, onde o Salvador nos encontrou, e que há de plenificar-se no reino messiânico vindouro, segundo a promessa. O Filho de Deus não é um Redentor, que salva por decreto, mas por interação conosco, e isto com tanta intensidade, realidade e veracidade, que assumiu nossas culpas e as expiou no Calvário. A nós nos resta a gratidão!

c- DE DEUS ESPÍRITO SANTO, SANTIFICADOR:

O Filho revela-nos o Pai. O Espírito Santo revela-nos o Filho. Sem, o Filho não se chega ao Pai: sem o Espírito não se vai ao Filho, pois é o Paráclito que objetiva em nós a presença do Filho; convence-nos do pecado, da justiça e do juízo; faz-nos entender a mensagem do Evangelho da graça (Jo 14.16-18; 16.7-11; 14.26); mantém no coração dos eleitos o consolo da esperança, (Jo 14. 16,26; Jo 15. 26; Jo 16. 7). A obra da santificação é operada pelo Espírito Santo, que em nós habita. O templo do Espírito não pode ser profano ou profanado. Somos o altar do Espírito Santo no conjunto, a Igreja, e na individualidade, isto é, cada um dos regenerados. Deus se mostra ao mundo nas pessoas de seus eleitos, restaurados em Cristo à sua imagem e semelhança. Sem o testemunho interno do Espírito Santo a revelação bíblica não chega às nossas mentes e, chegando, não passa aos nossos corações, não domina os nossos sentimentos.

PROFISSÃO CREDAL DE FÉ

Nossa fé professante, no que nos é essencial e fundamental, sumaria-se no Credo Apostólico, a mais concisa e extraordinária síntese confessional do cristianismo, preparado para a confissão individual recitativa dos catecúmenos, especialmente no soleníssimo momento do batismo. Intuitiva ou declarativamente cada servo de Cristo, no contexto da Igreja, deve, constantemente, reafirmar sua fé cristã pelos postulados credais do Credo dos Apóstolos, que contém doze declarações basilares da nossa crença. Ei-las:

OS DOZE ARTIGOS DO CREDO:

- 01- Creio em Deus Pai, Todo poderoso, Criador do céu e da terra.
- 02- Creio em Jesus Cristo, seu Filho Unigênito, nosso Senhor.
- 03- Creio que Nosso Senhor foi concebido por obra do Espírito Santo, nasceu da Virgem Maria, padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado.
- 04- Creio que Jesus Cristo desceu ao Hades.
- 05- Creio que ele ressurgiu dos mortos ao terceiro dia.
- 06- Creio que o Senhor Jesus subiu ao céu e está à destra de Deus Pai, Todo poderoso, de onde há de vir para julgar vivos e mortos.

Obs.: Aqui se revela a crença no juízo final, quando a misericórdia divina em Cristo Jesus nos justificará definitivamente, acolhendo-nos em seu Reino Eterno, mas a sua justiça se fará perpetuamente contra os réprobos, designando-lhes o tormento imitigável.

- 07- Creio no Espírito Santo.

- 08- Creio na Igreja Universal.
- 09- Creio na comunhão dos santos.
- 10- Creio na remissão dos pecados.
- 11- Creio na ressurreição do corpo.
- 12- Creio na vida eterna.

Esta é a mais popular síntese confessional da cristandade, o mais poderoso documento credal da história cristã. Não é necessário que o recitemos sistematicamente em nossas liturgias; imprescindível, porém, lhe conservemos o conteúdo na memória eclesial, na adoração, na doutrinação e na missão.

DESCENDO AO HADES.

O quarto artigo, “ Creio que Jesus Cristo desceu ao Hades” (Cf Ef 4. 9), foi o último a ser adicionado, e revela, por um lado, a imensa humilhação do Verbo e, por outro, sua vitória sobre as forças do mal no seu próprio QG. Ao descer ao Hades, mundo de domínio da morte, Cristo, no entendimento de Calvino (Inst. Vol. II, cap. XVI, §§ 8 a 11), o Salvador não experimentou somente as agruras do óbito física, mas, e principalmente, os horrores da morte espiritual, sentenciada a todos os homens. Este é o significado de “descer ao Hades”, segundo o reformador genebrino. A penetração de Cristo no império da morte, onde entrou sozinho, sem o amparo do Pai, foi inominavelmente terrível. Eis a causa de sua angustiante exclamação na cruz:

Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste? (Mt 27. 46 cf Sl 22. 1).

Calvino, portanto, sustenta a conveniência e a necessidade de manutenção do quarto artigo do Credo, pois o seu conteúdo soteriológico é inegável. Os teólogos liberais tendem a excluí-lo; mas os reformados, seguindo o exemplo e os argumentos do reformador de Genebra, mantêm-no, e cada vez mais firme.

CATECISMO DE HEIDELBERG – Domingo 9 O DEUS DA CRIAÇÃO É NOSSO REI

Pergunta 26: " *O que crês, quando dizes: Creio em Deus Pai, todo poderoso, Criador do céu e da terra?*"

Resposta: "*Creio que o Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que do nada criou o céu e a terra com tudo que neles existe (Gn 1 e 2; Ex 20.11; Jó 33.4; 38 e 39; At 4.24; 14.15; Sl 33.6; Is 45.7), sustentando e governando todas as coisas por seu eterno conselho e providência (Hb 1.3; Sl 104.27-30; 115.13; Mt 10.29; Ef 1.11), é meu Deus e meu Pai por amor de seu Filho Jesus Cristo (Jo 1.12; Rm 8.15; Gl 4.5-7; Ef 1.5). Nele confio de tal maneira que não duvido de que proverá sempre o necessário para minha alma e meu corpo (Sl 55.22; Mt 6.25,26; Lc 12.22). E mais, creio que todos os males aos quais me submeter neste vale de lágrimas, convertê-los-a em benefícios para*

mim (Rm 8.28). Sendo Deus onipotente, ele pode agir assim (Is 46.4; Rm 10.12); e como Pai benigno e fiel, efetivamente o faz" (Mt 6.32,33; 7.9-11).

Síntese

- 01- Deus, do nada, pelo poder de sua Palavra Criadora, criou todas as coisas: Gn 1,2; Ex 20.11; Jó 33.4; Jó 38,39; At 4.24; 14.15; Sl 33.6; Is 45.7. É mais fácil, e até mais racional, crer que o universo sugiu da obra de um Criador extremamente inteligente (onisciente), que acreditar na “eternidade da matéria”, em forma física ou energética, e sustentar que o homem, ser racional, sentimental, emotivo, sensível e criativo, tenha procedido de uma vida unicelular em um pântano primevo qualquer; passando por todas as supostas etapas da evolução biológica até sublimar-se e estacionar-se no “homo sapiens”.
- 02- Não há dicotomia entre o Deus criador e o Deus salvador. O Redentor é também criador.
- 03- Deus sustenta e governa todas as coisas: Hb 1.3; Sl 104. 27-30; Sl 115.3; Mt 10.29; Ef 1.11, tanto por meio de leis naturais, todas originárias de suas mãos, como diretamente, quando lhe aprouver intervir na ordem natural.
- 04- Ele é nosso Deus e Pai por meio de seu Filho: Jo 1.12; Rm 8.15; Gl 4.5-7; Ef 1.5. O Divino entrou na humanidade para revelar-se como Deus Redentor, não por meio de uma redenção decretiva, mas intervencional e amorosa na augusta pessoa de Nosso Senhor Jesus Cristo, em quem se fez “nosso” e “igual a nós”.
- 05- Providencia tudo para nós (para a alma e para o corpo): Sl 55. 22; Mt 6.25,26; Lc 12.22. O mesmo Deus que dá o sustento material, oferece o espiritual. O homem, sendo um ser de dupla dimensão, carece de nutrientes que a ambas satisfaçam plenamente: o pão material e o espiritual (Mt 4.4).
- 06- Todas as coisas Deus as converte para o nosso bem final: Rm 8.28. O bem final de seus eleitos é propósito último de Deus; e esse bem final será atingido, embora, em algumas situações, possa ser dolorosa ao filho da promessa.
- 07- O Deus onipotente age onipotentemente: Is 46.4; Rm 10.22. Deus não é limitado por sua obra, pois esta não é maior nem mais poderosa que seu Criador. Deus não se deixa influenciar nem dominar por qualquer de suas criaturas. A Oração não muda a sua vontade; ela é apenas um privilégio que o Redentor concedeu aos filhos redimidos de se dirigirem, súplices, a ele. O “infinitamente pequeno” não pode influenciar o “infinitamente grande”.
- 08- Deus, Pai benigno, age benignamente em favor de seu povo e na providência geral: Mt 6.32,33; Mt 7. 9-11.

DEUS CRIADOR

No princípio, Deus criou os céus e a terra (Gn 1.1).

Deus é auto-existente; nem de si mesmo depende, pois é auto-suficiente, completo e perfeito em todos os seus atributos. Sendo de natureza espiritual, não tem, como os humanos, carências materiais, sociais e psicológicas. Em Deus a perfeição espiritual é absoluta não por crescimento, mas por essência. Quem é onipotente, onipresente e onisciente só pode ser absolutamente perfeito e, conseqüentemente,

imutável, pois não há como melhorar ou piorar, crescer ou decrescer, evoluir ou involuir. Este é o Deus que se revela nas Escrituras, que se encarna em Jesus Cristo.

A Igreja confessa que Deus criou todas as coisas, as visíveis e as invisíveis, as materiais e as espirituais. O Criador não partiu de uma base preexistente, agindo como arquiteto ou artista: criou tudo do nada absoluto. Nenhuma molécula, nenhum átomo, nenhum ser vivo existia, a não ser Deus, antes do “princípio” criacional (Gn 1.1). A criação, pois, é um imensurável milagre do Criador. Ele criou o universo e o submeteu a leis físicas, químicas, matemáticas, biológicas irrevogáveis, que podem ser revogadas somente pelo próprio Criador por meio de intervenções miraculosas. O Criador e Legislador universal organizou o universo em micro e macro sistemas, que se interligam e se harmonizam de maneira admirável e inexplicável. A vida biofísica foi criada em três níveis: Vegetal, animal e humana.

Homem, obra prima do Criador. O homem é o clímax da criação (Sl 8). O supremo Originador da ordem criada dotou-o de corpo e espírito; galardoou-o com sublime dignidade e elevada honra; concedeu-lhe o privilégio de ser imagem e semelhança do Criador: equipado de racionalidade, criatividade, sentimento, emoção, livre arbítrio, discernimento, percepção sensorial e extrasensorial, intuição, sensibilidade, capacidade artística e espiritualidade: homem inteligente e racional. Desta maneira, foi diferenciado, e muito, dos animais irracionais. Ao ser humano o Pai celeste conferiu responsabilidade e autoridade para governar a terra, modificar o que for permitido, preservar e respeitar a natureza, ajudando-a na manutenção da equidade e da harmonia originais. Na condição de servo de Deus, foi-lhe concedida a incumbência regencial sobre a natureza, administrando-a para o seu Senhor em benefício de todos e não predatoriamente em favor de alguns e prejuízo de muitos. A agressão à natureza é, sem dúvida, uma ofensa a Deus e uma comprovada indignidade do homem.

Os propósitos da criação. A criação teve um início; destinou-se a um objetivo, e o cumpre, segundo os propósitos do Criador; e terá um fim, quando o Deus único e Todo-Poderoso colocará em seu lugar um novo céu e uma nova terra, sem as tragédias cosmológicas e as calamidades epidêmicas da atual ordem natural. No novo universo, sem tentador, tentações e pecados, o Filho de Deus, com seu povo incorruptível, governará para sempre. O Rei da nova criação foi o mediador da velha (Jo 1.3; Cl 1. 16,17), sendo o cabeça da Igreja, Salvador de todos os preordenados pelo Pai à redenção. Deus criou o universo já com um fim preordenado, e o leva para a consumação dos objetivos originais, quando o homem terá o seu “verdadeiro paraíso” sob o governo de Jesus Cristo. Deste paraíso o Maligno estará radicalmente afastado e nele jamais penetrará.

Todas as coisas criadas revelam a infinita sabedoria e o amor incomensurável de nosso Deus, Pai de nosso Senhor Jesus Cristo e, por mediação dele, nosso Pai. Cremos no Deus criador porque o Espírito Santo e as Escrituras no-lo revelam no Salvador, Jesus Cristo.

Deus criou o tempo. O tempo era imponderável, imensurável, antes da existência do cosmo. A criação fê-lo vir à tona e possibilitar a sua mensuração. Tudo existe em um determinado espaço de tempo; sendo o percurso no *espaço-tempo*, da origem ao fim, designado de “existência” ou “tempo de vida”. Se tomarmos para o tempo o sentido cronológico, Deus, que plenamente existe antes do tempo, entrou no

tempo intervenientemente pela criação e se tornou partícipe dele pela encarnação. Eternidade e tempo diferem-se: A eternidade é imensurável; o tempo é mensurável, pois se relaciona com a perecibilidade e o movimento das coisas materiais. A existência de Deus, no entanto, não tendo princípio e nem fim, situa-se no campo imensurabilidade: a eternidade divina.

Cristo estava no “princípio”, está “agora”, e estará no telos (o fim). A ele, pois, toda a honra, todo louvor e toda glória!

À margem da criação divina e fora da supervisão de Criador nada existe: *Eu formo a luz e crio as travas; faço a paz e crio o mal; eu, o Senhor, faço todas as coisas (Is 45. 7).*

DEUS, GOVERNADOR

Deus governa o universo pela regência direta de seu Filho, Nosso Senhor Jesus Cristo (Mt 28. 18 cf Cl 2. 15-17), a quem todo poder foi conferido nos céus e na terra.

Creemos que o Criador, na unidade trina, governa a obra criada de maneira direta e eficiente, cuidando das mínimas e das máximas coisas com divino zelo; conservando a ordem vital e mantendo todas as leis naturais e cósmicas sem degeneração e sem conflitos. Excepcionalmente pode intervir nos códigos e nos sistemas dos vários conjuntos universais, suprimindo funções ou alterando conseqüências tanto na ordem física como na biológica. Ele, o Criador onipotente, segundo a sua soberana vontade e inescrutáveis propósitos, pode operar normalmente tais alterações que nós, na humildade de nossos conhecimentos, chamamos "milagres". Quem criou, estabeleceu e ordenou as leis das ordens natural e cósmica, tem poder para alterá-las, suspendê-las, mesmo que seja temporariamente, ou suprimi-las, mudando o curso normal das coisas. Quando isto acontece, alistamos o fenômeno no rol do “desconhecido” ou “inusitado”.

O mundo, cremos, não está à deriva no espaço sideral, nem experimenta o início de um estado caótico, pois a mão do Criador repousa sobre ele; o Rei do universo governa-o direta e eficazmente. Nada acontece à revelia de nosso Deus, mesmo as catástrofes naturais, embora sejam inexplicáveis à luz de nossa lógica empírica, de nossa limitadíssima razão, ou mesmo de nossa fé, quando encaramos a misericórdia de Deus sem o contraditório do pecado e sem o confronto com sua retíssima justiça. Nosso planeta, criado para ser o paraíso do homem, experimenta conturbações meteorológicas e geológicas imprevisíveis, reagindo à depredação irracional do sistema ecológico e à intoxicação atmosférica por gases poluentes dos motores, das siderúrgicas e das indústrias petroquímicas; opondo-se também à radioatividade das bombas atômicas, das usinas nucleares, do lixo atômico. Não são desprezíveis os danos dos agrotóxicos. Estamos, por outro lado, diante da imprevisibilidade dos transgênicos; esta intervenção do homem na biologia e na fisiologia da flora e da fauna. Não sabemos para onde a ciência bioquímica nos conduzirá. Matando seu meio ambiente, o homem comete suicídio coletivo.

Deus também cria civilizações, levantando impérios e abatendo domínios. Ele é o Senhor da História e dispõe dos homens como bem lhe aprouver, conforme seus propósitos. Nenhum poder surge ou cai, a não ser pelas mãos potentíssimas do Rei dos reis (Gn 50. 20; At 2. 23; At 13. 26-39).

A Igreja é o reino especial de Jesus Cristo, uma pequena militância neste mundo, minoria, certamente, mas se destina à consumação, quando então não terá concorrente; reinará com o Cordeiro, sem a oposição de homens perversos e sem a tentação do maligno, no “novo céu e na nova terra”.

DEUS PROVIDENTE

A Providência segundo as Escrituras:

- 1- *Geral sobre o universo: Sl 103.19; Dn 5.35; Ef 1. 11.*
- 2- *Sobre o universo físico: Jó 37. 5,10; Sl 104.14; Sl 135.6; Mt 5. 45.*
- 3- *Sobre os seres naturais inferiores: Sl 104. 21, 28; Mt 6. 26; Mt 10.29.*
- 4- *Sobre questões internacionais: Jó 12.23; Sl 22.28; Sl 66.7; At 17.26.*
- 5- *Sobre o homem, origem e sucesso: I Sm 16.1; Sl 139.16; Is 45. 5; Gl 1. 15,16.*
- 6- *Sobre vitórias e derrotas do homem: Sl 75. 6; Lc 1. 52.*
- 7- *Sobre coisas ínfimas, desprezíveis: Pv 16.33; Mt 10.30.*
- 8- *Sobre os justos, protegendo-os: Sl 4. 8; Sl 5. 12; Sl 63. 8; Sl 121.3; Rm 8.28.*
- 9- *Sobre o seu povo, para mantê-lo: Gn 22. 8,14; Dt 8.3; Fp 4.19.*
- 10- *Sobre os santos, respondendo suas orações: I Sm 1. 19; Is 20.5,6; II Cr 33. 13; Sl 65.2; Mt 7.7; Lc 18. 7,8.*
- 11- *Sobre os ímpios, apontando-lhes a culpa e impondo-lhes castigo: Sl 7.12,13; Sl 11. 6².*

O mesmo Deus que alimenta os pardais e veste os lírios do campo, faz a chuva cair e o sol brilhar, a brisa do dia e o sereno da noite, os frutos gostosos e os animais do campo, as verdes campinas e as rochas imensas, as fontes cristalinas e os mares profundos; tudo destinado ao bem estar, à sobrevivência e à felicidade do homem. Temos um Pai que cuida de nós, e nada nos faltará. Nele depositamos nossa confiança e em seus braços sacrossantos descansamos. Bem-aventurado é o que crê num Deus Criador, Governador, Preservador e Provedor. O que compete a Deus fazer, ele o faz: Dá-nos a terra fértil; a semente que germina; o fruto que amadurece; os animais que povoam o campo; os que se deixam domesticar e serem destinados à nossa alimentação; os que se submetem ao nosso comando e nos prestam serviços; os insetos que polinizam as flores; as vespas que produzem mel; as essências naturais que perfumam a vida; os microorganismos que fabricam nossos queijos e nossos vinhos, fermentam nossas massas e se tornam anticorpos em nossa defesa; o ar que respiramos; a água potável que refrigera nossos organismos; a não potável, mas que limpa nossos corpos e umedece nossos campos; a luz que nos permite a visão das paisagens e promove a fotossíntese; a noite que nos retira o calor do dia e nos dá a paz para o repouso; as plantas medicinais que nos curam hoje e curaram nossos pais; as vitaminas, as proteínas e os sais minerais que extraímos da natureza; a manutenção reprodutiva de cada espécie, permitindo a seleção natural para a preservação das ordens criadas; o mar, imenso, celeiro de peixes e mantenedor do sistema pluvial do mundo; a lua e as estrelas que tiram o tédio da noite e

² - Seguimos Louis Berkhof em “Teologia Sistemática”, Luz Para o Caminho, 4ª Edição, 1996, Campinas, SP, pág. 167. A providência divina agrange todas as coisas, as naturais e as espirituais.

nos dão uma romântica visão da ordem criada; os governos que evitam o caos social da humanidade; a inteligência humana, quando age para o bem, especialmente expressa nas escolas, faculdades, universidades, organizações científicas, hospitais, institutos de pesquisas, instituições sociais beneficentes, sistemas viários terrestres, aéreos e marítimos, indústrias alimentícias e têxteis, descobertas e inventos.

Conclusão: Deus rege o mundo diretamente; governa-o pelas leis naturais; administra-o por governantes; cuida dele por meio de pessoas predestinadas específicas em todas as áreas da ciência, da cultura, das artes e dos artesanatos, de filhos vocacionados para fins específicos. Não cremos, pois, que a natureza e as sociedades estejam sob o estrito domínio do homem. Sustentamos que nosso Deus, o Criador de tudo, também governa todas as coisas, todas as instituições estatais, todas as organizações humanas e todas as criaturas humanas. O que não vem pela ação de Deus, vem por sua permissão, mas nada existe fora ou além de seu gerenciamento.

Além do regência geral, Deus possui na terra um povo exclusivamente seu, a Igreja a qual governa por meio de seu Filho amado, nosso Senhor Jesus Cristo. Cristo atua na Igreja por meio das Escrituras e do testemunho interno do Espírito Santo.

CATECISMO DE HEIDELBERG - Domingo 10

A PROVIDÊNCIA DIVINA

Pergunta 27: *"Que é a providência de Deus?"*

Resposta: *"É o poder de Deus, onipotente e presente em todo lugar, (At 17.25,27,28; Jr 23.23,24; Is 29.15,16; Ez 8.12), pelo qual, como por sua própria mão, sustenta e governa o céu, a terra e todas as criaturas de tal maneira (Hb 1.3;) que tudo o que a natureza produz, a chuva e o sol (Jr 5.24; At 14.17;); a fertilidade e a esterilidade; a comida e a bebida; a saúde e a enfermidade (Jo 9.3), a riqueza e a pobreza (Pv 22.2); em fim, nada acontece sem motivo, por acaso ou azar, mas segundo o conselho e a vontade do Pai celeste" (Mt 10.29; Pv 16.33.*

Síntese

1- Providência. Providência de Deus são as ações pelas quais ele mantém e governa o universo; sustenta e preserva os povos e as pessoas; governa as nações por administradores de sua escolha ou permissão; conserva sob seu cuidado direto a sua Igreja.

2- O Deus onisciente e onipotente está pessoalmente em todos os lugares: At 17.25,27,28; Jr 23.23,24; Is 29.15,16; Ez 8.12; mas não impregnado nas vidas e nos elementos naturais. Como um ser pessoal e de outra natureza, a espiritual, está acima e fora do universo físico próximo ou remoto. As coisas não são animadas pelo espírito divino criador e providente dentro delas ou parte de sua essência natural, mas governadas e mantidas por comandos exteriores de um Rei universal extremamente inteligente, ordenador de leis, comandante da obra criada, das civilizações, das pessoas e de todo o biosistema. Deus é pessoal, e exerce seu poder pessoalmente, não por meio de "influências" infusas ou difusas, e de "energias" positivas ou negativas. Nada existe que tenha emanada do Criador; tudo veio à existência e se mantém pelo poder de sua palavra.

2- Deus governa o universo e os homens (Hb 1.3) por meio de leis previamente estabelecidas pelo supremo Legislador e eficientíssimo mantenedor. Os homens, além de estarem subordinados às leis naturais, são gerenciados pessoalmente por Deus; tratando-se de pessoas responsáveis, “imagens e semelhanças” do Criador, capazes de dizer “sim ou não” ao Rei dos reis. Conscientes de sua pecaminosidade, os pecadores sabem que a salvação é inefável graça, sendo o castigo e a condenação aplicações da reta justiça divina.

3- Tudo procede de Deus (Jr 5.24; At 14.17; Jo 9.3; Pv 22.2), não de seu ser, mas de sua soberana vontade. A natureza realiza a vontade do Criador; o homem pode contrariá-la no curso de sua existência biofísica, mas as conseqüências são desastrosas. O egocentrismo isolou a criatura do Criador; e aquele destinado a ser servo fiel do augusto Senhor, tornou-se desobediente, rebelde e servidor de si mesmo. A humanidade, que deveria ser unidade na sociedade fraterna universal, dividiu-se em etnias concorrentes de homens que escravizam os semelhantes para fins econômicos.

4- Tudo acontece, pois, segundo a vontade de Deus (Mt 10.29; Pv 16.33), mesmo os acontecimentos trágicos da ordem natural. O homem, sendo responsável, pode agir irresponsavelmente, causando males a si mesmo e à natureza. Quem é ofensor de Deus, o Pai do universo e da ordem natural, menos lhe custa depredar a obra do Criador: fato lamentavelmente constatado, que tem colocado a humanidade em risco iminente de extinção.

Pergunta 28: "Que utilidade tem para nós o conhecimento da criação e da providência?"

Resposta: *"Para que em todas as adversidades tenhamos paciência (Rm 5.3; Tg 1.3; Sl 39.9; Jó 1.21,22); na prosperidade sejamos agradecidos (I Ts 5.18; Dt 8.10;); quanto ao futuro, sejamos confiantes, depositando nossa esperança exclusivamente em Deus, nosso Pai fidelíssimo (Sl 55.22; Rm 5.4), sabendo que: Nada nos pode separar de seu amor (Rm 8.38,39); todas as criaturas submetem-se ao seu poder; tudo acontece por sua soberana vontade" (Jó 1.12; 2.6; Pv 21.1; At 17.25).*

Síntese

1- *Para que tenhamos paciência em tudo (Rm 5.3; Tg 1.3; Sl 39.9; Jó 1.21,22), pois Deus é longânimo, eficiente no gerenciamento do universo, misericordioso no trato com os seus escolhidos, mas justo com todos os seres humanos. Não há mal na vida dos eleitos que não seja da permissão de Deus e que não lhe redunde em benefício posterior (Rm 8.28). Os padecimentos dos escolhidos, além da disciplina do Pai (Hb 12. 4-13), servir-lhes-ão para abater-lhes o orgulho; permitir-lhes o reconhecimento da fraqueza; aumentar-lhes a experiência; fortificar-lhes a esperança; aprofundar-lhes a fé. A dor de hoje qualifica o sorriso de amanhã.*

2- *Para que sejamos agradecidos na fartura (I Ts 5.18; Dt 8.10). Na bonança e na felicidade material e social, geralmente nos esquecemos de Deus, voltando-nos para nós mesmos, gastando vitalidade física e esbanjando nossos bens. Quando a miséria entra na nossa casa, levando nossa saúde, nossos bens, e dissolvendo nossa família, aí nos lembramos de Deus, estendendo as mãos súplices para os céus. A gratidão é a mais bela liturgia do crente ao Doador de todas as coisas. O grato, quando o fracasso o atinge, não*

estende mãos vazias ao Criador, suplicando misericórdia; estende-as cheias de gratidão, implorando resignação, paciência e esperança, na certeza de que o mal passará, a noite chegará ao fim, nova aurora há de raiar, pois seu Deus não falha.

3- *Para que sejamos confiantes quanto ao futuro* (Sl 55.22; Rm 5.4). O crente tem consciência de que não pertence a si mesmo, mas a Deus, de quem é servo de dedicação exclusiva. Ele, seu tempo, seus dotes e sua capacidade produtiva são propriedades do Salvador, que o colocou neste mundo, deu-lhe funções e ministérios, e o retirará daqui quando lhe aprouver. Seu futuro próximo, remoto e no além, portanto, está nas mãos de Deus. Quem repousa nos braços de Cristo pode até ser deserdado neste mundo, mas possui, seguramente, uma herança eterna indestrutível e intransferível.

4- *Para que saibamos que nada nos separa de Cristo* (Rm 8. 38,39). O homem não decide sua vinculação a Cristo nem o que fazer por ele ou sob seu comando. Tal decisão é da exclusiva responsabilidade do Salvador: *Não fostes vós que me escolhestes a mim; pelo contrário, eu vos escolhi a vós outros e vos designei para que vades e deis fruto, e o vosso fruto permaneça* (Jo 15.16).

4- *Para que saibamos que tudo acontece por vontade divina* (Jó 1.12; 2.6; Pv 21.1; At 17.25). A vontade que gerencia o universo e governa a humanidade é a de Deus, não a dos mais eminentes dos homens. Particularmente, o Senhor comanda os seus servos por meio da ação interna do Espírito Santo, que neles habita (Fp 2. 13). Os servos de Deus (douloi), conscientes ou não, voluntariamente ou constrangidos, executam sempre as determinações de seu soberano Senhor. Os eleitos redimidos existem para realizarem, no mundo, a vontade do imaculado Redentor.

PROVIDÊNCIA GERAL

01- **Deus cuida dos necessitados:** "O Senhor sustém os que vacilam (os paraplégicos), e apruma (levanta) todos os prostrados". "Em ti esperam os olhos de todos, e tu, a seu tempo, lhes dás o alimento" (Sl 145.14, 15). Há pessoas insaciáveis: quanto mais possuem, mais almejam, mais cobiçam. Esquecem-se de que nasceram nuas e nenhum bem material dessa existência levarão para a eternidade. Tais indivíduos locupletam-se às custas de pessoas comercialmente indefesas, às quais denominam "público alvo" ou "seguimento de mercado". Os manipuladores da produção e do consumo ditam as normas mercantis e os preços de seus produtos. Sobre os *pobres*, os que ocupam a ponta do consumo, recaem o ônus final de tudo: transporte, armazenamento, lucro e impostos. Fora da linha previsível de consumo estão os paupérrimos: mendigos, andarilhos e moradores de rua. A estes Deus alimenta por meio de caridosos e beneficências governamentais. Resumindo: todos os seres humanos são alimentados e protegidos; mas o Provedor concede mais alegria aos necessitados, que se contentam com o pouco ou com o quase nada, do que aos ricos ansiosos, gananciosos e avarentos.

02- **Deus é benevolente para com todos:** "Abres a tua mão e satisfazes de benevolência (benevolentemente) a todo vivente" (Sl 145.16). Aqueles que não têm em quem se apoiarem e em quem buscarem carinho e afeto, Deus oferece-lhes o seu apoio, a sua benevolência, seu carinho e o consolo do Santo Espírito. O crente e o incrédulo desfrutam igualmente das benesses divinas naturais: sol, chuva, calor, frio, brisa, vento, oxigênio, fauna, flora, água, terra e minerais. Ambos são beneficiados com hospitais,

orfanatos, asilos, creches, ensino fundamental, médio e superior, sistemas viários, sanitários (água e esgoto), iluminação, meios de comunicação e redes distribuidoras. Estas coisas são estendidas a todos, e são imensos benefícios gerados da providência divina.

03- Deus alimenta os seres vivos: "Fazes crescer a relva para os animais, e as plantas para o serviço do homem, de sorte que da terra tire o seu pão"(Sl 104. 14). Ao incrédulo tudo parece natural: a fecundação dos seres, o surgimento da vida, o germinar da semente, o eclodir das flores, o surgimento dos frutos, desenvolvimento dos troncos, o perfume das pétalas, o verdor dos campos, a maturação das messes. Ele não vê nem sente a mão de Deus em tudo. O escolhido, que recebeu olhos para ver, percepção para sentir, vê e sente o dedo do Criador em tudo, que, por meio da natureza alimenta todos os seres vivos e, principalmente a sua obra prima, o homem. Para que a terra produza o necessário ao sustento das criaturas vivas, Deus lhe dá a iluminação solar adequada, as chuvas na medida certa, os ventos proporcionais para lhes enrijecer os caules e polinizar-lhes as flores, os elementos químicos e os orgânicos indispensáveis. A providência, por meio da natureza, realiza milagres.

4- Deus não discrimina: Deus "faz nascer o sol sobre maus e bons, e vir chuvas sobre justos e injustos"(Mt 5.45). Ao contemplar multidões (ateus, blasfemadores e idólatras, todos sendo alimentados, vestidos, medicados, habitando em casas, algumas luxuosas, estudando, não para servir a Deus, mas a si mesmos com expressiva ignorância da existência do Criador, usando os bens recebidos para divertimentos concupiscentes), o verdadeiro servo de Cristo entende a imensurável benignidade e a longânima misericórdia do Senhor do universo e Provedor da criação. Deus sustentou um Paulo de Tarso, servo fidelíssimo e operoso ministro, mas também permitiu que existisse, alimentou e preservou um Calígula ou um Nero. Tanto os filhos da promessa como os réprobos são preservados com igual cuidado no curso da atual existência. Deus mantém e sustenta bons e maus.

5- Deus governa pelos governos: Jo 19.10,11; Rm 13.1-7; I Pe 2. 13-15. Deus instituiu um povo especial, cuja história corre no curso da história geral, mas com ela não se confunde, nela não se funde e com ela não se compromete política, moral e eticamente, embora a enriqueça com seu testemunho e a sirva com seus cidadãos: servos de Deus, não do mundo. A Igreja de Cristo peregrina na terra, mas não é daqui; caminha para a mansão celestial.

As nações, leigas por natureza, não conhecem Deus, reveladamente falando, mas seus governos, sem exceção, são por Ele permitidos. Sem sua permissão, nenhum governo se instala nem governa (Rm 13. 1-7; I Pe 2. 13-15). Ele disciplina as nações perversas por meio de administradores igualmente perversos. O mundo não é caos social, porque Deus o governa pelos punhos e a espada de regentes retirados de seu ambiente cultural : Maus presidem mal; bons administram bem, pois o fazem com honestidade e dedicação às classes sociais diversas.

6- Deus não quer inquietação e ansiedade:

Por isso vos digo: não andeis ansiosos pela vossa vida, quanto ao que haveis de comer ou beber; nem pelo vosso corpo, quanto ao que haveis de vestir. Não é a vida mais que o alimento, e o corpo, mais do que as vestes? Observai as aves do céu: não semeiam, não colhem, nem ajuntam em celeiros; contudo, vosso Pai celeste as sustenta.

Porventura, não valeis vós muito mais do que as aves? Qual de vós, por ansioso que esteja, pode acrescentar um côvado ao curso da sua vida? E por que andais ansiosos quanto ao vestuário? Considerai como crescem os lírios do campo: eles não trabalham nem fiam. Eu, contudo, vos afirmo que nem Salomão, em toda a sua glória, se vestiu como qualquer deles. Ora, se Deus veste assim a erva do campo, que hoje existe e amanhã é lançada no forno, quanto mais a vós, homens de pequena fé? Portanto, não vos inquieteis, dizendo: Que comeremos? Que beberemos? Ou: com que nos vestiremos?(Mt 6. 25-31). Portanto, não vos inquieteis com o dia de amanhã, pois o amanhã trará os seus cuidados; basta ao dia o seu próprio mal. Mt 6. 25-34.

7- **Deus salva e preserva os seus servos** (Jo 17.11; Fp 4.7; II Ts 3.3; II Tm 1.12; II Tm 4.18; I Pe 5.7; Rm 8.31-39).

Os ímpios não tomam consciência de que são alimentados, vestidos e protegidos por Deus, que providencia para todos, indistintamente, as dádivas naturais e institucionais: Alimentação, habitação, educação, saúde, locomoção, segurança, garantias, direitos, empregos. Um exemplo: A medicina, com todos os seus recursos científicos, tecnológicos e hospitalares, é, não duvidamos, uma bênção da providência divina em benefício de todos os homens, pois nada existe sem a mão criadora e misericordiosa de Deus. São numerosos os milagres operados pelo Criador por meio da natureza e das providenciais organizações humanas por ele ordenadas e mantidas. Os governos, para que a sociedade não seja caótica, são instituições da providência divina (Jo 19.10,11; Rm 13.1-7; I Pe 2.13-15). O mesmo podemos dizer da constituição da família pelo casamento monogâmico, uma bênção da providência para a organização, continuidade e perpetuidade da ordem social; para criação e educação dos filhos; para a dignificação do ser humano. A Igreja é o berço da família, e esta é a base da Igreja. A Igreja é a luz moral da sociedade; a família é o seu combustível; e Deus é o criador de ambas.

PROVIDÊNCIA ESPECIAL

Deus chamou um povo, elegeu-o em Jesus Cristo e lhe dá garantias de sobrevivência e salvação: O servo do Senhor, filho da promessa por mediação de Cristo, confia em Deus, que lhe provê o necessário à sobrevivência (Mt 6.25-34), preserva-o da perdição e o protege contra as ciladas de Satanás (Jo 17.11; Fp 4.7; II Ts 3.3; II Tm 1.12; I Pe 5.7; II Tm 4.18; Rm 8.31-39). O homem natural deposita sua confiança e sua esperança nos bens adquiridos e nos seguros previdenciários. Estas coisas são necessárias, mas não garantem o futuro depois da morte, na vida eterna. Nossa confiança deve estar em Deus, Senhor do tempo e da eternidade; Pai tão misericordioso e provedor, que preserva seres, desprezíveis aos nossos olhos, como, por exemplo, os pardais (Mt 10. 29,30).

Jesus quer que os filhos de Deus submetam-se ao Pai celeste, pedindo-lhe o pão diário e a firmeza para não sucumbir nas tentações (Mt 6.11,13). O valor cristão está na perseverança durante as crises, não em ser "crente" na bonança e na paz. A felicidade do salvo realiza-se completamente na sua fidelidade incondicional a Deus. A riqueza do crente não reside nos bens materiais, mas na dádiva misericordiosa da redenção. Deus possui servos ricos e servos pobres, servos sadios e servos doentes, servos perfeitos e servos aleijados; todos para sua glória e segundo seu beneplácito; todos espiritualmente realizados.

CATECISMO DE HEIDELBERG - Domingo 11 DEUS FILHO, SALVADOR

Pergunta 29: "*Por que o Filho de Deus é chamado Jesus, que significa: Salvador?*"

Resposta: "*Porque ele nos salva e nos livra de todos os pecados (Mt 1.21; Hb 7.25), e porque em nenhum outro a salvação pode ser encontrada ou buscada" (At 4.12; Jo 15.4,5; I Tm 2.5; Is 43.11; Jo 5.11).*

Síntese

1- Jesus é Salvador.

Sendo o Filho Eterno do Pai, sobre ele recaía o ministério da salvação desde a eternidade (II Tm 1.9). Para Deus não há surpresa, incidentes, acidentes, imprevistos ou previsão de sucesso. O Perfeito criou todas as coisas e todas os seres com perfeição; e nada sem objetivo. O planejado foi executado com irretocável exatidão: “E viu Deus que tudo era bom”. Cada ser e cada coisa com seu papel pré-determinado. O acaso, o inusitado e o imprevisto não existem para o Deus onipotente e imutável. O Diabo não entrou no Éden por *cochilo* do Criador, nem o primeiro casal caiu à sua revelia; tudo se deu em cumprimento de seu decreto preordenador e de sua vontade permissiva ordenatória. Se a queda fosse uma “falha imprevista”, um “erro de planejamento” ou “defeito de execução”, Deus não seria onisciente, onipotente, perfeito e imutável: não seria o Criador infalível. A responsabilidade pessoal do homem e seu livre arbítrio, produtos de sua “imagem Dei”, que o levaram à desobediência, não poderiam ter sido causa não preconizada pelo augusto, soberano e onisciente Criador e Governador de tudo. O imprevisível, próprio da temporalidade, do universo fenomênico, não pode constar do projeto eterno da criação cujo Autor é ilimitado, perfeito e imutável em seu ser, poder, presciência e sabedoria. O universo e o homem realizam sempre a vontade do supremo Rei dos reis. Tudo estava, portanto, previsto e preconcebido no eterno decreto de Deus. A queda constava, certamente, do plano da redenção, para que a salvação se realizasse na Pessoa do Eterno Filho de Deus. Ele não veio “consertar uma falha do Pai”, mas executar o seu plano eternamente preordenado de remissão e de instauração de seu reino. Cristo, conclui-se, não se tornou Salvador, ele é o Redentor eterno; este ministério lhe pertence no contexto da ordem trina de maneira infinita e permanentemente gloriosa: Pai, *Criador*; Filho, *Salvador*; Espírito Santo, *santificador, instrumento da revelação e iluminador da Igreja*.

A liberdade e o livre arbítrio do homem original fizeram-no responsável por seus atos; tudo, porém, conforme a vontade previsiva do Criador. Deus não é autor do pecado, mas permitiu que ele entrasse no mundo sob a estrita responsabilidade do homem, para que em seu Filho amado se manifestasse a infinita graça divina em favor dos eleitos do Pai, bases da nova humanidade preconizada para realizar-se no tempo e efetivar-se na eternidade, no reino escatológico do Cordeiro, o novo Adão (Cf Rm 5. 12-21) O velho Adão tinha de dar origem à humanidade natural, para que a espiritual

surgisse em Cristo (Cf I Co 15. 45-49). Quando Deus colocou o homem no mundo, a salvação dos eleitos e, conseqüentemente, a rejeição dos réprobos, já constavam dos planos divinos: *Assim como nos escolheu nEle (Cristo), antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante Ele; e em amor nos predestinou para Ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade (Ef 1.4,5).*

2- SOLUS CHRISTUS

Jesus é o único Salvador dos preordenados à salvação e exclusivo Mediador entre Deus e seus eleitos (I Tm 2.5). A ligação dos que estão *em Cristo* ao Pai celeste somente é possível, porque:

a- O Filho é Deus, Segunda Pessoa da Trindade, credencial que nenhum outro ser possui. Estando, pois, em Cristo, estaremos em Deus, profunda e definitivamente ligados à divindade.

b- Ele, como Cordeiro imaculado, substituiu no holocausto da cruz todos os escolhidos do Pai, os existentes antes da encarnação (II Tm 1.9; Tt 1.2); os presentes durante o tempo de sua vida encarnada, o estágio biofísico terreno; os que viriam e vieram depois de sua morte e ressurreição, isto é, na presente era e na era porvir.

c- Ele se tornou nosso eterno Sumo Sacerdote, entrando definitivamente no Santo dos Santos celeste e lá permanece mediando-nos junto ao Pai e intercedendo por nós.

Pergunta 30: "Crêem, porventura, no único Salvador Jesus Cristo aqueles que buscam sua salvação e felicidade nos santos, em si mesmos, ou em qualquer outra coisa?"

Resposta: *"Não; porque ainda que de lábios vangloriem-se de tê-lo por Salvador, de fato o negam como único Redentor (I Co 1.13,30,31; Gl 5.4;), pois, na prática, demonstram que Jesus não é perfeito Redentor; porém, os da verdadeira fé recebem-no como suficiente Salvador e nele encontram o necessário para sua salvação" (Hb 12.2; Is 9.6; Cl 1.19,20; 2.10; I Jo 1.7).*

Síntese

1- Cristo, onisciente e onipotente Filho de Deus fez-se nosso eficiente e suficiente Redentor. Ele, à viva voz, declarou: *Ninguém vem ao Pai senão por mim (Jo 14.6b).* E Paulo atesta a exclusividade da redenção em Cristo: *E não há salvação em nenhum outro; porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos (At 4.12).* Nosso Redentor, portanto, dispensa acessórios, coadjuvantes, mediadores, medianeiras e representantes credenciados como, por exemplo, o Papa, que julga agir e falar em nome de Cristo. Além do mais, o nosso Salvador não nos deixou órfãos, está conosco todos os dias protetora e redentoramente: *E eis que estou convosco todos os dias até à consumação do século (Mt 28.20b).*

2- O religioso que deposita fé e confiança em mediadores auxiliares, não crê na suficiêcia soteriológica de Cristo e, conseqüentemente, não se devota exclusivamente a ele. A substituição da *crístocentria* da fé por uma *dulia* policêntrica é idolatria bíblicamente condenável e intolerável: o Deus único requer adoração exclusiva: *Ao Senhor, teu Deus, adorarás e, só a Ele darás culto (Mt 4. 10b cf Dt 6.13).* As

Escrituras rejeitam representações da divindade, pois além da onipresença, da presença na Igreja e nos crentes, onde atua pessoalmente, “*Deus é espírito, e importa que seus adoradores o adorem em espírito e em verdade*” (Jo 4.24). O ídolo ofende o Salvador, tanto o concreto, figurado em imagens e esculturas, como o abstrato, existente na imaginação do crédulo ou procedente da mitologia.

SALVADOR ÚNICO E SUFICIENTE

Somente Cristo.

A palavra **Jesus** significa: Javé salva ou Javé é salvação. O Verbo encarnado é a redenção presente entre os homens. O Novo Testamento não nos deixa em dúvida quanto a exclusividade da salvação em Jesus Cristo. O nome **Jesus**, como era praxe em Israel, designa seu ministério redentor, seu "múnus" sacerdotal e vicário. Ouçamos a Bíblia:

>E lhe porás o nome de Jesus, porque ele salvará o seu povo dos pecados deles (Mt 1.21).

>*Este Jesus é pedra rejeitada por vós, os construtores, a qual se tornou a pedra angular. E não há salvação em nenhum outro; porque abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos (At 4.12).*

>*Fiel é a palavra e digna de toda aceitação, que Cristo Jesus veio ao mundo para salvar os pecadores, dos quais eu sou o principal (I Tm 1.15).*

>*Antes a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte, e morte de cruz. Pelo que Deus o exaltou sobremaneira e lhe deu o nome, que está acima de todo o nome, para que ao **nome de Jesus** se dobre todo joelho, nos céus, na terra e debaixo da terra; e toda língua confesse que Jesus Cristo é Senhor, para glória de Deus Pai (Fp 2.7-11).*

>*Nele habita corporalmente toda plenitude da divindade. Também nele estais aperfeiçoados. Ele é o cabeça de todo principado e potestade (Cl 2.9,10).*

>De Cristo vos desligastes, vós que procurais justificar-vos na lei, da graça decaístes. Porque nós, pelo Espírito, aguardamos a esperança da justiça que provém da fé (G. 5.4,5).

>*Porquanto há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo, homem (I Tm 2.5).*

>*Respondeu-lhe Jesus: Eu sou o caminho, a verdade e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim (Jo 14.6).*

Quaisquer intermediários nada acrescentam ao seus devotos; pelo contrário, são barreiras entre o Salvador e eles, impedindo-lhes a salvação. Fontes alternativas de redenção não existem: Cristo somente (solus Christus).

SANTOLATRIA E ICONOLATRIA

Respeitamos a adoração aos santos, os mencionados nas Escrituras e os de fora delas, e temos muita consideração para com a Virgem Maria, instrumento de Deus para

a encarnação do Verbo e dele beneficiária. Sabemos, no entanto, que todos foram humanos, pecadores, sujeitos a falhas, salvos por Jesus Cristo. Maria não se salvou a si mesma, foi salva por Cristo. Ela mesma chama Deus de “meu Salvador” (Lc 1.47). Os santos estão, evidentemente, na comunhão gloriosa dos eleitos, onde Cristo nos aguarda, pois pertencemos à mesma Igreja e estamos no mesmo corpo; somos igualmente santos, não por méritos pessoais ou virtudes beatíficas, mas por misericórdia do Redentor. Eles se encontram na Igreja triunfante e nós na militante; todos objetos da mesma graça redentora de Cristo. Adorar esses irmãos em Cristo, tomá-los como protetores, padroeiros, intercessores e guias é confessar, na prática, a insuficiência da redenção operada por Cristo; é transferir para a criatura a adoração, a veneração, a fé e o culto devidos exclusivamente ao Criador, ao Salvador, nosso Senhor Jesus Cristo. Nem por mentalização, sem a presença da imagem, nem por objetivação icônica, perante um ídolo representativo, os santos podem ser adorados ou reverenciados, beatificados (levados à honra dos altares) ou santificados (declarados santos, objetos de veneração ou de culto duleico). Uma das fortes muniadoras da santolatria é a doutrina da “representação de Cristo”. O clero romano, com ênfase no Papa, é tido e crido como “representante de Jesus Cristo” na terra, seu “autêntico” substituto. Um “substituto de Cristo”, ainda vivo, já é chamado de “santo padre”. Quando morre, dependendo de sua popularidade e de “alguns milagres” “comprovados” por seus pares ou alguns beatos, é “canonizado”, isto é, transformado em “santo venerável ou adorável. O corpo do Papa João Paulo II, ainda estava sendo velado, e seu sucessor, Bento XVI, já providenciava sua canonização. Será mais um “santo” para ser adorado, fazer milagres e intermediar a salvação de seus devotos.

Há somente um Salvador, um Mediador. Portanto, somente a ele devemos adoração e submissão por sua própria recomendação:

>Ao Senhor teu Deus adorarás, e só a ele darás Culto”(Mt 4.10).

>Vós, porém, não sereis chamados mestres, porque um só é vosso Mestre, e vós todos sois irmãos. A ninguém sobre a terra chameis vosso Pai; porque só um é vosso Pai, aquele que está no céu. Nem sereis chamados guias, porque um só é o vosso Guia, o Cristo (Mt 23.8-10).

O CRENTE E A ICONOLATRIA.

Longe estejam do verdadeiro crente todas as " mancias", todas as "magias", todos os ícones, todos os objetos "energizados". O Criador não transfere seu poder à criatura ou às coisas criadas. Sejam cristocêntricos; nada de Água Benta, Vale do Sal, Óleo Bento e tantos outros ícones “espiritualmente energizados” por carismáticos, que a si mesmos se elevam à condição de “missionários”, “ministros de Deus”, “bispos e bispas” e “apóstolos”. O evangelismo, que lutou contra a idolatria e dela saiu com lutas e sacrifícios, a ela está retornando, e de maneira mais depravante da fé bíblica; pois outrora a crença se depositava, geralmente, em santos reais, humanos. Agora, a fé se transfere para objetos da natureza, panteisticamente “carregados” de poderes mânticos, capazes de comunicarem “bênçãos” aos seus “novos ídólatras.” Um copo d’água sobre o televisor recebe “poder miraculoso,” quando no vídeo “aparece” o mensageiro, mago carismático, e pronuncia, “on-line,” a “prece poderosa” e abençoadora. Estamos vivendo

uma fase iconolátrica incontrolável, sem precedentes, nos arraiais evangélicos neopentecostais, inclusive a iconolatria mamônica, o apego fóbico ao econômico. A teologia da prosperidade ensina que a “fé positiva” produz riqueza, porque ser *próspero e rico* é uma “herança dos filhos de Deus”, um “direito” do herdeiro. Portanto, cada crente tem de “tomar posse de suas bênçãos”, e não ficar implorando a misericórdia de Deus, submetendo suas petições à “vontade do Criador”. Não se trata de vontade, dizem, mas de “direito”. Uma oração “imperativa”, fundamentada em uma “fé indubitavelmente positiva,” “obriga” Deus a “cumprir” o seu dever, e “entregar a bênção requerida”, pois o filho não “pede favor”, reivindica direito.

CATECISMO DE HEIDELBERG - Domingo 12 DE CRISTO E DO CRISTÃO

Pergunta 31: "Por que Jesus é chamado Cristo, isto é, Ungido?"

Resposta: "Porque foi ordenado pelo Pai e ungido pelo Espírito Santo (Sl 45.7; Hb 1.9; Is 61.1; Lc 4.18) para ser o nosso supremo **Profeta e Mestre** (Dt 18.15; At 3.22; 7.37; Is 55.4), o que nos tem revelado o secreto conselho e vontade de Deus sobre nossa redenção (Jo 1.18; 15.15); para ser nosso único **Sumo Sacerdote** (Sl 110.4), redimir-nos por seu único sacrifício vicário (Hb 10.12,14; 9.12,14,28; e interceder continuamente por nós diante do Pai (Rm 8.34; Hb 9.24; I Jo 2.1; Rm 5.9,10); para ser nosso eterno Rei, governando-nos por sua Palavra e pelo seu Espírito, guardando e conservando os seus redimidos" (Sl 2.6; Zc 9.9; Mt 21.5; Lc 1.33; Mt 28.18; Jo 10.28; Ap 12.10,11).

Síntese

1- Definição de Unção: A unção era o ato, ordenado por Deus, de separação e consagração, especialmente de pessoas, para o serviço de Deus. O elemento físico, que simbolizava a ação externa da escolha de Deus para funções ministeriais, era um óleo especial e específico, proibido ao uso comum ou profano (Ex 30. 32,33). O óleo derramado significava ou tipificava a dádiva do Espírito Santo (I Sm 10.1,9; I Sm 16.13; Is 61.1; Zc 4.1-14). Tal derramamento consumou-se verdadeiramente, segundo a promessa, no Verbo encarnado e concretizou-se na Igreja. Com a dádiva do Espírito, o símbolo tornou-se desnecessário.

2- Os Ungidos:

a- Os *reis*, que deveriam governar o povo eleito pelas normas estabelecidas por Deus (Jz 9.8; II Sm 2.4; I Rs 1.34).

b- Os *sacerdotes*, que teriam a incumbência de mediar entre o povo leigo e Deus, o Rei dos escolhidos, congregados em comunidade político-religiosa nacional (Ex 28.41).

c- Os *profetas* (I Rs 19.16), que recebiam a missão de verbalizar para o povo as mensagens de Deus. O profeta era um arauto da divindade, a boca de Deus; devendo transmitir com fidelidade a palavra que lhe era colocada na mente e no coração para ser comunicada aos destinatários.

3- Unção de Cristo: Cristo foi ungido para:

3.1- Tornar-se Rei sobre o seu povo, o novo Israel; ser o Messias ou Cristo de todos os escolhidos do Pai. Ele reina como Cabeça da Igreja, isto é, seu único regente real. A Igreja, pois, é o “regnum Christi”, e todos os seus membros são-lhe súditos fiéis. Ele governa também sobre o universo (seu regnum potentiae), assentado no trono, à destra do Pai (Mt 28.18; Cl 1.13). Rege o mundo, as organizações políticas, estatais e sociais, bem como cada cidadão, na qualidade e função de **Rei dos reis** e Senhor dos senhores (Ap 17. 14; Ap 19.16). Sua unção, portanto, foi para ser:

3.2- Nosso **Profeta** final, trazer-nos a última palavra da revelação (At 3.22; At 7.37; Is 55. 4).

3.3- Nosso **Sumo Sacerdote**. Sacerdote e Ovelha sacrificada pela expiação dos pecados de seus discípulos (Hb 10. 12,14; Hb 9.12, 14,28), tornando-se Salvador, Intercessor e Mediador dos súditos de seu reino.

3.4- O majestoso **Rei** do universo físico, espiritual e humano (Mt 28. 18).

4- A unção de Cristo pelo Espírito Santo realizou-se para que ele, oficialmente, assumisse o messiado, instituisse um povo sacerdotal (I Pe 2. 9,10) exclusivamente seu, constituído de pessoas por ele redimidas, retiradas da massa humana perdida, e incluídas na comunhão eterna dos eleitos. Seus súditos, unidos a ele, mas sem pátria na terra, estão sendo conduzidos por ele para a Pátria celestial, onde se submeterão ao seu reinado definitivo, direto e eterno.

Pergunta 32: " Por que te chamam “ cristão ” (At 1.26)?

Resposta: *"Porque pela fé pertença a Cristo (I Co 6.15) e participo de sua unção (I Jo 2,27; t 2.17), a fim de confessar o seu nome (Mt 10.32; Rm 10.10) e me oferecer a ele em sacrifício vivo e agradável (Rm 12.1; I Pe 2.5,9; Ap 1.6; 5.8,10); para que nesta vida lute contra o pecado e Satanás com uma consciência livre e pura (I Pe 2.11; Rm 6.12,13; Gl 5.16,17; Ef 6.11; I Tm 1.18,19); para que, depois desta vida, reine com Cristo eternamente sobre todas as criaturas" (II Tm 2.12; Mt 25.34).*

Síntese

1- Somos chamados cristãos, porque Cristo apropriou-se de nós, marcou-nos para ele com o selo da graça, apossou-se de nós por resgate e penhor do Espírito, deu-nos o seu nome, e jamais romperá os vínculos conosco.

2- A nossa ligação com ele possibilita-nos participar de sua unção e receber dele a promessa da herança eterna, que é mantida em cada redimido pelo Espírito Santo que nele habita por dádiva graciosíssima do Salvador.

3- Como Cristo ofereceu-se em holocausto por nós, somos estimulados, induzidos e conduzidos pela graça, pela nossa nova natureza, pelas Escrituras e pelo Espírito Santo, a oferecer-nos a Ele em sacrifício diário (Rm 12.1; I Pe 2.5,9; Ap 1.6; Ap 5. 8,10).

4- Pelo fato de pertencermos a Cristo, o mundo nos vilipendia e o Diabo nos tenta. É o ônus de termos o nome inefável impresso em nosso ser: *Cristão*. A luta entre os filhos da luz e os das trevas é acirrada e constante, e a tendência é agravar-se, na medida em que a atual ordem aproximar-se do fim.

DE JESUS, O CRISTO

A unção do Espírito deu origem aos três ministérios separados do Velho Testamento: O de profeta, o de sacerdote e o de rei. O sinal visível de tais ministérios era o óleo no ato ordenatório, simbolizando a operação do Santo Espírito. Jesus assumiu os três ofícios de modo definitivo e completo, consumando tudo que a velha dispensação prefigurava, prometia e anunciava; realizando a perfeitíssima obra redentora de tal maneira que, além dele, não pode haver profeta revelador, pois nada ficou para ser acrescentado; não mais existe sacerdote mediador e intercessor entre Deus e os homens, pois Cristo é absolutamente suficiente e eficaz como nosso único Sumo Sacerdote, Mediador de nossa reconciliação com Deus e de nossas orações, além de ser, ele mesmo, autor de nossa redenção e nosso Intercessor junto ao Pai. Também o Messias prometido, pela encarnação, morte e ressurreição, tornou-se nosso Rei e reina especialmente sobre seu povo como soberano compassivo e misericordioso, e seu reinado não terá fim.

Como Profeta, é o Verbo encarnado, o Filho Amado de Deus a quem devemos ouvir; o Revelador do Pai, a última e irretocável palavra em matéria de salvação (Hb 1.1-4 cf Jo 1.18).

Como Sumo Sacerdote, ofereceu-se a si mesmo em sacrifício vicário irrepitível em favor dos eleitos e, depois de derrotar Satanás e vencer a morte, subiu ao céu e está à destra do Pai, onde intercede por nós e de onde há de vir como Juiz para julgar vivos e mortos.

Como Rei, governa a sua Igreja, dirige-lhe a jornada, protege-a e a fortalece espiritualmente para que as portas do inferno não prevaleçam contra ela. Pelo fato de termos um Rei, nossa pátria, peregrina na terra rumo ao reino escatológico, fica estabelecida e caracterizada, gerando a cidadania espiritual. A obediência civil, no caso do cristão verdadeiro, subordina-se à obediência espiritual (At 4.19; 5.29), pois ele possui dupla cidadania, mas sua pátria final, onde fixará residência definitiva, é a celeste, para onde marcha, em terra alheia e estranha, sob o reinado e direção de Cristo.

DO CRISTÃO

Os discípulos foram, pela primeira vez, chamados de cristãos em Antioquia (At 11.26). Nenhum apelativo seria mais adequado para aqueles que estão, de fato, em Cristo Jesus, o Adão da nova humanidade, a fonte original da raça eleita, o Profeta dos profetas, o Sumo Sacerdote da Igreja, o Rei dos reis. O cristão está vinculado a Cristo num sentido mais profundo e de significado infinitamente superior ao da relação dos homens naturais com o velho Adão; e isto por causa da restauração na pessoa corporativa e representativa do Redentor. A dimensão espiritual do velho homem ficou dramaticamente prejudicada pela queda; a do novo, restabelecida no e pelo Filho de Deus.

Ser cristão, pois, é estar em Cristo, indissolavelmente ligado a ele, partícipe de sua morte e ressurreição; é ser membro da Igreja, a unidade fraternal de seu povo e, dentro dela, na comunhão de seus irmãos. O papel do crente, no corpo eclesial comunitária, é lutar pela fraternidade, pela santidade, pela manutenção dos vínculos cada vez mais fortes com o Senhor da Igreja e com os seus conservos; promover, sem egocentrismos, a edificação da família da fé e batalhar pelo seu crescimento. Cumpre ao cristão resistir tenazmente a Satanás e combater o pecado. A vitória certamente virá: Gozo eterno com Cristo. O servo de Cristo goza as bênçãos de ser ungido no Ungido e, deste modo, receber

a unção de profeta, de sacerdote e de rei. Somos todos profetas, um sacerdócio real; isto é, fazemos parte do reino sacerdotal do Cordeiro (1 P) e 2.9,10). Na regeneração o Espírito nos foi dado; no batismo fomos ordenados. A unção de todos os redimidos em Cristo Jesus dá-lhes autoridade regencial e judicial sobre o mundo: *Ou não sabeis que os santos hão de julgar o mundo? Ora, se o mundo deverá ser julgado por vós, sois, acaso, indignos de julgar as coisas mínimas?* (I Co 6.2 cf Lc 22.30; I Co 2.15).

Cristo rege sua Igreja por meio de ministros, retirados do meio de seus eleitos, que recebem do Rei, Senhor e Cabeçada comuna eclesial, o múnus regencial e didático: Presbíteros docentes e regentes. Tais autoridades são dotadas de poderes especiais ou dons governamentais para indroduzirem na Igreja os convertidos ou retirarem dela os impenitentes, os rebeldes, os falsos crentes e os heréticos. São os poderes das “chaves” de **ligar** os professandos no Corpo de Cristo pela Palavra de Deus e pelo Batismo; reafirmá-los pela Santa Ceia; mas também, por outro lado, o múnus judicial de **suspender da comunhão** os faltosos com o objetivo de recuperá-los, ou **desligar** os que não mais estiverem dispostos ouvir a Igreja e respeitar suas autoridades, que são divinamente constituídas (Mt 18.18 cf Mt 16.19; Jo 20. 23). O ministério regencial da Igreja deve ser exercido nos estritos moldes das *Escrituras Sagradas, nossa regra de fé e norma de conduta*.

CATECISMO DE HEIDELBERG - Domingo 13 JESUS, FILHO DE DEUS, SENHOR NOSSO.

Pergunta 33: *Por que Cristo é chamado de Unigênito Filho de Deus, se nós também somos filhos de Deus?*

Resposta: *Porque Cristo é Filho Eterno e natural de Deus (Jo 1.14; Hb 1.1,2; Jo 3.16; I Jo 4.9; Rm 8.32), mas nós, por sua graça, somos adotados em Cristo e por seu amor como filhos de Deus (Rm 8.16; Jo 1.12; Gl 4.6; Ef 1.5,6).*

Síntese

- 1- Cristo é Filho eterno de Deus, não criado, não gerado: Jo 1.14; Hb 1.1,2; Jo 3.16; I Jo 4.9; Rm 8.32.
- 2- Nós somos filhos por adoção por meio do Filho eterno: Rm 8.16; Jo 1.12; Gl 4.6; Ef 1.5,6.

Pergunta 34: *"Por que chamamos Cristo de “Nosso Senhor?”*

Resposta: *"Porque, resgatando-nos, corpo e alma, do pecado, não com ouro ou prata, mas com seu precioso sangue, e livrando-nos do poder do Diabo, transformou-nos em seus escravos exclusivos" (I Pe 1.18,19; I Co 6.20; I Tm 2.6; Jo 20.28).*

Síntese

- 1- Cristo nos resgatou para ele, fez-nos escravos seus (douloi): I Pe 1.18,19; I Co 6.20; I Tm 2.6; Jo 20.28.

2- Porque somos de Cristo, o Diabo não tem nenhum poder sobre nós.

JESUS, FILHO DE DEUS

Adão, conforme a genealogia lucana (Lc 3.38), é filho de Deus. Jesus, porém, não é Filho de Deus como o é Adão, que se inclui na ordem criada, embora tenha sido formado à imagem de seu Criador. Eis como O Credo Niceno descreve a filiação divina de Jesus Cristo:

E em um só Senhor Jesus Cristo, Filho Unigênito de Deus, gerado do Pai antes de todos os séculos, Deus de Deus, Luz de Luz, Verdadeiro Deus de Verdadeiro Deus, gerado e não feito, da mesma substância que o Pai.

Cristo, sendo uma Pessoa trinitária, dota-se de todos os atributos da divindade: onipotência, onisciência, onipresença, santidade absoluta, espiritualidade essencial e eternidade:

No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus (Jo 1.1). Ninguém jamais viu a Deus: O Deus unigênito, que está no seio do Pai, é quem o revelou"(Jo 1.18). Eu e o Pai somos um (Jo 10.30). Quem me vê, vê o Pai; como dizes: Mostra-nos o Pai? Não crês que estou no Pai e que o Pai está em mim?(Jo 14. 9,10). A perfeita identidade, por consensualidade e consubstancialidade, entre o Filho e o Pai demonstra inequivocamente que a filiação de Cristo não pode ser compreendida exatamente pela analogia com a nossa filiação. A encarnação não desqualificou o Verbo de Deus, não subtraiu os atributos divinos. O Filho de Deus nada perdeu e nada ganhou, em termos atributivos e qualificativos, mas os eleitos ganharam: foram elevados, na pessoa de Redentor, ao trono de Deus, onde se encontra em “corpo humano perfeito”, modelo de todos os humanos regenerados e destinados à incorruptibilidade corporal e espiritual na eternidade consumada em Cristo Jesus. E aqui no atual estágio, na militância terrena, temos Deus em nós pelo seu Santo Espírito que nos faz partícipes da natureza espiritual e nos permite estreita comunhão com Deus. O Filho e o Pai são um; e nós somos um com o Filho. A filiação por adoção retirou-nos do mundo. Peregrinamos na ordem material, mas a ela não pertencemos, pois o nosso lar está nos céus, onde o Pai aguarda seus filhos amados em Cristo Jesus.

O Filho de Deus manifesta-se no livro sapiencial de Provérbios personificado na eterna Sabedoria:

Desde a eternidade fui estabelecida, desde o princípio, antes do começo da terra. Antes de haver abismos eu nasci, e antes ainda de haver fontes carregadas. Antes que os montes fossem firmados, antes de haver outeiros, eu nasci. Quando Ele preparava os céus, aí estava eu; quando traçava o horizonte sobre a face do abismo; quando firmava as nuvens de cima, quando estabelecia as fontes do abismo; quando fixava ao mar o seu termo, para que as águas não ultrapassassem os seus limites; quando compunha os fundamentos da terra: Então eu estava com Ele e era seu arquiteto, dia após dia era as suas delícias, folgando perante Ele em todo o tempo; regozijando-me no seu mundo habitável, e achando as minhas delícias com os filhos dos homens. Agora, pois, filhos, ouvi-me, porque felizes serão os que guardarem os meus caminhos. Ouvi o ensino, sede sábios, e não rejeiteis. Feliz o homem que me dá ouvidos, velando dia a dia às minhas portas, esperando às ombreiras da minha entrada. Porque o que me acha, acha a vida e alcança favor do Senhor; mas o que peca contra

mim violenta a sua própria alma. Todos os que me aborrecem amam a morte (Pv 8.23-25; 27-36).

Reafirmemos a verdade revelada, anunciada nas Escrituras e estabelecida na confissão de fé do cristianismo: a *unigenitura* do Filho de Deus: *Ninguém jamais viu a Deus; o Deus unigênito, que está no seio do Pai, é quem o revelou (Jo 1.18).* Cristo possui uma filiação eterna, sendo eternamente o Filho de Deus, a Segunda Pessoa da Trindade. Ele não é o primeiro de muitos (primogênito); é o Único, para ser “irmão” de todos, de todas as raças e de todos os tempos. De Maria ele é o primogênito, mas de Deus, o Unigênito. A filiação eterna de Verbo de Deus possibilitou a nossa filiação: Somos filhos por meio do Filho.

As obras divinos são executados pela onipotência única do Deus único em três Pessoas coiguais, consubstanciais e absolutamente unidas e consensuais em pensamentos, propósitos, ações e atos. A nossa adoção, portanto, procede do Deus trino pela execução do Filho eterno, e unicamente por ele, mas na integridade consensual da bendita, excelsa e soberana trindade sacra. Os sinais de que somos realmente filhos de Deus são a submissão a Cristo e a obediência à sua palavra (Jo 8.42-47 cf Jo 1.12,13).

JESUS, SENHOR NOSSO

Jesus é nosso Senhor e Rei. Ele nos governa pelo seu corpo místico, a Igreja, por intermédio da Palavra de Deus e pela ação, no interior de cada regenerado, do Espírito Santo, que em nós habita, iluminando-nos para compreensão da vontade revelada do Pai e guiando-nos nas trilhas estreitas e perigosos da Igreja e de cada um de seus membros. O reinado de Cristo sobre os seus redimidos é direto, constante, soberano e pessoal. A presença regencial do Salvador, perceptível e dedutível na comunhão dos seus redimidos, que ele mesmo chamou, congregou, unifica e santifica, plenifica-se em cada crente, membro do organismo eclesial; coloca-nos no domínio da vida eterna, revela-nos a verdade redentora e nos mantém no caminho certo pelo qual nos dirige ao reino do Pai. Não há vida eterna fora de Cristo. Não existe outra verdade além dele. O acesso a Deus é exclusivamente por ele. Porém, Cristo não é uma escolha nossa; nós é que somos seus escolhidos (Jo 15.16); seus escravos(douloi) por resgate; filhos de Deus por adoção. A ele devemos submissão, respeito, obediência e adoração. Os próprios apóstolos rejeitaram a adoração de seus admiradores, pois sabiam que somente Cristo é Senhor, nada e ninguém mais (ver At 10.15,26 e At 14.15). E eles, essencialmente cristocêntricos, levaram a Igreja primitiva à confissão básica da fé cristã: "Cristo é Senhor," o que equivalia a confessar, ao mesmo tempo, o senhorio e a divindade de Cristo, o "Kyrios".

O reinado do Messias não se realiza por meio de opção humana; não o escolhemos para ser nosso Senhor. Somos escolhidos desde a eternidade e destinados à filiação, no tempo de nossa existência, ao povo de Deus por meio de nosso Irmão unigênito, Jesus Cristo, nosso Rei supremo e eterno. O servo de Cristo é exclusivamente dele, colocando a o senhorio e a submissão ao soberano Senhor acima de quaisquer valores familiares, econômicos e sociais (Mc 29,30; Mt 6.24).

CATECISMO DE HEIDELBERG - Domingo 14 DA ENCARNAÇÃO DE CRISTO

Pergunta 35: " *Que crês quando dizes: "Foi concebido pelo Espírito Santo e nasceu da Virgem Maria"?*

Resposta: " *Que Cristo é o eterno Filho de Deus; é (I Jo 5.20; Jo 1.1; 17.3; Rm 1.3; Cl 1.15) e permanece verdadeiro e eterno Deus (Rm 9.5); tomou verdadeiramente a natureza humana da carne e do sangue da Virgem Maria (Gl 4.4; Lc 1.31,42,43), por obra do Espírito Santo (Mt 1.20; Lc 1.35) para ser a verdadeira semente de Davi (Rm 1.3; Sl 132.11; II Sm 7.12; Lc 1.32; At 2.30), semelhante a seus irmãos (Fp 2.7; Hb 2.14,17), exceto no pecado" (Hb 4.15).*

SÍNTESE

- 1- A concepção de Jesus em Maria por obra do Espírito Santo é a primeira garantia de que o Verbo encarnado é o eterno Filho de Deus, e verdadeiramente divino, isto é, Deus conosco (I Jo 5.20; Jo 1.1; Jo 17.3; Rm 1.3; Cl 1.15), e assim permanece (Rm 9.5). O humano e o divino se encontram no ventre da Virgem na síntese maravilhosa e miraculosa do Menino Jesus.
- 2- O fato de ter nascido de mulher, dá-nos a certeza de que ele tomou realmente a nossa natureza humana por intermédio da humaníssima Virgem Maria (Gl 4.4; Lc 1.31,42,43), sendo, em tudo, semelhante a nós, exceto no pecado (Fp 2.7; Hb 2.14,17 cf Hb 4.15).
- 3- Nascido da estirpe de Davi, entrou na história como realizador da promessa de que o Messias seria da semente do maior rei de Israel (Rm 1.3; Sl 132.11; II Sm 7.12; Lc 1.32; At 2.30).

Pergunta 36: " *Que ensino se tira da santa concepção e do nascimento de Cristo"?*

Resposta: Que é nosso Mediador (Hb 7.26,27), e com sua pureza e perfeita santidade cobre meus pecados, nos quais fui concebido e nasci, para que não apareçam ante a presença de Deus. (I Pe 1.18,19; 3.18; I Co 1.30,31; Rm 8.3,4; Is 53.11; Sl 32.1).

Síntese

- 1- O inexplicável acontecimento da encarnação do Filho de Deus revela-nos o cumprimento da promessa de um Messias libertador. Ei-lo conosco, entre nós, um de nós, feito Mediador entre Deus e os homens (Hb 7.16,27). Até o seu ingresso no mundo, a reconciliação do filho perdido com o Pai Redentor era impossível; a relação direta do humano com o divino mais difícil ainda. Agora, temos comunhão pessoal e direta com Deus em Cristo e por sua mediação.
- 2 Não havia nenhuma possibilidade de remissão de pecados antes da encarnação de Cristo. Nós, nascidos em pecado, estávamos condenados à operdição. O seu nascimento trouxe-nos a salvação mediante expiação vicária (I Pe 1.18,19; I Pe 3.18; I Co 1.30,31; Rm 8.3,4; Sl 32. 1).

O Espírito Santo e Maria no Mistério da Encarnação.

a- **Maria, Mãe de Deus?** - A divinização de Maria é uma decorrência da lógica empírica: Se Cristo possui dupla natureza na sua unidade corporal sem qualquer contradição; se ele é verdadeiramente humano e verdadeiramente divino sem dicotomia e sem confusão, isto é, Deus-homem; então Maria, mãe de Cristo, deve ser, logicamente, Mãe de Deus, pois Cristo é Deus, eternamente divino e humano para sempre a partir da encarnação. Tal doutrina, na sua urdidura, olvida a eterna Trindade, esquece a preexistência do Filho, e coloca um ser criado, a Virgem Maria, no mesmo nível do Criador, e até acima dele. O dogma niceno (325) da consubstancialidade do Pai e do Filho, elaborado para definir a perfeita divindade e a perfeita humanidade de Cristo, levou a Igreja a uma batalha cristológica sem precedente, culminando nos tumultuados concílios de Éfeso (431) e Calcedônia (451). Dois centros culturais do cristianismo envolviam-se na disputa: Constantinopla, representado pelo arcebispo Nestório; e Alexandria, pelo também arcebispo Cirilo, mais político que teólogo. Nestório entendia que Maria não podia ser "**Mãe de Deus**" (Teotokos), mas devia ser legitimamente chamada "**Mãe de Cristo**"(Cristotokos) por ser o instrumento humano da encarnação do Verbo. Em Constantinopla havia um grupo radical, que sustentava a tese de que Maria não podia sequer ser **Mãe de Cristo**, pois a unção ministerial do Messias não se deu com o nascimento, mas com o batismo. Os radicais, olvidando a divina encarnação do Filho de Deus, preferiam chamar Maria de **Antropotokos**, isto é, **Mãe do homem Jesus**.

No Concílio de Éfeso (431), Cirilo conseguiu a condenação de Nestório por heresia monofisita, que, rigorosamente, não corresponde à realidade. Fica, deste modo, estabelecido o dogma da **maternidade divina de Cristo** e Maria vira "**Mãe de Deus**" (**Deipara ou Deigenetrix**). O que no Concílio Niceno havia sido apenas uma formulação cristológica com a intenção de demonstrar a união hipostática (kenosis hypostatike) de Deus com o homem na pessoa de Jesus Cristo, transformou-se num dogma mariolátrico, consequenciando a divinização de Maria. O monofisitismo (de kenosis physike), atribuído a Nestório, afirmava a união da natureza divina em si com a natureza humana em si. O hipostaticismo (de kenosis hypostatike), que prevaleceu e permanece, sustenta a tese da união concreta do ser divino (hipostasis) com o homem Jesus na plenitude de seus atributos pessoais: corpo, alma, racionalidade, sensualidade e psiquismo. O ser divino une-se ao humano perfeitamente de tal modo que Cristo é, ao mesmo tempo, e sem qualquer contradição e confusão, divino e humano, Deus-homem. Maria foi o veículo da encarnação, o meio pelo qual o Verbo de Deus se fez carne, não a promotora, a geradora do Encarnado. A Virgem foi instrumento do Espírito para a entrada de Filho de Deus no mundo, nada além desta função, que foi gloriosa. Ela é filha de Deus, não mãe; nossa parceira de humanidade, não um ser divino entre nós.

b- **Espírito Santo na concepção de Jesus:** - O Espírito Santo e Maria serviram de instrumentos para a encarnação do Eterno Filho de Deus. Do mesmo modo como a Virgem não pode ser chamada de **Mãe de Deus**, o Espírito não deve ser entendido como **Pai de Deus** pelo fato de ter sido veículo da concepção de Jesus no útero de Maria. Assim como Maria é serva, posta a serviço do Filho de Deus, o Espírito é eternamente procedente do Pai e do Filho e por ambos enviado. O Filho não se subordina nem à Mãe e nem ao Espírito; mesmo porque Deus é trinitário. A decisão de encarnar-se é

consensualmente do Pai e do Filho (Jo 3.16 ; Fp 2.6-8), que o Espírito, como ministro de ambos, foi comissionado a cumprir no instrumento humano, a Virgem Maria, segundo a promessa. Cristo ofereceu-se a si mesmo; não é, portanto, uma oferenda do Espírito ou da Virgem. Tudo na encarnação é cristocêntrico.

A encarnação do Verbo é, acima de tudo, um grande mistério, mas também uma inegável realidade. A Igreja está no mundo como prova de que Cristo existe e é Salvador, Senhor, Rei, Profeta, Sacerdote e Mediador de seus redimidos.

A humilhação de Cristo, isto é, sua descida ao mundo, causa a salvação dos pecadores e a união dos redimidos no corpo eclesial. Cada crente verdadeiro sabe que Cristo é real pelo testemunho interno do Espírito Santo, que nele habita.

Resumindo: Nem Maria é mãe da divindade, pois a criatura não pode gerar o Criador; nem o Espírito Santo gerou o Filho de Deus, eterna Pessoa trinitária. O Pai usou o Espírito e utilizou-se de Maria para a encarnação do Filho.

A mariolatria, cremos, aprofundou-se e se fixou no coração das massas crédulas a partir da instituição do celibato sob o Papa Sirícius, 384 a 398 (Nossa Crença e a de Nossos Pais)³. Os celibatários ressaltavam a figura feminina da Virgem, sua sensibilidade e, principalmente, sua maternidade. O padre, abstêmio sexual, tornou-se “esposo da Igreja”, e esta era figurada na pessoa de uma dulcíssima mulher ideal, Maria, que se tornou mãe do solitário sacerdote recluso em cela individual do gélido mosteiro, cuja liberdade e visão do mundo resumiam-se em fugazes passeios no claustro. Em tal estado carencial, oprivado de convívio familiar, necessitado de afetos maternais; a figura feminina de Maria se apresenta como um alento e quebra de solitarismo. A devoção mariana tornou-se intensa e vulgar entre os clérigos ascéticos e noviços; passando daí para o laicato sedento de religiosidade. Então Maria, de instrumento da encarnação do Mediador da criação, passou a ser mãe do Criador, fazendo emergir e intensificar o clima para criação e fixação dos dogmas marianos: Perpétua virgindade; concepção e parto virginais, e assunção. Hoje, o culto a Maria (hiperdulia) supera o prestado a Deus (latria), à hóstia (Corpus Christi > latria) e aos santos (dulia). O romanismo resume-se, atualmente, em marianismo. As aparições da Virgem são inúmeras, cada uma com diferente aspecto físico e missão especial (segundo os mariólogos).

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 15 PAIXÃO E MORTE DE CRISTO

Pergunta 37: *"O que crês, quando afirmas: Cristo padeceu?"*

Resposta: *"Creio que durante toda a sua vida neste mundo suportou, no corpo e na alma, a ira de Deus contra o pecado de todo o gênero humano (Is 53.4; I Pe 2.24; 3.18; I Tm 2.6), para que, pela sua paixão, como único sacrifício propiciatório (Is 53.10; Ef 5.2; I Co 5.7; I Jo 2.2; Rm 3.25; Hb 9.28; 10.14), pudesse livrar nosso corpo*

³ - Nossa Crença e a de Nossos Pais, David S. Schaff, 2ª Edição, 1964, Imprensas Metodista, S. Paulo, pág. 29 da relação ordenada dos papas.

e alma da eterna condenação (Gl 3.13; Cl 1.13; Hb 9.12; I Pe 1.18,19 , e garantir-nos a graça de Deus, a sua justiça e a vida eterna" (Rm 3.25; II Co 5.21; Jo 3.16; 6.51; Hb 9.15; 10.19).

Síntese

Como todo ser humano padece, em consequência da queda e do pecado que escraviza o homem, o Cristo encarnado, sendo verdadeiramente homem, padeceu; sofrendo o peso do julgamento divino em seu ser (Is 53.4; I Pe 2.24; I Pe 3.18; I Tm 2.6). O sofrimento de Cristo foi maior do que o de qualquer ser humano, por duas razões:

1- *Primeira:* Ele não cometeu pecado pessoal, fatural, embora pudesse ter trazido o pecado da raça humana pela cumplicidade do e com o primeiro homem, Adão, o pai biológico da velha humanidade. Como homem, era descendente de Adão.

Segunda: Como pessoa representativa e corporativa, trazia em si a carga pecaminosa da humanidade, e sobre ele pesava o ônus da culpa de todos os eleitos.

2- Além da existência humana natural, em si mesma carregada de sofrimentos, Cristo suportou a mais dolorosa angústia, decorrente da justiça divina, sobre a ignominiosa cruz, não para expiar pecados próprios, mas os de todos os eleitos do Pai. As dores intensas e imensas de seu povo estavam sobre ele, martirizando seu corpo, magoando seu coração, ferindo sua alma, deprimindo seu ser.

3- As lágrimas da humanidade foram choradas por Cristo. Ele pagou no Calvário as nossas dívidas, resgatou-nos do cativeiro do pecado, deu-nos a liberdade de filhos de Deus, doou-nos, graciosamente, a bênção da vida eterna.

Pergunta 38: "Por que Cristo padeceu sob o poder de Pôncio Pilatos"?

Resposta: *"Para que, inocente, fosse condenado por um juiz temporal (Jo 18.38; Mt 27.34; Lc 23.14,15; Jo 19.4), para livrar-nos do severo juízo, que havia de vir sobre nós" (Sl 69.4; Is 53.4,5; II Co 5.21; Gl 3.13).*

Síntese

1- Pilatos e o tribunal eclesiástico de Israel representavam a mão humana pecadora, que deveria levar ao sacrifício o Cordeiro de Deus em favor da humanidade, cumprindo a justiça divina, que exigia o cumprimento da lei, penalizando com a morte a quebra do pacto de obras no Éden, e requeria o holocausto de uma vida substituta imaculada em lugar dos pecadores preordenados à redenção.

2- A sentença de Pilatos, juiz humano, pecador, não pertencente ao povo escolhido, mas autoridade opressora dominante, fez cair o juízo de Deus, a nós destinado, sobre o justo inocente, deixando livres de condenação todos pecadores que se refugiam em Cristo. As autoridades religiosas e seculares foram usadas por Deus para que o martírio do Filho de Deus se realizasse, e o Pai o fizesse eficaz para expiação de nossos pecados, redenção de nossas almas, conquista da vida eterna e vinculação permanente ao Redentor, Jesus Cristo, e inserção no novo povo de Deus, a Igreja de Cordeiro.

Pergunta 39: "Foi mais importante Cristo ter sido crucificado que morrer de outro modo?"

Resposta: *"Sim, porque este gênero de morte garante-me que ele carregou sobre si a maldição contra mim (Gl 3.13), porque a morte de cruz é amaldiçoada por Deus" (Dt 21.23).*

Síntese

- 1- A crucificação, se não fosse necessária, Cristo não teria escolhido esse modo de morrer. As coisas não acontecem por deliberação humana, mas divina.
- 2- A morte de cruz era a mais cruel das mortes; destinava-se aos pobres, aos marginais e aos estrangeiros. Malditos eram todos os crucificados. Cristo se fez maldito para que nós, os seus redimidos, nos tornássemos benditos (Gl 3.13; Dt 21.23).

Cristo, o Cordeiro Vicário:

A encarnação do Verbo redundou na exaltação do homem, na sua dignificação e na salvação dos eleitos, mas implicou na humilhação do Filho de Deus: *"Ele, subsistindo em forma de Deus, não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a si mesmo se humilhou, tornando-se obediente até à morte, e morte de cruz" (Fp 2.6-8).* É inimaginável o Criador descer ao nível da criatura, identificar-se com ela, assumir a sua natureza contaminada pelo pecado, tomar sobre si imensa carga de sofrimentos, resultado da desobediência de nossos primeiros pais, acrescida de nossos próprios males. Desta maneira, e porque era inocente, a paixão do Salvador começou no seu nascimento, culminando com a morte na ignominiosa cruz. Cristo, embora onipotente, não nos salva por decreto, por um expediente governamental impessoalizado, mas por expiação mediante seu próprio sacrifício, levando sobre si nossos pecados, nossos ferimentos, de outra modo incuráveis (Is 53. 3,4,7 cf At 8.26-40). A salvação que Cristo trouxe por sua vida, paixão, morte e ressurreição, como bem o diz o Catecismo, inclui o homem integral, corpo e alma. É certo que no Estado Intermediário, pelo tempo que Deus determinar, o corpo e a alma ficam separados; esta no Paraíso com Cristo e aquele no pó. Ambos, porém, pela misericordiosa obra do Cordeiro, reunir-se-ão pela ressurreição, no ser humano final, ideal e incorruptível para a eterna habitação no céu, perante o trono de Deus e na gloriosa presença de Jesus Cristo, a Primícia dos redimidos.

Sem o substitutivo padecimento do Imaculado Cordeiro a nossa redenção seria impossível e a glorificação eterna dos salvos resurretos inviável. Nossas almas são curadas pelas chagas de Cristo; nossos pecados eliminados por sua morte; nossa fé nasce da sua cruz; nossa esperança vem da sua ressurreição. Os horrores da morte abateram-se sobre o Filho de Deus para que não caíssem sobre nós. Ainda nos restam os sofrimentos naturais da existência biofísica, mas das penas eternas estamos livres; Cristo desceu ao Hades para que lá não fôssemos lançados, à semelhança do rico da parábola (Lc 16.19ss).

A cruz de Cristo:

Crucificação, forma mais desumana, mais bárbara, mais cruel e mais degradante de se executar um condenado à morte. Era um suplício romano, gentílico, portanto, destinado a escravos, a marginais da sociedade, a traidores de baixo nível social. Somente um judeu maldito por Deus podia ser pendurado no madeiro (Dt 21.23).

Cristo, pois, fez-se maldição por nós ao entregar-se à morte na cruz, perecendo entre pecadores delituosos.

Com certeza, o Messias foi crucificado na "Cruce immissa", constituída de duas peças: Um poste vertical (Xylon ou Stauros), e uma trave horizontal (Patibulum), que a vítima era forçada levar sobre os ombros, pregada nas mãos ou amarrada nos braços. Segundo Mateus 27.37 cf Lc 23.38, foi num modelo semelhante que sacrificaram Jesus Cristo com as mãos cravadas (Cf Jo 20.27; Lc 24.39), um dos processos mais dolorosos de sacrifício. Aquilo que foi, conforme Paulo, escândalo (skandalon) para os judeus e loucura (moria) para os gentios, tornou-se poder e glória para o cristão (I Co 1.23,24). A lógica de Deus não se afere pelo racionalismo humano. De fato, não compreendemos racionalmente a encarnação, vida, paixão e morte de Deus em Cristo no nosso universo empírico, mas aceitamos tudo pela fé, que também é um dom de Deus, e sabemos que não existe outro caminho de salvação a não ser o da cruz de Cristo (Rm 3.26; Cl 2.14; II Co 5.19; Gl 2.20; 5.24).

A importância da crucificação na economia da redenção não nos deve levar à idolatrização do instrumento do sacrifício, a cruz, mas ao Cristo nela crucificado. O meio é importante, mas deixa de existir, quando o fim se consuma. O evangélico olha para a cruz e o túmulo vazios, e se lembra que o Cristo vivo, embora traga no corpo as marcas do suplício, foi exaltado, está à destra do Pai, e há de retornar majestoso e glorioso para consumir a obra da redenção com a ressurreição de seu povo e a instauração do reino escatológico sob seu perene e misericordioso reinado.

CATECISMO DE HEIDELBERG -Domingo 16 HUMILHAÇÃO DE CRISTO

Benefícios da morte e ressurreição de Cristo

Pergunta 40: *"Por que foi necessário que Cristo se humilhasse até à morte?"*

Resposta: *"Porque a justiça e a verdade divinas (Gn 2.17) não podiam ser reparadas por nossos pecados, a não ser unicamente pela morte do Filho de Deus" (Rm 8.3,4; Hb 2.14,15).*

SÍNTESE

- 1- Nenhum ser humano estava habilitado a oferecer-se a Deus em sacrifício vicário pelos seus semelhantes, pois não há na humanidade nenhum justo, ninguém que seja imaculado (Rm 3. 10-12). Quem deve, e não pode quitar suas próprias débitos, como pagar dívidas alheias?
- 2- Cristo, sendo verdadeiro Deus e verdadeiro homem, resistiu as tentações, não cedeu ao maligno, não pecou, à semelhança do ancestral da humanidade, Adão. Sem

a macularidade do pecado, como Cordeiro sem mancha, foi levado ao altar da cruz e imolado pelos pecadores, segundo os propósitos de Deus (Hb 9. 14-16,20-22).

3- Sem a descida de Cristo ao nível de nossa humanidade caída, depravada e excluída da graça, nenhum ser humano seria salvo. Tornando-se humano, sofredor como qualquer de nós, Cristo redimiu seus eleitos e os elevou à categoria de herdeiros de Deus e co-herdeiros com Cristo.

Pergunta 41: "*Por que Cristo foi sepultado?*"

Resposta: "*Para testificar a veracidade de sua morte*" (At 13.29; Mt 27.59,60; Lc 23.53; Jo 19.38).

Síntese

1- O sepultamento de Cristo atestou a dura realidade de sua morte, decepcionando os seus apóstolos e discípulos, que viram o Senhor da vida sucumbir-se, como qualquer ser humano, à morte física.

2- Cristo, pela morte, completou a encarnação, isto é, palmilhou o mesmo caminho do pecador sentenciado à morte por Deus, em virtude da ab-rogação do pacto (Gn 2.16,17 cf Gn 3.17-19). A morte, recebendo Cristo em seu ventre, foi por ele vencida, não tendo mais poder final sobre os eleitos de Deus (I Co 15.54-57).

Pergunta 42: "*Já que Cristo morreu por nós, então por que morremos?*"

Resposta: "*Nossa morte física não é satisfação pelos nossos pecados (Mc 8.37; Sl 49.7), mas libertação deles e passagem para a vida eterna*" (Fp 1.23; Jo 5.24; Rm 7.24).

Síntese

1- A morte física do eleito, chamado, redimido, justificado e regenerado por Cristo, não é mais apenamento de seus pecados nem liquidação de suas esperanças, mas entrada no "estado intermediário" para aguardar a ressurreição final, quando o espírito retomará o seu corpo, mas revestido de imortalidade e incorruptibilidade, ingressando no reino eterno do Salvador (I Co 15.20-24 Cf ITs 4. 13-18).

2- A morte biológica dos redimidos apenas marca a fronteira entre o reino de Cristo na terra e o mesmo reino no céu, sem qualquer solução de continuidade; havendo, certamente, passagem do imperfeito para o perfeito, do transitório para o definitivo. Comparem com a situação de Lázaro, na parábola de Jesus (Lc 16.19-31). Os que morrem em Cristo, livram-se do pecado e de suas conseqüências (Fp 1.23; Jo 5.24; Rm 7.24).

Pergunta 43: "*Quais os benefícios do sacrifício e morte de Cristo?*"

Resposta: "*Por seu poder nosso velho homem está crucificado, morto e sepultado juntamente com ele (Rm 6.6) para que não mais reinem em nós os perversos desejos carnis (Rm 6.6,12), a fim de nos oferecermos a ele em sacrifício agradável*" (Rm 12.1).

Síntese

1- Estando em Cristo, somos com ele crucificados, mortos, sepultados e nele ressurretos (Rm 6.6). Assim como em Adão fomos prejudicados pelo seu pecado; em Cristo recebemos os benefícios de sua vida missionária, sua morte vicária, sua ressurreição gloriosa. (Cf Rm 5. 12-21).

2- O pecado permanece em nós, especialmente em sua forma original, mas não nos domina, não nos afasta de Deus. Protegidos no Corpo Místico do Cordeiro, a Igreja, tornamo-nos capazes de vencer os maus desejos e triunfar sobre as tentações. O Espírito Santo, pelas Escrituras e pelos meios de graças, ilumina-nos e nos prepara para a compreensão e apreensão da vontade de Deus a nós revelada e habilita-nos a melhor servir a Cristo (Rm 6.6,12 cf Rm 12.1).

Pergunta 44: "Por que a declaração: Desceu ao Hades?"

Resposta: *"Para que nas minhas mais profundas dores e mais graves tentações eu me firme e me mantenha com este consolo: Cristo Jesus, por meio de inexplicáveis angústias, tormentos e conturbações inomináveis de sua alma, submetido a paixões extremas (Sl 18.4,5; 116.3; Mt 26/38 27. 46; Hb 5.7), especialmente as da cruz, libertou-me das ânsias e dos tormentos do inferno" (Is 53.5).*

SÍNTESE

1- O Catecismo de Heidelberg interpreta a proposta credal, “desceu ao Hades”, como significando a extrema humilhação de Cristo e sua submissão a todos os padecimentos do ser humano, causados pela queda; sofrimentos naturais, sociais, econômicos, físicos, psicológicos e espirituais. Tais angústias e dores não redundavam em bênçãos para os pecadores irremissos. Agora, sabemos que somos oprimidos na presente vida, mas libertos e glorificados na futura (Rm 8. 18-24).

2- Os tormentos de Cristo nos libertaram dos horrores do inferno, das incertezas do porvir e nos deram esperança, consolo, amor e fé. O crente não teme a morte, o Diabo, a carnalidade insinuante e contaminante, e o inferno.

Cristo: Morto e sepultado:

A humanidade, na pessoa de seu ancestral, pecou e, em consequência, carrega o estigma da morte (Gn 2.17). Paulo, doutrinando os romanos, ensina: "Portanto, assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram". "O Salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus, nosso Senhor"(Rm 5.12; 6.23). A morte, a partir da queda, passou a fazer parte da natureza humana. Portanto, Cristo, por ser verdadeiramente humano, cumpriu integralmente o nosso ciclo vital, iniciado com o nascimento e encerrado com a morte. Não merecendo a pena capital por ser justo, cumpriu a justiça divina, pagou a dívida de seus eleitos, assegurou-lhes

a reconciliação com Deus. Como Bom Pastor, deu a sua vida por suasovelhas (Jo 10.15).

A cruz e o túmulo de Cristo ficaram vazios; isto é, a morte e o seu domínio foram derrotados. Isto nos garante que, igualmente, os nossos sofrimentos terão fim com a nossa morte, e os nossos corpos, um dia, deixarão seus sepulcros e, à semelhança do Salvador, viveremos em estado ressurreto, incorruptíveis e glorificados para sempre.

Desceu ao Hades:

A afirmação confessional: "Desceu ao Hades", não significa que Jesus, após a morte, foi para um lugar de tormento, mas para o "mundo dos mortos" como todo ser humana. Experimentar o falecimento real fazia parte da encarnação. A morte, acreditava-se em Israel, unia o falecido ao seu povo (Gn 25.8). Cristo, certamente, esteve e está com os mortos por cuja redenção havia morrido, para os quais a ressurreição ficou garantida, pois a morte não tinha mais poder sobre eles (Lc 23.43; At 2.27,31; Ap 2.7; Rm 8.35-39). Esta declaração, "*Desceu ao Hades,*" não é escriturística; entrou no Credo por volta de 390 a. D¹., e deve ser interpretada, reformadamente, como significando a mais profunda humilhação do Filho de Deus, não somente por suportar os sofrimentos humanos mas, e principalmente, por entrar no seu universo sob o domínio da morte, que abrange dupla dimensão: a do aquém e a do além. Parece-nos, portanto, que "descer" é sinônimo de "encarnar"; e "subir", o é de "ascender" aos céus.

Calvino entende que, para Cristo, "descer ao hades" significa assumir os horrores da condenação divina, a angústia do mortífero império das trevas na paixão e no suplício do Calvário, onde ele experimentou, embora momentaneamente, o abandono do Pai e a horripilante situação de estar sozinho, desamparado, entregue aos poderes incalculáveis, monstruosos e destruidores do Inferno e da morte (Inst., vol. II. Cap. XVI, §§ 8 a 12). Jesus, na verdade, não se submeteu ao óbito, que liquidava o homem comum, mas ao que somava o peso de todas as mortes, pagava o ônus de todas as culpas, purgava as penas de todos os condenados pela implacável e retíssima justiça divina.

O lugar de tormentos não se chama "Hades", em grego, ou "Sheol", em hebraico, mas "Gehena", inferno de fogo, local de eterna angústia. Vejam as diferenças de estado pós-morte de Lázaro (redimido) e o rico (condenado). Conferir Lc 16.25. A morte dos santos, por causa da de Cristo, tornou-se-lhes uma transferência para o gozo eterno na Igreja Triunfante com Cristo Jesus, onde está nosso "Paraíso", também chamado de "Seio de Abraão".

Cristo, por sua morte, beneficia todos os que vivem e morrem nele; todos os filhos da promessa, beneficiários do Pacto da Graça. A morte do Filho de Deus fez nascer uma nova humanidade, a Igreja; peregrina no temporal, permanente na eternidade. A vida eterna passou a fazer parte do ser da Igreja e da existência de cada um de seus membros, embora, no estado de peregrinação, não se expresse clara e definitivamente. Os sinais de eternidade ficam mais ou menos ocultos em decorrência, cremos, das seguintes razões ou fatores:

A Igreja ainda não terminou o seu êxodo em direção à pátria celestial, para onde marcha, enfrentando as oposições e as hostilidades da natureza, do mundo, do tentador e do pecado, que fragiliza o corporação eclesial peregrina e impede a ela e aos seus membros de realizarem plena e satisfatoriamente os propósitos do Salvador.

Ela está em processo de crescimento, que se desenvolve em dois aspectos e direções: a- Conclusão do número completo dos eleitos, vocacionados de todos as nações e povos. b- Desenvolvimento espiritual no sentido de realizar, cada vez mais e melhor, a vontade de Deus, tanto no âmbito corporativo da eclesia de Cristo como na pessoa de seus membros individualizadamente. A evolução da Igreja, no sentido requerido na segunda condição, é denominado “santificação.” A santificação da igreja, que retrata sua maturidade espiritual, implica, certamente, a “santificação do nome de Deus”, que ela representa e divulga. Deve-se, por outro lado, considerar que, no curso da jornada terrena da Igreja, ela atravessa muitas gerações e culturas, que lhe modificam a maneira de ser, nem sempre para melhor e, conseqüentemente, mais agradável a Deus. Deus pode perdoar-lhe os desvios sem disciplina, mas pode, como Pai zeloso, e também por amor, discipliná-la. A sua história traz diversos “puxões de orelha” de seu Cabeça e Guia, Jesus Cristo.

(*) Sobre a questão, consultar L. Berkhof, em Teologia Sistemática, pág. 341, 4ª Ed., Luz Para o Caminho, Campinas, SP.

CATECISMO DE HEIDELBERG - Domingo 17

BENEFÍCIOS DA RESSURREIÇÃO DE CRISTO

Pergunta 45: A ressurreição de Cristo nos traz benefícios?

Resposta: *Sim. Primeiro: Pela ressurreição Cristo venceu a morte e nos fez partícipes de sua justiça em consequência de sua vitória sobre a morte”(Rm 4.25; I Pe 1.3; I Co 15.16).*

Segundo: Na existência presente, pelo poder de Cristo, somos ressuscitados para uma nova vida (Rm 6.4; Cl 3.1,3; Ef 2.5,6).

Terceiro: A ressurreição de Cristo, Cabeça da Igreja, é a garantia certa da nossa gloriosa ressurreição” (I Co 15.20,21 0).

Síntese

1- A morte era o mais temível e o mais invencível dos inimigos do homem. Cristo, poderoso em virtude de sua natureza divina, mas tendo de suportar as fraquezas, os temores e as angústias de sua própria natureza humana e as de todos os seres humanos, ao enfrentar a morte no Getsêmane, suplicou três vezes: “Meu Pai, se possível, passe de mim este cálice” (Mt 26.39 cf 26. 42,44). No Calvário, ao sentir-se abandonado, entregue aos poderes tartáreos da morte, exclamou: “Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?” (Mt 27.46). Foi penosíssima, extremamente dura, a batalha contra a morte, mas sobre ela o Messias triunfou, garantindo-nos a vida eterna.

2- A vitória de Cristo sobre a morte retirou dos regenerados o estigma da condenação eterna, de modo que a vida terna é uma herança de cada redimido, um tipo de “ressurreição” nesta presente existência. Já somos eternos; a morte não nos mata. O crente, vivo em Cristo, ao morrer, passa imediatamente aos cuidados do Senhor da Vida, Jesus Cristo. Foi o que aconteceu ao ladrão na cruz (Lc 23.39-43).

3- A ressurreição de Cristo garante nossa ressurreição, pois foi “um homem” que ressuscitou, não somente abrindo um precedente maravilhoso, mas estabelecendo a derrota da morte e do pecado, de cuja vitória definitiva os salvos desfrutarão no juízo final.

Partícipes de sua vitória.

A Igreja peregrina, sofredora, mártir, renegada pelo mundo porque a ele não pertence, foi gerada, cresce e se mantém pelo poder vicário, regenerador, justificador e santificador da morte e da ressurreição de Jesus Cristo. A existência do verdadeiro povo de Deus num mundo posto no maligno comprova, especialmente para os seus eleitos, os que receberam o dom do discernimento da revelação na história, que a encarnação, a vida, a paixão, a morte e a ressurreição do Filho de Deus é fato inegável. Sem a ressurreição de Cristo, argumenta Paulo, a pregação e a fé seriam vazias, inteiramente despidas de significados, de aplicabilidade. Eis o que o grande mestre dos gentios afirma: "E, se Cristo não ressuscitou, é vã a nossa pregação e vã a vossa fé" (I Co 15.14).

Cada regenerado sabe, não por inferências racionais ou por indução emotiva, mas pelo testemunho interno do Espírito Santo, que a salvação, expressa pela esperança, pela fé e pelo amor a Deus e aos irmãos, é uma realidade incontestável em sua vida. A experiência com o Cristo vivo, ressurreto de entre os mortos e presente no corpo da Igreja e na vida real de cada eleito redimido, é objetivamente existencial, transformador, confortador e maravilhoso. Cada crente verdadeiro, pois, morreu para si mesmo, para o velho homem, para a carne e para o mundo e ressuscitou em Cristo Jesus, recebendo uma existência renovada, destinada à glorificação de Deus. A morte, para o servo de Cristo, está definitivamente derrotada, vencida, liquidada: "O aguilhão da morte é o pecado, e a força do pecado é a lei. Graças a Deus que nos dá a vitória por intermédio de nosso Senhor Jesus Cristo"(I Co 15.56,57). A vida eterna faz parte da nova natureza do regenerado; a morte não domina onde a vida impera, pois são opostas e mutuamente excludentes.

Somos e seremos ressuscitados

Como estávamos em Adão, o pai da humanidade degenerada, estamos em Cristo, o Segundo Adão, Criador da nova humanidade. O Pai tirou da terra o velho homem e o sublimou, elevando-o à imagem e semelhança do Criador. Jesus Cristo ressuscitou, tendo libertado das garras da morte os eleitos, exaltou-os à condição de filhos, herdeiros do reino eterno e co-herdeiros com Cristo das bênçãos celestes. A herança do cristão é uma realidade, espiritualmente percebida, já na sua vida terrena, e se faz sentir: Na expressão sincera da fé exclusiva em Deus; na firme esperança da ressurreição do corpo no Juízo Final; na prática do amor a Deus e ao próximo; na integração ao Corpo de Cristo, sua Igreja, onde se realiza como servo e se confraterniza como irmão; no testemunho do evangélico no meio em que vive; na ação missionária como instrumento de Cristo para chamar outros para a grei do Salvador. A vida cristã autêntica é

comprovação de que realmente a ressurreição é uma realidade na existência do redimido. Morremos em Cristo e com ele ressuscitamos.

A nossa ressurreição espiritual já aconteceu; a corporal está prometida, e vai acontecer. Nós, servos de Cristo, não duvidamos da imortalidade da alma, embora vemos nossos corpos descerem ao pó. Nossos espírito, na morte, são recolhidos por Deus, mantendo-os sob sua guarda até o tempo da ressurreição. Um dia, porém, subiremos dos túmulos, retirados por Jesus Cristo, em corpos incorruptíveis e glorificados, para vivermos as bem-aventuranças eternas no reino que o Cordeiro preparou para nós.

O Cristo ressurreto está conosco; é a Cabeça da Igreja da qual somos os membros; o Rei que nos governa de maneira direta e eficiente; o Profeta, Verbo Eterno, que nos transmite a final revelação divina pelas Escrituras Sagradas e, por seu Espírito, nos convence do pecado da justiça e do juízo; O Sacerdote que está no Santo dos Santos e, diariamente, intercede por nós, oferecendo ao Pai o seu próprio sacrifício em favor de todos os seus eleitos. A ressurreição de Cristo, na verdade, é a consumação de sua obra vicária, mas é também a sublimação e a dinamização de seu ministério messiânico: Ele é o Deus vivo, ativo, presente e atuante no seio de seu povo, regenerando e santificando os escolhidos, sua raça eleita. Age na Igreja e por meio dela, mas a ela não se escraviza; recompensa a sua fidelidade com numerosas bênçãos, mas faz cair sobre ela o seu juízo, quando se distancia de seus ensinamentos e se degenera.

A Igreja não discute a ressurreição de Cristo, aceita-a como evento histórico; à luz da fé, a ressurreição do Filho de Deus é irrefutável. Os efeitos dela na história cristã; na esperança escatológica de seu povo, na presente dispensação, e no reino consumado atestam, para os salvos do Cordeiro, a sua realidade, historicidade e eficácia.

CATECISMO DE HEIDELBERG - Domingo 18

CRISTO À DESTRA DO PAI

Pergunta 46: *Que se entende por: Subiu aos céus?*

Resposta: " *Que Cristo, à vista de seus discípulos, elevou-se da terra aos céus (At 1.9; Mc 16.19; Lc 24.51), onde permanece para o nosso bem (Hb 9.24; 4.14; Rm 8.34; Cl 3.1), e de onde voltará para julgar vivos e mortos (At 1.11; Mt 24.30).*

Síntese

1- O Cristo ressurreto tinha de voltar ao seu estado anterior de exaltação. Fê-lo diante de seus discípulos, sendo elevado aos céus. A ressurreição já lhe garantira a vitória sobre a morte e os poderes escravizadores demoníacos, que mantinham a humanidade escravizada, mas era necessária a sua ascensão pública, para que evidenciasse o seu estado de glória, sua condição de vencedor (Cristus Victor) e sua entronização no trono celeste como Rei dos reis, regente do universo, das civilizações, e Senhor de seu povo, a Igreja.

2- O fato de Cristo estar hoje à destra do Pai, garante a existência e a perenidade de seu corpo na terra, a Igreja. Os seus redimidos pertencem a um reino inabalável e

imutável. Tal realidade infunde em seu povo e em cada súdito uma esperança, que transcende qualquer esperança de natureza psicológica que o homem possa ter, além de consolidar-lhe a fé e o amor no vitorioso Filho de Deus.

3- A ascensão de Cristo, pelo visual testemunho e pela promessa, atesta a veracidade de seu triunfo no primeiro advento e a realidade da promessa de sua volta, para consumir sua obra, separar o trigo do joio, julgar vivos e mortos, e instaurar o seu reino definitivo com seus eleitos regenerados e justificados.

Pergunta 47: *Então Cristo não está conosco até o fim do mundo conforme a promessa (Mt 28.20)?*

Resposta: *Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro homem; como ser humano não se encontra mais na terra (Hb 8.4; Mt 26.11; Jo 16.28; 17.11; At 3.21), mas, por sua divindade, majestade, graça e Espírito está sempre conosco (Jo 14.18; Mt 28.20).*

Síntese

1- Cristo, fisicamente, não se encontra entre nós, mas espiritualmente, sim. Estando seu corpo ressurreto livre de barreiras materiais, como demonstrou, entrando no cenáculo de portas fechadas (Jo 20.19), nada impede, se lhe convier, “manifestar-se corporalmente.” A Igreja, contudo, o tem presente na pessoa do Espírito Santo, o que lhe foi suficiente para manutenção, defesa e crescimento ao logo dos séculos.

2- A presença real de Cristo em sua Igreja é um fato revelado e experienciado espiritualmente. Todo crente sabe que a Igreja não é um corpo acéfalo, pois Cristo é “seu Cabeça”, quando considerada como instituição social, governamental, e “sua Cabeça”, quando vista como organismo ou corpo místico (Ef 5. 23; Ef 4.15; I Co 11.3; Cl 2.10,19 cf Cl 1.18). O servo de Deus, dotado de espiritualidade, sente a “presença real de Cristo”, quando este lhe fala pelas Escrituras, pelo testemunho interno do Espírito Santo e pelos meios sacramentais de graças. Cristo não se faz presente transubstanciando-se no pão eucarístico, mas espiritualizando a Igreja.

Pergunta 48: *Sendo que a humanidade não se encontra onde está a divindade, não ficam assim separadas as duas naturezas?*

Resposta: *De maneira alguma, porque a divindade é insondável e está presente em toda parte (Jr 23.24; At 7.49). Conclui-se, pois, que ela supera os limites da humanidade assumida; contudo, nela permanece pessoal e inseparavelmente unida (Cl 2.9; Jo 3.13; Mt 28.6).*

SÍNTESE

1- A natureza humana de Cristo não se extinguiu com a morte e a ressurreição; ela está presente no Filho exaltado tanto quanto esteve no Servo humilhado. O Cordeiro, para ser, e continuar sendo, o nosso representante junto ao Pai, marcando a presença da humanidade no seio da divindade, e mantendo o elo, de caráter indissolúvel, entre a Igreja sofredora militante e a que está sob a proteção do Senhor da vida no céu, não podia e não pode deixar de ser nosso Mediador, de ser um dos nossos, e depositar aos pés do Pai nossas preces rogatórias, laudatórias e intercessoras. Uma vez humano; humano sempre. O servo regenerado possui tão intensa identidade com o Salvador, que, já nesta

existência, transitória por natureza, nosso corpo é tabernáculo de Deus, e será revestido “vestes celestiais” (II Co 5. 1-5; e mais do que isto: no Redentor, assentamo-nos lugares celestiais: *E, juntamente com ele, nos ressuscitou, e nos fez assentar nos lugares celestiais em Cristo Jesus (Ef 2.6)*).

2- A divindade de Cristo, por outro lado, não se limitou nem se limita à sua corporalidade ressurreta. Deus em Cristo não se tornou “limitado” pela matéria corporal, pois o Filho de Deus é Mediador e Senhor da criação, mas imensuravelmente superior a ela; não subordinado, portanto, à obra criada: *Todas as coisas foram criadas por intermédio dele e, sem ele, nada do que foi feito se fez (Jo 1.3)*. A condição de eterno Filho de Deus fica mantida (Jo 1.18), como mantida fica também a sua humanidade permanente (Cf Jo 3.13; Cl 2.9). O Cristo que está conosco espiritualmente é o mesmo “Deus – homem”, que se encontra no seio de Deus Pai, no posto da *co-regência* de todas as coisas, pois não temos dois cristos: um no céu, à destra de Deus, e outro na terra com sua Igreja.

Pergunta 49: Quais os benefícios da ascensão de Cristo ao céu?

Resposta: *"Primeiro: Ele é nosso intercessor no céu diante do Pai (I Jo 2.1; Rm 8.34;).*

Segundo: Temos nossa carne no céu (com a carne humana do Cristo ressurreto) como garantia certa de que, como a Cabeça, levar-nos-á, seus membros, para si mesmo (Jo 14.2; 17.24; 20.17; Ef 2.6).

Terceiro: Ele nos enviou o Espírito Santo como penhor e dom (Jo 14.26; 16.7; At 2.33; II Co 1.22; 5.5) pelo qual buscamos as coisas do céu, onde Cristo está assentado à destra de Deus, e não o que é da terra" (Cl 3.1).

Observação: A inserção, entre parênteses, no item segundo é nossa.

Síntese

1- **Cristo, o Intercessor.** O primeiro e grande benefício que a ascensão de Cristo nos trouxe foi o sacerdotal. Cristo tornou-se nosso intercessor perfeito e permanente: Ele, como nosso Sumo Sacerdote, entrou no Santos dos Santos celeste, e lá se encontra para interceder por nós. Por sua intercessão a Igreja e os seus membros são mantidos, protegidos e conduzidos segundo a vontade de Deus. A mediação sacerdotal de Cristo não permite que o pecado nos destrua.

2- **Cristo, nosso Representante no Céu.** O primeiro Homem ressurreto, primícias dos mortos, de habitação permanente no céu, junto ao Pai, entronizado no trono celeste, é também o Cabeça de sua Igreja, a que peregrina na terra e a que está no Seio de Abraão, isto é, com ele no Paraíso. Não há solução de continuidade nem diferença de essência, qualidade e natureza, entre a Igreja militante terrena e a triunfante celeste. Todos os eleitos salvos, que estão transitando no mundo, passarão à Igreja do Céu pelas portas da morte; mas lá chegarão, conduzidos misericordiosamente por Cristo (Jo 14.2; Jo 17.24; Jo 20.17; Ef 2.6).

3- **Pelo seu Espírito, Cristo está conosco.** Cristo, nosso Rei, Mestre e Salvador, está à destra do Pai no céu, mas deixou o Espírito Santo conosco e em nós como selo e penhor de sua propriedade eterna (Jo 14.26; Jo 16. 7; At 2.33; II Co 1. 22; II Co 5.5). O

Espírito Santo, agindo no seio da Igreja de Cristo, seu templo comunitário, e no interior de cada redimido, seu tabernáculo, estabelece o nexos relacional entre o Salvador e o salvo, e isso de tal modo, que o verdadeiro servo de Cristo tem como prioridade de sua vida as coisas espirituais, não as materiais (CI 3.1).

O Espírito Santo, na qualidade e condição de “enviado do Filho de Deus”, nada pode acrescentar à obra redentora de Cristo, pois seu papel é aplicá-la na vida da Igreja e na de cada membro de seu corpo; e ele o faz com real e divina consagração e eficiência. A iluminação da Igreja para compreender corretamente os mistérios da revelação e os incorporar à existência é obra do Espírito Santo.

CRISTO RESSURRETO NO CÉU E NA TERRA:

O Cristo encarnado, presente na natureza humana regenerada, habitando os salvos pelo seu Espírito de modo dinâmico, vitalizador e santificador, o faz como Senhor soberano, onipotente, onisciente e onipresente, Mediador da criação, Regente do universo e Salvador dos eleitos. O corpo não limita a divindade do Filho do Homem e nem lhe impõe restrições à soberania. Cristo, portanto, está no mundo de maneira geral e em sentido especial na sua Igreja da qual é a Cabeça de que somos os membros em unidade orgânica indissolúvel. A relação do Redimido com o redimido, pois, não se compara com a do Criador com a criação; diferem-se em grau de essencialidade, de interação e de propósitos.

A humanidade incorporou-se à divindade na pessoa do Jesus Cristo; eis porque o humano entronizou-se no céu tanto quanto o divino, pela encarnação, penetrou a humanidade e reina na terra.

O SALVADOR NO CÉU:

A Igreja, com todos os seus membros eleitos, é beneficiária da exaltação de Cristo, de sua volta encarnada à destra do Pai. Eis os principais benefícios:

a- Sacerdotal:

Cristo, como sustenta o autor da Carta aos Hebreus, entrou no Santo dos Santos celeste e aí permanece como nosso Sumo Sacerdote e, pela oferta do único sacrifício de si mesmo, incessantemente intercede por nós. Os nossos pecados são, pois, diariamente expiados pelo Cordeiro - Sacerdote. Saber que Cristo intercede por nós no céu nos serve um grande conforto e contínua emulação de nossa fé; fé que não geramos racionalmente, mas procede do coração de Deus como dádiva eterna. O salvo em e por Cristo é um privilegiado, embora o mundo o ignore e até o menospreze. O desprezo da sociedade secular e as perseguições que nos movem os adversários de nosso Rei não nos desanimam nem nos abatem. Somos fortalecidos nos sofrimentos, porque temos um eterno intercessor no céu por nós.

b- Real:

Ao assentar-se no trono do "triumvirato" divino, Cristo efetivamente assumiu o reinado sobre sua Igreja, recebendo das mãos do Pai todo poder nos céus e na terra. Ele reina diretamente sobre seus súditos e servos e rege o mundo. Todos os regenerados reconhecem-lhe o governo e se deixam dirigir por ele mediante a sua palavra nas Escrituras e pelo testemunho interno do Espírito Santo. **Cristo é nosso Rei**, e sobre nós

reina diretamente. A Igreja é o reino do Filho de Deus no mundo. Mesmo que esteja agora do tamanho de uma semente de mostarda, será um povo imenso, um reino único no universo escatológico. O mundo, que domina hoje, não dominará para sempre. A Igreja, escrava e submissa, reinará com o seu Rei, o Cristo, eternamente.

c- **Escatológico:**

O corpo humano, ressurreto, de Cristo no céu é garantia, como primícias, de que os nossos corpos, por seu intermédio, misericórdia e graça, serão igualmente ressuscitados incorruptíveis e glorificados para vivermos eternamente à destra de nosso Salvador no reino consumado. Ele, à direita do Pai: nós, à sua, conforme a promessa. Com a humanidade no céu e a divindade na terra, o elo entre o presente e o futuro, o temporal e o eterno, o terreno e o celestial estabeleceu-se definitivamente. Os salvos peregrinos da Igreja padecente já pertencem à Igreja triunfante. **Somos mais que vencedores em e por Cristo Jesus.** A esperança da vitória final, infundida em nós pelo Espírito Santo, sustenta-nos nas batalhas de cada dia e aprofunda a nossa fé. O núcleo sólido da Igreja invisível tem demonstrado, ao longo dos séculos, o que Paulo sobre ela escreve em Rm 8. 31-39. Eis a íntegra do texto:

Que diremos, pois, à vista destas coisas? Se Deus é por nós, quem será contra nós? Aquele que poupou o seu próprio Filho, antes, por todos nós o entregou, porventura, não nos dará graciosamente com ele todas as coisas? Quem tentará acusação contra os eleitos de Deus. É Deus quem os justifica. Quem os condenará. É Cristo Jesus quem morreu ou, antes, quem ressuscitou, o qual está à direita de Deus e também intercede por nós. Quem nos separará do amor de Cristo? Será tribulação, ou angústia, ou perseguição, ou fome, ou nudez, ou perigo, ou espada? Como está escrito: Por amor de ti, somos entregues à morte o dia todo, fomos considerados como ovelhas para o matadouro. Em todas estas coisas, porém, somos mais que vencedores, por meio daquele que nos amou. Porque eu estou bem certo de que nem a morte, nem a vida, nem anjos, nem os principados, nem as coisas do presente, nem do porvir, nem poderes, nem altura, nem profundidade, nem qualquer outra criatura poderá separar-nos do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor.

O Cristo entronizado no trono celeste, e reina sobre nós, é nossa garantia na terra e nossa glorificação nos céus.

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 19 O CRISTO GLORIFICADO VOLTARÁ

Pergunta 50: *"Por que se declara: Está assentado à destra de Deus Pai, todo poderoso?"*

Resposta: *"Porque Cristo subiu ao céu para que ali se apresentasse como cabeça de sua Igreja (Ef 1.20 - 23; Cl 1.18;), governando o Pai todas as coisas por intermédio dele" (Mt 28.18; Jo 5.22).*

Síntese

1- A expressão “assentado à destra de Deus Pai” significa:

a- A Segunda Pessoa da Trindade ocupa agora, em corpo ressurreto, o lugar que lhe é devido no conjunto trinitário, com a primazia da regência sobre todas as coisas. Estar à direita do Pai é direito divino e também privilégio somente daquele que agiu e age, irrestritamente, na obra da redenção como legítimo e perfeitíssimo representante do Pai, inclusive com extrema humilhação (Fp 2. 6-9).

b- Cristo, no trono celeste, reina sobre os universos físicos, humanos e angélicos como Rei supremo, absolutamente soberano. A sua palavra, deixada com a Igreja via comunicação profética e apostólica, é constituída de ensinamentos, recomendações e ordenanças reais. Ai daquele que lhe alterar os escritos sagrados (Ap 22. 18 cf Mt 5.18). O Pai governa por intermédio do Filho (Mt 28. 18; Jo 5. 22).

2- Cristo, entronizado nos céus, reina diretamente sobre sua Igreja, corpo do qual é a Cabeça (Ef 1.20-23; Cl 1. 18). Ele não retornará somente como Rei eterno (assim entendem os premilenistas), mas como Juiz de vivos e mortos. Todos os que se rebelaram contra ele e contra sua Igreja, receberão o merecido castigo; especial e principalmente os que, ingressando na comunidade dos remidos, tornarem-se traidores e apóstatas (Hb 6. 4-6; Mt 18.6-9; II Pe 2.20 – 23). A Igreja invisível incontaminável, que se expressa pela visível contaminável, constitui-se do único povo de Deus, o novo Israel, sendo Cristo o seu Rei, e a governa pelo Espírito Santo, pelas Escrituras e por seus ministros submissos à Terceira Pessoa da Trindade e aos escritos sacros do Velho e Novo Testamentos.

Pergunta 51: " De que nos serve a glória de Cristo, nossa Cabeça?"

Resposta: *"Primeiro: Para que, pelo Espírito Santo, derrame sobre nós, seus membros, os dons celestiais (At 2.33; Ef 4.8). Segundo: Para proteger-nos de todos os nossos inimigos e amparar-nos contra eles" (Sl 2.9; 110.1,2; Jo 10.28; Ef 4.8).*

Síntese

1- A glória de Cristo e os dons espirituais. A glória de Cristo produz e sustenta a glória da Igreja. Sendo gloriosa a Cabeça, glorioso se torna todo corpo. Além do mais, o Cristo glorioso, Senhor da Igreja, autor e consumidor de nossa fé (Hb 12.2), razão de ser do atual e definitivamente estabelecido povo de Deus, sendo a Cabeça dirigente e cognitiva de seu miraculoso Corpo místico, equipa-o com todos os dons carismáticos de que necessita para efetivação de seu ministério e expressividade no mundo (Cf At 2.33; Ef 4.8).

2- Glória de Cristo, escudo da Igreja. O Rei glorioso tem de ser, obviamente, poderoso, com autoridade e potência suficientes para fechar as fronteiras de seu reino, de tal modo que se torne inexpugnável a quaisquer inimigos; estabelecer e manter a defesa interna, evitando conflitos interfraternos e conseqüente autodestruição da unidade orgânica de seu Corpo; barreiras defensivas contra as hostes espirituais do mal (Ef 6. 10-17; Cl 2. 13-19; I Pe 3. 22). A Igreja é o reino do mais glorioso e poderoso dos reis, O Cristo vencedor, Segunda Pessoa da Trindade santa. Nada, pois, destruirá o povo de Cristo (Rm 8.31-39).

Pergunta 52: "Que consolo te oferece a volta de Cristo para julgar vivos e mortos?"

Resposta: *"Que em todas as minhas misérias e perseguições com plena confiança, espero do céu, como Juiz, aquele que, primeiramente, se pôs diante do juízo de Deus por mim e me livrou de toda maldição (Fp 3.20; Lc 21.28; Rm 8.23; Tt 2.13; I Ts 4.16); e que lançará todos os seus e meus inimigos nas penas eternas (Mt 25.41; II Ts 1.6); que a mim, com todos os eleitos, há de conduzir-me ao gozo celeste e à glória eterna" (Mt 25.34; II Ts 1.7).*

Síntese

1- A promessa feita por Cristo de retornar um dia para consumir o seu reino, confere esperança à Igreja e a todos os súditos de seu reino militante, de reinar com o seu augusto Rei na pátria eterna, num condomínio de ressurretos imortais e incorruptíveis, onde as aflições estarão eternamente eliminadas e o gozo será constante e intenso, pois o Cristo glorioso nos livrou de toda maldição (Fp 3.20; Lc 21.28; Rm 8.23; Tt 2.13; Ts 4.16). Ele se fez maldito para que nos tornássemos benditos (Gl 3.10-13).

2- Cristo prometeu liquidar para sempre todos os nossos inimigos, e cumprirá a promessa, não duvidamos. Um dia, quando, não sabemos, Satanás, os seus anjos, a morte e os réprobos humanos, serão lançados na Geena (Ap 20.10,14,15), onde eternamente sofrerão as conseqüências danosíssimas de suas incredulidades, perversidades e apostasias contra o Rei dos reis e seus súditos amados (Mt 25.41; II Ts 1.6).

3- No mesmo grande dia do julgamento final, o Cordeiro da Igreja, agora Juiz universal, recolherá o seu povo justificado por ele à proteção eterna de seu governo, vivendo neles e com eles para sempre, na mais completa e perfeita unidade. Lá, com nossos corpos ressurretos, livres da morte e de todo mal, estaremos realmente em Cristo e literalmente com ele. Será maravilhoso! (Mt 25.34; I Ts 1.7).

A Igreja no céu:

Cristo, Senhor da Igreja, está no trono celeste, à destra do Pai; posição que lhe possibilita governar o seu povo tanto na terra, a Igreja militante, como no céu, a triunfante. A humilhação e a exaltação colocaram-no, pelo menos do ponto de vista da nossa lógica, e com absoluta autoridade governamental, no trono divino, ao lado do Pai, e no governo do mundo, o "kaiser" ou "kyrios" magno de todos as nações. De modo especial, porém, reina sobre sua Igreja composta de peregrinos padecentes e de irmãos glorificados, embora ainda sem o privilégio da corporalidade. O crente, que verdadeiramente tem o testemunho interno do Espírito, vive seguro e feliz em todas as circunstâncias da existência presente; não abandona a comunidade dos redimidos da qual é membro por vontade de Deus; e ainda se firma na inabalável convicção de que é filho da promessa, faz parte do Reino de Cristo, a Igreja, e nela persevera, sustentado pelas mãos do Salvador. Os inimigos dos servos de Deus são muitos, na ordem social e no universo espiritual, mas o nosso Rei sobre todos domina e livra a nossa alma da corrupção, da queda, da destruição.

Cristo no céu, e o fato de estarem com ele os salvos que partiram antes de nós, garante-nos que lá certamente estaremos, cessando o nosso ministério na terra. Esta esperança, certeza absoluta, mantém os salvos no caminho de seu êxodo. E mais, os

dons celestes lhe são derramados abundantemente pelo Espírito Santo, que o Rei exaltado nos outorgou.

O Rei voltará:

A Bíblia sustenta que Jesus retornará como Juiz para julgar vivos e mortos. A crença na ressurreição de Cristo exerce três efeitos construtivos na vida e na consciência do regenerado:

a- É a base de sua esperança que, por sua vez, gera a motivação para a batalha diária contra todas as forças do mal, estimula-o ao testemunho e o impulsiona para o ministério da evangelização.

b- Dá ao verdadeiro regenerado a certeza de que Cristo, que foi morto, mas agora vive, reina nos céus e na terra (Mt 28.18-20; Cl 1.13-18).

c- Comunica à Igreja a consciência e a convicção de que vive os tempos do fim, o espaço temporal entre a ressurreição e a porúsia sob o direto reinado de Cristo. Estamos em pleno "milênio", na vigência do reinado do Cordeiro.

Na volta do Rei e Juiz todos os seres humanos, vivos e mortos, justos e injustos, receberão seus corpos e, ressurretos, comparecerão perante o trono de Deus para serem julgados. Os salvos em Cristo, por ele justificados, também passarão pelo julgamento, mas não serão condenados, pois já o foram, inclusive penalizados, no Messias vicário. Os ímpios, porém, receberão as penalidades eternas: "Quando vier o Filho do Homem na sua majestade e todos os anjos com ele, então se assentará no trono da sua glória; e todas as nações serão reunidas em sua presença, e ele separará uns dos outros, como o pastor separa dos cabritos as ovelhas; e porá as ovelhas à sua direita, mas os cabritos à esquerda. Então dirá o Rei aos que estiverem à sua direita: Vinde, benditos de meu Pai! entrai na posse do reino que vos está preparado desde a fundação do mundo"(Mt 25.31-34). "Então o Rei dirá também aos que estiverem à sua esquerda: Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o Diabo e seus anjos"(Mt 25.41).

A verdadeira cidadania do crente é a celeste, pois a terrestre é transitória e parcial. Aqui, somos apenas peregrinos; não somos de nós mesmos e não pertencemos, de fato, a este mundo (Fp 3.20,21).

CATECISMO DE HEIDELBERG -Domingo 20 O ESPÍRITO SANTO

Pergunta 53: *"Que crês sobre o Espírito Santo?"*

Resposta: *"Que, com o eterno Pai e o Filho, é verdadeiro e eterno Deus (I Jo 5.7; Gn 1.2; Is 48.16 I Co 3.16; 6.19; At 5.3,4;); e nos foi dado (Gl 4.6; Mt 28.18,20; II*

Co 1.22; Ef 1.13), para que, pela fé verdadeira, nos tornemos participantes de Cristo e de todos os seus benefícios (Gl 3.14; I Pe 1.2; I Co 6.17); e nos consola (Jo 15.26; At 9.31); e permanece eternamente conosco" (Jo 14.16; I Pe 4.14).

Síntese

- 1- cremos que o Espírito Santo é a Segunda Pessoa da santíssima Trindade e, portanto, verdadeiro Deus na unidade trina; possuindo, não individualmente, mas na consensualidade e na íntegra comunhão unitária da ordem trinitária, todos os atributos da divindade: imutabilidade, santidade essencial, onipresença, onisciência, onipresença e onipotência. Em suma, o Paráclito é verdadeiro e eterno Deus (I Jo 5.7; Gn 1.2; Is 48. 16; I Co 3.16; I Co 6.19; At 5. 3,4).
- 2- cremos que o Santo Espírito, Mensageiro de Deus, eternamente procedente do Pai e do Filho, foi deixado na e com a Igreja pelo seu instituidor, seu Cabeça e Rei, nosso Senhor Jesus Cristo (Gl 4.6; Mt 28.18,20; II Co 1.22; Ef 1.13; Jo 20.22,23; Jo 16.7-15; Jo 15.26; Jo 14.16-18; Jo 14.26). A Igreja, Corpo místico de Cristo, recebeu da parte dele e do Pai o Espírito Santo. Cada membro nela verdadeiramente integrado é também "templo do Espírito" (I Co 6.19; I Co 3.16 cf II Co 6.19).
- 3- O ministério do Espírito é cuidar da Igreja, conjunto dos salvos por Cristo, gerando-lhe e mantendo-lhe a unidade, a santidade, a fidelidade ao Salvador e às Escrituras, o culto verdadeiro, o espírito didático para o ensino a aprendizagem da Palavra de Deus, o senso missionário e a manutenção dos sacramentos deixados por Cristo. O Espírito, em suma, nos faz participantes de Cristo e de todos os seus benefícios (Gl 3.14; I Pe 1.2 I Co 6.17).
- 4- O Espírito Santo, finalmente, mantém a firme esperança no seio da Igreja e no coração de seus membros eleitos, de que todas as promessas de Cristo serão cumpridas, e que, no final de nossa peregrinação terrena, difícil e dura para todos, o crente receberá a imarcescível coroa de glória. Assim, o Espírito consola a Igreja (Jo 15. 26; At 9.31).
- 5- Não há o menor risco de a Igreja ser abandonada neste vale de lágrimas e sofrimentos terríveis, pois o Espírito Santo dela jamais se afastará (Jo 14.16; I Pe 4.14).

Toda Igreja verdadeiramente cristã, que pautar sua vida, doutrina e ética na Palavra de Deus, que se compõe de salvos realmente regenerados, preordenados para serem de Cristo, que não se conforma com o mundo nem assimila seus hábitos e costumes pecaminosos, essa, sem dúvida, é templo do Espírito Santo, deixando-se guiar por ele (Rm 8. 13-17).

A Igreja é do Pai; salva pelo Filho; administrada pelo Espírito Santo.

A divindade do Espírito Santo

O Espírito Santo, na nomenclatura credal, é a Terceira Pessoa da Trindade, não por ordem numérica ou por grau de importância, dignidade e significado. "Terceira" deve ser entendida, na economia revelacional, como posto ministerial, o lugar que o Espírito ocupa nas funções consensuais e integradas do Pai e do Filho. Podemos, e até devemos entender, pela didática da revelação, o que é específico do Pai, o Criador, o que é próprio do Filho, o Redentor, e o que se atribui ao Espírito, o Inspirador, o Consolador, o Ministro de Cristo. Todas as obras divinas, contudo, são resultantes da operação da

Trindade. Nenhuma pessoa trinitária age separada e independentemente, pois Deus é um só na consubstancialidade e na unidade trina. O Espírito Santo é Deus no contexto trinitário, não uma divindade individual e autônoma com agência e gerência próprias. Ele é o enviado do Pai e do Filho e em nome de ambos ministra, fazendo a Igreja entender, assimilar e praticar os ensinamentos do Verbo encarnado.

O Espírito nos faz participantes de Cristo

O Espírito Santo nos foi outorgado para despertar em nós o dom da fé salvadora, para abrir as nossas mentes à compreensão e à apreensão do Evangelho de Cristo, para impulsionar os escolhidos na direção do Redentor, para promover o encontro entre o perdido e o Salvador, para estabelecer no coração dos eleitos o arrependimento de seus pecados e a conseqüente regeneração efetuada por Cristo, para nos convencer de que nada somos, que estamos sob a justiça e o juízo de Deus. O Espírito é o nosso guia nos difíceis caminhos de nossos êxodo; e quem não é guiado por ele não é filho de Deus: "Pois todos os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus" (Rm 8.14). "E se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dele" (Rm 8.9b).

O Espírito não nos vem por convocação ou por invocação do homem, não se apossa do fiel por solicitação ou poder de suas preces, não habita o crente em obediência às suas obras pias de orações, jejuns, abstinências e sacrifícios, não é algo que se busca por esforços beatíficos de purificações e santificações: É dádiva de Deus aos regenerados. Nenhum crente, na verdade, "merece" o Espírito; ninguém o "conquista". As ovelhas que o Pai entregou ao pastoreio do Filho ele as entrega à direção do Espírito. São de Cristo e estão nele todos os que foram batizados com o Espírito Santo.

Espírito, intérprete das Escrituras

A Palavra de Deus é o maior dom do Espírito. Ninguém a deseja com sinceridade, ninguém se submete a ela com devoção, prazer e espontaneidade, ninguém norteia o comportamento pelos seus ensinamentos senão pela instrumentalidade do Espírito Santo que a graça de Deus lhe concedeu e que nele habita e atua, conformando a vontade de Jesus Cristo com a do seu eleito-regenerado. Podemos, pois, afirmar, sem receio, que a Palavra de Deus é uma concessão de Cristo entregue pelo Espírito aos seus servos, não, rigorosamente falando, uma opção humana, uma escolha racional. O entendimento das Escrituras, para salvação, independe da racionalidade, da inteligência, da cultura, do raciocínio, da formação teológica: "Por aquele tempo exclamou Jesus: Graças te dou ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas cousas aos sábios e entendidos e as revelaste aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim foi do teu agrado. Tudo me foi entregue por meu Pai. Ninguém conhece o Filho senão o Pai; e ninguém conhece o Pai senão o Filho, e aquele a quem o Filho o quiser revelar" (Mt 11.25-27).

Espírito, dom permanente

O Espírito é dádiva permanente, porque definitiva e eterna é a regeneração. O crente persevera em Cristo porque o Espírito jamais se afasta dele. A perseverança do salvo, pois, decorre do ministério do Espírito no seu interior. O Espírito Santo aplica no eleito convertido a salvação conquistada por Jesus Cristo. Quem não tem o Espírito, conseqüentemente não possui a redenção. Se a fé confessional sustenta a perseverança do

salvo, igualmente mantém a doutrina da permanência do Paráclito no regenerado. A ansiedade da "busca do Espírito" é, no fundo, uma rejeição da graça imerecida da salvação e da santificação.

CATECISMO DE HEIDELBERG - Domingo 21

A IGREJA UNIVERSAL DE CRISTO

Pergunta 54: " O que crês sobre a universal Igreja de Cristo?"

Resposta: *"Que ela se vincula ao Filho de Deus (Ef 5.26; Jo 10.11; At 20.28; Ef 4.11-13), desde o princípio até o fim do mundo (Sl 71.17,18; Is 59.21; I Co 11.26 ; e ele, de todo o gênero humano (Gn 26.4; Ap 5.9), congrega-a, guarda-a e a protege para si (Mt 16.18; Jo 10.28-30; Sl 129.1-5), por meio de seu Espírito e de sua Palavra (Is 59.21; Rm 1.16; 10.14-17; Ef 5.26), na unidade da verdadeira fé (At 2.42; Ef 4.3-5), sendo, portanto, uma comunidade eleita para a eternidade (Rm 8.29; Ef 1.10-13), da qual eu sou um membro vivo (I Jo 3.14,19-21; II Co 13.5; Rm 8.10), e nela permaneço para sempre" (Sl 23.6; I Co 1.8,9; Jo 10.28; I Jo 2.19; I Pe 1.5).*

Síntese

1- A Igreja é de Cristo e está nele. Sem o Filho de Deus não existe Igreja. Portanto, ela tem de tomar consciência de sua cristocentricidade na origem, no ser, na liturgia, nos ministérios e na comunhão sacramental. Cristo se expressa no mundo pela sua Igreja, e ela o manifesta pela culto, pela pregação, pelo ensino e pela unidade comunitária. Em Cristo residem o ser, a natureza e a essência da Igreja (Ef 5.26; Jo 10.11; At 20.28; Ef 4.11-13).

2- A Igreja, sendo de Cristo, nele se origina, dele depende e a ele se vincula desde a eternidade. Todos os seus membros são eleitos, preordenados à salvação, salvos em e por ele, e nele permanecerão eternamente, não por esforços próprios ou virtudes pessoais, mas por misericordiosa graça do Filho de Deus. São de Cristo e redimidos por ele os crentes do Velho e do Novo Testamentos (Cf Sl 71.17,18; Is 59.21; I Co 11.26), tanto quanto os gentios regenerados por ele (Gn 26.4; Ap 5.9).

3- A Igreja, composta dos eleitos de Deus, é propriedade de Cristo, e ele é seu Noivo, zela o seu nome, cuida dela como um esposo cuida da mãe de seus filhos: *Maridos, amai vossa mulher, como também Cristo amou a Igreja e a si mesmo se entregou por ela, para que a purificasse, tendo-a purificado por meio da lavagem de água pela palavra, para apresentar a si mesmo Igreja gloriosa, sem mácula, nem ruga, nem coisa semelhante, porém santa e sem defeito (Ef 5. 25-27). Porque ninguém jamais odiou a sua própria carne; antes, a alimenta e dela cuida, como também Cristo o faz com a Igreja (Ef 5. 29 cf Mt 16. 18; Jo 10.14-17).* O crente regenerado possui a natureza de Cristo, como o filho traz a natureza do pai.

4- A Igreja recebe de Deus o dom da fé salvadora pela qual compreende as Escrituras, apreende o apelo de redenção, aceita o Salvador, ingressa em sua Igreja, testemunha o seu nome, propaga a mensagem redimidora do Evangelho, vive na unidade dos conservos fiéis a Cristo Jesus (At 2.42; Ef 4.3-5).

5- A Igreja jamais representa um modismo sócio-religioso, que passa, quando a motivação causal de seu surgimento termina. Ela, na qualidade e condição de “Corpo de Cristo”, é de caráter eterno (Rm 8.29; Ef 1.10-13).

6- A Igreja viva e eterna constitui-se de membros vivos e galardoados por Deus com o dom da eternidade. A relação Igreja-membro é, portanto, indissolúvel e permanente. Assim como se originam os laços familiares da família cristã, também os vínculos com a Igreja são gerados por Deus e mantidos por ele. Como a Igreja é o eterno povo de Cristo, cada crente eleito, regenerado e justificado é seu eterno membro, tanto na militância terrena como na habitação celeste (I Jo 3.14,19-21; II Co 13. 5; Rm 8.10 cf Sl 23.6; I Co 1.8,9; Jo 10.28; I Jo 2.19; I Pe 1.5).

Pergunta 55: "Que entendes por: “comunhão dos santos?”

Resposta: *"Primeiro, que todos os fiéis em geral e cada um em particular, como membros do Corpo de Cristo gozam de sua comunhão e de todos os seus bens e dons (I Jo 1.3; Rm 8.32; I Co 12.12,13; 6.17). Segundo, que cada um deve sentir-se obrigado a empregar com amor e gozo os dons que recebeu, utilizando-os em benefício do próximo e salvação de todos" (I Co 12.21; 13.1,5; Fp 2.4-8).*

Síntese

1- A Igreja de Cristo é uma só, embora possa ter vários nomes ou denominações e trazer, em certa medida, as marcas culturais da localidade em que se encontra. Onde haja um servo de Cristo integrado em sua Igreja, há um comungante da comunhão local e um integrante do corpo geral, mundial. Quem comunga fraternalmente com a unidade eclesial de sua região, comunga também com a Igreja universal do Cordeiro, gozando de seus bens sociais, psicológicos e espirituais, bem como de todos os seus carismas (I Jo 1.3; Rm 8.32; I Co 12.12,13; I Co 6. 17).

2- Deus não tem em sua Igreja inúteis e inabilitados. Cada membro, colocado no corpo pelas divinas mãos (I Co 12.12-31), tem função específica e necessária, tanto do ponto de vista da organicidade funcional como sentimental, emocional e espiritual (I Co 12. 26). Cristo não nos redime e nos coloca em sua Igreja com o objetivo de, rigorosamente falando, conferir-nos benefícios pessoais. Deus espera que sejamos úteis uns aos outros na interatividade corporativa, para que o corpo sadio, dinâmico e operoso, mostre ao mundo a razão da encarnação de Cristo (Jo 17.21,23). Cada servo cumprindo o seu dever, cada membro funcionando conforme a sua destinação, todos serão beneficiados, Deus será louvado, e o mundo evangelizado (I Co 12.21; I Co 13.1,5; Fp 2.4-8).

Igreja, povo eleito de Cristo:

A Igreja não é a comunidade dos que escolheram o Deus de Israel para adorar, prestar-lhe obediência e lhe usufruírem os benefícios. Não, ela existe porque foi chamada pelo Pai , congregada no Filho, dirigida pelo Espírito Santo. Deus nos escolheu, segundo o beneplácito de sua vontade, soberania e amor, para sermos a glória de seu unigênito Filho, vivermos conforme os seus desígnios, proclamarmos o seu Evangelho a todos os seres humanos. Os religiosos irregenerados reúnem-se em torno de um ícone ou de um ídolo humano. Os servos de Deus são por ele escolhidos, chamados,

redimidos, arrebanhados num aprisco e entregues ao pastoreio de Jesus Cristo. Nada fizemos para nossa salvação e inclusão na Igreja do Cordeiro. A mão do Pai nos colocou nos braços do Filho, onde nos sentimos seguros, amados e abençoados. Em síntese, a Igreja de Cristo é a comunhão dos salvos, jamais reunião dos que procuram salvação por meios próprios, valendo-se da piedade e das boas obras, na tentativa de conquistarem as benesses do além. A graça de Deus em Cristo Jesus gerou a Igreja. Ao autor e consumidor de nossa fé, pois, cabem todos os méritos. Ao homem, pecador e mortal, só restam deméritos.

O Salvador rejeitado:

Jesus foi rejeitado simultaneamente pelos judeus, seus compatriotas, e pelos romanos, representando o pensamento gentílico. Ninguém, pois, pode afirmar que Cristo é um Deus que os homens escolheram. O contrário é verdadeiro: Ele é o Deus encarnado, que o mundo rechaçou com ódio mortal. Seus próprios discípulos não o procuraram para servi-lo; foram por ele procurados. Não é pois um Deus da escolha humana, nem da opção de piedosos. Os que possui são pessoas de sua preferência, os eleitos da graça, filhos da misericórdia do Pai celeste. O Cristo da cruz continua rejeitado, pois os "crentes" não o querem servir, não se dão ao sacrifício; muitos preferem um deus servo; outros, um deus beneficente; uma grande maioria deseja uma divindade lúdica e hedonista, um Cristo engajado nos modismos, mentor e símbolo de orgias místicas à semelhança de Dionísio ou Momo. Servem-se de Deus os que o buscam para auferição de benefícios materiais e bens temporais: servem-no os que se negam a si mesmos, desprendem-se dos bens materiais e ofertam-se a Cristo como servos submissos, leais, consagrados e dispostos até mesmo ao sacrifício.

Igreja, comunhão dos santos:

Os membros da Igreja de Cristo são chamados de santos, não por serem imaculados, mas por terem sido escolhidos, separados do mundo, colocados no Corpo de Cristo, sua Igreja, e destinados ao serviço do Messias. A Igreja, por sua origem, natureza e objetivo, não pode ser estratificada, possuir "eminências" e "dignidades", ter um clero nobilitado e exaltado com títulos honoríficos: "Vós, porém, não sereis chamados mestres, porque um só é vosso Mestre, e vós todos sois irmãos. A ninguém sobre a terra chameis vosso pai; porque só um é vosso Pai, aquele que está no céu. Nem sereis chamados guias, porque um só é vosso Guia, o Cristo. Mas o maior dentre vós será vosso servo. Quem a si mesmo se exaltar, será humilhado; e quem a si mesmo se humilhar, será exaltado"(Mt 23.8-12). "Completem a minha alegria de modo que penseis a mesma coisa, tenhais o mesmo amor, sejais unidos de alma, tendo o mesmo sentimento. Nada façais por partidarismo ou vanglória, mas por humildade, considerando cada um os outros superiores a si mesmo"(Fp 2.2,3). Este é o espírito do cristão na Igreja de Jesus Cristo, a comunidade dos que a sociedade desigalou, mas Cristo nivelou pela regeneração e incluiu no seu Corpo. Não há crente maior que o outro; todos são iguais perante o trono da graça, diante do Filho de Deus, nosso Salvador.

A Igreja é una em Cristo Jesus, firmada na doutrina dos apóstolos, santa por eleição e graça, universal por destinação, peregrina por natureza, serve por vocação. Em outros termos: Cristocêntrica, eleita, apostólica e universal.

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 22

REMISSÃO, RESSURREIÇÃO E VIDA ETERNA

Pergunta 56: "Que crês sobre a remissão de pecados?"

Resposta: *"Creio que Deus, por causa da expiação efetuada por Cristo, não mais se lembrará de meus pecados ou de minha natureza corrompida contra a qual tenho de lutar durante a vida terrena (I Jo 2.2; 1.7; II Co 5.19), mas que, graciosamente, me outorga a justiça de Cristo (Rm 7.22-25; Jr 31.34; Mq 7.19; Sl 103.3,19,12), para que jamais eu seja condenado" (Jo 3.18; 5.24).*

Síntese

1- Cristo, na verdade, resgatou-nos do poder das potências do mal sob cujos domínios escravizadores nos encontrávamos aprisionados, manietados e isolados da graça. Tais poderes maléficis manejavam contra nós, implacavelmente, os látegos do pecado e os cutelos da morte. Éramos escravos do reino das trevas, impedidos de qualquer esforço positivo de reconciliação com Deus. Estávamos espiritualmente mortos: *Ele vos deu vida, estando vós mortos nos vossos delitos e pecados, nos quais andastes outrora, segundo o curso deste mundo, segundo o príncipe da potestade do ar, do espírito que agora atua nos filhos da desobediência (Ef 2.1,2).*

2- Rescate, no contexto bíblico, é re aquisição ou retomada de posse mediante pagamento. Com a queda, a humanidade tornou-se escrava do pecado, sentenciada à morte. Cristo nos readquiriu, apossou-se de nós, deu-nos a vida eterna; tudo mediante sua morte vicária e ressurreição. Sendo propriedades do Filho de Deus, ele cuida de nós, orienta-nos para o bem, fortifica-nos e nos habilita para lutar contra as potestades infernais, o espírito satânico (I Jo 2.2; I Jo 1.7; II Co 5.19); e, apoiados em e por Cristo, vencê-los na nossa vida pessoal e batalhar contra eles no meio ambiente em que vivemos.

3- A expiação, no Velho Testamento. Lá, o pecado era retirado do ofertante por meio de uma vítima substituta (Lv 1.4 cf Lv 4,209; Lv 7,7). A substituição do pecador era tão importante, que havia uma data consagrada, comemorada com o nome de "Dia da Expição" (Lv 16). Era vida por vida; havendo, desta maneira, o "resgate" (koper), conforme se registra em II Samuel 21.3-6. Tudo, porém, era tipo ou símbolo do que Deus planejara para a humanidade: A vida, paixão, morte, ressurreição e exaltação de seu Filho Amado, Deus – homem, sobre o qual recaiu a ira divina e sobre quem pesou, e pesa, todos os nossos pecados. Continuamos pecadores, mas propriedades de Cristo; e ele nos justifica diante do Pai e por nós diuturnamente intercede.

4- Como filhos da promessa, servos de Cristo, povo de sua propriedade exclusiva e, principalmente, por causa de nossa regeneração, fazemos parte de sua natureza, recebendo dele todos os benefícios conquistados na cruz: o resgate; o equipamento espiritual que impede nossa vitimação pelo pecado; a justificação; a vida eterna promessivamente aqui e objetivamente no além; a entrada no reino consumado do Cordeiro. Quem foi apropriado por Cristo, redimido por ele, será julgado; mas jamais perderá a bênção da vida eterna (Jo 3. 18; Jo 5.24).

Pergunta 57: "Que consolo te traz a ressurreição da carne?"

Resposta: *"Que, não só a minha alma, depois desta vida, será levada imediatamente para Cristo, sua Cabeça (Lc 16.22; 23.43; Fp 1.21,23), mas também o meu corpo, sendo ressuscitado pelo poder de Cristo, será de novo reunido à minha alma, e então serei conforme o glorioso corpo de Cristo" (Jó 19.25,26; I Jo 3.2; Fp 3.21).*

Síntese

- 1- A ressurreição do corpo, prometido e garantido por Cristo, traz-nos a certeza de que as nossas almas, imediatamente após a morte, vão para aquele que é dono delas, Jesus Cristo. O exemplo é o do malfeitor arrependido na cruz, ao qual Cristo garantiu que estaria com ele no seu Paraíso naquele mesmo dia (Lc 23.43 cf Lc 16.22; Fp 1.21-23).
- 2- A ressurreição de Cristo, por outro lado, confere-nos a convicção inabalável de que o nosso corpo, embora experimente a corrupção orgânica no pó da terra, não permanecerá neste estado para sempre. Um dia, Deus nos levantará incorruptíveis e imortais para sermos eternamente de Cristo e semelhantes a ele no reino escatológico (Jó 19.25,26; I Jo 3.2; Fp 3. 21). Os que estiverem vivos na volta do Messias, terão seus corpos transformados pelo revestimento de incorruptibilidade e imortalidade, à semelhança dos ressurretos (I Ts 4. 17).

Pergunta 58: "Que consolo te dá a doutrina da vida eterna?"

Resposta: *"Que, se agora sinto no coração o princípio da vida eterna (II Co 5.2,3,6), depois desta existência gozarei uma completa e perfeita bem-aventurança que nenhum olho jamais viu, nem ouvido ouviu, nem a inteligência humana compreendeu; por isso louvarei a Deus para sempre" (I Co 2.9).*

Síntese

- 1- Temos o consolo impresso na nossa consciência de que não somos filhos bastardos neste mundo, pois o Pai celeste nos assumiu; e dele recebemos, em meio às mais terríveis aflições e angústias, o conforto da promessa, que nos garante que os padecimentos dos tempos presentes são transitórios; duram apenas o tempo correspondente ao curso da existência física. Terminado o nosso êxodo na terra, seremos recolhidos aos céus, à casa da promessa, onde viveremos eternamente com Jesus Cristo, nosso Rei e Salvador (I Co 2. 9). A certeza da vida eterna confere-nos esperança, dá-nos ânimos para a luta cristã diária, fortalece a nossa confiança em Cristo e aprofunda-nos a fé, equipa-nos para suportarmos e vencermos as agruras de nossa condição pecaminosa, o assédio diário da tentação, as oposições sistemáticas e traumatizantes do mundo, da carne e da morte.
- 2- A posse da vida eterna nos é dada por Cristo Jesus no ponto exato da conversão, e jamais nos é retirada (Jo 10.28,29; Jo 6. 37-40; Jo 17. 2,6,9,24 cf Rm 8.29,30; Rm 8.31-39). O regenerado, a partir da regeneração, já pertence a Jesus Cristo, identificando-se com ele e, conseqüentemente, submetendo-se à sua vontade expressa nas Escrituras Sagradas e confirmada em seu interior pelo testemunho

interno do Espírito Santo, o Consolador e o Mestre de todos os eleitos de Deus e salvos por seu Filho amado.

O perdão de pecados

Nossos pecados, no estrito sentido teológico, não são perdoados por Deus, pois foram cobrados em Jesus Cristo sem qualquer comutação penal. Nele a justiça divina cumpriu-se plenamente em lugar de todos os eleitos em todos os tempos. O Cordeiro, que tira o pecado do mundo, foi levado, vicariamente, ao holocausto da cruz em favor de todos os pecadores, mas somente os que o aceitam como Salvador recebem o benefício do perdão. Os que estão em Cristo são justificados, reconciliados com Deus, colocados, como súditos, no seu reino. Fora de Cristo, pois, não há perdão, não existe mediação reconciliadora entre o Pai justo e os filhos injustos. O primeiro Adão jogou-nos na irremediável perdição; o segundo, em quem se cobrou a transgressão do primeiro, foi fiel até à morte, tornando-se o justificador de muitos por substituição expiatória. O perdão, portanto, não nos vem por recompensa a qualquer mérito, não nos chega por via penitencial de lamentações, privações e flagelações, mas pela graça do Filho de Deus, que pagou caro a nossa dívida (I Pe 1.18-21). O gozo do perdão, da salvação, custou o sacrifício cruento de Jesus Cristo. A ele, pois, a nossa profunda gratidão!

A morte do justo

A morte física atinge todos os seres humanos, salvos e perdidos. A diferença está em que os santos entram imediatamente no Paraíso onde os aguarda Jesus Cristo, nosso Rei e Salvador; os ímpios, como nos ensina o Filho de Deus na parábola do Rico e Lázaro, são lançados no inferno, local de absoluta alienação em decorrência da ausência completa de amor, de solidariedade, de misericórdia, de compaixão. Os justos também, segundo a promessa, aguardam a ressurreição do corpo incorruptível para o estado final e definitivo da vida eterna sob o reinado do Messias.

A morte não nos separa do amor de Cristo (Rm 8.39). Paulo chega a dizer: "Para mim o viver é Cristo, e o morrer é lucro"(Fp 1.21 cf II Co 5.8; Rm 14.9). Os regenerados, cujos corpos desceram ao túmulo, dele sairão, no Dia do Senhor, semelhantes a Cristo, para a vida eterna imaculada com o Salvador.

A vida eterna

A vida eterna é uma dádiva de Jesus Cristo aos seus eleitos regenerados. Não se há de medi-la por sua perpetuidade, pois os réprobos também se perpetuam no hades, nos tormentos eternos, mas por sua qualidade em decorrência de sua origem, procedente de Jesus Cristo, o único doador da verdadeira vida. A velha vida, com o estigma da morte, veio de Adão; a nova procede do Filho de Deus com a marca da eternidade, a bênção da santidade, a promessa da ressurreição. O Noivo já preparou a casa para receber a noiva, sua Igreja, que se prepara para o grande dia de sua glorificação. A esperança na ressurreição coloca o povo de Cristo no antegozo de seu reino eterno. A ressurreição espiritual já aconteceu e nos garante a corporal.

A ressurreição da carne serve para demonstrar a importância de nossos corpos para o Criador e estabelecer com clareza que a oportunidade ímpar e singular de

redenção reside em Cristo e se realiza no curso da vida física. Fora de Cristo e depois da morte não há a mínima possibilidade de salvação.

CATECISMO DE HEIDELBERG- Domingo 23

A JUSTIFICAÇÃO GRACIOSA

Pergunta 59: *"Que benefícios tens em crer em todas estas coisas?"*

Resposta: *"Porque diante de Deus sou justo em Jesus Cristo, herdeiro da vida eterna" (Hc 2.4; Rm 1.17; Jo 3.36).*

Síntese

1- Não se deve confundir a crença centralizada na pessoa de Jesus Cristo, que nos vem por revelação dos escritos sacros e pelo testemunho interno do Espírito Santo, independentemente de nossa racionalidade e de nossa escolha consciente, com crença e aceitação de postulados doutrinários por entendimento direto das Escrituras ou por meio de formulações credais e confessionais. Uma é a fé salvadora, dom de Deus; outra, a confessional. A fé confessional, quando originada da fé salvadora, ambas se correlacionam para o enriquecimento do crente. O hipócrita, porém, pode ter fé confessional intelectualizada e até mística, sem, no entanto, possuir o dom da fé salvadora, reservada somente aos eleitos de Deus.

2- Não somos salvos porque cremos em todas as proposições do "ordo salutis"; cremos na obra divina da redenção, porque somos eternamente escolhidos e salvos por Jesus Cristo. Muitos são chamados e redimidos sem qualquer conhecimento prévio dos primados da redenção. No corpo de Cristo, a Igreja, vão compeender, iluminados pelo Espírito Santo e instruídos pelas Escrituras, toda a revelação veto e neotestamentária.

Somos chamados para compreender; não compreendemos, rigorosamente falando, para sermos chamados.

Pergunta 60: *"De que maneira és justo diante de Deus?"*

Resposta: *"Somente pela verdadeira fé em Jesus Cristo (Rm 3.21-24; 5.1,2; Gl 2.16; Ef 2.8,9; Fp 3.9), de tal modo que ainda que minha consciência me acuse de haver pecado gravemente contra os mandamentos de Deus, não havendo guardado nenhum deles (Rm 3.9,19), e estando sempre inclinado a todo mal (Rm 7.23), sem merecimento algum (Tt 3.5; Dt 9.6; Ez 36.22), exclusivamente por sua graça (Rm 3.24; Ef 2.8), Deus me perdoa (Rm 4.4; II Co 5.19 e me concede a perfeita expiação (I Jo 2.2), a justiça e a santidade de Cristo (I Jo 2.1), como se não tivesse cometido pecado algum, como se eu mesmo houvesse cumprido a obediência que Cristo cumpriu por mim (II Co 5.21), desde que abracei tais graças e benefícios com verdadeira fé" (Rm 3.22; Jo 3.18).*

Síntese

1- Na verdade, somos justos por justificação diante de Deus. Todos éramos pecadores antes da conversão, e continuamos tendentes ao pecado fatal, porque a

conversão não eliminou em nós a base de nossas culpas, o pecado original. Cristo nos justificou e nos confere o dom da fé justificadora. Tudo vem de Deus. A nossa fé, por si mesma, não nos torna justos. Se assim fosse, a salvação seria obra humana, e não graça divina.

2- A fé, como virtude do crente, não tem poder de salvar um rebelde contra Deus, um ab-rogador contumaz de sua lei, um quebrador de todos os seus mandamentos. O contrário é verdadeiro: Deus concede a fé salvadora ao seu eleito, chama-o, salva-o e o coloca no caminho da retidão para que respeite as ordenanças divinas e ande de conformidade com elas. O salvo pode, na peregrinação cristã, fraquejar e até cair, mas com imenso remorso e tristeza de ter pecado. Jamais o regenerado transgrediu conscientemente e deliberadamente a lei de Deus, esperando ser justificado por uma fé que não o regenerou de fato, não o transformou em servo submisso do Salvador.

3- É verdade que a nossa salvação é exclusivamente pela graça, mas esta tem um antecedente fundamental, a eleição. O eleito, mesmo antes da vocação eficaz, não é um réprobo; não é corrupto, incrédulo ou idólatra por natureza. A sua destinação por preordenação é a vinculação a Cristo, compulsão e impulsão à Igreja de Deus, à consequente santidade:

Assim como nos escolheu nele (Jesus Cristo), antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis perante ele; e, em amor nos predestinou para ele, para a adoção de filhos, por meio de Jesus Cristo, segundo o beneplácito de sua vontade (Ef 1. 4,5).

Deus não permite que um eleito, possuidor da semente da fé graciosa, deprave-se e se corrompa de maneira absoluta, como se fosse um réprobo, um não escolhido do Pai.

4- A nossa culpa recaiu e recai sobre Cristo; jamais podemos esquecer-nos disso. A Ceia do Senhor, quando sinceramente celebrada, desperta na consciência do crente a morte vicária do Filho de Deus em seu lugar. Deus cobra do Inocente dívidas que são nossas. Devemos a Cristo o que somos incapazes de pagar. Resta-nos devotar-lhe irrestrita e incondicional gratidão.

Pergunta 61: "Por que afirmas que és justo somente pela fé?"

Resposta: *"Não porque, pela virtude e valor de minha fé agrado a Deus, mas porque somente a expiação, a justiça e a santidade de Cristo são minha justiça diante de Deus (I Co 1.30; 2.2), e que exclusivamente pela fé posso recebê-la e praticá-la" (I Jo 5.10).*

Síntese

1- Realmente, nossa justiça é Cristo Jesus, "o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo". Deus nos recebe na pessoa de Cristo, nosso Mediador e intercessor. Quem não estiver inserido em Cristo, como o ramo na videira ou o órgão no organismo, não se encontra reconciliado com Deus, não pertence à família do Redentor. A fé formal e verbosa, por mais piedosa que seja, não nos une a Cristo, não nos propicia a graça da salvação (Mt 7. 21-23). Somos vistos e aceitos pelo Pai na pessoa de seu Filho amado, nosso Senhor Jesus Cristo.

2- A justiça da fé, em última análise, é a justiça de Cristo. Ele no-la infunde, e ela nos leva a aceitá-lo, obedecê-lo, servi-lo e glorificá-lo. Finalmente, é "Deus quem opera tudo em todos" os eleitos, "quem cria em nós tanto o querer como o realizar"

Salvação pelas obras?

A salvação pelas obras é uma doutrina decorrente do conceito mercantilista nas relações entre o homem e a divindade, e da crença no dualismo de méritos e deméritos. Deus, segundo os defensores da salvação pelas obras, recompensa com bênçãos materiais e espirituais, temporais e eternas, o bem e as coisas boas que se praticam. Neste caso, as pessoas não são boas por regeneração, em decorrência da nova natureza em Cristo, mas por necessidade, conveniência e imperiosidade. O aforismo: "Quem dá aos pobres, empresta a Deus," não é apenas um dito popular, mas uma posição doutrinária fixada na mente do povo ao longo dos séculos.

O pensamento dualista está subjacente na tese da salvação pelas boas obras: Se o mal e as obras más levam o pecador para o inferno, o oposto também deve ser verdadeiro: O bem e as boas obras colocam o benfeitor no céu. As consequências são tomadas pelas causas: O bem é fruto da obediência mediante a fé em Deus; o mal nasce da desobediência e da incredulidade. A causa primária do pecado é a descrença, promotora da rebeldia e geradora da malignidade. A reversão do quadro dar-se-á mediante a fé em Cristo: "Quem nele crê não é julgado; o que não crê já está julgado, porquanto não crê no nome do unigênito Filho de Deus" (Jo 3.18). "Por isso quem crê no Filho tem a vida eterna; o que, todavia, se mantém rebelde contra o Filho não verá a vida, mas sobre ele permanece a ira de Deus" (Jo 3.36).

As obras meritórias, as que supostamente concorrem para a salvação, classificam-se em dois grupos: Obras pias e obras caritativas. As pias, de natureza eclesial, são: Dedicção à Igreja, submissão ao clero, guarda dos mandamentos eclesiais, confissão, contrição, penitência, comunhão, abstinências prescritas, jejuns, rezas, assistências às missas, díizimos, devoções. As caritativas, dirigidas ao próximo e até aos animais, são os atos benemerentes de modo geral, de um sorriso indulgente e amável ao perdão concedido ao mais perigoso assassino, de uma esmola desprezível à renúncia de todos os bens materiais em favor do próximo ou em benefício da instituição eclesial. Os que praticam tal conjunto de obras meritórias "merece" o perdão da Igreja, que o concede em nome de Deus e em seu lugar.

Entre os carismáticos pratica-se a "fé meritória" e a "fé positiva"; a primeira garante ao crédulo direito à salvação; a segunda lhe dá poder para exigir da divindade o cumprimento de seus desejos, a doação de riquezas e de saúde, o livramento dos males e o domínio sobre Satã. São doutrinas que fazem de Deus um mercador de bênçãos ou um servo submisso ao "senhor crente", portador da "oração poderosa" ou da fé ditadora, que não suplica, não implora, não pede, mas exige, fazendo a soberania passar do Criador para a criatura.

A eleição, o chamado, a salvação, a regeneração e a santificação são obras da graça, originárias da misericórdia, do beneplácito e da soberana vontade de Deus. O homem não se salva, em hipótese alguma; é salvo por Jesus Cristo de maneira absolutamente graciosa. O pecado matou toda a humanidade; fomos, os escolhidos, ressurretos e misericordiosamente salvos: "Ele vos deu vida, estando vós mortos nos vossos delitos e pecados". "Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus" (Ef 2.1,8).

O crente é salvo para ser servo, para servir, não para ser servido. As boas obras que pratica são por obrigação, por dever, jamais como meios ou instrumentos de permuta de bênçãos, de perdão, de salvação.

CATECISMO DE HEIDELBERG - Domingo 24 SALVAÇÃO E BOAS OBRAS

Pergunta 62: *"Por que as boas obras não nos justificam diante de Deus, ainda que seja parcialmente?"*

Resposta: *"Porque é necessário que a justiça que há de ser posta perante o juízo de Deus seja completamente perfeita e em tudo conforme a lei divina (Gl 3.10; Dt 27.26); e nossas boas obras, mesmo as melhores desta vida, são imperfeitas, contaminadas pelo pecado" (Is 64.6).*

Síntese

1- Quem opera a nossa salvação é exclusivamente Deus. A queda levou a humanidade para o fundo do poço e aí a aprisiona, retirando-lhe qualquer possibilidade humana de se libertar. Com a raça, os eleitos também caíram; mas Deus não os deixa alienados e perdidos. Eles são filhos por eleição eterna; e o Pai, que os escolheu, busca-os no fosso da perdição, retira-os de lá, restaura-lhes à comunhão com o Criador e os constitui filhos em Cristo Jesus. Deus, pois, é quem restabelece, unilateralmente, as relações do Salvador com o salvo. Na verdade, estávamos mortos em nossos delitos e pecados; e um morto nada pode fazer por si e para si mesmo. (Ef 2.1).

2- As boas obras, tanto as dos salvos como as dos irregenerados, são úteis em benefício do próximo, que se encontra na mesma situação de inadimplência e fragilidade. Os que experimentam o mesmo estado de pecaminosidade e escravidão do espírito, da consciência e da vontade, podem e devem associar-se na ajuda mútua, na benemerência recíproca. Mas nenhuma boa obra credencia o seu titular a méritos nos céus e benesses redentoras. Somos salvos para servir a Deus e ao semelhante; não servimos para merecer a salvação. A redenção não nos vem por méritos, mas pela graça mediante a fé, dom de Deus. Por melhores que sejam nossos atos caritativos ou piedosos, são obras de pecadores; imperfeitas, portanto, diante de Deus.

Pergunta 63: *"Então, como é possível que nossas obras nada mereçam, se Deus promete gratificar-nos por elas na vida presente e na vindoura?"*

Resposta: *"Tal gratificação não se dá por merecimento, mas por graça" (Lc 17.10).*

SÍNTESE

Nós seremos glorificados pelas obras que glorificarem a Deus, que beneficiarem o reino de Deus no mundo tanto na ordem material como na espiritual. O serviço ao Pai celeste redundará, em última instância, em serviço à Igreja e a cada um de seus membros. Somos chamados e redimidos para servir o Salvador; não servimos para merecermos a misericórdia de Deus. Quanto mais o servo se humilha, dedica-se, consagra-se e se

desgasta, menos recebe, e mais contribui para o crescimento, a unidade e a santidade do povo de Deus, do qual faz parte. Retirando a sua própria glória, faz de sua vida uma glória para Deus. O servo de Cristo recebe a responsabilidade e a incumbência de ser bênção, não a de, necessariamente, ser abençoado. Servir ao Senhor dos senhores, eis o galardão do servo no seu honrado posto de servidor.

A coroa do crente não é de méritos, de proeminência diante de seus conservos, mas de servidão, que glorifica a Deus, seu Senhor; não o servidor, o escravo (doulos), sem direito a nada, nem de ser dono de sua própria vida.

Pergunta 64: *"Semelhante doutrina não torna as pessoas negligentes e ímpias?"*

Resposta: *"Não, porque é impossível que não produzam frutos de gratidão aqueles que, pela fé verdadeira, foram inseridos em Cristo (Mt 7.18; Jo 15.5)."*

SÍNTESE

1- Quem está nas mãos de Deus, e anda conduzido pelo Espírito Santo, não há como ser negligente. O mesmo não se pode dizer daqueles que são servos de si mesmos, do mundo, da carne, do pecado e da morte. Estes negligenciam as obras de Deus; longe deles as virtudes cristãs como fidelidade, sinceridade, fé, esperança, amor, oração, submissão e consagração do tempo e do esforço pessoal e profissional ao Salvador. O servo de Cristo é cristocêntrico e bibliocêntrico; o do mundo é antropocêntrico e egocêntrico; isto é, voltado para o imediato, o temporal e o material, mas orbitando sempre em torno de si mesmo, do "ego".

2- Negligentes e ímpios são, naturalmente, os réprobos. O pecado e o espírito maligno que atua neles (Cf Ef 2. 2,3) fá-los voltados para si mesmos e revoltados contra o Deus criador e redentor, que recruta servos que lhes sejam submissos obedientes. Eles não querem submeter-se a Deus; desejam uma divindade que lhes sirva bens imediatos e lhes garanta as bênçãos futuras. Os eleitos são por Deus condicionados à servitude incondicional e ao amor irrestrito. Não há regenerado verdadeiro, que não se consagre inteiramente ao Salvador, à sua Igreja, aos seus conservos.

Justificação pelas obras?

No domingo anterior falamos sobre a impossibilidade de se conquistar a salvação pelos méritos das obras, pois se isso viesse acontecer, a redenção seria aquisição, via permuta com a divindade. Deus não troca os bens celestes pelos terrestres. Hoje, falaremos de outra heresia relacionada com as obras, a da **justificação por vindicação**. O sistema penitenciário brasileiro possui um dispositivo legal, que permite ao encarcerado a oportunidade de diminuição de pena por meio de bom comportamento ou mediante o trabalho. Para cada três dias trabalhados, um dia a menos de prisão. A idéia da "justificação pelas obras" é aproximadamente a mesma: A sentença divina está lavrada: "O salário do pecado é a morte". Todos os seres humanos estão condenados. Deus, porém, vai concedendo privilégios e perdão na mesma proporção da bondade, das boas ações e do esforço beatífico de cada um. No curso de uma longa vida piedosa, o beato podia até merecer mais do que havia recebido, fez mais do que devia, caso em que Deus lhe ficava devendo méritos. Tais méritos excedentes ou acumulados, o seu titular

podia doá-los, total ou parcialmente, a quem lhes pedisse. Os "santos" foram aqueles cujas boas obras ultrapassaram as medidas exigidas para a justificação pessoal. Voltemos ao caso da comutação meritória: Imaginemos um criminoso que, pelo bom comportamento e pelo trabalho penal já tenha, legalmente, cumprido sua pena, mas continua preso praticando o bem, sendo bom e trabalhando, e com crédito de um dia em cada três. A diferença em seu favor ele não pode receber em forma de "mais" liberdade e nem transferir o excesso para outro. No campo espiritual, entendem os justificacionistas meritórios, a transferência do excedente de méritos é possível; e dizem que se efetua pela Virgem, pelos santos e pelas almas pias. Fundamentam-se na mencionada crença os intermináveis rogos aos mortos beatificados ou santificados e as piedosíssimas súplicas a Maria, Mãe Piedosa. Quem morre sem pagar todos os débitos das penalidades eternas, mas não cometeu pecado capital, especialmente contra a Igreja da qual jamais se afastou, vai para o purgatório, de onde o clero, representante de Cristo, por meio de missas, poderá tirá-lo e transferi-lo, perdoado, para o céu. Também em seu favor age o seu padroeiro ou madroeira a quem dedicou devoção sincera.

O sistema purificador do espiritismo possui dois meios paradoxais entre si:

a- **Caridade.** Para os espíritas, a obra caritativa nesta existência é garantia de vida melhor na existência seguinte, além de lhes viabilizar o progresso e evitar-lhes o regresso. A caridade, pois, não é a expressão do puro amor, mas imperativo indispensável de purificação.

b- **Sofrimento.** Os sofrimentos de quaisquer naturezas: físicos, morais, sociais e psicológicos, são "pagamentos" de delitos pregressos e com absoluta e inclemente correspondência em qualidade, formalidade e intensidade ao mal praticado na vida anterior. É a lei de talião, elevada ao plano cósmico, do "olho por olho e dente por dente". E ninguém passa a uma "dimensão superior" sem quitação da dívida passada. Aqui reside a contradição: A caridade, que promove o "caridoso," é descaridade e impiedade para quem a recebe, pois interrompe o seu pagamento e, conseqüentemente, sua "purificação" e sua "promoção". Pior ainda, ele terá de retornar à mesma situação e efetivar a quitação de seu pecado, se não aparecer outro "inimigo caridoso" para lhe causar nova desgraça. Se tem de pagar, não se pode evitar que se pague.

O evangélico, servo de Jesus Cristo, crê e ensina que: a- A justificação é pela fé, e esta é dom de Deus (Ef 2. 8). b- Somos eleitos em Cristo para boas obras (Ef 1.4,11,12: 2.10). Somos salvos para servir, e não servimos para ser salvos, justificados ou purificados. c- Todos os que estão em Cristo, a Videira Verdadeira, e nele permanecem, dão frutos (Jo 15.4-8,16). d- Cada regenerado é habitação do Espírito, o nosso santificador (Rm 8.9-11; I Co 6.19), pelo qual produzimos obras espirituais (Gl 5.22-26). A oportunidade de salvação é somente em Cristo Jesus e exclusivamente no curso da existência terrena, pois ao homem está ordenado morrer uma só vez (Jo 11.25,26; Hb 9.27,28). As boas obras são sinais externos da redenção (Mt 7.15-23).

Salvação pelos atos meritórias e justificação pelas obras são doutrinas correlatas, semelhantes, mas não idênticas: A primeira é troca com Deus de bens, boas coisas e bons atos por bênçãos e salvação. A segunda é pagamento da dívida penal por meio de penitências, sacrifícios e flagelações, visando a conquista da redenção.

Somos justificados em Cristo e exclusivamente por ele.

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 25

FÉ E SACRAMENTOS

Pergunta 65: *"Se somente a fé nos faz participantes de Cristo e de todos os seus benefícios, diga-me: De onde procede tal fé?"*

Resposta: *"Do Espírito Santo (Ef 2.8; 6.23; Jo 3.5; Fp 1.29) , que a gera em nosso coração pela pregação da Palavra de Deus e a confirma em nós pelo uso dos sacramentos" (Mt 28.19; I Pe 1.22,23).*

Síntese

1- A Igreja Católica afirmava, e ainda afirma, que o pecador somente participará dos benefícios salvadores de Cristo mediante participação consagrada da missa e da conseqüente comunhão eucarística. O devoto apropria-se, literalmente, de Cristo no ato de apropriação do sacramento pascal. O Cristo eucarístico, no entanto, lhe será ofertado pela Igreja, representada no sacerdócio clerical. Sem a mediação do clero, o leigo fica privado de Cristo, isto é, sem salvação.

2- O reformado sustenta que o meio intermediário da graça redentora, conquistada por Cristo na cruz, é a fé salvadora, um dom de Deus aos predestinados à salvação e salvos por Jesus Cristo: *Porque pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus; não (vem) de obras, para que ninguém se glorie (Ef 2.8,9).* O que, pois, viabiliza e eficientiza a graça salvadora no pecador é a fé redentora, graciosamente concedida por Deus aos seus eleitos. A Santa Ceia fortalece esta fé, mas não a gera nem lhe é sujeito ou objeto.

2- Quem coloca a fé e a vitaliza é o Espírito Santo, que habita a Igreja e tabernacula com o regenerado. A Igreja é a comunidade dos que crêem, não o instrumento de geração de fé.

Pergunta 66: *"Que são os sacramentos?"*

Resposta: *"São sinais sagrados e visíveis, selos instituídos por Deus pelos quais sela em nós as promessas do Evangelho, a saber, que a remissão dos pecados e a vida eterna, pelo único sacrifício de Cristo na cruz, nos são graças concedidas, não somente ao corpo geral de todos os crentes, mas também a cada um em particular." (Gn 17.11; Rm 4.11; Dt 30.6; Lv 6.25; Hb 9.7-9,24; Ez 20.12; Is 6.6,7; 54.9).*

Síntese

1- Os sacramentos são ordenanças divinas e sinais objetivos do pacto da graça. São dois:

O Batismo, rito e signo de inclusão ou ingresso na Igreja visível. Tal iniciação se consuma por obra da graça, por eterna opção divina, que predestinou, trouxe o predestinado à existência e o liga a Cristo indissolivelmente, cujo sinal ou marca de

adesão ou vinculação é o batismo. O elemento material, água, simboliza o derramamento do Espírito Santo sobre o batizando.

A Ceia do Senhor: meio de graça pelo qual Deus sustenta o membro do Corpo de Cristo, para que a sua vitalidade espiritual aumente, fortificando a Igreja. Os elementos materiais nutritivos são símbolos da nutrição espiritual, que o Espírito efetua por meio do sacramento eucarístico, da oração e das Escrituras.

2- Não sabemos como, mas tanto o batismo como a Santa Ceia, são sinais identificadores do cristão perante Deus. Um pecador justificado e regenerado, quando se submete ao batismo, é ligado na Igreja de Cristo, que é única; isto é, a Igreja que recebe eleitos na terra é a mesma que os acolhe nos céus. A comunidade peregrina invisível é parte e trânsito da triunfante, a que está na glória com Cristo. Conclui-se, portanto, que aquele que é ligado por Deus na Igreja terrena, fica ligado no seu seguimento celeste (Mt 18.18; Mt 16.19; Jo 20.23). Um batizado comungante, se verdadeiramente regenerado, é nitidamente identificado diante de Deus como servo de Cristo. As graças sacramentais não são concessões ou benesses carismáticas da Igreja; mas dádivas de Deus aos seus escolhidos em Cristo Jesus.

Pergunta 67: "Então a palavra e os sacramentos objetivam conduzir-nos à crença no sacrifício de Cristo na cruz como o único fundamento de nossa salvação?"

Resposta: "Sim, porque o Espírito Santo nos ensina pelo Evangelho e confirma pelos sacramentos que toda a nossa vitalidade está posta no único sacrifício de Cristo oferecido por nós na cruz." (Rm 6.3; Gl 3.27).

Síntese

1- Cristo produziu nossa salvação na cruz por meio de seu sacrifício vicário e, aos salvos, concedeu a graça e a bênção dos sacramentos. As celebrações sacramentais não nos levam à salvação; esta é que nos confere o privilégio de tais meios de graças. Participamos dos sacramentos porque somos redimidos; não seremos resgatados por meio de quaisquer sacramentos. O operador da redenção é Cristo, nada e ninguém além dele. É o Cristo da cruz que nos redime; não o da hóstia.

2- O sacrifício de Cristo por nós é irrepetível; e por meio dele o Salvador apropriou-se de nós e nos fez filhos e servos para sempre. Nós não nos apropriamos, por iniciativa própria, dos sacramentos; isto seria salvação meritória, obtida por decisão e atuação do homem. Lembremos que a salvação é obra da graça divina, não recompensa de méritos humanos.

Pergunta 68: "Quantos sacramentos são instituídos no Novo Testamento?"

Resposta: "Dois: O batismo e a Santa Ceia.

Síntese

Cristo instituiu somente dois sacramentos: o do Batismo e o da Santa Ceia, recomendando a aplicação deles ao longo da existência da Igreja, que há de durar até a sua volta, pelo ministério ordenado.

A ordenança do Batismo: *Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-as em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo (Mt 28. 19).*

A ordenança da Santa Ceia: *Fazei isto em memória de mim (Lc 22.19) E, tendo dado graças, o partiu e disse: Isto é o meu corpo, que é dado por vós; fazei isto em memória de mim. Por semelhante modo, depois de haver ceado, tomou também o cálice, dizendo; Este cálice é a nova aliança no meu sangue; fazei isto, todas as vezes que o beberdes, em memória de mim (I Co 11.24,25).*

As ordenanças sacramentais de nosso Senhor Jesus Cristo a Igreja tem o dever de acatar e respeitar na íntegra, conservando a pureza e a integridade originais. O procedimento das comunidades reformadas é: Não incluir o que a Bíblia não inclui; não alterar ou acrescentar o que Jesus instituiu. O Instituidor não preconizou nem autorizou alterações. A simplicidade caracteriza a estrutura e a forma dos sacramentos: *Batismo:* Elemento físico: somente água pura. *Palavras da instituição:* as de Jesus (nos sinóticos), ou de Paulo, em I Co 11.23-26).

FÉ, DOM DE DEUS

A fé salvadora é um dom de Deus, infundida nos escolhidos pelo Espírito Santo, habilitando-os à compreensão do Evangelho e, conseqüentemente, à aceitação de Jesus Cristo como Salvador pessoal exclusivo. A fé não surge com a maturidade psicológica, não é filha da razão e nem produto da lógica filosófica; vem da graça divina e se manifesta no redimido por revelação. "Sem fé é impossível agradar a Deus". Pela fé o pecador eleito recebe a Palavra de Deus; por esta o Paráclito o convence do pecado, do juízo e da justiça de Deus; convencido, ele se arrepende; por obra interna do Espírito Santo Cristo o regenera; regenerado, faz-se servo do Cordeiro para sempre. A fé instrumentaliza a aceitação de Jesus Cristo e de sua obra vicária na cruz.

A PALAVRA E OS SACRAMENTOS

O sacramentalismo e o clericalismo da Igreja Romana levaram a Reforma a estabelecer os primados: 01-Salvação somente pela fé (Sola Fide) no Cristo vivo; 02-Escrituras Sagradas como única regra de fé e norma de conduta (Sola Scriptura); 03-sacerdócio universal de todos os crentes. Assim cremos: a- O crente não se apropria fisicamente de Cristo ao ingerir o pão eucarístico, mas o recebe espiritualmente, pela fé, ao participar da Ceia do Senhor. b- O batismo não tem poder regenerador em si mesmo, mas é o sinal visível da graça invisível da regeneração. c- Inerrante e normativa para a Igreja é a Escritura Sagrada do Velho e do Novo Testamentos, não o Papa e o clero, supostos sucessores de Pedro e dos apóstolos. d- O ministério intercessor da Igreja é uma graça, uma bênção e um privilégio de todos os membros, pois a Igreja é uma comunidade sacerdotal em que todos os seus fiéis são iguais perante o Salvador, estão no Santo dos Santos, Altar dos altares, Tabernáculo de Deus entre nós, Jesus Cristo, em quem a totalidade dos redimidos se encontra. Ele é o único Mediador entre nós, os filhos, e nosso Pai celeste. A relação dos servos com o Senhor é direta; dispensáveis e dispensadas quaisquer intermediações sacerdotais, qualquer regeneração batismal, qualquer perdão eucarístico por hóstias transubstanciadas em Cristo.

A Palavra de Deus na voz profética, nos oráculos, nos mandamentos, na liturgia sacrificial realizou-se; e mais, encarnou-se em Jesus Cristo, criando o Evangelho, gerando a Igreja, transformando os símbolos sacramentais do Velho Testamento, circuncisão e páscoa, em representações da realidade, em signos messiânicos, em sinais

externos da graça interna da nova criatura. Sem o Verbo eterno os sacramentos perdem o significado, o conteúdo espiritual e a eficácia como meios de graça. Não se há de negar a importância mística e litúrgica dos sacramentos. São instituições divinas imperativas e, portanto, necessárias. O batismo é o meio de ingresso na Igreja visível do Pai e de seu Filho, nosso Senhor Jesus Cristo, um compromisso pactual com Deus. A Santa Ceia, além de extraordinário memorativo da obra vicária do Cordeiro, é reafirmação do pacto da graça e antevisão do banquete escatológico preparado para a Igreja ressurreta com e no Cristo glorificado. A Igreja Presbiteriana trata os sacramentos com muito respeito e reverência em obediência às ordenações de seu Senhor, Jesus Cristo.

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 26

BATISMO E REGENERAÇÃO

Pergunta 69: *Por que o batismo te assegura e te faz lembrar que és participante do único sacrifício realizado na cruz?"*

Resposta: *Porque Cristo instituiu (Mt 28.19) a lavagem exterior com água, prometendo-me (Mt 28.19; Mc 16.16; At 2.38; Jo 1.33; Mt 3.11; Rm 6.3,4): A lavagem com seu sangue e com o Espírito das impurezas de minha alma, isto é, de todos os meus pecados, assim como fui lavado exteriormente com água, usada para remover a sujeira do corpo (1 Pe 3.21; Mc 1.4; Lc 3.3).*

SÍNTESE

1- A água batismal não se destina à “limpeza física”, removendo, literalmente, as impurezas do corpo, mas à “lavagem cerimonial”. Tanto a imersão como a aspensão não “lavam o corpo do batizando”, apenas molham: uma, o corpo inteiro; outra, a cabeça. Não é de bom alvitre literalizar o símbolo. O batismo significa, além do ingresso na Igreja, a “remoção do pecado”, que não se dá por lavagem sacramental, mas expiação de pecados e substituição do pecador por Cristo Jesus no Calvário. Nosso pecado não é “mancha lavável”, mas “culpa “removível” ou “perdoável” por justificação, mediante o sacrifício substitutivo do Cordeiro de Deus.

2- O derramamento do sangue do Cordeiro, isto é, sua morte vicária, não somente “pagou nossa dívida” por substituição, mas firmou com o Pai uma “nova aliança” em benefício de seu povo emergente, a Igreja. Este fato é lembrado na Santa Ceia, sendo antes tipificado no batismo, segundo Paulo, em Romanos 6.3-9.

3- A idéia de “pecado como sujeira” pode ser mantida, mas evitando a interpretação literal. A cautela com o literalismo se impõe, porque a fé reformada enfrenta a doutrina da “regeneração batismal”, afirmada e professada pelo romanismo, que sustenta o poder “ex opere operato” do sacramento batismal, inclusive para lavagem do pecado original. Lembremos que a “transgressão da Lei de Deus” gera culpa, que o supremo Juiz pune com a morte. Este delito pecaminoso, freqüentemente, é chamado simbolicamente de “mancha” ou “mácula,” tanto de natureza moral como espiritual. Pecado, porém, literalmente falando, é um delito contra Deus que, ofendido, condena o pecador à pena

capital. Tal condenação foi transferida, de fato, do culpado para o inocente, sendo imputada a Nosso Senhor Jesus Cristo, ao qual o “condenado” aderiu, impulsionado pela fé salvadora, no ato formal e confessional do batismo.

4- Israel e Igreja não são dois povos de Deus, mas um só; sendo apenas a Igreja a continuação e a consumação, em Cristo Jesus, das promessas vetotestamentárias. Para separar os dois povos, como fazem os premilenistas dispensacionais, temos de admitir duas contradições: ou Deus mudou de opinião e de métodos, revelando-se uma divindade mutável, o que o desqualifica como Deus onisciente, onipotente e imutável; ou são duas divindades diferentes com planos diversos de redenção. Não. Deus não mudou. Seu povo é o mesmo. Se no velho Israel a circuncisão era o signo do pacto; no novo o é o batismo, que se aplica à criança para assinalá-la como membro da comunidade pactual, precisamente como se fazia no velho concerto por meio da circuncisão. No antigo povo da promessa, como na Igreja, o sinal do pacto não tem poder salvador, mas declarar a inclusão do indivíduo assinalado pactualmente no corpo socio-religioso. Batismo não salva, apenas ingressa o batizado na Igreja militante, onde há eleitos salvos tanto quanto reprovados não redimidos: joios, bodes, lobos. Muitos são chamados, mas poucos são escolhidos. Em uma Igreja, todos os seus membros são batizados, mas nem todos são realmente regenerados e redimidos.

Pergunta 70: *Que significa ser lavado com o sangue e com o Espírito de Cristo?*

Resposta: *"Significa receber de Deus, pela graça, a remissão dos pecados por causa do sangue de Cristo derramado por nós no sacrifício da cruz (Hb 12.24; I Pe 1.2; Ap 1.5; 7.14; Zc 13.1; Ez 36.25). Significa, por outro lado, que somos renovados e santificados pelo Espírito Santo para sermos membros do corpo de Cristo, morreremos para o pecado e vivermos santa e irrepreensivelmente" (Jo 1.33; 3.5; I Co 6.11; 12.13; Rm 6.4; Cl 2.12).*

SÍNTESE

1- Somos redimidos de nossos pecados, o original e os fatuais, pelo Cordeiro de Deus imolado em nosso lugar na ignominiosa cruz do Calvário. Morremos em Cristo e com ele ressuscitamos para a vida eterna; isto porque nos aderimos a ele incondicionalmente no ato batismal, tornamo-nos membros de seu “corpo” por identificação espiritual: A unidade Cristo-Igreja é bíblicamente inegável, embora misteriosa.

2- Entregues a Cristo pelo Pai, fomos por ele justificados, que por nós se apresenta como o quitador de nossas dívidas penais diante do trono da graça. Deus nos vê na pessoa de seu Filho Amado, o nosso Redentor. Cristo, que de nós se apropriou, fez-nos servos e filhos de Deus, e nos entregou aos cuidados do Espírito Santo, que trabalha em nós e conosco mediante a Palavra de Deus, os sacramentos e a oração, de modo que, diariamente somos santificados.

Pergunta 71: *"Onde Cristo promete purificar-nos com o seu sangue e seu Espírito como somos lavados pela água do batismo?"*

Resposta: *Na instituição do batismo cujas palavras são: "Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo"(Mt 28.19). "Quem crer e for batizado será salvo; quem, porém, não crer será condenado"(Mc 16.16). Esta mesma promessa se repete quando as Escrituras chamam o batismo de "purificação regeneradora" e "lavagem de pecados"(Tt 3.5: At 22.16 cf At 2.41; 22.16; / I Jo 1.7; Rm 8.14-17; Ef 1.13,14).*

SÍNTESE

- 1- Na instituição, Cristo liga o batismo ao discipulado; isto é, os batizados tornam-se seus discípulos, certamente para a servitude mais eficiente.
- 2- A fé pessoal não é a condição essencial para a recepção do batismo, pois este substituiu a circuncisão como sinal do pacto, que era aplicado ao filhos de casais da aliança aos oito dias de nascidos. Sendo do pacto, e fiel a ele, os pais tinham a obrigação de circuncidarem os seus filhos, sem a mínima exigência ou possibilidade de fé pessoal. O adulto, que pretendesse aderir a Israel, o fazia, professando a fé judaica. Uma vez, porém, na comunidade do pacto, seus filhos nasciam sob o signo da aliança, cujo sinal era formalmente aplicado, a circuncisão. O mesmo fato ocorre na nova aliança: Exige-se fé pessoal e formal do adulto convertido, mas não de seus filhos, concebidos e nascidos na família da fé e sob sua proteção.
- 3- O batismo inclui o batizando no pacto da graça, exatamente como fazia a circuncisão, mas a criança não tinha pecados fatuais ou “sujeiras morais e espirituais” para serem lavadas.
- 4- A purificação regeneradora refere-se ao novo nascimento, que é obra de Cristo por meio do Espírito Santo, não função da água batismal, que é apenas símbolo ou sinal externo da graça interna. Finalmente: Não há regeneração batismal.

Batismo, signo do Pacto, meio de graça

O batismo cristão, o da ordenação de Cristo, assumiu o papel da circuncisão e acrescenta-lhe o seu próprio, tornando-se extremamente mais significativo e mais rico. Ele é um rito de iniciação na Igreja de Cristo, mas vai muito além de um cerimonial religioso introdutor de um professando em uma nova fé. Para os que fazem do batismo um dogma denominacional, cada vez que se muda de denominação, entendendo mudar-se de Cristo ou adquirir a fé verdadeira, rebatiza-se. Não, para o Novo Testamento o batismo cristão é irrepetível: "Há um só Senhor, uma só fé, um só batismo" (Ef 4.5). Assim como a circuncisão não se repetia, pois com uma única operação marcava-se definitivamente o circunciso, igualmente o selo batismal, em ato singular, assinala para sempre o salvo perante Deus, para separá-lo do mundo e distingui-lo dos não regenerados. São indelévels tanto o sinal da circuncisão como os signos do batismo. Este, além do mais, é a porta, conforme a vontade de Cristo, de ingresso na Igreja visível, a fronteira entre o reino do Messias e o do mundo, o momento sublime da santificação, isto é, o evento e o tempo nos quais um pecador é separado exclusivamente para Deus como escravo (doulos) do Senhor Jesus.

O batismo, herdeiro da circuncisão, sem modificar-lhe o conteúdo essencial, muda-lhe a forma, aprofunda-lhe a teologia, amplia-lhe a abrangência, universaliza-lhe a aplicação. Ambos são sinais pactuais, um do pacto abraâmico, outro do pacto redentor em Cristo Jesus; um e outro concedidos pela graça de Deus. O primeiro limitava-se aos

homens israelitas, sendo as mulheres apenas beneficiárias do compromisso masculino. As mulheres, no entendimento do velho povo de Deus, estavam incluídas no sexo masculino como Eva, original e substancialmente, encontrava-se em Adão. O segundo, não distingue entre homem e mulher ou entre judeus e gentios, pois Jesus não discrimina sexos e raças; todos são iguais perante Deus. Recebem-no os eleitos em Cristo, os eficazmente chamados, convertidos e regenerados e justificados. Ser agraciado com o batismo é ser objeto da graça divina, ter o privilégio de, escolhido, tornar-se filho da promessa, súdito do reino messiânico, possuir condição irreversível de membro do organismo eclesial do qual Cristo é a cabeça. O batismo, pois, é um gloriosíssimo meio de graça privativo dos regenerados, um selo da nova aliança. Cristo é o esposo de uma igreja batizada em seu nome e para ele, composta de homens e mulheres.

CORRELAÇÕES SACRAMENTAIS

Algumas reflexões sobre os signos integrados e correlatos do pacto. Batismo e Ceia do Senhor não se dissociam, completam-se; o primeiro, como ritual de ingresso na família de Cristo; a segunda, como alimento para estreitamento da unidade e crescimento espiritual. Ambos são signos da nova aliança. A Mesa do Senhor é privilégio dos batizados, e exclusivamente deles.

O batismo substituiu a circuncisão que, além de ser exclusivamente masculina, era privativa dos judeus, não podendo ter lugar no universalismo da graça. O batismo, usando um elemento universal, a água, foi, na sua instituição, ordenado a todos os discípulos procedentes de todos os povos (Mt 28. 19).

A Santa Ceia é sucedânea da Páscoa. Jesus substituiu os elementos sacramentais, mas preservou o essencial, acrescentando à antiga base os elementos significativos da nova dispensação. A realização original da Páscoa continha um misto de alegria da libertação e tristeza da partida; de esperança de liberdade e receio de insucesso; de ser protegido pelo Espírito de Deus e de estar ameaçado pelo anjo exterminador; do regozijo da saída e da expectativa das agruras e dos perigos da jornada.

A Ceia do Senhor, na noite de sua instituição, invocava mais tristezas, incertezas e angústias que contentamentos, prazer e gozo. A ressurreição, porém, eliminou todas as dúvidas, acendeu jubilosa esperança no coração dos discípulos, consolidou-lhes a fé; e a Santa Ceia se transformou, em decorrência, em "eucaristia", uma festa espiritual memorativa e evocatória dos seguintes memoriais de nossa fé: a- A lembrança de que estou livre da condenação à morte porque Cristo morreu por mim: "Isto é o meu corpo que será partido por vós". b- A lembrança de que, em Cristo, firmei uma aliança eterna com Deus, para que ele seja o meu Pai e eu, o seu filho. Tal aliança foi estabelecida e concretizada com o derramamento do imaculado sangue do Cordeiro: "Este é o cálice da Nova Aliança no meu sangue." c- A lembrança de que este meio de graça, por ordenação do Salvador, antecipa, memorativamente, o banquete celestial destinado aos redimidos: "Não beberei deste fruto da vida, até aquele dia em que o hei de beber, novo, convosco no reino de meu Pai". d- Que a Santa Ceia só é verdadeiramente possível, quanto ao significado espiritual intrínseco, na consensualidade, na fraternidade e na unidade dos irmãos em Cristo; do contrário não será uma comunhão, mas simplesmente

celebração formal, litúrgica e mística. e- A Ceia do Senhor, realizada no contexto fraternal dos fiéis, é poderoso e convincente anúncio da redenção: "Porque todas as vezes que comerdes este pão e beberdes o cálice, anunciais a morte do Senhor, até que ele venha"(I Co 11.26). f- A fraternidade implícita e explícita da Igreja unida em Cristo leva o mundo à crença no Senhor da Igreja: "A fim de que todos sejam um; e como és tu, ó Pai, em mim e eu em ti, também sejam eles em nós; para que o mundo creia que tu me enviaste"(Jo 17.21). Todas estas lembranças são inicialmente levantadas pelo batismo, sendo a Ceia do Senhor o meio de evocação delas e reavivamento da regeneração, simbolizada no lustre batismal.

CATECISMO DE HEIDELBERG -DOMINGO 27

BATISMO E PEDOBATISMO

Pergunta 72: *"A lavagem batismal significa purificação dos pecados?"*

Resposta: *"Não (Mt 3.11; I Pe 3.21; Ef 5.26); porque só o sangue de Cristo e o Espírito limpam-nos e nos purificam de todo pecado" (I Jo 1.7; I Co 6.11).*

Síntese

O batismo é um rito cerimonial, não lavagem literal de nossos corpos, como já temos afirmado. O pecado deve ser encarado como "delito contra Deus", "quebra de seus mandamentos", consequenciando a penalidade prevista: a morte. Cristo assumiu nossas culpas, morreu em nosso lugar, e nos declarou justificados. Todos os seus redimidos ele os ajunta e os agrega a si em uma comunidade interativa, a Igreja, da qual é a Cabeça. A maneira e o símbolo de ingresso formal neste corpo é o batismo. Não ficamos livres do pecado porque fomos batizados; fomos batizados porque Cristo nos libertou, vocacionou-nos para ele e nos incluiu no seu corpo místico, a Igreja. A ordem natural, que Deus pode alterar, é: eleição > chamado > conversão-justificação-regeneração > batismo > crescimento espiritual ou santificação. Os que sustentam a doutrina da regeneração batismal imaginam a seguinte ordem: chamado > batismo-regeneração > santificação. Vê-se que em tal esquema o batismo é "regenerador", tendo o condão de "limpar pecados" originais e fatuais.

Pergunta 73: *"Então por que chama o Espírito Santo ao batismo: "Lavagem regeneradora" e "purificação dos pecados?"*

Resposta: *"Deus fala desta maneira por uma fortíssima razão: Ele não somente nos ensina pelo batismo que do modo como a sujeira do corpo se remove pela água (Ap 1.5; 7.14; I Co 6.11), também os nossos pecados são removidos pelo sangue e pelo Espírito de Cristo. E mais: Assegura-nos, por meio do símbolo e penhor batismais, que verdadeiramente estamos purificados pela lavagem espiritual interior de nossos pecados da mesma maneira que nossos corpos são limpos exteriormente pela água" (Mc 16.16; Gl 3.27).*

Síntese

1- Afirmamos e reiteramos anteriormente que a “lavagem batismal” é cerimonial, não literal; vindo da idéia dicotômica vetotestamentária, que dividia as coisas e os seres em classes distintas e divergentes: puros e impuros; limpos e imundos; sagrados e profanos. Esse dualismo radical desapareceu no Novo Testamento para que nós, os gentios, considerados impuros e profanos (At 10. 9-16), fôssemos admitidos na comunidade da graça. As mesmas águas pelas quais passa o judeu, passa também o gentio; ambos com seus pecados retirados ou perdoados por Cristo. Após do regenerado batizado fica o mundo com todas as suas sujeiras. O ponto de passagem, simbolicamente, é o batismo; mas o pecador não entra sujo no batismo e dele sai limbo; ele entre chamado e justificado, mas formalmente fora do reino; e sai membro da Igreja de Cristo, incluso no povo do Cordeiro. Esta mudança de estado e troca do domínio pode ser designada tipologicamente, e tem sido, de “lavagem purificadora”, processada pelo Espírito Santo no batizando, mas não pela “água benta do batismo” em si mesma.

2- O batismo é um sinal, um signo externo, testemunhal e visível da obra interna que Cristo opera nos eleitos redimidos pelo Espírito. Não pode haver membro do corpo de Cristo sem batismo; não há batismo verdadeiro sem regeneração; mas há batizados formais na igreja institucional, sem justificação; isto é, não eleitos e não partícipes da Igreja invisível de Deus. Nem todos os que agem e falam em nome do Senhor, pertencem a ele (Mt 7. 21-23). Insistimos na afirmação: Batismo não tem poder regenerador, salvador; é apenas um rito de ingresso na Igreja militante. Como nem todos os circuncidados eram judeus de fato; nem todos os batizados são cristãos verdadeiros.

Pergunta 74: "Também as crianças devem ser batizadas?"

Resposta: *"Sim, porque, como seus pais, estão incluídas no pacto e pertencem ao povo de Deus (Gn 17.17). Tanto às crianças como aos adultos prometem-se, pelo sangue de Cristo, a remissão de pecados e a dádiva do Espírito Santo (Mt 19.14), o gerador da fé (Lc Lc 1.15; Sl 22.10; Is 44.1-3; At 2.39). Por isto, e como sinal da aliança, devem ser incorporadas à Igreja de Cristo e diferenciadas dos filhos dos incrédulos (At 10.47), exatamente como se fazia no pacto do Antigo Testamento pela circuncisão (Gn 17.14). O batismo substitui a circuncisão na nova aliança" (Cl 2.11-13).*

SÍNTESE

1- *A salvação não é pela fé racional. Se o fosse, seríamos salvos pelas obras e méritos da razão; e a divindade seria um deus de “nossa escolha”: O “deus escolhido.” Não escolhemos o Salvador; ele é quem nos escolhe (Jo 15. 16); e esta “escolha” é desde a fundação do mundo (Ef 1.4,5 cf Rm 8.29,30). Quem nasce para ser salvo em Cristo Jesus; será salvo; independentemente do batismo, quer este lhe seja aplicado na idade adulta quer na infância.*

2- *A salvação também não é obra da Igreja, que a realiza pela aplicação do batismo regenerador; como entende a Igreja Católica. A doutrina romana dogmatiza que o ato batismal, além de perdoar ou “limpar” os pecados original e atuais, ainda transfere para o batizando o Espírito Santo, que também lhe é conferido pelo múnus sagrado do*

sacerdote, autoridade e poder que lhe são comunicados pelo sacramento da ordenação sacerdotal.

3- O batismo deve ser aplicado à criança, filha de pais crentes, pelas seguintes razões:

3.1- *A salvação é pela graça*, e esta não discrimina por idade, por racionalidade, nem por fé pessoal. O antecedente potencial, que habilita à aceitação de Cristo, não está na Igreja, fator externo ao indivíduo; mas no ser interior do batizando: *a fé salvadora*, um dom gracioso de Deus aos seus eternamente eleitos. O cérebro humano, desenvolvido ou em desenvolvimento, não interfere na decisão de Deus de escolher, vocacionar e redimir quem lhe apraz salvar. A criança e o adulto estão no mesmo nível diante de Deus: ambos não podem, por absoluta inabilidade, decidir sobre a justificação.

3.2- *Escolhidos geram escolhidos*. Abraão, o escolhido, gerou Isaque: Isaque gerou Jacó; Jacó gerou José. José foi a base dos escolhidos no Egito, povo eleito de Deus”: o Deus de Abraão, de Isaque e de Jacó”. Estes patriarcas tiveram descendentes que, embora fizessem parte do “povo escolhido,” não foram salvos; mas isto não quebra a ordem nem invalida o fato de Deus ser o Criador de um povo de sucessivas gerações circuncisas e, portanto, Deus de crianças antes, para ser Deus de adultos depois. Não é sem antecedentes nem sem motivos que Cristo tenha declarado: *Deixai vir a mim os pequeninos; não os embarceis, porque dos tais é o reino de Deus (Mc 10.14)*. João Batista era de Deus antes de se tornar adulto (Lc 1. 13-17 cf Lc 1. 57-65), e estava cheio do Espírito Santo, ainda no ventre materno (Lc 1.15). O salmista afirma que os filhos das servas de Deus são heranças de Deus (Sl 127. 3). Seguindo a mesma linha revelacional do Velho Testamento, semelhantemente os filhos de pais crentes nascem, por decisão divina, no povo de Deus, e são considerados *santos* (I Co 7. 14), ainda que um só dos pais seja de Cristo. Deus tinha uma povo-família vetotestamentária, composta de crianças e adultos. Substituiu-a por outra em Jesus Cristo, igualmente constituída de pais e filhos, de infantes e adultos.

3.3- *A fé dos pais atinge os filhos*. No Velho Testamento, o filho era circuncidado ao oitavo dia de vida, recebendo a *marca de um pacto* que seus pais fizeram por ele, e isto por ordenação divina. No Novo Testamento o batismo é substituto da circuncisão e, portanto, deve ser ministrado aos filhos menores de pais crentes, pois não nascem no mundo, destinados ao mundanismo, mas no contexto da família de Deus, para serem “santos, filhos de Deus. A tese de que a fé de um não atua em benefício de outro não está correta. Em Cafarnaum algumas pessoas conduziram a Jesus um paralítico, conduzido por quatro homens. O Salvador, “vendo-lhes a fé”, a fé dos que levaram o doente, disse ao paralítico: *Filho, os teus pecados estão perdoados (Mc 2. 5 cf Mc 2.1-12)*. Se a fé de amigos benfeitores podiam atuar em favor do enfermo de Cafarnaum, por que a fé dos pais não pode beneficiar seus filhos? Os pais levam os filhos menores ao batismo na Igreja de Cristo como o judeu condizia os seus à circuncisão, pois a promessa é para nós e para nossos filhos. Nada mudou substancialmente: Deus, o mesmo; o povo, o mesmo; o pacto, o mesmo; o Salvador, o mesmo; o modo de iniciação, idêntico em essência, conteúdo e significado: o batismo. Por que um tem de ser diferente do outro? Por que Deus mudaria? Não, quem não compreende a unidade, preservada ao longo da história da redenção do povo único de Deus são os defensores da regeneração batismal e os antipedobatas.

Simbolismo batismal

O Catecismo de Heidelberg ensina-nos que o batismo é símbolo de purificação espiritual, do perdão de pecados. Deus, pela ordenação batismal, deixa-nos cientes e conscientes, mediante o testemunho interno do Espírito Santo, que os nossos pecados foram expiados em Cristo Jesus pelo derramamento de seu imaculado sangue no holocausto da cruz. O Sumo-sacerdote, no Velho Testamento, lavava-se cerimonialmente antes de oferecer os sacrifícios pelos seus próprios pecados e pelos pecados de seu povo. O cristão, antes de ofertar-se a Cristo, apresentar o seu corpo em sacrifício vivo, santo e agradável a Deus em permanente culto racional, lava-se ritualmente pelas águas batismais. Então, todo o seu ser passa ao domínio de Cristo como irrestrita oferta sacrificial. Isto se faz possível em virtude da regeneração e da atuação do Espírito Santo no regenerado.

O crente, ao tornar-se nova criatura pela regeneração, verdadeiramente morreu para o mundo e para o pecado, e isto se figura de duas maneiras mediante as sentenças: "Nascido de novo" e "morto e ressurreto em Cristo". No entanto, o texto credal do catecismo não atribui ao batismo os signos da morte e da ressurreição como muitos teólogos fazem, certamente influenciados pelos anabatistas e seus herdeiros. É bom que se diga, com o Catecismo, que o batismo, em si mesmo, não tem nenhum poder regenerador ou purificador. Ele, na verdade, marca o ingresso do salvo na comunhão dos redimidos, a Igreja visível, e simboliza a purificação e a regeneração, obras da exclusiva graça de Deus. A dádiva da salvação induz o salvo em direção ao corpo de Cristo, a Igreja, na qual se entra pelas portas do batismo. Este não regenera o pecador, como entende o catolicismo, e nem é um tipo de credencial para a santificação, a primeira bênção, como imaginam os pentecostais. O Pai, pela sua misericórdia, faz o eleito penetrar a sacratíssima eclesia de seu Filho como fez Israel atravessar o Mar Vermelho e depois o sustentou no deserto.

Pedobatismo

As crianças pertenciam ao velho Israel, povo de Deus. Nasceram na promessa e, ao oitavo dia, recebiam o seu símbolo ou sinal externo, a circuncisão, e isto em decorrência do pacto firmado por Deus com seus pais. Também os filhos dos servos de Cristo, pactuados com Deus, nascem sob a nova aliança, trazidos ao mundo pela graça divina no seio da Igreja, devem ser batizados, receberem o sinal do pacto. A aliança que Deus firmou com Israel não esteve, e a que firma com a Igreja mediante Jesus Cristo não está, subordinada ou condicionada à fé pessoal do homem, pois se depende das obras da fé, não é graça (Ef 2.8). O racionalismo, porém, colocando o homem como responsável por si mesmo, capaz de crer e rejeitar, de aceitar e recusar, acabou eliminando a criança do pacto que gera a Igreja visível, e Deus passou a ter uma família somente de filhos adultos racionais, responsáveis pela salvação pessoal.

CATECISMO DE HEIDELBERG - Domingo 28 DA SANTA CEIA

Pergunta 75: *Como a Santa Ceia te confirma e te assegura de que és feito participante do único sacrifício de Cristo oferecido na cruz e de seus efeitos benéficos?*

Resposta: *Porque Cristo me ordenou, a mim e a todos os fiéis, comer do pão e beber do cálice em sua memória (Mt 26.26-28; Mc 14.22-24; Lc 22.19,20; I Co 10.16,17; 11.23; 12.13). E, por este meio, prometeu: Primeiro, que seu corpo foi oferecido e sacrificado por mim na cruz, e seu sangue derramado por meus pecados, e isto tão certamente como constato que o pão da Ceia é partido para mim e o cálice me é oferecido. Segundo, que Cristo me alimenta espiritualmente para a vida eterna com seu corpo sacrificado e com seu sangue derramado de maneira tão objetiva como aquela em que recebo das mãos do ministro, e provo, os elementos, pão e vinho, símbolos do corpo e do sangue do Senhor.*

Síntese

1- Nós, servos de Cristo, temos de acatar e obedecer suas ordenanças, cumprindo duas determinações:

Primeira: Comungar com a mente e o coração voltados para a vida, paixão, morte e ressurreição do Senhor por nossa causa, para que nos tornássemos filhos de Deus, herdeiros da vida eterna. Isto significa: Conservar na memória pessoal e da Igreja os atos redentores de Cristo.

Segunda: Examinar-nos, verificando se nossa vida está de acordo com a vontade de Deus e se contribui para sua glória.

2- Ao receber os elementos eucarísticos, devemos tomar consciência da absoluta realidade da morte vicária de Cristo a nosso favor. Na verdade, a fé que recebemos de Deus, e o Espírito Santo, que age em nós, para que compreendamos as Escrituras e entendamos a importância da Igreja na nossa vida, é que são os elementos preparadores de nosso espírito, para que tomemos a Santa Ceia com discernimento claro de sua presença real no corpo místico, a Igreja, e em nós, seus membros componentes.

3- A Santa Ceia nos ensina que os efeitos da morte de Cristo não cessaram no passado, mas são eficazes em cada comunidade cristã e evidenciados na comunhão eucarística.

Pergunta 76: *Que significa comer o corpo sacrificado de Cristo e beber o seu sangue derramado (Jo 6.53-56)?*

Resposta: *Significa não somente abraçar piamente toda paixão e morte de Cristo e, em decorrência, receber a remissão de pecados e a vida eterna(Jo 6.35, 40,47,48,50-54), mas também unir-se ao seu santíssimo corpo por meio do Espírito Santo (Jo 6.55-58), o qual habita tanto em Cristo como em nós, e isto de maneira tão eficaz que, mesmo estando corporalmente no céu e nós na terra (Cl 3.1; At 3.21; I Co 11.26), somos carne de sua carne e osso de seus ossos (Ef 5.29,30; 3.16; I Co 6.15 I Jo*

3.24; 4. 13), e que por um só e o mesmo Espírito (como a alma vitaliza os membros do corpo humano) somos vivificados e governados (Jo 6.57; 15.1-6; Ef 4.15,16).

Síntese

- 1- Tomar os elementos da Santa Ceia significa que, assimilando os nutrientes físicos dos elementos eucarísticos, estamos, simbolicamente, incorporando espiritualmente os benefícios da morte vicária e os efeitos da nova aliança, razões de ser e de existir da Igreja.
- 2- A Santa Ceia faz a Igreja manter a memória viva de sua dependência de Cristo Jesus, fato memorizado sua celebração e fixado nas mentes e nos corações por ação interna do Espírito Santo, que habita a Igreja e cada um de seus membros regenerados.
- 3- A ceia do Senhor lembra-nos de que somos família de Cristo, e que nosso ancestral está, ao mesmo tempo, conosco como Cabeça da Igreja, e entronizado nos céus, à destra do Pai.
- 4- A Santa Ceia revela-nos, por meio de símbolos, que a Igreja procede de Cristo, nele vive e dele se alimenta; originária de sua carne e seu sangue.
- 4- A Ceia do Senhor, quando tomada consciente e espiritualmente, vivifica-nos em Cristo Jesus para o serviço cristão, o testemunho, a santificação e a unidade.

Pergunta 77: Onde Cristo prometeu realmente dar aos crentes, por comida e bebida, seu corpo e seu sangue, à semelhança do que se faz com o pão e com o vinho?

Resposta: *Na Ceia, cujas palavras institucionais são: "O Senhor Jesus, na noite em que foi traído, tomou o pão; e, tendo dado graças, o partiu e disse: Isto é o meu corpo, que é dado por vós; fazei isto em memória de mim. Por semelhante modo, depois de haver ceado, tomou também o cálice, dizendo: Este cálice é a nova aliança no meu sangue; fazei isto, todas as vezes que o beberdes, em memória de mim. Porque todas as vezes que comerdes este pão e beberdes o cálice, anunciais a morte do Senhor, até que ele venha"(I Co 11.23-26). Paulo repete esta promessa ao dizer: "Porventura o cálice da bênção, que abençoamos, não é a comunhão do sangue de Cristo? O pão, que partimos, não é a comunhão do corpo de Cristo? Porque nós, embora muitos, somos unicamente um pão, um só corpo; porque todos participamos do único pão (I Co 10.16,17).*

Síntese

- 1- Cristo instituiu a Santa Ceia com três objetivos:
 - Primeiro: Marcar a despedida de sua vida encarnada, assinalando, em símbolos, os propósitos da encarnação.
 - Segundo: Mostrar aos discípulos os dois ministérios messiânicos fundamentais: a- A expiação por meio de sua morte vicária substitutiva, na condição de Cordeiro de Deus. b- O estabelecimento da nova aliança com seu povo, a Igreja.
 - Terceiro: Mostrar a dupla dimensão da Igreja: uma terrena, militante; outra celeste, triunfante. O crente, ao participar da Ceia, deve lembrar que o banquete terreno é figura do celestial; que um dia ele tomará um "vinho novo" com seu Senhor no reino consumado de Cristo.

- 2- A Ceia do Senhor, usando os elementos físicos na nutrição diária, simboliza a comunhão efetiva do corpo eclesial; unidade que se realiza por meio do sacrifício do Cordeiro, sendo o seu sangue o selo e o penhor do pacto da graça.
- 3- Cristo quer que seu povo permaneça como família cristã em torno de sua mesa em confraternização real, não meramente formal e simbólica.

A CEIA, SIGNO DE COMUNHÃO

O sacramento eucarístico incorpora a herança pascal da familiaridade, embora lhe exclua a domesticidade tribal. Eis porque a Ceia se tornou o signo da família de Cristo e, como tal, é celebrada no contexto comunitário e se destina unicamente aos domésticos da fé. Quem não é filho de Deus em Cristo Jesus não deve ter acesso aos elementos eucarísticos, pois a comunhão com Deus é a credencial de participação na Mesa do Senhor, a condição indispensável para se discernir a morte vicária de Cristo como "Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo". A humanidade de Cristo, retratada perfeitamente no seu corpo e no seu sangue, promove a nossa plena identificação com Deus por seu intermédio. Em Cristo, unimo-nos, por essência e por natureza, à divindade, união simbolizada, reavivada, revivida e reafirmada em cada celebração eucarística.

A interação com Deus mediante Jesus Cristo gera, necessariamente, a fraternidade cristã, cria a comunidade dos redimidos, a família da fé (Hb 2.11-14). Um membro da Igreja visível despido da sentimentalidade fraternal, ao participar da Ceia, o faz indignamente, pois age com hipocrisia, sem discernimento do corpo eclesial. A família cristã, pois, se reincorpora, consolida-se e se perpetua de geração em geração pela salutaríssima tradição ritual da Santa Ceia do Senhor.

Quem, depois de batizado, ausenta-se da Mesa de Cristo por motivos pessoais ou por insatisfação com a comunidade local ou nacional, comete gravíssimos erros:

- a- Rejeita a comunhão com Cristo, Cabeça da Igreja, o que o verdadeiro salvo jamais pode fazer. Sem comunhão com Cristo não há cristão.
- b- Recusa a participação, na condição de membro, no conjunto corporal e orgânico de Cristo, a Igreja, enfraquecendo a fraternidade comunitária. Fora da Igreja, corpo de Cristo, não há salvo.
- c- Rompe o sacratíssimo elo da santificação. Sem amor incondicional a Deus e ao irmão não há santificação. O exercício do amor é mais forte, mais sagrado e mais compensador, quando amamos os que não nos amam, os que nos aborrecem.
- d- Quebra os termos do pacto com Deus, realizado com o homem por meio de Cristo Jesus, cujos memorativos e atualizantes são o pão e o vinho, tomados ritual e comunitariamente. Sem o pacto da graça não há outorga da vida eterna.
- e- Deixa de participar da anunciação comunitária da morte redentora do Cordeiro: "Porque todas as vezes que comerdes este pão e beberdes o cálice, anunciais a morte do Senhor, até que ele venha" (I Co 11.26).
- f- Priva-se do ágape espiritual terrestre, consequenciando a rejeição do banquete celeste escatológico (Mt 26.29) Quem não se assenta à mesa da Igreja peregrina e padecente, rompe relações com o corpo de Cristo, a Igreja, correndo o risco de estar ofendendo o seu Senhor e se tornando filho rebelde.

g- Não aceita a oferta do corpo de Cristo. No Velho Testamento, o pecador oferecia a Deus um animal imaculado em propiciação pelos seus pecados; no Novo, Jesus, Deus encarnado, oferta-se a si mesmo: "Isto é o meu corpo oferecido por vós"; "Este é o cálice da nova aliança no meu sangue derramado em favor de vós" (Lc 22.19,20).

Quem não participa da eucaristia, descredencia-se à participação no banquete celeste dos eleitos com o Salvador glorificado. A santa Ceia é insubstituível meio de graça; nada justifica a sua rejeição temporária ou permanente. Se você tem pecado, confesse-o e corrija-se. Se tem inimizade, reconcilie-se com seu irmão, mas não se afaste da comunhão, pois que se ausenta da Igreja, ausenta-se de Cristo; e quem se ausenta de Cristo, caminha em direção ao mundo e ao seu príncipe, o Diabo.

MESA DO SENHOR

A Páscoa, instituída por Deus como memorial da libertação do cartiveiro faraônico, era uma celebração estritamente familiar. Fugia ao tipo comum das refeições diárias, pois os sabores agradáveis foram eliminados, e o pão não tinha sabor nenhum. Ela ficava na fronteira entre os domínios de Faraó e os de Deus, sobre o *ponto* de saída do Egito e o de partida para a Terra da Promissão

CATECISMO DE HEIDELBERG - Domingo 29

EUCARISTIA - Presença Real de Cristo

Pergunta 78: "O pão e o vinho convertem-se realmente em corpo e sangue de Cristo?"

Resposta: *"De maneira alguma (Mt 26.29). Assim como a água do batismo não se converte em sangue de Cristo, nem opera ablução de pecados, servindo apenas de sinal e selo das coisas que nos são seladas no batismo (Ef 5.26; Tt 3.5), também o pão da Ceia do Senhor não é o real corpo de Cristo (I Co 10.16; 11.26), ainda que, por natureza e uso dos sacramentos, seja chamado corpo de Cristo" (Gn 17.10,11; Ex 12.11,13; 13.9; I Pe 3.21; I Co 10.3,4).*

Síntese

1- Não há conversão eucarística alguma; nenhuma transformação de substância.

O que existe são representações e simbolismos. Como o cordeiro pascal não se convertia em "gente", especialmente em "primogênito;" nem a " ovelha sacrificial" transformava-se no pecador substituído; também o pão e o vinho não se convertem em pessoa real de Cristo, criando cristos paralelos, para que o comungante penitente engula-os sem mastigação.

2- Como a água batismal não se transforma em sangue de Cristo para "lavar o pecador", também nenhuma transformação ocorre nos elementos eucarísticos, nem na essência nem na forma. Cristo não se consubstancia ou se transubstancia. A

consubstanciação e a transubstanciação não passam de dogmas extrabíblicos, firmados em frágeis interpretações do texto da instituição e postas como matéria de fé por inadequadas conclusões. O corpo de Cristo continua ressurreto nos céus, operando em nosso benefício na terra, cujos símbolos memorativos são os elementos representativos da eucaristia: pão natural e vinho natural. Ao dizer, no ato da instituição: *Isto é o meu corpo*”, ele não transubstanciou o pão, que tomava na mão, em seu próprio corpo. Se o tivesse feito, a Igreja estaria, naquele momento, diante de dois cristos: um transubstanciante e outro transubstanciado; podendo o Cristo transubstanciante ingerir o transubstanciado, dissolvendo-o pela imediata ação metabólica dos sucos gástricos. Até na imaginação, semelhante duplicidade de cristos, sendo um deglutível, é chocante, inconcebível.

Pergunta 79: *"Por que Cristo chama ao pão seu corpo e ao cálice, seu sangue, e também ao Novo Testamento chama seu sangue; e Paulo denomina o pão e o vinho de comunhão do corpo e do sangue de Cristo?"*

Resposta: *"Cristo não teria dito isto se não o movesse poderoso motivo. Fê-lo, não somente para ensinar-nos que assim como o pão e o vinho alimentam a vida corporal, seu corpo crucificado e seu sangue derramado são verdadeiras comidas e bebidas que alimentam nossa alma para a vida eterna (Jo 6.55). E mais, assegurar-nos, por estes sinais e selos visíveis, que, por obra do Espírito Santo, somos participantes de seu corpo e de seu sangue tão seguramente como tomamos, por via oral, estes símbolos consagrados em sua memória; e também que sua paixão e obediência tornam-se efetivamente nossas, como se nós mesmos, pessoalmente, houvéssemos sofrido a pena e satisfeito a Deus por nossos pecados" (I Co 10.16).*

Síntese

1- A nossa nutrição física vem da matéria orgânica, pois um ser natural não tem outro meio de sobrevivência, desenvolvimento e sustentação, a não ser a própria natureza. O homem, porém, é um ser pneumossomático, carecendo, portanto, de alimento espiritual. Como o filho, literalmente, alimenta-se da carne e do sangue de sua mãe até tornar-se gente; o filho de Deus, nova criatura, regenerado por Cristo mediante atuação do Espírito, vive espiritualmente da “carne e do sangue” de seu Genitor eterno, Nosso Senhor Jesus. Se o seu corpo não fosse partido por nós; e o seu sangue, por nós derramado, não teríamos saúde espiritual nem vida eterna. Dependemos espiritualmente de Cristo, como o filho depende biologicamente da mãe.

2- Vivos por causa da morte do Filho de Deus, tornamo-nos inteiramente dependentes de seu corpo, partido por nós; e do seu sangue, por nós derramado. Somente assim, e inteiramente pela misericórdia de Deus, tomamo-nos filhos de Deus, dotados da mesma natureza do Filho do Homem.

O mais poderoso alimento do recém-nascido é o leite materno, que lhe nutre o organismo e confere-lhe defesa orgânica contra naturais inimigos invisíveis. A mais eficaz nutrição espiritual do crente são o “corpo partido” e o “sangue derramado” de Jesus Cristo. Mas, na verdade, os elementos eucarísticos materiais são sinais externos visíveis de operações internas invisíveis, efetuadas no comungante, quando realmente regenerado, no ato contrito da comunhão eucarística. A presença real de Cristo viabiliza

a existência de seu corpo místico, a Igreja; e nesta, a vida de cada membro. O crente é templo do Espírito Santo, por causa de sua inserção no corpo de Cristo, visibilizado na comunidade histórica dos salvos. A identidade da Igreja com o seu fundamento e cabeça, Jesus Cristo, é tão grande e profunda, que Paulo perseguia a Igreja, mas Cristo lhe assegurou que a perseguição era a ele: *Saulo, Saulo, por que me persegues? Ele respondeu: Quem és tu, Senhor? E a resposta foi: Eu sou Jesus, a quem tu persegues (At 9.4-,5).* Cristo, pois, identifica-se com sua Igreja e, conseqüentemente, com seus filiados individualmente. Ao comer o pão da Santa Ceia e ao beber-lhe o vinho, o crente tem nítida consciência da apropriação de Cristo e ciência de que, pelo Espírito Santo, o Filho de Deus habita o seu corpo. A eucaristia, portanto, reforça e reaviva o sentimento da presença real de Cristo em sua Igreja e, por esta, com seu povo. Cada crente, na condição de ramo, só tem vida real, se estiver na Videira.

PRESENÇA DE CRISTO NA EUCARISTIA

Memorial

Zuínglio negava a presença real de Cristo na Santa Ceia, afirmando que a eucaristia "não passava de um memorial; uma comemoração da "ausência" de Cristo, não "efetivação" de sua presença real. Segundo Zuínglio, a Igreja deve lembrar-se de que Cristo se ausentou, subiu para o céu, onde corporalmente se encontra. Como lembrança da vida, feitos, morte e ressurreição de Cristo, a celebração memorativa da Ceia é importante, até mesmo essencial ao fortalecimento da fé, que precisa de sinais externos reafirmadores da realidade fatural comemorada. Em suma: Santa Ceia é apenas "lembrança" da encarnação, vida, paixão e morte de Cristo; servindo somente à "contemplação da fé", nada mais.

Os memoriais envelhecem com o tempo, perdendo a força atualizante. Depois de muitas gerações e conseqüentes mudanças culturais e sucessões dominiais com alternâncias de regimes políticos e ideológicos, todos os marcos históricos, de bronze ou pedra, são cobertos pelas poeiras do tempo, algumas contaminantes, e desgastados ou corroídos pela exposição contínua às oscilações atmosféricas e aos poluentes químicos da natureza. Os símbolos perecíveis (brasões e bandeiras) desaparecem com as transformações das coisas simbolizadas ou fenecem com a morte delas. Os símbolos sacramentais resistem ao tempo e às mutações diversas, porque não são meras representações externas tipificadoras da realidade do pacto da graça; são ordenanças divinas e, como tais, sustentam a Igreja, isto é, não permitem que ela morra. O Batismo e a Santa Ceia são partes integrantes da Igreja, e somente desaparecerão com o encerramento de sua peregrinação terrena no jízo final. O Pacto da Graça, revivido em cada celebração sacramental, é que mantém o Corpo pactuado, a Igreja, para celebra-lo. Eis porque são correta e legitimamente designados de "meios de graças". Colocar, por exemplo, os elementos eucarísticos de pão e vinho na categoria de "modestos meios memorativos" é uma desconsideração para com o instituidor da Ceia, que não criou "lembranças" de sua morte vicária e do derramamento pactual de seu sangue, mas "marcos indelévels", cujas conseqüências redentoras, santificadores e pactuadoras efetivam-se em cada "corpo comunitário" e em cada um de seus membros. Deus mantém a sua Igreja, não pelas "memórias" da obra redentora de Cristo, mas por sua

morte vicária e derramamento de seu sangue, que não somente operaram no passado, mas operam agora, em cada eleito regenerado, em comunhão eclesial. O Pacto é revivido, não apenas “lembrado” em cada celebração da Ceia do Senhor. Louvado seja Deus por tão grande bênção!

Consubstanciação

Lutero entendia que a natureza física de Cristo se fazia presente com os elementos eucarísticos, neles e sob eles. Inicialmente se acreditava que isso era possível pelo princípio da ubiqüidade divina, isto é, Deus é onipresente; sua presença é real no espaço, no tempo e na matéria como o magnetismo no magneto, a corrente elétrica no condutor. Neste caso, toda a matéria, indistintamente, se inclui; logo, os elementos eucarísticos não se diferenciam, e a doutrina da consubstanciação levava a Igreja, perigosamente, a aproximar-se do panteísmo. Então se mudou de justificativa, e a defesa da consubstanciação passou a ser: a- Deus é soberano para fazer com que sua presença real esteja na eucaristia. b- Cristo assumiu a natureza humana de tal modo que, estando presente em Espírito, a presença física em substância e essência se fará. Assim, o Filho de Deus localiza-se na eucaristia, embora não se confunda com ela; e o comungante ingere realmente seu corpo e seu sangue em apropriação literal, não mediante a fé.

Transubstanciação

O dogma eucarístico romano estabelece, sem admitir contestação, que os elementos da Ceia, no ato da consagração sacerdotal e pela magia das palavras, "hoc est corpus meum", o pão e o vinho transubstanciam-se em corpo e sangue de Cristo. E o fiel católico não somente deglute o Cristo materialmente, mas o adora na Hóstia (Corpus Christi) com o culto latrêutico, somente devido a Deus, segundo a liturgia da Igreja.

Eucaristia calvinista

A Santa Ceia relaciona-se com a obra passada de Cristo, com o que ele faz hoje na Igreja e com o que fará no porvir, nos tempos escatológicos. O Salvador não está presente local e corporalmente nos elementos materiais da Ceia, mas em Espírito com seu povo em comunhão. Todos os crentes, no corpo místico da Igreja, estão unidos ao Redentor indissolúvelmente e participam de seu corpo e de seu sangue. O corpo de Cristo no céu, glorificado e entronizado como Rei, garante sua permanência real na Igreja militante; e a Santa Ceia é o mais significativo sinal de tal presença.

A realidade de Cristo na Ceia não é física, mas espiritual e mística, e se efetiva de maneira tão profunda que o crente, de fato, participa do Cristo total e integral (humanidade, historicidade, vicariedade, morte, ressurreição, exaltação e esperança escatológica) mediante o dom da fé e a obra interna do Espírito Santo. Cristo não se encontra nos elementos, nem com eles, nem sob eles, mas na Igreja e em cada crente comungante, como Cabeça do corpo eclesial e pela habitação do Espírito Santo. Desta maneira, o Cordeiro visualiza-se e é sentido, espiritualmente, na celebração eucarística. Além do mais, a Eucaristia é a cerimônia de reafirmação da nova aliança, que Cristo Jesus estabeleceu com sua Igreja e cada um de seus membros. A Ceia, pois, é de vital importância para o crente como poderoso e eficaz meio de graça.

CATECISMO DE HEIDELBERG - Domingo 30 CEIA, MISSA, COMUNGANTES.

Pergunta 80: *"Que diferença existe entre a Ceia do Senhor e a missa?"*

Resposta: *"A Ceia do Senhor testifica-nos que temos a remissão perfeita de todos os nossos pecados por meio do perfeito sacrifício de Cristo, por ele mesmo cumprido na cruz uma única vez (Hb 10.10,12; 7.26,27; 9.12,25; Jo 19.30; Mt 26.28; Lc 22.19); e também que, pelo Espírito Santo, estamos incorporados em Cristo (I Co 10.16,17; 6.17), que não mais está na terra, segundo sua natureza humana, mas se encontra nos céus à destra de Deus Pai (Jo 20.17; Cl 3.1; Hb 1.3; 8.1), onde espera receber nossa adoração (Mt 6.20,21; Jo 4.21; Lc 24.52; At 7.55; Cl 3.1; Fp 3.20; I Ts 1.10).*

A missa ensina que os vivos e os mortos não têm a remissão dos pecados pela exclusiva paixão de Cristo, a não ser que cada dia Cristo seja oferecido por eles pelas mãos sacerdotais; ensina também que Cristo está corporalmente presente nas espécies, pão e vinho, e, por esta razão, deve ser nelas adorado. Portanto, o fundamento próprio da missa não é outro senão o da negação do único sacrifício e paixão de Cristo, uma condenável idolatria" (Hb 9.26; 10.12,14).

Síntese

1- Não há correlação entre Ceia do Senhor e missa, pelas seguintes razões:

1.1- A Ceia é uma refeição cerimonial comunitária da qual participa a comunidade confessante. Ao sentar-se à Mesa do Senhor, a Igreja demonstra ser realmente a família de Jesus e viver unida a ele e nele na mais íntima e indissolúvel fraternidade cristã. Cada crente comunga no contexto unitário e fraternal da Igreja.

A missa é uma celebração direcionada, com propósito definido, sob a pretensão de fazer Cristo morrer de novo em favor da causa determinada pelo sacerdote: Missa do Sétimo Dia; Missa do Galo; Missa de Corpo Presente; Missa em sufrágio de falecidos; Missa Nupcial e outras. A hóstia, produto da missa, é ministrada individualmente a pecadores supostamente penitentes.

1.2- A Igreja, corpo místico e uno de Cristo, resultou de seu "corpo partido" do qual nasceu e do qual se alimenta espiritualmente em cada celebração da Ceia do Senhor. A comunidade eclesial sabe discernir espiritualmente, no mistério da comunhão eucarística, o corpo sacrificado do Cordeiro; e isto porque é dotada da consciência de ser o seu "corpo místico" real: Porventura, o cálice da bênção que abençoamos não é a comunhão do sangue de Cristo? O pão que partimos não é a comunhão do corpo de Cristo? Porque nós, embora muitos, somos unicamente um pão, um só corpo; porque todos participamos do único pão (I Co 10. 16,17). Quem não percebe, mesmo estando na Igreja, a sua condição de membro do "corpo místico", não está habilitado a entender e apreender o "corpo vicário" de Cristo figurado no ritual da eucaristia.

O comungante da hóstia transubstanciada em Cristo não identifica a ação do Redentor na união comunitária, nem discerne espiritualmente o "Cristo sacrificado" nos elementos simbólicos da Santa Ceia; pois ele crê que Cristo está material, real e espiritualmente presente tanto na obreia de trigo como no vinho, depois de

recrucificado no altar pelo sacerdote de sua igreja. Literalmente, o católico “ceia Cristo”, engolindo-o inteiro e completo: carne, ossos, sangue, espírito e divindade.

2- *A missa ensina, aos que dela participam e nela crêem, que Cristo, para tornar eficaz a sua morte vicária em favor dos pecadores, tem de ser reimolado incruentamente no altar romano em cada celebração missal. Tal eucaristologia menospreza a verdade bíblica de que o Salvador ofereceu-se uma única vez no Calvário para resgate e remissão de pecados de todos os eleitos de Deus (Hb 10. 10,12; Hb 7. 26,27; Hb 9.12,25; Jo 19. 30; Mt 26.28; Lc 22.19).*

Pergunta 81: "Quem deve participar da Mesa do Senhor?"

Resposta: *Somente aqueles que tomam consciência de, verdadeiramente, terem ofendido a Deus com seus pecados, e sabem que são perdoados pelo amor de Cristo, e que as demais fraquezas são cobertas por sua paixão e morte¹. Também desejam fortalecer mais e mais a fé e melhorarem a vida. Porém, os hipócritas e os impenitentes comem e bebem condenação para si mesmos² (I Co 11.28,29; 10.19-22).*

Síntese

1- Quem se reconhece pecador e sabe que, por si mesmo, não se liberta de sua condição pecaminosa, nem se livra das conseqüências dos pecados fatuais; e tem consciência de que somente Cristo tem poder para perdoar-lhe os pecados; esse busca socorro no Filho de Deus, implorando-lhe a misericórdia. Também, em virtude do reconhecimento de suas falhas, assenta-se à Mesa da Comunhão, depois de penitenciar-se diante do “Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo”; participa contritamente da Santa Ceia, sente-se perdoado e rejuvenescido espiritualmente. Esta realimentação espiritual acontece com todo comungante verdadeiramente regenerado em cada participação eucarística.

2- No reino de Cristo há, infelizmente, joio, que se confunde externamente com o trigo (Mt 13. 24-30). Na condição de membro da Igreja visível, embora excluído da invisível, participa da Santa Ceia; mas, certamente, sem discernir o “corpo”, “comendo e bebendo juízo para si”. O joio na Igreja é hipócrita por natureza, mestre do disfarce, que pode ser tanto consciente como inconscientemente. Nenhuma igreja, no curso da existência terrena, é genuinamente pura; isto é, isenta de lobos transvestidos de cordeiros. Ela abriga tanto pecadores justificados e regenerados como réprobos irremissos, que se infiltram, socialmente, no conjunto dos eleitos.

Pergunta 82: Devem ser admitidos a esta Ceia os que por confissão e vida são incrédulos e ímpios?

Resposta: *De modo algum, pois com tal atitude se profanaria o pacto de Deus e provocaria sua ira sobre toda congregação (I Co 11.20,34; Is 1.11; 66.3; Jr 7.21; Sl 50.16). A Igreja deve, segundo a ordem de Cristo e dos apóstolos, e pelo ofício das chaves, privar da Ceia ou afastar da comunhão tais pessoas até que se arrependam e consertem suas vidas.*

SÍNTESE

1- A Santa Ceia é um sacramento da família de Cristo, não podendo ser servida, conscientemente, a pessoas estranhas ao corpo dos eleitos, à fraternidade cristã. Os

membros da Igreja, conhecidos do corpo administrativo e de seus co-irmãos, comungam formalmente no cerimonial eucarístico, formalizando o que fazem concretamente no comportamento diuturno como inseridos no rebanho do Bom Pastor. Quem não pertence ao rebanho, não houve a voz do pastor comunitário, descredencia-se à participação da Santa Ceia.

2- O membro faltoso que, depois de pastoreado convenientemente, mostrar-se recalcitrante em seu erro, deve ser afastado do comunhão até que se reintegre à corporalidade da Igreja, entrando em harmonia com os demais irmãos. O crente afastado, porém, não pode ser abandonado, pois a ovelha doente precisa do medicamento espiritual e da compreensão fraterna dos irmãos com os quais, temporariamente, suponha-se, deixou de comungar. A disciplina é sempre para o bem do disciplinado.

A SANTA CEIA DOS PECADORES.

Nenhum membro verdadeiro do corpo de Cristo, inserido nele por Deus e não por si mesmo, revela postura de ignorância de seus pecados e deixa de reconhecer-se continuamente um pecador carente do perdão divino. A vida do crente real, daquele que foi efetivamente regenerado, é de confissão incessante, quer nas devoções individuais e domésticas quer nos cultos comunitários. O servo de Deus e a Igreja de Cristo são confessantes por natureza: professam a fé bíblica e confessam seus pecados em orações e atos litúrgicos. A comunhão eucarística é apenas um momento especial, extremamente evocativo da origem espiritual e existencial tanto do recipiente como da Igreja ministrante.

O membro de igreja, que não se reconhece pecador, certamente não foi submetido por Deus à graça da conversão e não está no Corpo de Cristo por ação divina, mas por opção pessoal. Esse, com certeza, não tem condições internas de “discernir o Corpo”, pois a ele não pertence; participa da Igreja institucional visível, mas não da invisível. O crente não se arrepende de seus pecados somente no momento da Santa Ceia para “merecê-la”, ele a ela tem acesso por sua inclusão da comunidade dos salvos por misericordiosa graça de Deus, a nós possível pelo ministério vicário de Cristo em nosso benefício. A Santa Ceia, no meu entendimento, não é para perdoar pecados; Cristo a instituiu para os “perdoados” e com o objetivo de mantê-los na comunidade dos redimidos, avivando em suas memórias que são filhos de Deus por causa de Cristo, que morreu por eles e com eles firmou aliança eterna.

EUCARISTIOLOGIA TRANSUBSTANCIAL

A crença romana na presença real de Cristo nos elementos eucarísticos criou. Consequentemente, distorções doutrinárias que distanciam, e muito, a Igreja de Roma da fé reformada. Ei-las:

a- **Clerolatria.** Tendo os sacerdotes o poder de, no ato de consagração, transubstanciar as espécies, pão e vinho, em corpo, sangue e divindade de Cristo, tornam-se, aos olhos dos fiéis, verdadeiras divindades. Para o católico, a palavra do clero, em matéria de fé e de moral, tem a mesma dignidade, força e autoridade da Palavra de Deus. E mais, o sacerdote, no altar e fora dele, é o mediador entre Deus e os devotos. O católico, para tornar-se servo de Deus tem de, antes e obrigatoriamente, ser

"doulos" da Igreja, submisso ao clero e aos mandamentos eclesiásticos. A eucaristolatria não gera, mas amplia e reforça a clerolatria.

b- **Hostiolatria.** A Hóstia, Cristo transubstanciado, recebe a mais popular, mais espetacular, mais ufanosa e mais pomposa adoração da massa católica. Os congressos eucarísticos são requintadíssimos e impressionantes. A hostiolatria chegou a tal ponto, que uma hóstia de metal encravada na cruz, emitindo raios luminosos, substitui o Cristo crucificado.

c- **Manipulação soteriológica.** Na eucartistologia transubstancial Cristo não é o Salvador autônomo, o agente da escolha, da doação da graça, do processo redentor, mas um ícone passivo nas mãos dos sacerdotes; estes sim, transubstanciadores de elementos naturais, físicos – químicos, em cristos, que se tornam disponíveis nos altares para “salvação” dos requerentes penitenciados. É o Cristo da manipulação e da aplicação a juízo e ação dos padres celebrantes. Este Cristo somente salva os que a Igreja eucaritiólatra prescrever, indicar e aplicá-lo convenientemente.

OS COMUNGANTES

A Santa Ceia é o sacramento privativo dos regenerados, dos membros da Igreja, dos que integram o corpo de Cristo em harmonia com Deus, em sintonia com as Escrituras, em unidade fraternal, em testemunho cristão. Os que, embora fazendo parte da Igreja, estejam em estado de impenitência, impiedade, desarmonia comunitária e pertinácia no erro pecaminoso devem ser privados da Ceia até que se arrependam, mudem seus comportamentos, santifiquem suas vidas, reintegrem-se na fraternidade comunitária. Aqueles que, intimamente, sentem-se ofensores de Deus, desobedientes à sua palavra e desarmonizados com a Igreja, devem, antes de tomar os elementos eucarísticos, examinarem-se a si mesmos, e então comerem o pão e beberem o vinho (I Co 11.28,29). Sem consciência da regeneração, do perdão, da filiação e da comunhão dos santos, a participação na Ceia é indigna e ofensiva a Deus(I Co 11.29).

A Santa Ceia é um meio de graça tão poderoso como a Palavra de Deus e o Batismo; pois todos são ordenanças de Cristo destinadas à edificação de seu povo, quando aplicadas pelo Espírito Santo aos corações por ele iluminados.

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 31

O PODER DAS CHAVES

Pergunta 83: *Que são as chaves do reino dos céus (Mt 16.19; 18.18; Jo 20.22,23)?*

Resposta: *São a pregação do Evangelho e a disciplina eclesiástica com as quais se abre o reino dos céus aos fiéis e fecha-o aos infiéis.*

Síntese

- 1- Há, na verdade, três meios pelos quais a Igreja exerce o poder das chaves:
 - 1.1- **A pregação do Evangelho**, efetuada pela Igreja por todos os meios de comunicação possíveis (oral., escrita, televisada) e por todas as metodologias didáticas

de mensagem e ensino. A proclamação da Palavra é o meio que Deus usa para chamar os eleitos, justificá-los e inclui-los na Igreja de Cristo. O capacidade de convencer o pecador e atrai-lo para Cristo não reside na Igreja, mas na Palavra de Deus, que tem poder criador e salvador, e no Espírito Santo, o Mestre das *boas novas*. A Igreja é o instrumento do qual Deus se utiliza para comunicação do Evangelho, tanto missionária como doutrinariamente.

1.2- **Os ministros.** Cristo administra seu povo na terra, a Igreja, por meio de ministros, aos quais entregou as chaves de admissão e exclusão; isto é, a capacidade e a autoridade de permitirem o ingresso de pecadores confessantes na comunidade institucional, por meio de pública profissão de fé no Deus trino, na justificação exclusivamente pela fé, na redenção em Cristo Jesus, e nas Escrituras Sagradas. As mesmas chaves dão-lhes competência para excluir da Igreja os que vierem negar ou conspurcar a fé professada por rebeldia recalcitrante ou apostasia contumaz.

1.3- **O batismo.** O meio preordenado por Cristo, e por ele ordenado à Igreja, para *receber* os conversos é unicamente o batismo, que somente pode ser aplicado aos que verbal e testemunhalmente professarem, inequivocamente, a fé em todos os postulados da revelação sacra do Velho e Novo testamentos, e na obra redentora de Cristo Jesus. O direito de batizar liga-se ao uso das chaves; mas nem os batizadores, nem o ato batismal têm qualquer múnus salvador. A Salvação é operação da graça divina em Cristo Jesus, e somente nele.

Pergunta 84: *Como se abre e se fecha o reino dos céus pela pregação do Evangelho?*

Resposta: *A maneira pela qual se abre e se fecha o reino dos céus é quando se anuncia e se testifica a todos os fiéis, e a cada um em particular, que todos os pecados são-lhes perdoados por Deus, pelos méritos de Cristo, uma vez que abracem com verdadeira fé a promessa do Evangelho. O contrário ocorre com os ímpios e hipócritas: Anuncia-se-lhes que a ira de Deus e a condenação eterna cairão sobre eles, se permanecerem em sua maldade (Jo 20.21,23; Mt 16.19); segundo o testemunho do Evangelho, Deus os julgará tanto nesta vida como na vindoura (Lc 11.52; 12.43-46).*

Síntese

1- Quando a Igreja anuncia o perdão de pecados na Pessoa de Cristo, o nosso Remidor; e os pecadores, pela misericórdia de Deus, aceitam, prostram-se, submetem-se e são regenerados, passando de velhas a novas criaturas, ela exerceu o poder de “ligar.” Ninguém troca o reino do mundo pelo reino de Cristo, se não atuar nele a força transformadora da Palavra de Deus; e esta é pregada pela Igreja em cumprimento de sua missão precípua: ser missionária de Cristo.

2- O poder de perdoar pecados não é patrimônio da Igreja, mas de Jesus Cristo; e este ministério ele o conquistou, morrendo em lugar dos pecadores, expiando-lhes os pecados, tornando-se substituto vicário de todos os eleitos do Pai.

3- A mesma Igreja que proclama a boa nova de salvação, anuncia também o juízo de Deus sobre todos os incrédulos, os réprobos, os apóstatas, os hipócritas e todos os inimigos do Pai, de seu Filho e de seu povo exclusivo. Dentro da Igreja, Deus tem seus pastores, profetas e doutores, que interpretam as Escrituras para o

povo, mas não o privam de livre acesso a elas. Os líderes habilitados são instrutores dos leigos em questão de doutrina, mas jamais devem colocar-se na posição de “substitutos de Cristo,” com o objetivo de mediar a salvação aos fiéis humildes e crédulos. O necessário à fé salvadora o Espírito Santo aplica a todos os corações regenerados, independentemente da cultura secular ou religiosa.

4- A disciplina é outro meio, deixado por Cristo, para que seus ministros não deixem no rebanho de Cristo ovelhas que não lhe pertencem, não lhe ouve a voz, não atendem o comando do Bom Pastor. Compete aos ministros de Cristo excluir do aprisco os bodes e os anticristos.

5- Os pecados que os ministros de Cristo podem perdoar ou não, são os cometidos contra a Igreja, as suas autoridades constituídas, a Palavra de Deus. Somente a liderança pode “receber um novo membro”(ligar) ou “excluir um velho membro” por indisciplina (desligar). Sempre, porém, a relação é com a Igreja visível (entrar ou permanecer nela), jamais as autoridades eclesiásticas podem “ligar ou desligar” alguém da Igreja invisível, pois são membros eternamente eleitos e nela arrolados por Deus.

Pergunta 85: *De que maneira se abre e se fecha o reino dos céus pela disciplina eclesiástica?*

Resposta: *Quando, segundo determina Jesus Cristo, aqueles que, sob o nome de cristãos, mostram-se, na doutrina e na conduta, estarem longe de Cristo; estes, depois de serem fraternal e reiteradamente admoestados, recusarem-se deixar seus erros e maldades, devem ser denunciados à Igreja ou aos que estão credenciados por ela. E se não acatarem a admoestação imposta ou o afastamento da comunhão, devem ser excluídos da fraternidade cristã, o que implicará na exclusão do reino de Cristo. Os mesmos poderão ser readmitidos como ovelhas de Cristo e membros de sua Igreja visível, caso confessem arrependimento e o demonstrem por suas obras" (Mt 18.15-17; I Co 5.4,5,11; II Co 2.2.6-8).*

Síntese

1- A disciplina da Igreja, imposta aos membros em conflitos sociais, doutrinários e disciplinares com a comunidade, não pode ser “castigo”, mas uma tentativa pastoral de recuperação do faltoso. O arrependimento verdadeiro, não aquele formal perante os inquiridores, ou aquele psicológico, quando a falta é descoberta, mas o real e sincero, tem de ser levado em conta. Os mesmos ministros que detêm o poder das chaves, portam também o cajado de pastores. Uma ovelha errante, muitas vezes, precisa mais da mão amiga de seu pastor do que da vara da disciplina, manejada pela liderança eclesiástica.

2- Ninguém tem o direito de errar, mas todos erram. Os ministros sobre o quais pesa a responsabilidade de disciplinar, são também pecadores, carentes do perdão e da misericórdia de Deus. Os pecados implícitos, não raro, são maiores e mais graves do que os explícitos. E somente as faltas expostas são passíveis de julgamento e disciplina. Exemplos supostos: Uma jovem, que passou todo o noivado relacionando-se sexualmente com o noivo, mas foi hábil para evitar gravidez; certamente a Igreja realizará o seu casamento, com exibição pública dos símbolos da virgindade, com toda pompa litúrgica pertinente, sem nenhum óbice. A outra noiva, ingênua, vítima

da libido irresistível, cedeu ao assédio do noivo, engravidando-se na primeira copulação. A Igreja, certamente, disciplinará a segunda, mas nada fará contra a primeira, que mais gravemente pecou. Conclui-se que, somente Deus tem pleno e final poder para manter na Igreja, ou dela tirar, os hipócritas. Os seus ministros, limitados por natureza, julgam exclusivamente os atos externos dos crentes. Mesmo estes, conforme as circunstâncias, podem ser mal avaliados e, conseqüentemente, mal julgados.

O PODER DAS CHAVES

Do sucessor de Pedro.

A Igreja Católica entende que o "poder das chaves" recaiu exclusivamente sobre Pedro e, por meio da sucessão, sobre cada Papa que, na qualidade de Sumo Pontífice, transfere tal "múnus" ao clero sob o sacramento da ordem. A Igreja, centralizada e substancializada no corpo clerical, ministra o "poder das chaves" sobre os leigos. O "sucessor de Pedro" e os seus subordinados "sucessores dos demais apóstolos" dizem-se vigários de Cristo na terra, recebendo deste a autoridade para "perdoar pecados", retê-los, amaldiçoar e anatematizar pecadores e, por intervenção do ministério sacerdotal, no oferecimento de Cristo sobre o altar, transferir almas do purgatório para o céu. A salvação do católico depende, pois, da mediação do clero, detentor do "poder das chaves". Referido "múnus", no entanto, em Mateus 18.17-20, é atribuído por Cristo à Igreja congregada, à assembléia eclesiástica, onde a presença do Salvador gera e legitima tal poder. Em João 20.22,23, o Nazareno estende a autoridade de perdoar e de reter pecados a todos os apóstolos. Na verdade, "as chaves do reino" estão nas mãos do Messias, Senhor nosso, cabeça da Igreja (Ap 1.18; 3.7).

A Igreja evangélica é cristocêntrica na fé e bibliocêntrica na teologia; tem como um dos seus primados fundamentais a doutrina do sacerdócio universal de todos os crentes. Todos os redimidos ligam-se direta e pessoalmente ao Sumo Sacerdote, Jesus Cristo, Videira Verdadeira, Cabeça da Igreja, Pedra Fundamental do edifício. Ele é que liga ao organismo eclesial o membro penitente e dele desliga os impenitentes, os ímpios, instrumentalizando ministros para tais fins.

PELA PALAVRA E PELA DISCIPLINA

A Igreja abre o reino dos céus aos eleitos pela Palavra de Deus, testemunhada e pregada, e fecha-o aos réprobos pelo juízo do Evangelho do Cordeiro por eles negado, rejeitado e combatido. A Palavra encarnada no Verbo cria a Igreja e esta comunica-a ao mundo para salvação dos escolhidos e para condenação dos incrédulos contumazes.

A Igreja, por outro lado, como determina Jesus Cristo, tem autoridade para excluir de seu corpo os membros impenitentes, contrários aos santos princípios do Evangelho e desarticuladores da harmonia fraternal.

Lembremos que a Igreja é de Cristo sob a direção do Espírito. Aqui se entra no reino de Deus, ou dele pode ser excluído. Cristo não é Rei de dois reinos, mas de um só com dupla dimensão: a terrestre e a celeste; mas para ser celeste tem de, primeiro, ser

terrestre. Conclui-se, pois, que os que nele estão incluídos; inclusos também o foram no reino celeste; e os dele são excluídos, o são também da possessão celeste.

CATECISMO DE HEIDELBERG - Domingo 32

A GRAÇA E AS BOAS OBRAS

Pergunta 86: *"Se exclusivamente pela misericórdia de Deus somos libertos por Cristo de todos os nossos pecados e misérias, sem qualquer merecimento de nossa parte, por que temos de praticar boas obras?"*

Resposta: *"Porque Cristo, que nos redime com seu sangue, renova-nos pelo seu Santo Espírito, conformando-nos à sua imagem, para que em toda nossa vida nos mostremos gratos a Deus por tantos benefícios (Rm 6.13; 12.1,2; I Pe 2.5,9; I Co 6.20); e também que ele seja glorificado por nós (Mt 5.16; I Pe 2.12). E mais, para que cada um de nós confirme sua fé pelos frutos (II Pe 1.10; Mt 7.17; Gl 5.6,22;). Finalmente, para que, pela piedade e integridade de nossa vida ganhemos nosso semelhante para Cristo" (I Pe 3.1,2; Rm 14.19).*

SÍNTESE

1- A Igreja Católica afirmava, e ainda afirma, que a salvação depende de dupla ação do homem: *Fé e obras*. Fé, fundamentalmente, é crença na Igreja e no que ela ensina. As boas obras dividiam-se em “pias” ou religiosas, e caritativas; tendo as obras piias mais peso meritório perante a Igreja. Todas, porém, acrescentam méritos aos praticantes. Tais méritos, em alguns casos, ultrapassavam o limite do necessário. O excedente é usado em favor de terceiros: méritos super-rogoratórios.

A Reforma, firmada nas Escrituras, estabeleceu a doutrina da “exclusividade da fé” na justificação do pecador, colocando as obras como consequência natural da salvação, jamais como instrumento, meio ou causa da redenção.

2- O redimido deve tudo a Cristo: vida presente e eterna, preservação biológica e espiritual, bens morais e espirituais, meio de subsistência e bens materiais, família e Igreja. Deus exige dele que seja servo fiel, submisso e obediente.

3- Somos salvos para servir o Salvador. Cristo nos faz súditos, alistados no reino, membros do corpo místico, a Igreja; confere-nos dons carismáticos, além das vocações naturais, para que o sirvamos com eficiência e consagração. A disposição de servir nos vem do interior de nosso ser renovado, regenerado; emana de nossa nova natureza, que nos faz voltados para o Criador. O salvo em e por Cristo Jesus é templo do Espírito Santo, que o guia na estrada do bem e da graça, produz nele impulso espontâneo para as boas obras. O crente não serve para lucrar; serve para beneficiar.

4- O crente produz obras piias e caritativas porque é servo de Deus, movido pelo Espírito Santo, para que sua vida, antes voltada para si mesmo, volte-se agora para Deus e para o próximo. Quem se utiliza de nossas boas obras são, primeiramente, o Salvador e, em segundo lugar, nossos semelhantes de dentro e de fora da irmandade. Não nos valemos das obras para auferição de bênçãos pessoais, mas para sermos benéficos nas mãos do Redentor e beneméritos de nossos irmãos e próximos.

5- As boas obras brotam do crente em Cristo Jesus tão naturalmente como a boa semente germina, quando lançada em solo húmido e fértil. Podemos, pois, deduzir que

um membro da Igreja é bom servo de Cristo por suas boas obras. Conhecemos a árvore boa pelos bons frutos que produz. Quem se anuncia como servo de Cristo, mas produz obras ímpias e injustas, desmente em atos o que professa em palavras.

6- Não somos salvos pelas obras da lei; da fé, dos atos pios, feitos e virtudes meritórios; Deus nos salva pela graça, sem qualquer merecimento, sem nenhuma interferência mediatária do clero ou da Igreja. Ninguém entrou ou entra no céu porque mereceu ou merece estar lá, mas pela exclusiva misericórdia de Deus. Não cremos para ter direito à salvação; cremos, porque o supremo Redentor nos outorgou a fé redentora e, por meio dela, fez-nos servos de seu Filho; e este nos adotou no seu reino para sempre.

Pergunta 87: "Então não podem ser salvos aqueles que, sendo ingratos e impenitentes, não se convertem a Deus, deixando a pecaminosidade?"

Resposta: *"De maneira alguma, pois as Escrituras testificam: "Não sabeis que os injustos não herdarão o reino de Deus? Não vos enganéis: Nem impuros, nem idólatras, nem adúlteros, nem efeminados, nem sodomitas, nem ladrões, nem avarentos, nem bêbados, nem maldizentes, nem roubadores herdarão o reino de Deus" (I Co 6.9,10; cf. Ef 5.5,6; I Jo 3.14).*

SÍNTESE

1- O convertido, ao tornar-se cidadão dos céus, deixa as más obras e passa a praticar as boas, a partir da conversão. O réprobo, praticante natural de obras injustas, impiedosas e perversas, permanece no estado de perdição, a serviço do maligno. No reino dos céus não há lugar para impuros, idólatras, adúlteros, efeminados, sodomitas, ladrões, avarentos, ébrios, maldizentes e desonestos. Portanto, ou o homem abandona as obras da carne e das trevas para praticar as da luz e do espírito, que são benéficas a Deus e ao semelhante, ou continua como servo da perversidade, destinado à perdição eterna.

2- As boas obras caracterizam e evidenciam nossa fé em Cristo; quanto mais e melhor servirmos a Cristo e ao próximo, melhores servos de Deus seremos, não para nossa exaltação e benefício, mas para glorificação de nosso Senhor e Mestre. O homem velho, no ato da conversão, foi sepultado com todas as suas mazelas e concupiscências. O homem novo em Cristo Jesus tem vida nova, direcionada para o Salvador e voltada para o semelhante. As boas obras são sinais externos da nova criatura em Cristo Jesus.

O BENEFÍCIO DAS OBRAS

As boas obras são conseqüências e não causa da regeneração. Praticadas pelos irregenerados com o objetivo de receberem favorecimentos divinos, conseguem comutações de delitos espirituais ou merecerem o perdão de pecados constituem-se, na verdade, deméritos perante o Salvador e ofensas à graça eficaz. O salvo por Cristo é comparado à árvore boa, que produz bons frutos por natureza e não por circunstâncias e conveniências (Mt 7.17-20). Aquele que pratica boas obras, caritativas ou pias, esperando com elas ter direito às bênçãos celestes e ao cancelamento de seus débitos pecaminosos não ama Deus e nem o próximo, mas a si mesmo. Sua religiosidade é a expressão máxima do egocentrismo, embora se manifeste por meio de princípios morais e doutrinários aparentemente corretos. Vejam a parábola do fariseu, contada por Jesus

Cristo, conforme o registro de Lucas, capítulo 18. 9-14. Deixemos bem claro: O crente produz boas obras para a glória de Deus e benefício do próximo; e isto somente lhe será possível pela renúncia de si mesmo e por sua entrega incondicional a Jesus Cristo (Mc 8.34-37). As boas obras do redimido não lhe visam aplausos, mas a glória de seu Redentor: "Assim brilhe também a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai que está nos céus"(Mt 5.16).

Somos salvos pela graça mediante a fé, e nenhum motivo temos de vanglória, mas apenas postura de humilde gratidão: "Pela graça sois salvos, mediante a fé; e isto não vem de vós é dom de Deus; não de obras, para que ninguém se glorie (Ef 2.8,9). A redenção, pois, produz servos para Deus, postos a serviço dos semelhantes.

FRUTO DO ESPÍRITO

O crente, segundo as Escrituras, é templo do Espírito Santo, que produz nele e por ele as obras beatíficas, morais e caritativas: "O fruto do Espírito é: amor, alegria, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fidelidade, mansidão, domínio próprio"(Gl 5.22,23). São virtudes naturais do regenerado, independentemente de regulamentos, normas éticas e legais: "Se sois guiados pelo Espírito, não estais sob a lei" (Gl 5.18). Ao salvo Jesus Cristo outorgou o Espírito, que faz conformar a vontade do servo à do Senhor para a vida de santificação e de testemunho. Observemos o ensino de Paulo: "Portanto, os que estão na carne não podem agradar a Deus. Vós, porém, não estais na carne, mas no Espírito, se de fato o Espírito de Deus habita em vós. E se alguém não tem o Espírito de Cristo, esse tal não é dele. Se, porém, Cristo está em vós, o corpo, na verdade, está morto por causa do pecado, mas o espírito é vida por causa da justiça." "Pois todos os que são guiados pelo Espírito de Deus são filhos de Deus"(Rm 8. 8-10 e 8.14).

O homem, em decorrência da queda, está completamente inabilitado para promover a sua própria salvação, tanto por meios piedosos e penitenciais como por atos caritativos. Deus, por sua infinita misericórdia e beneplácito é que nos redime em Cristo Jesus e nos santifica pelo Espírito Santo: "Porque se nós, quando inimigos, fomos reconciliados com Deus mediante a morte do seu Filho, muito mais, estando já reconciliados, seremos salvos pela sua vida."(Rm 5.10). Não estamos sob a lei, mas sob a graça, infundida em nós pelo Espírito (Rm 6.14) de quem somos tabernáculos (I Co 6.19).

A FÉ E AS OBRAS

- 01- ROMANISMO: A fé opera pelas obras
- 01.1- Fé em Deus sem a Igreja: fides informis
- 01.2- A fé em Deus pela Igreja: Fides formata
- 01.3- As obras pias: Servir a Igreja, submeter-se a ela.
- 01.4- Obras penitenciais: sacrifício pessoal.
- 01.5- Obras caritativas: Feitas ao próximo.

- 02- TODAS AS OBRAS SÃO MERITÓRIAS
- 02.1- Quando as obras tornam-se super-rogorárias.

- 03- PAULO E TIAGO:
- 03.1- Paulo fala da justificação e das obras da lei
(Gl 3.6-14)
- 03.2- Tiago fala do testemunho cristão (Tg 2. 14-26):
Das boas obras gerais
(A ortodoxia estéril não é prova de salvação).

- 04- PODE UM RÉPROBO SALVAR-SE SEM CRISTO?
(VER PERG. 87)

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 33

ARREPENDIMENTO, CONVERSÃO, SANTIFICAÇÃO.

Pergunta 88: *"De quantas partes se constituem o verdadeiro arrependimento e conversão ao Senhor?"*

Resposta: *"Em duas: Morte do velho homem; vivificação do novo" (Rm 6.1,4-6; Ef 4.22-24; Cl 3.5,6,8-10; I Co 5.7; II Co 7.10).*

Síntese

1- A conversão verdadeira promove transformação radical na vida do convertido, uma meia volta de cento e oitenta graus, não no sentido de retorno ao passado, de retrocesso regressivo, mas uma reviravolta de direção moral e espiritual. Antes, o homem estava voltado para si mesmo, para os bens materiais, os prazeres sensórios, o mundo e a mundanidade. Dinheiro, família e lazer, eis as razões de suas lutas, objetivos e fins. Em um lapso de tempo, sem que tenha havido qualquer decisão consciente de sua parte, sem que sua mente elaborasse um novo projeto de existência e o colocasse em processo de execução, tudo muda no seu interior, na sua consciência, no seu ego, na sua visão de si mesmo, do ambiente em que vive, do universo e de Deus. Na verdade, este é o momento em que o Pai celeste apropria-se de seu filho, a quem elegeu desde a eternidade e a quem atinge agora com o chamado eficaz e irresistível. O Espírito Santo muda radicalmente o escolhido de Deus, fazendo-o voltar-se para seu Pai celeste. O convertido não tem poder, de si mesmo, de reverter o quadro, de impedir a ação de Deus em sua vida. Aliás, sua mente confusa, nem sequer compreende o que se passa com ele e

dentro dele. O impulso é chorar de alegria, de agradecer o Salvador, de sair gritando, para todos ouvirem, que foi achado por Deus no caminho da perdição. A conversão é indescritível e maravilhosa; um gozo inenarrável. Arrependimento e conversão, no nosso entendimento, são obras integradas do Espírito Santo no coração e na mente do pecador: sem arrependimento não há conversão; sem conversão o arrependimento fica sem comprovação.

2- Na conversão, o velho homem morre com todas as suas concupiscências, e nasce uma nova criatura, preparada para servir o Senhor da vida. A partir da conversão começa o crescimento espiritual ou santificação. Ninguém se santifica sem conversão, como nenhuma pessoa cresce, se antes não houver nascida. Tanto a conversão como a santificação são obras de Deus na vida de seus eternamente escolhidos. Entendemos ser a conversão um ato único de Deus na vida do escolhido; sem repetição e sem reversão. A partir do instante em que Deus toma para si um eleito seu, começa processar nele o crescimento espiritual ou santificação. Filho de Deus ele já é; salvo já está, a partir da conversão; a santificação fa-lo-á cada vez melhor e mais habilitado servo de seu Senhor.

Pergunta 89: "Em que consiste a morte do velho homem?"

Resposta: *Em profunda e real tristeza por sermos ofensores de Deus com os nossos pecados, os quais odiamos e deles fugimos" (Rm 8.13; Jl 2.13; Os 6.1).*

Síntese

1- O crente realmente convertido não tem o menor prazer de lembrar-se dos feitos pecaminosos e espiritualmente horríveis do velho homem. Ele testemunha o que agora é, um santo de Deus na família de Cristo, na comunhão dos eleitos; não o que foi e o que fez no passado, quando estava subjugado pelo maligno e dominado pela carne.

2- O crente realmente convertido tem aversão ao seu passado pecaminoso, procurando caminhar para frente e para o alto com e em Jesus Cristo, olhando exclusivamente para o Autor e Consumador de sua fé. Quem se vangloria de seu passado, expondo suas misérias à Igreja, para ganhar fama de pessoa que se transformou, provocando admiração e simpatia em crentes humildes, sua "conversão real" fica passível de suspeição.

Pergunta: 90: "Em que consiste o nascimento do novo homem?"

Resposta: *" Alegria sincera em Deus por meio de Jesus Cristo (Rm 5.1; 14.17; Is 57.15), e fortíssimo desejo de viver segundo a vontade do Salvador em todas as boas obras" (Rm 6.10,11; Gl 2.20).*

Síntese

1- A conversão, quando operada pelo Espírito Santo, infunde no convertido uma alegria incontrolável e inexplicável, um gozo inefável, que ultrapassa os limites dos sentidos. Ele se sente filho de Deus, amado pelo Pai, agraciado com a bênção da filiação, que imediatamente reconhece e agradece. Percebe a presença divina, pelo Espírito Santo, atuando no fundo de seu novo ser.

2- O recém-convertido sente um forte e incontido desejo de fazer a vontade de Deus, de seguir a sua Palavra, de atuar na Igreja, de proclamar o Evangelho de Cristo. É um período de grande calor espiritual e fortíssimo entusiasmo.

Pergunta 91: "Que são boas obras?"

Resposta: *"São aquelas que se realizam com verdadeira fé (Em 14.23), conforme a lei de Deus (Lv 18.4; I Sm 15.22; Ef 2.10), e exclusivamente para glória do Senhor (I Co 10.31); e não aquelas fundamentadas em nossa opinião ou em preceitos humanos" (Ez 20.18,19; Is 29.13; Mt 15.7-9).*

Síntese

1- As boas obras, segundo as Escrituras, são as da lei e as da fé: guardar os mandamentos de Deus, o mais corretamente possível; professar a fé bíblica e andar conforme as ordenanças de Jesus Cristo; receber o batismo cristão; comungar com os irmãos; prestar culto a Deus em espírito e em verdade; praticar a oração individual e coletiva; dar bom testemunho cristão diante da Igreja e do mundo.

2- Os frutos da santificação bem como as práticas morais e espirituais, devem ser procedimentos naturais do convertido, não esforço para tornar-se "mais crente", "mais puro", mais "perto de Deus", como entendem alguns. O crente trabalha porque é "servo de Deus", tendo a obrigação de servi-lo; não para receber benefícios da divindade, inclusive os do perdão e os da salvação.

Arrependimento e conversão

O arrependimento é obra do Espírito no eleito, produzindo: a- Reconhecimento do estado de pecaminosidade, miséria e alienação. b- Como resultado de tal reconhecimento, vêm a sincera consternação, a humilhação diante do Salvador, o incontável desejo de pedir perdão a Deus, a quem se ofendeu com múltiplos pecados. c- Impulso irresistível em direção a Cristo (aquele que efetivamente atrai para si os arrependidos), procedendo como o filho pródigo da parábola: "Levantar-me-ei e irei ter com meu pai e lhe direi: Pai, pequei contra o céu e diante de ti; já não sou digno de ser chamado teu filho" (Lc 15.18,19). Somente quem experimentou o arrependimento, sabe o que significa arrepender-se.

A conversão, conseqüência natural do verdadeiro arrependimento, é um voltar-se para Deus, é deixar de trilhar o caminho de si mesmo, que conduz à mundanidade, à carnalidade, à idolatria, ao ateísmo e ao materialismo, para andar segundo a vontade do Redentor. A conversão, mudança de mente, de rumo, de objetivos e de destino, resulta na regeneração: transformação de vida, renascimento, conformação da vontade do regenerado à do Regenerador, identificação real, natural e espiritual com Jesus Cristo.

O arrependimento, a conversão e a regeneração são obras de Deus em nós. O homem é totalmente inabilitado para arrepender-se sinceramente de seus pecados, converter-se, regenerar-se; isto lhe será possível pela atuação, em sua mente, do Espírito Santo, mediante a Palavra de Deus e o testemunho interno. As obras penitenciais, regeneradoras e santificadoras, resultam de operações da livre graça do Pai em seu Filho

Jesus Cristo. O pecador nada pode fazer em favor de si mesmo; tudo lhe vem do Salvador: A fé, o arrependimento, a conversão, a regeneração e a santificação.

Boas obras

As boas obras dividem-se em: Caritativas, pias e legais. Todas, segundo a intenção e a crença dos "meritoristas", podem angariar "merecimentos" santificadores e justificadores para o agente. A idéia central é: O Reino de Deus acolhe e premia com a graça da redenção os caridosos, os piedosos e os obedientes. Aquele que, durante sua peregrinação terrena, dedicou-se à caridade; esmerou-se na prática devocional intensa e contínua de rezas, penitências, confissões, comunhões, contrições e assistências às missas; guardou os mandamentos da Lei de Deus e humildemente se submeteu aos cânones, regras e preceitos da Igreja, tem direito, segundo a crença da salvação pelas obras meritórias, ao perdão divino, à redenção de sua alma. Semelhante doutrina faz da vida eterna, não uma dádiva de Deus em Cristo Jesus, mas uma conquista humana, um prêmio à bondade, à religiosidade, à submissão irracional a um código de princípios e dogmas da Igreja. O Redentor não é, para os que assim crêem, o misericordioso Pai que nos busca na pessoa de seu Filho; regenera-nos, transforma-nos em novas criaturas, unifica-nos em um corpo fraternal, adota-nos como seu povo exclusiva; pelo contrário, cultuam e servem a uma divindade distante, inflexível, implacável e descaridosa, postada no trono celeste à espera dos bons.

Deus é bom e justo. A junção da bondade e da justiça divinas efetivada em Cristo Jesus possibilitou-nos a redenção, a reconciliação do pecador com o Salvador, a recepção da vida eterna pelo beneplácito da graça de Deus, sem qualquer merecimento humano. O redimido foi feito imagem e semelhança de Cristo, da mesma forma que este é a perfeitíssima e santíssima imagem do Pai celeste. Somos, pois, pecadores regenerados e não beatos com pretensos méritos pelos quais reivindicamos direito às delícias celestes, à existência eterna.

Não me arrependo quando decido fazê-lo; não me converto no momento em que decidir converter-me. Quem espera entrar no céu por meio de arrependimento e conversão racionalmente programados, certamente não conseguirá. O céu não será de quem o deseja, mas a quem Deus, por sua infinita misericórdia, oferecê-lo em Cristo Jesus graciosamente.

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 34

OS MANDAMENTOS

Pergunta 92: *Qual é a Lei de Deus?*

Resposta: *Então falou Deus todas estas palavras: Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão (Ex 20.11-17 cf Dt 5.6-21):*

Primeiro Mandamento: *Não terás outros deuses diante de mim.*

Segundo: *Não farás para ti imagem de escultura, nem semelhança alguma do que há em cima nos céus, nem em baixo na terra, nem nas águas debaixo da terra. Não as adorarás, nem lhes darás culto; porque eu sou o Senhor teu Deus, Deus zeloso,*

que visito a iniquidade dos pais nos filhos até à terceira e quarta geração daqueles que me aborrecem, e faço misericórdia até mil gerações daqueles que me amam e guardam os meus mandamentos.

Terceiro: *Não tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão, porque o Senhor não terá por inocente o que tomar o seu nome em vão.*

Quarto: *Lembra-te do dia de sábado, para o santificar. Seis dias trabalharás, e farás toda a tua obra, mas o sétimo dia é o sábado do Senhor teu Deus; não farás nenhum trabalho, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o forasteiro das tuas portas para dentro; porque em seis dias fez o Senhor os céus e a terra, o mar e tudo o que neles há, e ao sétimo dia descansou; por isso o Senhor abençoou o dia de sábado e o santificou.*

Quinto: *Honra a teu pai e a tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o Senhor teu Deus te dá.*

Sexto: *Não matarás.*

Sétimo: *Não adulterarás.*

Oitavo: *Não furtarás.*

Nono: *Não dirás falso testemunho contra o teu próximo.*

Décimo: *Não cobiçarás a casa do teu próximo. Não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença ao teu próximo.*

Síntese

1- Deus, antes de dar a lei, lembrou ao seu povo que ele o tirara do Egito, da casa da servidão. Primeiro, o ato salvador, a demonstração dos antecedentes de reinado efetivo sobre os escolhidos. Depois, o estabelecimento de normas comportamentais e relacionais do servo ou súdito com seu Rei e Senhor e com seus conservos. A lei não foi dada para salvar Israel, trazê-lo para Deus, mas para estabelecer normas de relacionamentos do povo com o seu Senhor; dos subordinados com seus dirigentes credenciados; do cidadão com seus concidadãos.

2- Deus se apresenta como única divindade de Israel, não admitindo concorrência, não tolerando infidelidade. Confrontando-se com o Deus de Israel não podia haver nenhum deus, quer retirado da mitologia quer emergente de entre os homens. A nação eleita tem somente um Deus, o que a tirou do Egito e a guiou e sustentou no deserto. O Salvador de Israel não é um Deus exclusivamente de promessas, mas também, e principalmente, de feitos miraculosos e comprovados por todos os peregrinos. Quem fez, credencia-se a fazer.

3- O nome de Deus não pode ser tratado levianamente nem tomado em vão. A ele, todo respeito e máxima reverência, pois se trata do Rei dos reis que, sendo tão grande, houve por bem, segundo os seus propósitos, governar um povo tão pequeno e humilde, insignificante diante de outros povos de elevada cultura e poder militar. Ele escolheu um povo sem tradição e sem grandeza, mas quer ser por ele respeitado e exaltado.

4- Os mandamentos, dados após um pacto de compromissos e fidelidade mútua, são para serem obedecidos. A quebra de qualquer deles implica na ab-rogação unilateral, por parte do infrator, do pacto firmado com o Supremo e Justo Rei. Quem cometesse infração contra a lei de Deus, quebraria o pacto, rompendo, conseqüentemente, relações com Deus, separando-se da aliança, o que seria dádoso ao infrator e prejudicial à nação.

5- As normas da lei de Deus não se destinavam aos incrédulos e aos de fora da raça israelita. As proibições de não roubar, não matar, não cobiçar, não perjurar, bem como as recomendações da guarda do sábado e da honra aos pais, visavam a organização social, política e religiosa da Nação Santa, isto é, separada para Deus. Sendo Javé o Rei de Israel e, ao mesmo tempo, seu Deus, não podia, de fato, admitir competições divinas, ainda que fosse de deuses fictícias, no seu território, em seu domínio real.

Pergunta 93: Como se dividem os dez mandamentos?

Resposta: *Em duas tábuas (Dt 4.13; Ex 34.28; Dt 10.3,4). A primeira, sobre nossos deveres para com Deus. A segunda, sobre nossas obrigações para com o próximo (Mt 22.37-40).*

Síntese

1- Nossos deveres para com Deus estão em primeiro lugar. Cumpre-nos, antes de tudo, colocar Deus como prioridade essencial no serviço, na adoração e na comunhão. Quem obedece a Deus está apto para respeitar e considerar o próximo. Quem ama e respeita Deus; ama e considera seu irmão.

2- Em segundo lugar, o Supremo Legislador, estabeleceu nossos deveres para com o semelhante, a quem devemos tratamentos firmados no amor, na consideração, na caridade, na justiça e na honestidade. Todos os concidadãos, súditos do mesmo Senhor, merecem acatamento, acolhimento, caridade e dedicação de cada um de seus pares. Sem harmonia entre compatriotas não poderia haver unidade nacional e submissão coletiva ao soberano Comandante.

Pergunta 94: Que Deus requer no primeiro mandamento?

Resposta: *Que eu, que desejo salvar a minha alma, devo evitar e repelir toda idolatria (I Jo 5.21; I Co 6.10; 10.7,14), magia, encantamento, superstição (Lv 19.31; Dt 18.9,10), invocação dos santos e de outras criaturas (Mt 4.10; Ap 19,10; 22.8,9); que conheça o único e verdadeiro Deus (Jo 17.3) e exclusivamente nele confie (JR 17.5,7) com humildade e paciência (I Pe 5.5), e somente a ele me submeta Hb 10.36; Cl 1.11; Rm 5.3,4; I Co 10.11; Fp 2.14) e dele espere todos os benefícios (Sl 104.27; Is 45.7; Tg 1.17). Finalmente, que de todo o coração o ame (Dt 6.5; Mt 22.37), tema-o (Dt 6.2; Sl 111.10; Pv 1.7; 9.10; Mt 10.28) e o reverencie (Mt 4.10; Dt 10.20), preferindo renunciar a todas as criaturas a fazer a menor coisa contra sua vontade (Mt 5.29; 10.37; At 5.29).*

Síntese

1- Deus proíbe, no primeiro mandamento, a polilatria, adoração de muitos deuses, segundo o costume dos povos vizinhos. Aqui, o Senhor não discute se tais deuses eram falsos ou verdadeiros, pois os isrealitas não estavam preparados para semelhante discussão, mas categoricamente proíbe seus escolhidos de terem outras divindades. Hoje, com séculos de cultura, sabemos que todos os deuses existentes naqueles tempos eram falsos, não existentes, e que existia, de fato, um único Deus vivo e verdadeiro, que se demonstrou em ação real, tirando o seu povo da escravidão egípcia. Os leigos, no

entanto, que presenciaram as magias no Egito, que viviam num meio crédulo, panteísta e supersticioso, não tinham condições de entender que deuses extremamente populares, aos quais se atribuíam muitos prodígios, fossem, de fato, inexistentes e nulos, frutos da imaginação e criatividade de mentes dominadas pelo misticismo reinante, por uma religiosidade imediatista. Era difícil, em um mundo místico e anímico, compreender e sustentar um monoteísmo radical, a admissão da existência de um único Deus, o de Israel, excluindo todos os demais.

2- O primeiro e o segundo mandamentos condenam veementemente a idolatria, tanto a adoração de deuses imaginários, como a de ícones representados em imagens e esculturas, não importando se tais ídolos sejam seres humanos, animais, objetos da natureza ou figuras mitológicas. O servo de Deus tem somente um Senhor, a quem deve servir irrestrita e exclusivamente. Tanto o santo canonizado como seu ícone não devem ser objetos de veneração ou adoração.

Pergunta 95: *Que é idolatria?*

Resposta: *É imaginar ou colocar no lugar que só pertence ao Deus verdadeiro, que se revelou como Pai, ou paralelamente a ele, qualquer outra coisa (ou pessoa) na qual se deposite confiança e fé (Ef 5.5; I Co 16.26; Fp 3.19; Gl 4.8; Ef 2.12; I Jo 2.23; II Jo 9; Jo 5.23).*

SÍNTESE

1- Qualquer pessoa, objeto ou signo, que colocarmos como alvo da fé, confiança e esperança, é um ídolo. O dinheiro, o conforto, o prazer, a glória, a fama; todos ou alguns deles, podem converter-se em deuses para muita gente. Outros depositam fé em coisas inanimadas como cruzes, figa, trevo de quatro folhas (quadrifólio), pedras, búzios, cartas, astros e outras coisas mânticas.

2- A Reforma tirou parte do cristianismo da idolatria e da iconolatria, mas está havendo um retorno. Igrejas há que acreditam em objetos “carregados” de malignidade (seres e coisas macumbadas ou enfeitiçadas); mas, por outro lado, depositam credibilidade em pessoas capazes de “transferir poderes e benignidade” a coisas naturais, que se tornam, em consequência, “portadores e agentes de bênçãos e milagres.” Assim, surgem ícones “avangélicos” portentosos como *água benta, óleo bento, sal grosso abençoado e outros*. Muitos “crentes” possuem em casa “reliquias” (ou “ídolos”) supostamente poderosas para espantar o mal e exorcizar o maligno. Os dois primeiros mandamentos estão sendo desrespeitados por aqueles que se comprometeram ter as Escrituras como única regra de fé.

MONOTEÍSMO E MONOLATRIA

O monoteísmo é adoção e aceitação de um único Deus com exclusão total de todos os outros. Deus quer que seu povo seja monoteísta, isto é, não tenha outros deuses diante dele, não possua divindade alguma, especialmente iconificada.

A monolatria é a adoração de um só Deus, mas sem eliminação de outros deuses, especialmente as divindades nacionais e os ícones familiares. O culto israelita, por ordenação divina, era monoteísta e expressava-se monolatricamente.

A Trindade não torna o cristão politeísta, pois nela não atuam independentemente três divindades, pois as pessoas trinitárias são interdependentes, consensuais e consustanciais; isto

é, absolutamente inânimes na vontade, no desejo, nos propósitos, nas realizações e na regência. Trindade, teologicamente, significa unidade de três pessoas divinas. Tal unidade é tão absolutamente real, que não podemos falar de três deuses compartilhantes do governo divino, mas de três pessoas em um único Deus criador e reinante.

Alguns povos foram monolátricos sem deixarem de ser idólatras. Este fenômeno se dava, especialmente, quando o rei proclamava-se divino, não admitindo adoração concorrente, pois lhe seria intolerável traição. Pensava-se, por outro lado, que o poder de reinar provinha dos deuses, que selecionavam certos homens e os dotavam de autoridade regencial. Desde conceito foi fácil passar para a idéia de ser o monarca a encarnação de alguma divindade. Em Israel, Deus se lhe apresentou como Rei de reinado direto e pessoal, adotando apenas intermediários ou executores de suas ordenanças. O conceito de governo imediato e de autoridade absoluta, culminou na idéia, posteriormente assimilada, que Javé, o Deus de Israel, era o Rei de todos os governantes do mundo: Rei dos reis. Portanto, do Deus único e exclusivo de Israel passou-se a crer em um Deus universal, Soberano Senhor de todos os povos.

O único ser absolutamente confiável, para o crente, é Deus. Não se pode depositar confiança, esperança e fé em coisas e pessoas, a não ser que se disponha a romper relações com o Criador, Senhor e Salvador. Os idólatras confiam em bens, família, dinheiro, poder, fama, ícones; o redimido espera somente em Deus, sem vacilações, em quaisquer situações de sua vida. As criaturas e as coisas criadas, terrestres ou celestes, não podem ser colocadas no lugar do Criador: "Não terás outros deuses diante de mim."

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 35

SEGUNDO MANDAMENTO

Pergunta 96: *Que exige Deus no segundo mandamento?*

Resposta: *Que não representemos a divindade por meio de imagem ou figura (Is 40.18,19,25; Dt 4.15,16; Rm 1.23; At 17.29), e somente cultuemos a Deus conforme nos determina pela sua palavra (I Sm 15.23; Dt 12.30; Mt 15.9).*

Síntese

1- A escultura e a imagem são proibidas no segundo mandamento, porque Deus conhece a tendência humana e sabe que a transferência da pessoa representada para a representação realmente acontece, vindo o homem a prostrar-se diante do ícone como se divindade real fosse, sendo a "figura" ou o "tipo" inerme do Deus verdadeiro adorado em lugar da pessoa real e viva. Quando a imagem substitui a divindade figurada, o culto desvia-se do Criador para a criatura do artista, materializando-se, idolatrando-se.

2- Deus sabia, por outro lado, que no atual estágio cultural de seu povo, um dos menos aculturados num mundo em desenvolvimento, ainda na fase pré-filosófica, o concretismo predominava sobre o subjetivismo; o imediato sobre o mediato; o sensível sobre o perceptível; o natural sobre espiritual. A idéia de um ser existente além da existência natural era muito para as mentes judaicas daqueles tempos. Conceber um Deus totalmente espiritual, fora do mundo material e dele desvinculado, era difícil para pessoas objetivistas, de um meio formador extremamente anímico. Radicalizando a

proibição de feitura e adoração de ícone da divindade, o Salvador de Israel estava criando o sentimento e o conceito de transcendência, bem como implando na mente de seus escolhidos a idéia de um universo real, mas imaterial, onde se encontra o trono de Rei de Israel. Tal espiritualização foi lenta e custosa, mas aconteceu. E Israel foi o primeiro povo teólatra; porém, adorador de um único Deus absolutamente espiritual, promotor da libertação e da história de seu povo. Deus é espírito.

2- O pior viria acontecer: servos de Deus, que se tornaram famosos por dedicação e consagração, foram elevados à categoria de “santos impecáveis”, canonizados e declarados alvos de veneração ou adoração. Tais beatos canonizados converteram-se em ícones, que são reverenciados, venerados e adorados por multidão de fiéis, processionados festivamente e aclamados efusivamente por estimulação de sacerdotes que se declaram devotos do ícone exaltado.

Dois pecados de idolatria cometem-se. Primeiro: veneração da pessoa beatificada e canonizada, mesmo sem a objetivação da imagem. Segundo: Adoração ou veneração do ícone representativo do santo conduzido à honra dos altares. A *teolatria*, adoração de falsos deuses, não é menos grave que a *santolatria*, tanto o apelo à mediação direta dos santos, sem o concurso da imagem, como a devoção ao seu ícone esculpido ou pintado, tanto o que se introduz nos nichos domésticos como o que se entroniza nas altares eclesiásticos, nos plenários oficiais, nos palácios governamentais e nos tronos reais.

Pergunta 97: Não é lícito fazer nenhuma imagem?

Resposta: *De nenhuma maneira devemos e nem podemos representar a divindade (Is 40.25). As criaturas, embora possam ser representadas, Deus proíbe fazer ou possuir quaisquer imagens delas destinadas a serem adoradas ou usadas como meios de adoração (Ex 34.17; 23. 24; 34.13; Nm 33.52).*

Síntese

1- As artes de esculpir e pintar são dons de Deus, e devem ser estimuladas e cultivadas. O que se proíbe é a escultura e a pintura destinadas à veneração e à adoração, feitas com estes objetivos. A representação da divindade é que Deus não aceita nem tolera (Is 40. 25).

2- Tanto a imagem que recebe adoração direta como aquela que serve de meio de adoração, Deus, por seu mandamento, não permite. O idólatra é um ofensor de Deus por dois motivos: Primeiro, porque adora a criatura, criação do artífice, em lugar do Criador. Segundo, porque desacata e desobedece um mandamento de seu Senhor.

Pergunta 98: "Não se poderia tolerar as imagens nas igrejas como se fossem livros de ensino aos ignorantes?"

Resposta: *"Não. Não devemos ter a pretensão de sermos mais sábios do que Deus; ele não quer instruir o seu povo por meio de imagens mudas (Jr 10.8; Hc 2.18,19), mas pela pregação viva de sua palavra" (Rm 10.14,15; II Pe 1.19; II Tm 3.16,17).*

Síntese

1- O uso de imagens com o suposto objetivo de ensinar o leigo ignorante tem mostrado ineficácia e produzido efeito negativo: Quanto mais idólatra a população

leiga, mais ignorância das Escrituras demonstra. Os que se apegam aos ídolos, desapegam-se de Deus e de sua divina Palavra.

2- Os templos estão repletos de imagens, cheios ficam também de idólatras, pessoas que confiam seu destino espiritual a ícones, não ao Senhor da vida.

3- Deus instrui e edifica os seus redimidos por meio das Escrituras, pregada e ensinada com honestidade e fidelidade textual. O religioso ensinado por meio de textos bíblicos selecionados e interpretados à luz focal de sua seita ou igreja, este recebe informação parcial e facciosa da revelação, sendo transformado, consciente ou inconscientemente, em sectário, geralmente fanatizado e, em alguns casos, até idolatrado.

CATEGÓRICAS PROIBIÇÕES

01- **Deus proíbe possuir imagens:** Deus não permite a posse de imagens sagradas, figuras representativas de criaturas humanos ou quaisquer seres ou objetos animados ou inanimados, imaginários ou existentes, concretos ou fictícios, destinados à adoração ou à instrumentalização do culto. Os ídolos mudos nada podem fazer. Insensatos, os que neles confiam: "Prata e ouro são os ídolos deles, obra das mãos de homens. Têm boca, e não falam; têm olhos, e não vêem; têm ouvidos, e não ouvem; têm nariz, e não cheiram. Suas mãos não apalpm; seus pés não andam; som nenhum lhes sai da garganta. Tornam-se semelhantes a eles os que os fazem, e quantos neles confiam" (Sl 115.4-8). Deus não reconhece nenhum valor nas imagens, sejam pagãs ou "cristãs", pois ele é Espírito, e importa que seus adoradores adorem-no em espírito e em verdade (Jo 4.24).

02- **Deus proíbe fabricação e adoração de imagens:** "Guardai, pois, cuidadosamente as vossas almas, pois aparência nenhuma vistes no dia em que o Senhor vosso Deus vos falou em Horebe, no meio do fogo; para que não vos corrompais e vos façais alguma imagem esculpida na forma de ídolo, semelhança de homem ou de mulher; semelhança de algum animal que há na terra; semelhança de algum volátil que voa pelos céus; semelhança de algum animal que rasteja sobre a terra; semelhança de algum peixe que há nas águas debaixo da terra" (Dt 4. 15- 18). A invisibilidade de Deus, ao revelar-se em Horebe (Sinai), evitou o panteísmo iconolátrico em Israel e estabeleceu o nexó espiritual direto e permanente entre o Adorado e o adorador. Jamais o judeu consciente imaginou que o Salvador pudesse ser adorado no animal destinado ao sacrifício ou no querubim ornamental e simbólico. A separação entre os objetos do culto, embora santos, e o Deus pessoal, vivo, transcendente e reinante, sujeito da adoração, era indiscutível e radical.

03- **Astrolatria:** Deus proíbe também, e energicamente, submissão e adoração aos astros: "Guarda-te; não levantes os olhos para os céus e, vendo o sol, a lua e as estrelas, a saber, todo o exército dos céus, não sejas seduzido a inclinar-te perante eles, e dêes culto àqueles, cousas que o Senhor teu Deus repartiu a todos os povos debaixo de todos os céus" (Dt 4.19 cf 17.2-5; II Rs 17.16; Jr 7.18; 44.17-19 cf 8.2; 19.13; 47.13).

SÍMBOLOS, NÃO ÍDOLOS

Israel possuía símbolos litúrgicos, instituídos pelo próprio Deus, os quais conservava e respeitava. Eis alguns: A tenda, a arca, os querubins, a páscoa, o altar, o fogo, a luz. A Igreja, por outro lado, recebeu como herança litúrgica neotestamentária os símbolos da Ceia (pão e vinho), o do batismo (água), o do Espírito Santo (pombo), o da redenção vicária (a cruz). Outros símbolos de menor importância, não litúrgicos, hauridos da tradição histórica e teológica, podem ser mencionados: O peixe, a candeia, o triângulo equilátero, o barco a vela. O que a Igreja evangélica não faz, e nem pode fazer, é transformar qualquer de seus símbolos litúrgicos, teológicos ou históricos em ícones destinados à reverência ou à adoração. Transubstanciar o pão da Ceia do Senhor em "Cristo da Hóstia", expondo-o à adoração dos fiéis, é, para nós, idolatria, pois o símbolo transformou-se em ícone. O mesmo se faz com a Cruz, atribuindo-lhe poderes protetores de natureza divina. Observem a reza, "Sinal da Cruz": "Pelo sinal da Santa Cruz, livra-nos Deus, nosso Senhor, dos nossos inimigos. Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Amém". O sinal ou símbolo da cruz passou a ser um ídolo mediador da proteção divina contra os inimigos das ordens natural e espiritual. Isto é crucialatria inadmissível.

Muitos dizem: Não adoramos; reverenciamos. Reverenciar um ícone é tão pecado quanto adorá-lo. Culto e reverência espiritual devemos exclusivamente a Deus, nosso Rei e Salvador.

Símbolos, podemos tê-los, e realmente os temos, pois fazem parte de nossa herança bíblica, teológica e histórica, mas ídolos, jamais.

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 36

TERCEIRO MANDAMENTO

Pergunta 99: "O que requer de nós o terceiro mandamento?"

Resposta: *"Que não devemos blasfemar (Lv 24.16,16) ou profanar o nome de Deus por meio de juramentos falsos (Lv 19.12), maldições (Mt 5.37; Tg 5.12) e promessas inúteis; que não participemos de tão horríveis pecados por convivência ou por omissão ao silenciarmos diante deles (Lv 5.1; Pv 29.14). Em suma, que somente empreguemos o santo nome de Deus com reverência e temor (Jr 4.2; Is 45.23) para que ele seja, por meio de nossas palavras e atos, retamente confessado (Mt 10.32; Rm 10.9,10), invocado (Sl 50.15; I Tm 2.8) e glorificado" (Cl 3.17; Rm 2.24; I Tm 6.1).*

SÍNTESE

1- Deus se apresenta a Israel como um Rei que exige respeito ao seu augusto nome. Um soberano sem o atributo da onipresença, podia ter seu nome vilipendiado e achincalhado ocultamente, mas o Rei da Nação Santa é onipresente, nada podendo ser feito na sua ausência. Em nome de Deus não se podia fazer juramentos levianos e falsos; ele não toleraria tal comportamento de qualquer de seus súditos, que foi eleito, chamado e justificado para santificar com sua vida, palavras e atos o nome de Deus, conforme se pede em oração, no modelo oracional ensinado por Jesus Cristo: *Santificado seja o teu Nome.*

2- O nome santo de Deus não podia testemunhar ou comprovar declarações mentirosas, enganosas, prejudiciais ao próximo e ofensivas a Deus. Não poderia servir

também de base promessiva ou garantia de um ato futuro indigno, criminoso ou pecaminoso. Exemplos: *Se Deus quiser, um dia me vingarei de fulano. Se Deus quiser, ganharemos o jogo.* Tais juramentos promessivos, e outros semelhantes, são extremamente indignificantes de quem os fazem, e desrespeitosos ao augusto, nobilíssimo, respeitabilíssimo e excelso nome de Deus, pois coloca a santa designação nominal do Rei de Israel em mesquinhas e malévolas promessas interesseiras ou vingativas. Cristo desaprova os juramentos falsos (Mt 5.33-37 cf Tg 5.12), mormente se feitos em nome de Deus.

3- O crente deve lembrar-se do nome de Deus sempre com respeito, reverência, adoração e louvor, pois seu nome é digno de ser engrandecido, exaltado e louvado por aqueles que lhe são imagens e semelhanças, chamados e introduzidos no rol de seus verdadeiros adoradores.

Pergunta 100: *"É assim tão grave o pecado da profanação do nome de Deus por meio de falsos juramentos e blasfêmias, que Deus também se irrita contra os que a ele não se opõem ou não o proibem energeticamente?"*

Resposta: *Sim, porque não há mais grave pecado, maior ofensa a Deus, que a profanação de seu nome. Eis porque determinou que tal pecado fosse punido com a morte" (Lv 24.15,16; Mt 10.32,33; Cl 3.17).*

Síntese

1- A Igreja não deve permitir que o nome de Deus seja blasfemado ou usado irresponsavelmente, pois o uso em vão do santíssimo nome é pecado imperdoável. Compete à Igreja zelar pelo cumprimento dos votos públicos de seus membros; pois todos os juramentos em nome de Deus têm de ser feitos com seriedade, respeito e propósito sincero de cumprimento, mesmo nas adversidades.

2- Deus não inocenta um filho da promessa, que tome seu nome em vão no linguajar diário e em alianças firmadas em seu nome perante as autoridades constituídas de sua Igreja. Na incerteza ou na dúvida, não se deve jurar; mas uma vez feito o juramento, tem-se o dever inalienável e intransferível de cumpri-lo. Se o juramento for bilateral, e uma das partes quebrá-lo; a outra, se não causou a quebra, fica inocente, devendo a Igreja levar isto em consideração a favor do inculpável.

Importância do nome

O nome é o meio pelo qual se entra na história, tornando um "ser entre os seres", um indivíduo especificado, determinado, qualificado, identificado, referenciado e contado no rol dos existentes. O nome, além de individualizar seu titular, responde por todas as suas obras e por todos os seus atos, tanto no campo moral, cultural, social e científico como no espiritual. O artista "assina" sua obra de arte; o criminoso, sua sentença; o nome do apóstolo faz parte das Escrituras Sagradas; o do réu fica tristemente registrado nos anais do crime, nas laudas processuais.

O nome individual é o meio pelo qual nos relacionamos com outros indivíduos, designamos o semelhante e por ele somos designados. João conversa com Pedro; Maria é amiga de Olga. Aqui, em termos relacionais, o nome e a pessoa fundem-se e se confundem. Não há como separá-los. O que se endereça ao nome atinge a pessoa. Não posso imaginar o meu amigo João dissociado de seu nome; não tenho condições de

escrever-lhe uma carta amável e respeitosa ou amarga e injuriosa com omissão de seu nome.

Entre os judeus o nome marcava, assinalava e fixava não somente um "ser entre os seres", mas lhe determinava o destino, as funções históricas, a personalidade e o caráter. A mudança de rumo no campo ético, moral, social e espiritual começava com a mudança do nome. Assim, Abrão passou a ser Abraão; Jacó tornou-se Israel. Em conseqüência de semelhante conceituação, as crianças israelitas, para ingresso no universo histórico, sociológico, psicológico e ergonômico de seu povo, recebiam criteriosamente seus nomes tanto para lhes marcarem os "kairoi" de origem como para lhes prescreverem o futuro. A excelência do nome era igual a excelência de seu portador. Eis porque os judeus tinham respeito e reverência ao nome de Deus, pois se tratava do mais respeitado, do mais dignificado, do mais sublime, do mais profundo, do mais nobre, do mais perfeito, do mais santo e do mais exaltado de todos os nomes existentes no céu e na terra. A sublimidade do nome de Deus era tão alta que o homem, mísero mortal, não tinha condições nem sequer de pronunciá-lo. Indicavam-no por um tetragrama impronunciável: YHWH, chamado de Adonai, Senhor. Um nome tão repleto de significado, tão pleno de sentido, não podia ser pronunciado levianamente. Um nome tão nobre e santo, não devia ser invocado em falsos juramentos, em imprecações inconseqüentes, em perjúrios. E Deus não inocenta os que lhe tomam o nome em vão.

Não tomar o nome de Deus em vão

O nome de Deus é tomado em vão nos juramentos não cumpridos de profissões de fé, de casamentos, de ordenações ministeriais de pastores, presbíteros e diáconos. O mesmo pode-se dizer de compromissos não assumidos, não respeitados e não cumpridos de presidentes, secretários, tesoureiros e comissionados dos concílios e das igrejas. Ninguém, por exemplo, é obrigado a casar-se na Igreja. Porém, se optar por realizá-lo, precisa considerar que estará fazendo um juramento em nome de Deus, e isto não pode ser atitude irrefletida, pois Deus exige o cumprimento do voto em seus termos: Amor mútuo, respeito, fidelidade, consagração, tolerância, dedicação. O casal que desconsidera o compromisso matrimonial perante o Senhor da Igreja, desrespeitando a união ou rompendo os vínculos, tomou o nome de Deus em vão, não sendo por ele inocentado. Nossos compromissos com o Rei dos reis têm de ser sérios e a sério devem ser levados. Deus requer de seus filhos honestidade, fidelidade e reverência.

O servo do Pai por seu filho Jesus Cristo tem o dever e o privilégio de honrar, glorificar e santificar o seu bendito nome na sua vida, palavras e atos. Um filho de Deus representa diante do mundo o sacratíssimo e respeitabilíssimo nome de seu Pai. Não pode, portanto, desmoralizar-se, pois, conseqüentemente, desmoraliza o nome de Deus aos olhos vigilantes dos ímpios. Cuidado com o mau testemunho!

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 37

O JURAMENTO CORRETO

Pergunta 101: *Pode-se jurar santamente em nome de Deus?*

Resposta: *Sim, quando o magistrado assim o exige ou quando se jura para a glória de Deus ou para o bem do nosso próximo. Tal maneira de se prestar juramento apoia-se na Palavra de Deus (Dt 6.13; 10.20; Is 48.1; Hb 6.16) e, por essa razão, utilizaram-na corretamente os santos tanto do Antigo como do Novo Testamentos (Gn 21.24; 31.53; Js 9.15; I Sm 24,23; II Sm 3.35; I Rs 1.29; Rm 1.9; 9.1; II Co 1.23).*

Síntese

1- Tribunais exigem juramentos dos depoentes para que digam somente a verdade. Em algumas situações, a testemunha não se utiliza da mentira, mas omite a verdade dos fatos presenciados; isto porque a exposição dos acontecimentos verdadeiros pode colocar em risco a vida da testemunha. É um dos momentos mais graves e mais sérios do cristão sincero, especialmente em se tratando da defesa de inocentes.

O juramento da Bandeira Nacional, feita por um reservista crente sincero, é outro momento de profunda responsabilidade, pois jurar morrer pela pátria é seríssimo, especialmente dependendo da situação de beligerância, se justa ou injusta.

2- O salmista retrata o servo fiel que, para glória de Deus, “jura com dano próprio e não se retrata” (Sl 15.4). O crente verdadeiro, por ocasião de sua pública confissão de fé, jura fidelidade a Cristo até a morte; e, não raro, para cumprir o seu juramento, sofre discriminações, recriminações e perdas, mas não se retrata.

3- Os contratos populares nos tempos bíblicos do Velho Testamento eram feitos verbalmente sob juramento, invocando-se o nome e a honra de uma autoridade superior, geralmente o de Deus. A pessoa da divindade, sob cuja nome se fazia o juramento, atestava o fato jurado como se fosse “avalista” do jurador; sendo, portanto, mais que testemunha. Eis porque se considerava o juramento, especialmente o feito em nome de Deus, com imensa responsabilidade e profundo respeito. Descumprir um juramento, firmado em nome de Javé, significava desrespeitar o seu atestador divino.

Pergunta 102: *É lícito jurar pelos santos ou por outras criaturas?*

Resposta: *Não; porque o juramento verdadeiro é uma invocação de Deus pela qual se pede que ele, como o único que sonda os corações, seja testemunha da verdade, e castigue, se o juramento for falso (II 1.23; Rm 9.1). Esta honra pertence exclusivamente a Deus (Mt 5.34-36; Tg 5.12).*

Síntese

1- Um evangélico jamais jurará em nome de qualquer santo, pois reconhece que todos os santos, isto é, os redimidos por Cristo, estão em igualdade de condições, pois nenhum deles mereceu a salvação, que gratuitamente recebeu de Cristo. Não há, entre os servos de Cristo alguém que seja superior aos outros, que tenha se tornado mediador ou intercessor dos demais irmãos. Em Cristo Jesus todos somos um.

2- Todos os juramentos cristãos devem ser feitos em nome de Deus, mas com o propósito sincero de ser cumprido. Cristo Jesus é nosso fiador, mediador e intercessor. Em seu nome oramos ao Pai, certos de que seremos ouvidos. Também em seu nome juramos em todos os casos em que a Igreja, por sua liderança, exige que juremos, em se tratando de nossos compromissos com Deus.

TESTEMUNHOS BÍBLICOS DE JURAMENTOS

a- Juramento para sustentação da verdade:

"Ao Senhor teu Deus temerás; a ele servirás, a ele te chegarás, e pelo seu nome jurarás" (Dt 10.20 cf 6.13).

" Se alguém pecar contra o seu próximo, e lhe for exigido que jure, e ele vier a jurar diante do teu altar nesta casa, ouve tu nos céus e, age, e julga a teus servos, condenando o perverso, fazendo recair o seu proceder sobre a sua cabeça, e justificando o justo, para lhe retribuíres segundo a sua justiça" (I Rs 8.31,32).

"Pois os homens juram pelo que lhes é superior; e o juramento, servindo de garantia, para eles, é o fim de toda contenda ("Hb 6.16).

b- Juramento somente por Deus:

"Eu, porém, por minha vida, tomo a Deus por testemunha de que, para vos poupar, não tornei ainda a Corinto"(II Co 1.23 cf Rm 9.1).

"Acima de tudo, porém, meus irmãos, não jureis nem pelo céu, nem pela terra, nem por qualquer outro voto; antes seja o vosso sim, sim, e o vosso não, não, para não cairdes em juízo"(Tg 5.12).

"Também ouvistes que foi dito aos antigos: Não jurarás falso, mas cumpriráis rigorosamente para com o Senhor os teus juramentos. Eu, porém, vos digo: De modo algum jureis: Nem pelo céu, por ser o trono de Deus; nem pela terra, por ser o estrado de seus pés; nem por Jerusalém, por ser cidade do grande Rei; nem jures pela tua cabeça, porque não podes tornar um cabelo branco ou preto. Seja, porém, a tua palavra: Sim, sim; não, não. O que disto passar, vem do maligno" (Mt 5.33-37).

JURAMENTO CRISTÃO

Ao crente lhe é permitido jurar em nome de seu Pai celeste, isto é, tomar seu Deus por testemunha de seu juramento, desde que o faça com sinceridade, honestidade e real veracidade. O falso juramento trará sobre quem o faz o conseqüente juízo de Deus.

Pode-se jurar para confirmação da verdade, para atestamento de um ato pretérito ou para afirmação do cumprimento de uma promessa digna, em conformidade com as Escrituras, e com o objetivo último de glorificar o nome de Deus. Jesus declarou enfaticamente (Mt 5.34) que não se pode jurar pelo céu, pela terra, pela cidade de Jerusalém. Isto, certamente, para evitar sacralizações idólatras de tais lugares. Muitos acreditavam em localizações teofânicas da divindade. Semelhante endereçamento de fé e confiança significa tomar o continente pelo conteúdo, localizar a onipresente divindade, idolatrizar a adoração. De modo algum, por outro lado, não permite juramento pela própria pessoa, pois esta não passa de criatura e sem qualquer poder sobre si mesma (Mt 5.36). Igualmente não se há de jurar pelos santos, patriarcas ou apóstolos, nem por Maria ou qualquer dos justos mártires, pois unicamente Deus é onisciente e onipotente, conhecedor e perscrutador de nossos corações e mentes, capaz de perfeito juízo de nossos

feitos, pensamentos, intenções e afirmações. A nossa fé, orações, confiança e esperança firmam-se apenas em Deus, o Criador e Salvador de nossas almas. O pacto entre o Salvador e os salvos se estabelece mediante juramento bilateral de fidelidade e, por isso mesmo, é indestrutível e irrevogável. Todos os cristãos entraram na comunidade da aliança mediante juramento de crença e promessa de permanência em Cristo Jesus. Paulo jurou e tomou votos, mas cumpriu o que falou (ver II Co 1.23; 11.11,31; Fp 1,8; Gl 1.20 cf At 18.18; 21.23), pois sua palavra, perante Deus e os homens, era sempre "sim, sim; não, não". Pedro negou Jesus sob juramento, isto é, perjurou (Mt 26.72 cf Mc 14.71), sofrendo as conseqüências de tal pecado.

O juramento, freqüentemente, era precedido por uma declaração confirmatória: "Tão certo como vive o Senhor"; "tão certo como eu vivo"; "Deus o sabe"; "Deus é testemunha" (I Ts 2.5). Tais apelos confirmatórios deveriam partir de lábios e corações inteiramente consagrados ao Senhor e dispostos à obediência irrestrita em quaisquer circunstâncias. Somente um servo de Cristo extremamente dedicado tinha condições espirituais internas de jurar em nome de Deus em semelhantes termos.

Presenciamos a banalização do nome de Deus nas religiões místicas antibíblicas, nas festas carnavalescas, nas orgias concupiscentes e nos programas cômicos, em muitos dos quais se usa o nome sacratíssimo da divindade em piadas indecorosas. O nome de Deus tem sido enxovalhado e execrado por bocas imundas de pessoas inescrupulosas com a pretensão de distrair o público e provocar gargalhadas. Certamente essas pessoas pagarão caro por tais atitudes. A irreverência ao Deus supremo é intolerável.

CATECISMO DE HEIDELBERG- DOMINGO 38

QUARTO MANDAMENTO - Dia do Senhor

Pergunta 103: "Que ordena Deus no quarto mandamento?"

Resposta: *"Primeiro, que os ministérios da pregação e do ensino sejam mantidos (Tt 1.5; II Tm 3.14; I Co 9.13,14; II Tm 2.2; 3.15), e que se freqüente regularmente a Igreja, congregação de Deus, em todo dia de repouso (Sl 40.9,10; 68.26; At 2.42), para ouvir a Palavra de Deus (I Tm 4.13; I Co 14.29), participar dos sacramentos (I Co 11.33), adorar publicamente o Senhor (I Tm 2.1; I Co 14.16), contribuir fielmente, ajudar os necessitados (I Co 16.2). E mais, que cesse de praticar o mal durante o resto de minha vida, para que o próprio Deus opere em meu coração pelo seu Espírito e, desta maneira, comece para mim, já nesta vida, o descanso eterno" (Is 66.23).*

Síntese

- 1- Deus certamente não deseja a idolatrização do Dia do Senhor, mas espera que os seus servos, suspendendo as suas atividades semanais, sirvam-no neste dia em culto, comunhão fraternal, aprendizado das Escrituras e proclamação do Evangelho.
- 2- O dia de descanso (sábado cristão), um dia para Deus em cada sete, tem um aspecto social importantíssimo. Na versão de Deuteronômio, capítulo 5, o sábado é uma concessão divina de liberdade aos trabalhadores judeus, para que se lembrem que foram

escravos no Egito. E a ordem era radical: todos teriam de descansar. Uns não poderiam trabalhar para que os outros descansassem. Até os animais de trabalho estavam incluídos na ordem de descanso.

3- Os aspectos religioso e litúrgico do mandamento sabático, em Êxodo, são ressaltados, lembrando que Deus criou o universo em seis dias, descansando no sétimo, mas apenas da tarefa criadora; iniciando, e prosseguindo, as obras de governo, de providência e de redenção.

4- Segundo o registro bíblico, o Criador ainda trabalhou, na gigantesca tarefa da criação do universo e da terra, no sétimo dia; sendo este, então, o dia do término da obra criacional, quando o Criador “descansou” de tudo o que havia feito, pois tudo estava completo, isto é, *muito bom*. Eis como se narra a conclusão da monumental obra da criação: *E havendo Deus terminado no dia sétimo a sua obra, que fizera, descansou nesse dia de toda a sua obra que tinha feito (Gn 2.2)*.

5- Deus, no quarto mandamento, ordena que se trabalhe seis dias e se descance no sétimo, Quem não cumpre, literalmente, a ordem de trabalhar seis dias, não pode descansar no sétimo. Um mandamento, ou se guarda integralmente, ou se quebra. A chamada “semana inglesa” causa a ab-rogação da lei sabática, segundo as normas bíblicas da lei mosaica. O sabbatismo rigoroso e radical, nos tempos modernos, é impraticável.

O MANDAMENTO SABÁTICO

Significados:

a- O mandamento sabático é o primeiro com cláusula inicial positiva, vindo depois especificações negativas, o que se pode notar por simples leitura. É o mais poderoso sinal do pacto mosaico. Não guardá-lo significava quebrar a aliança estabelecida por meio das palavras decalogais. Nele aparece o número sete, de imenso conteúdo significativo para os hebreus, por trazer a idéia da perfeição. No caso, o fechamento de um conjunto completo de obra-tempo. A vida, portanto, tinha de ser ordenada em períodos semanais de seis dias: "Seis dias trabalharás, e farás toda a tua obra" (Ex 20. 9). As etapas temporais diárias eram distintas, um tempo específico para tarefas especiais. Depois de acabada a empreitada periódica, planejada e executada no espaço semanal pertencente ao homem, começava o tempo de Deus, fechando o conjunto de sete dias. O tempo completo de Deus, para os israelitas, era uma soma de setes: Sete dias, sete meses, sete anos.

b- O quarto mandamento, à luz do Velho Testamento, significa cessação de um trabalho por conclusão ou o fim de um ciclo histórico como o tempo da escravidão no Egito. Em Êxodo vinte, o Sábado recorda a criação, a obra criadora de Deus em seis dias, com prolongamento até o sétimo dia (Gn 2.2). No dia sete, estando tudo concluído, Deus "repousou". Assim, o homem, portador do dom da criatividade, completada sua tarefa semanal, deve repousar, à semelhança do Criador. A imperfeição do homem, pois, não lhe permite o perfeito cumprimento do mandamento sabático.

É inegável o conteúdo litúrgico na narrativa do Êxodo. Em Deuteronomio, comemora-se o fim do cativeiro sob o domínio de Faraó, e o mandamento se destina ao humanitarismo pela focalização social: "Para que o teu servo e a tua serva descansem como tu; porque te lembrarás que foste escravo na terra do Egito, e que o Senhor teu

Deus te tirou dali com mão poderosa e braço estendido; pelo que o Senhor te ordenou que guardasses o dia de sábado" (Dt 5. 14b,15). Quatro coisas o sábado nos lembra no Velho Testamento: O Descanso de Deus e o do homem; a conclusão das obrigações ou tarefas semanais; a misericórdia do Salvador para com seus servos; a conseqüente misericórdia do empregador para com seus empregados; tudo sem restrições.

Os preceitos sabáticos, nobres em suas origens, submetidos ao rigorismo das interpretações rabínicas, transformaram-se em sabatismos intoleráveis, condenados pelos grandes profetas.

O DIA DO SENHOR NO NOVO TESTAMENTO

Jesus modificou os estritos e simbólicos conteúdos dos mandamentos vetotestamentários, ampliando-os, aprofundando-os, com base em seus poderes messiânicos reais: "Ouvistes que foi dito aos antigos: ..." "Eu, porém, vos digo..." Quanto ao preceito sabático, vinculou-o a si mesmo e o subordinou ao homem: "Porque o Filho do Homem é Senhor do sábado"(Mt 12.8). "O sábado foi criado por causa do homem, e não o homem por causa do sábado; de sorte que o Filho do Homem é Senhor também do sábado" (Mc 2.27,28).

O descanso sabático temporário simbolizava e prefigurava o descanso eterno, o sábado escatológico, com o seu "já" e o "ainda não" sumariados em Jesus Cristo, o único que pode afirmar: "Vinde a mim ..., e achareis descanso para as vossas almas"(Mt 12.28-30). Cristo é o nosso sábado; nele nossas almas descansam hoje e descansarão no Dia do Senhor (kyriakê hemera), isto é, no Domingo escatológico. O sábado judaico era sinal da velha criação; o Domingo, sábado cristão, é o signo da nova era, o novo mundo, a nova raça eleita, a Igreja do Cordeiro. Todos os crentes verdadeiros, conforme a promessa, entraram no descanso oferecido por Deus em seu Filho, nosso Senhor Jesus Cristo (Hb 4.3-10). O sétimo dia do crente, pois, não é mais o sábado judaico, mas o HOJE de Jesus Cristo. A Igreja é cristocêntrica por ser filha de Jesus Cristo, morta e ressurreta nele. E o memorial da nova humanidade, da redenção dos eleitos, é o Dia do Senhor, Domingo, pois nele aconteceram: A ressurreição de Cristo (Jo 20.19-21); a sua aparição e identificação, depois de ressurreto, e a concessão do "múnus" apostólico (Jo 20.19-23); a criação da Igreja pela dádiva do Espírito Santo (At 2.1-13); a revelação das últimas coisas na Ilha de Patmos (Ap 1.10).

Israel tinha um descanso simbólico no sétimo dia; nós temos o descanso real e eterno no HOJE de Cristo, o Criador e Salvador do novo povo de Deus.

O mundo natural nasceu no primeiro dia da semana criacional; o novo mundo, de natureza espiritual e dimensão escatológica, veio à luz no primeiro dia da semana com a ressurreição de Cristo.

A luz física foi criada no primeiro dia da criação; a luz espiritual, no primeiro dia da semana.

O dia da ressurreição de Cristo é o dia da Igreja, da nova vida no Filho de Deus, o dia em que o Pai, na pessoa do Filho, deu-nos o direito ao descanso eterno, o "sabat" do reino porvir. A Igreja, filha do Cordeiro, comemora, no Dia do Senhor: a vitória sobre a morte; a dádiva da vida; o nascimento da Igreja; a firme esperança da ressurreição gloriosa de todos os eleitos, conforme a promessa.

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 39

HONRA AOS PAIS

Pergunta 104: "Que Deus exige no quinto mandamento?"

Resposta: *"Que devote ao meu pai e à minha mãe, bem como a todos os meus superiores, honra, amor e fidelidade; submetta-me, obedientemente, tanto aos seus benéficos ensinamentos como às suas disciplinas (Ef 6.1,2,5; Cl 3.18,20,22; Ef 5.22; Pv 1.8; 4.1; 15.20; 20.20; Ex 21.17; Rm 13.1), suportando pacientemente suas fraquezas (Pv 23.22; Gn 9.24; I Pe 2.18), pois Deus almeja governar-nos por meio deles" (Ef 6.4,9; Cl 3.20; Rm 13.2,3; Mt 22.21).*

Síntese

1- Neste mandamento, o pai e a mãe têm autoridade comum sobre os filhos, o que não era normal naqueles tempos de subordinação da mulher e, conseqüentemente, o da esposa ao marido. A honra devida pelo filho destina-se ao casal: pai e mãe, indistintamente. A mãe assume o posto de coparticipante na criação e educação dos filhos; e não somente das filhas, preparando-as para continuar a tradição familiar de domesticação feminina. Preparava-se a mulher para ser doméstica (dona de casa) e mãe. Fora do lar, ordinariamente, não havia função para o sexo feminino.

2- Os pais, na família vetotestamentária, eram autoridades absolutas sobre os filhos, educados para integrar o clã familiar, um núcleo auto-suficiente. Não há como aplicar diretamente, na família moderna, em um mundo de pulverização cada vez maior dos meios de produção, de múltiplas divisões profissionais e funcionais, de educação polivalente extra-família, o modelo educacional da família bíblica. O lar cristão deve esforçar-se, o máximo possível, para manter a autoridade paterno-maternal sobre os filhos, para que haja respeito mútuos e reciprocidade interativa na consideração e no amor familiares.

3- Vivemos os tempos em que os mais velhos subordinam-se aos mais jovens; estes com habilidades profissionais específicas, maiores conhecimentos gerais, mais domínio tecnológico, maior integração social no universo amplo da sociedade multiforme. O diálogo horizontal entre pais e filhos, hoje, está extremamente difícil. A subordinação irrestrita, impossível. A idade do "não" aos pais e às autoridades traz conflitos imensos de relação entre pais e filhos, nem sempre superáveis. Nossos adolescentes são até apelidados de "aborrecentes", porque almejam uma liberdade para qual ainda não estão preparados. O convívio, então, com os pais torna-se tenso e conflituoso. A voz dos "amigos", que falam a mesma linguagem e vivem os mesmos problemas, é mais ouvida que a dos pais. Quem criou os filhos na Igreja tem menores problemas com eles na adolescência, mas não deixa de tê-los. A família enturmava os descendentes. Hoje, nossos filhos são "enturmados" fora do lar em grupos ecléticos culturalmente e avessos à religiosidade e à familiaridade.

A FAMÍLIA BÍBLICA

A família dos tempos patriarcais e mosaicos não se limitava ao núcleo "pais e filhos"; incluía o chefe do clã, os tios, as tias, os genros e as noras. A todos os mais velhos o menor devia obediência, inclusive ao irmão primogênito, herdeiro da autoridade paterna. Semelhante estrutura rígida tinha o mérito de conservar a unidade familiar, manter a tradição patriarcal, preservar e ampliar a cultura tribal, criar na psique dos descendentes o hábito do respeito aos superiores e estabelecer o princípio da autoridade, base de todas as organizações sociais antigas e modernas. O pai era o líder familiar, um tipo de sacerdote da casa; tinha o poder de dar as soluções finais às questões administrativas, aos problemas sociais e morais; exercia a docência e a supervisão gerais sobre o grupo familiar do qual se constituía em cabeça. Especificamente, o pai cuidava da educação dos filhos, passando-lhes a profissão e as habilidades paternas, introduzindo-os na sociedade externa, nas relações com outras tribos, adestrando-os para a defesa do clã. Este último aspecto aparece no Salmo 127: "Como flechas na mão do guerreiro, assim os filhos da mocidade. Feliz o homem que enche deles a sua aljava: Não será envergonhado, quando pleitear com os inimigos à porta" (vs. 4,5). A mãe ocupava-se da preparação das filhas; tinha-as sempre ao seu redor; comunicava-lhes as virtudes femininas daqueles tempos; passava-lhes as instruções domésticas, segundo os padrões tribais vigentes; ensinava-lhes as artes culinárias e os artesanatos com lã e fibra; preparava-as para serem esposas, seguindo o modelo materno. Desta maneira, e com tal divisão de tarefas, pai e mãe eram altamente honrados e dignificados pelos filhos tanto por obrigação e dever como por amor e natural submissão. A desonra de um filho, nas circunstâncias tribais, colocava em risco a unidade e a continuidade da célula familiar quer por enfraquecer-lhe a ordem interna quer por abrir o flanco e debilitar a defesa, tornando-se presa fácil dos inimigos, que eram muitos e perigosos.

O mundo externo não exercia muita influência sobre o bloco doméstico, fechado em si mesmo e auto-suficiente. As necessidades básicas de alimentação, vestuário e educação eram providas pela sociedade familiar. A figura triste do desempregado não existia, a não ser para os filhos bastardos, desarraigados da base doméstica. No tempo da vida terrena de Jesus a família patriarcal já estava muito modificada e bastante enfraquecida por causa das sucessivas influências estrangeiras, especialmente da greco-romana, mas os preceitos da submissão filial aos pais permaneciam como se notam nas seguintes recomendações: "Filhos, obededei a vossos pais no Senhor, pois isto é justo. Honra a teu pai e a tua mãe(que é o primeiro mandamento com promessa), para que te vá bem, e sejas de longa vida sobre a terra. E vós, pais, não provoqueis vossos filhos à ira, mas criai-os na disciplina e na admoestação do Senhor" (Ef 6.1-4).

Família moderna:

Hoje, a família tem um papel educativo fundamental nos primeiros anos de vida dos filhos. Depois, as funções informativas e formativas são transferidas às escolas seculares socialmente sincréticas, prevalecendo as influências externas variadíssimas tanto pelas ideologias diversas das cátedras como pelas convivências grupais e individuais de variadas procedências. Além do mais, os meios de comunicação veiculam informações deformadoras no campo da fé e da moral. Nossos filhos recebem, via

imprensa falada, televisada e escrita, uma chuva diária de apelo místico poliátrico sem precedentes, uma saravada de imagens e mensagens de imensuráveis violências, uma tempestade avassaladora de imoralidades, infidelidades e deslealdades. Novelas e filmes, não raro, incluem, até em horários nobres, cenas de erotismos, de traições conjugais justificadas e defendidas, de desrespeitos filiais, de sexualidades sem limites; e tudo em nome da liberdade e da modernidade. O lar, a escola e a sociedade, em nossos tempos, não se harmonizam, não têm o mesmo discurso, não se orientam pelos mesmos princípios éticos e espirituais. Assim sendo, não são e não podem ser convergentes no campo educacional. Presenciamos a celeridade da perda da velha e necessária autoridade paterna com o conseqüente resultado do enfraquecimento da família, base estrutural da sociedade.

Difícil se torna, para os pais modernos, a aplicação e a execução do quinto mandamento, mesmo dentro da Igreja evangélica, que toma a Bíblia como sua única regra de fé e de comportamento. Porém, o filho (ou filha) que desrespeita e desconsidera os seus pais será, certamente, desrespeitado e desconsiderado por seus filhos. O que faço aos meus genitores receberei de meus descendentes. A boa árvore produz bons frutos.

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 40

SEXTO MANDAMENTO: Não matarás

Pergunta 105: "Que Deus exige no sexto mandamento?"

Resposta: *"Deus exige que: Nem por pensamentos, palavras, atitudes ou atos, pessoalmente ou por intermédio de outros, posso injuriar, odiar, ofender ou matar o meu próximo (Mt 5.21,22); pelo contrário, devo renunciar a qualquer desejo de vingança (Ef 4.26; Rm 12.19; Mt 18.35; 5.25), não fazer mal a mim mesmo ou me expor temerariamente ao perigo (Rm 13.14; Cl 2.23; Mt 4.7). Para impedir estas coisas, o magistrado possui a espada"(Gn 9.6; Ex 21.14; Mt 26.52; Rm 13.4).*

Síntese

- 1- O sexto mandamento obriga-nos a respeitar a vida de nosso semelhante e contribuir, no que depender de nós, para que sua integridade física não seja agredida, prejudicada, e sua existência não seja exterminada, mesmo sendo uma pessoa má, perversa e manifeste ódio contra nós.
- 2- Se o semelhante voltar-se injustamente contra nós, o nosso patrimônio, a nossa dignidade, a nossa honra e até contra a nossa vida, temos o dever de apelar para o Estado, buscando nele a proteção devida e a repressão necessária, mas sem transformar a justiça pública em instrumento de vingança.
- 3- Sendo o ofensor um crente nominal ou incrédulo, deve-se recorrer à Igreja, para que o mal seja debelado com justiça e respeito, e as relações fraternais se restabeleçam.
- 4- Na unidade comunitária, difamar, desonrar, agredir verbalmente um irmão, fazer-lhe falsas acusações é uma forma de assassinato social, moral e espiritual e uma quebra da ordem e da harmonia comunitárias.
- 5- O sexto mandamento não somente proíbe o homicídio, mas objetiva também impedir o suicídio, quer por atentado direto à própria vida quer por uso indevido

dela, causando-lhe a morte lenta e, muitas vezes, cruel. A vida é um dom de Deus; temos a obrigação de cuidar dela, na medida de nossas possibilidades, e não sujá-la ou exterminá-la nas orgias desonrosas, nos vícios, nos narcóticos, na prostituição.

Pergunta 106: "O sexto mandamento proíbe somente matar?"

Resposta: *Não. Ao proibir o homicídio Deus nos ensina que ele detesta tudo aquilo que lhe dá origem: A vingança ilegal (Pv 14.30; Rm 1.29), o ódio (I Jo 2.11), a ira (Tg 1.20; Gl 5.19-21), o desejo de vingança, considerando tudo isto como verdadeiro homicídio" (I Jo 3.15).*

Síntese

Todas as atitudes prejudiciais ao próximo, tanto o desejo patente ou oculto de vingança, vingança ou retaliação, como a manutenção da ira velada ou expressa contra ele, são formas de quebra interna do sexto mandamento. O servo de Deus não pode pagar o mal com o mal. Uma consciência regenerada não dá guarida a qualquer tipo de malignidade consciente e perversidade contra o semelhante, por mais desumano, depravado e perverso que ele seja. Além do mais, o ódio guardado converte-se em rancor; e o rancor pode levar o rancoroso ao extremo, o homicídio.

Pergunta 107: "Então não é suficiente, como ficou dito, apenas não cometer homicídio?"

Resposta: *"Não; pois Deus condenando a vingança, o ódio e a ira, quer que amemos o nosso próximo como a nós mesmos (Mt 22.39; 7.12; Rm 12.10), demonstrando-lhe toda benignidade, mansidão, benevolência e misericórdia (Ef 4.2; Gl 6.1,2; Mt 5.5; Rm 12.18; Lc 6.36; Mt 5.7 I Pe 3.8; Cl 3.12), impedindo, na medida de nossas forças, que lhe sobrevenha o mal (Ex 23.5). E mais, que devemos ser benignos até com os nossos inimigos" (Mt 5.44,45; Rm 12.20).*

SÍNTESE

1 O sexto mandamento tem um objetivo positivo: o irrestrito amor ao semelhante. O crente não ama para ser amado; não ama porque é amado. Ama, porque o amor faz parte de sua natureza regenerada, conformada à natureza divina de Cristo Jesus.

A benignidade está na essência do servo de Deus, e é posta a serviço até dos inimigos mais perigosos (Mt 5.44,45; Rm 12.20).

2 O nosso próximo deve ser amado com a mesma intensidade com que amamos a nós mesmos. O adversário, porém, não é nosso próximo, mas nosso semelhante, um ser humano criado por Deus e incluído na humanidade, exatamente no mesmo ambiente em que vivemos. Se em sua mente alimenta contra nós injustificáveis indisposições, rejeições e rancores imotivados; a resposta, de nosso coração, à sua inimizade descabida deve ser de compreensão, tolerância, caridade e amor, sem qualquer espírito de vingança pessoal ou repressão, na base de justiça própria, aos seus desejos e propósitos maléficos. A ordem de Jesus é que amemos nossos inimigos

Jesus interpreta o sexto mandamento:

"Ouvistes que foi dito aos antigos: Não matarás; e: Quem matar estará sujeito a julgamento. Eu, porém, vos digo que todo aquele que, [sem motivo] se irar contra seu irmão, estará sujeito a julgamento; e quem proferir um insulto a seu irmão, estará sujeito a julgamento do tribunal; e quem lhe chamar: Tolo, estará sujeito ao inferno de fogo" (Mt 5.21,22).

O Catecismo de Heidelberg segue a interpretação do divino Mestre, especialmente no que concerne à relação fraterna da comunidade cristã. Um irmão não pode insultar o outro e, muito menos, menosprezá-lo por sua condição mental deficiente. Cristo no-lo deu como irmão; e é assim que temos de recebê-lo e tratá-lo. Quem rejeitar a irmandade de um "tolo", comete fratricídio, ficando sujeito ao "inferno de fogo."

O SEXTO MANDAMENTO E A PENA DE MORTE

"A pena de talião incluía a de morte: "Vida por vida". O mandamento, "não matarás, aplicava-se ao indivíduo, não ao Estado. Este, para cumpri-lo, executava o homicida, dentro do princípio da lei de talião. Nenhum cidadão, em quaisquer circunstâncias, podia tirar a vida do semelhante; e se o fizesse, perderia a sua própria, pelas mãos das autoridades competentes. A justiça, no sistema mosaico, era implacável. O Estado, poderosíssimo. Hoje, na maior parte dos países, veda-se ao Estado o direito de punir os assassinos com a pena capital, mas não se têm meios eficazes de evitar que matem por motivos torpes, principalmente roubo, sem que riscos suas próprias vidas corram. O "não matarás," absoluto ao Estado, permite ao delinqüente matar. Se preso, além de continuar existindo, pode, por recursos legais, diminuir a pena. E a vítima? E a viúva (ou viúvo)? e os órfãos? Quem tira todas as possibilidades e oportunidades de um ser humano decente, honrado, benéfico à sociedade e indispensável à família, por assassinato impiedoso e cruel, deve o Estado, ignorando a desgraça das vítimas, dar-lhe direitos e privilégios? Eis a questão! Sabemos que é dever do Estado proteger e defender seus cidadãos e punir os criminosos. Estes, porém, quando soltos, livres e impunes, ameaçam as pessoas de bem nas ruas, nos empregos e nos lares, obrigando-os a se aprisionarem em suas residências sob proteção de grades, trancas, ferrolhos e cães. Quando presos, recebem garantia de vida, que não deram às suas vítimas, e privilégios, que os pobres honestos não têm. Os direitos humanos defendem a tese de que é necessário recuperar o criminoso, ressocializá-lo e reintegrá-lo à sociedade. Isto tem de ser feito criteriosamente, pois há criminosos irrecuperáveis, mas que agem nos presídios intencionalmente conforme as leis das execuções penais para serem beneficiados penalmente ou até indultados. Em liberdade, voltam ao crime com a mesma crueldade de antes, ou até mais impiedosos, mais desumanos, mais cruéis. E a vida e a honra de suas vítimas não há de ser vindicadas? Qual o maior valor para a sociedade: um criminoso irrecuperável ou um cidadão de bem a quem o facínora não deu a mínima oportunidade? A lei talião não se aplica em nossas sociedades, mas o seu princípio, isto é, penas proporcionais ao crime, ao ilícito penal, permanece moralmente válido. Defendemos a proporcionalidade penal para os homicídios comprovadamente hediondos: prisão perpétua com trabalhos compulsórios para os detentos, com remuneração justa. De seus honorários, uma parte serviria para custear sua pensão carcerária e outra para indenizar suas vítimas, muitas em situação de penúria e

abandono, sem "direitos humanos" e proteção do Estado (Cf O. Figueiredo. "O Homem e seus Males". Inédito).

O sexto mandamento destinou-se a uma comunidade teocrática em que o assassinato de um irmão causava danos irreparáveis na unidade, na fraternidade e na espiritualidade do clã, além da imperdoável quebra do pacto pelo criminoso. Os antecedentes do crime como ódio, rancor, ira, desejo de vingança, vindita, cobiça e inveja, por desestruturarem a personalidade do praticante, desorganizarem a fraternidade e romperem a fidelidade pactual, eram considerados crimes com a mesma gravidade de assassinatos. A malignidade é a semente do crime.

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 41

SÉTIMO MANDAMENTO - Adultério.

Pergunta 108: *Que nos ensina o sétimo mandamento?"*

Resposta: *"Que Deus abomina qualquer desonestidade (Lv 18.28). Em consequência, o nosso procedimento deve ser honesto, e de coração (Jd 23), para vivermos casta e sobriamente (I Ts 4.3-5), tanto no santo casamento como em qualquer outro estado (Hb 13.4; I Co 7.7).*

Síntese

1- O sétimo mandamento visa manter a unidade do Estado teocrático, estruturado nas famílias sólidas. A dissolução do núcleo ou unidade familiar consolidado implicaria, na melhor das hipóteses, no enfraquecimento da sociedade nacional. A manutenção do clã, célula máter da ordem social, era imperativa para o supremo Legislador. O adultério representava o maior perigo de enfermização estatal, principalmente em se tratando da supremacia do homem sobre a mulher, sendo esta objeto de seus prazeres. Na verdade, este mandamento era dirigido aos homens, que respondiam pela lei, inclusive em nome das mulheres e por elas. Em uma sociedade em que o sexo masculino era proibido de adular, o assédio sexual e o rapto ficavam, se não coibidos, pelo menos, limitado.

2- O sétimo mandamento visava a pureza moral dos indivíduos, a preservação da honorabilidade do casamento e da dignificação do tálamo conjugal, freios necessários em tempos de concubinatos, divórcios unilaterais, exposição das divorciadas e prostituições.

Pergunta 109: *Neste mandamento Deus proíbe somente o adultério e pecados semelhantes?*

Resposta: *Sendo tanto nosso corpo como nossa alma, em conjunto, o templo do Espírito Santo, Deus deseja que os conservemos puros e santos. Eis porque, por este mandamento, Deus proíbe toda impureza em nossas ações, gestos, palavras (Ef 5.3,4; I Co 6.18,19), pensamentos e desejos (Mt 5.27,28), incluindo tudo que induza o homem à imoralidade (Ef 5.18; I Co 15.33).*

Síntese

- 1- Pelo sétimo mandamento fica claro que o Velho Testamento vê o homem como uma unidade psicossomática, em que a “sujeira” moral e espiritual atinge o homem inteiro, e não somente uma parte dele, o corpo. O pecado da carne contamina o espírito, pois corpo e espírito são indissociáveis, inseparáveis e interagidos.
- 2- Para o servo de Cristo, o adultério e a prostituição são pecados graves, pois ele é templo do Espírito Santo. Além disso, o casamento cristão é tipo do casamento de Cristo com sua Igreja, sendo o marido “cabeça da mulher” como Cristo é a “Cabeça da Igreja”.

O sétimo mandamento na interpretação de Jesus

"Ouvistes que foi dito: Não adulterarás. Eu, porém, vos digo: Qualquer que olhar para uma mulher com intenção impura, no coração já adulterou com ela" (Mt 5. 27,28)

O homem podia expor a mulher, indefesa, ao pecado de adultério. Naqueles tempos, ela era inteiramente passiva nos rituais de conquista amorosa, um objeto do desejo sexual masculino, um patrimônio do marido. A responsabilidade da pureza matrimonial, portanto, cabia ao homem, que podia, por um divórcio injusto, submeter a mulher a uma condição adúltera (Mt 5.31,32). Por outro lado, o esposo era o sacerdote da família, emprestando sua dignidade, sua honra e seu nome à esposa para apresentá-la imaculada e sem sinais de maus tratos; exatamente como Cristo faz com a sua Igreja, a noiva castíssima do Cordeiro (Ef 5.25-29). Não se imagina Cristo divorciado de sua Esposa, a Igreja; esta não tem existência à parte do Esposo. A castidade, a imaculabilidade e a santidade da Igreja são da inteira responsabilidade de seu Esposo, nosso Senhor Jesus Cristo. Assim Deus espera que sejam as relações de marido e mulher; o primeiro, sincero e honesto defensor; a segunda, fiel e submissa defendida, inclusive nos campos da moralidade e da dignidade. Uma lindíssima imagem, mas distante da realidade temporal. Apesar da inferioridade da mulher, de seu papel subalterno numa sociedade machista, a imputabilidade de adultério lhe era muito mais pesada que sobre o adúltero, cujo adultério muitas vezes se camuflava ou se ocultava em virtude da influência do homem sobre as instituições jurídicas e eclesiais, sempre dominadas pelo sexo masculino. Jesus, no incidente da "Mulher Adúltera" (Jo 8.3-11) deixou claríssimas duas verdades, sentidas, mas não proclamadas: Primeira, o adultério de intenção é mais prejudicial e corruptor que o abertamente praticado, pois este está sujeito às penalidades e aquele se oculta sob a luzente capa da hipocrisia. Os que se apresentavam como imaculados líderes religiosos de seu povo, pessoas que se autoredenciavam como juizes dos pecadores, eram, na verdade, adúlteras intensamente corruptas. Segunda, o pecado de adultério atinge, indiferentemente, homens e mulheres, sendo igualmente grave para ambos. Assim sendo, devem ser julgados com o mesmo rigor, sem qualquer discriminação. Os sexos são iguais diante de Deus e perante a graça. O arrependido salvo recebe a misericórdia do perdão divino; e quem o recebe não retorna à lama da degradação moral.

AMPLITUDE PROIBITIVA

O adultério abrange todos os ilícitos sexuais implícitos, explícitos, intencionais e indutivos, e não somente a traição conjugal entre parceiros casados. Em I Coríntios 6. 9 (cf 5.1) aparecem duas palavras que ampliam o significado de adultério. São elas: "pornoí", fornicadores, e "moichoí", adúlteros. "Pornéia", fornicação, é a prática sexual

não permitida pré e extraconjugalmente tanto quanto o homossexualismo e a zoologia. Todos os coitos fora do casamento, todos os desvios e aberrações sexuais, todas as imoralidades no campo do pudor, todas as incontínências, todos os inaturais incitamentos, todos os erotismos e pornografias estão enquadrados na proibição do sétimo mandamento. Assim entendem o Catecismo de Heidelberg e o Catecismo Maior de Westminster. Vejam o que ensina este último: "Os pecados proibidos no sétimo mandamento, além da negligência dos deveres exigidos, são: Adultério, fornicção, rapto, incesto, sodomia e todas as concupiscências desnaturais; todas as imaginações, pensamentos, propósitos e afetos impuros; todas as comunicações corruptas ou torpes, ou o ouvir as mesmas; os olhares lascivos, o comportamento impudente e leviano; o vestuário imoderado" (Parte da resp. à perg. 139).

O referido mandamento visava a santidade individual, o respeito ao próximo, o adequado uso do sexo, a honra conjugal, a unidade familiar e tribal, a preservação da sociedade. A fidelidade conjugal é base e imagem da fidelidade a Deus, Senhor e Salvador nosso, nosso Legislador e Rei.

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 42

OITAVO MANDAMENTO: Não furtarás

Pergunta 110: *Que Deus proíbe no oitavo mandamento?*

Resposta: *Deus proíbe, não somente o furto e o roubo (I Co 6.10; 5.10; Is 33.1), sujeitos às penalidades da lei, mas classifica também de furto todos os meios ilícitos e enganosos com o objetivo de se apoderar dos bens do próximo (Lc 4.14; I Ts 4.6), seja pelo uso da força ou por aparência de legalidade como: Medidas e pesos falsos, mercadoria de má qualidade (Pv 11.1; 16.11; Ez 45.9,10; Dt 25.13), moeda falsificada, usura (Sl 15.5; Lc 6.35) e qualquer outro meio proibido por Deus. Proibidos igualmente ficam a cobiça, a avareza (I Co 6.10) e a má utilização ou desperdício dos dons" (Pv 23.20,21; 21,20).*

Síntese

- 1- Todas as subtrações diretas, por meios violentos ou não, ficam proibidas no oitavo mandamento: o furto, o roubo, o assalto, o latrocínio, o seqüestro para obter resgate, o arrombamento, "o golpe do bilhete premiado" e outros meios ilegais de apropriações dos bens do próximo.
- 2- Ficam condenados também todos os recursos desonestos e enganosos, com o objetivo de ludibriar o semelhante, conseguindo enriquecimento fácil à custa da exploração de pessoas imprecavidas e indefesas: falsificações, adulterações, rótulos mentirosos, mercadorias de má qualidade vendidas como de primeira, produtos maquiados, contrabando, pirataria, caixa dois, etiquetas falsas, receptação, apropriações indébitas, invasões, clandestinidade mercantil, pesos e medidas menores que os anunciados, remarcação de validade etc. O crente não pode envolver-se em nenhum dos meios condenados pela lei de Deus.

3- Incursos no oitavo mandamento estão ainda os usurários, os avarentos, os descaridosos, os esbanjadores e todos os que usam mal os bens que Deus lhes deu, gastando-os nas glotonarias, bebedices, alcoolismos, entorpecentes, farras desmedidas, luxúrias, lascívia, concupiscências e outros.

As riquezas injustas de poucos, adquiridas desonestamente, são causas, embora não sejam as únicas, da pobreza e da miséria de milhões, especialmente em países de segundo e terceiro mundos.

Pergunta 111: "Que Deus ordena no oitavo mandamento?"

Resposta: *"A buscar, na medida de minhas forças, o que seja útil a meu próximo; a fazer com ele o que quero que ele faça comigo (Mt 7.12); ser produtivo no meu trabalho para ter condições de socorrer os necessitados em suas penúrias" (Ef 4.28).*

Síntese

1- O oitavo mandamento, por outro lado, nos ensina que devemos desejar ao próximo o que desejamos a nós mesmos. Ser útil ao semelhante é dever do servo de Cristo. A sua prosperidade, se honesta, é uma dádiva de Deus; se desonesta, ele pagará o ônus, mais cedo ou mais tarde, do pecado da desonestidade.

2- Quando malbaratamos o tempo, prejudicando a produtividade de nosso trabalho, estamos quebrando o oitavo mandamento.

Quebra-o também o patrão que não paga o salário justo ao seu trabalhador; o empregador que dá ao empregado tarefas difíceis de serem cumpridas, ou até inatingíveis, com a finalidade dupla de "forçar a produção e diminuir o salário".

Ab-rogam o mandamento os empregadores rurais, verdadeiros senhores de escravos, que submetem seus subordinados a trabalhos pesados, jornadas longas, armazéns privados, dormitórios insalubres, alimentação inadequada, limitação de liberdade e salários ínfimos. Em tais situações, o trabalhador nunca paga o que deve ao patrão, embora trabalhe além de suas possibilidades humanas, exaurindo todas as forças, cada vez mais combalidas.

Roubo, luta pela sobrevivência:?

A sobrevivência coletiva ou individual, o que a história nos mostra claramente, efetiva-se ou pelo trabalho honesto nas diversas áreas das atividades produtivas ou por operações desonestas, violentas ou não, de subtração dos bens alheios. Podemos, a grosso modo, dividir a humanidade em três grupos distintos:

a- Os que conquistam o pão de cada dia com o trabalho, buscam o progresso pessoal e grupal, primam pela sobriedade, pela austeridade, pela honestidade. São pessoas que fazem do trabalho o alvo de suas vidas e, por isso mesmo, apegam-se a ele apaixonadamente. Os holandeses, os alemães e os japoneses, como povos, entre outros, podem ser enquadrados neste grupo. Os puritanos, no entanto, foram típicos; acreditavam que as melhores formas de culto a Deus eram a prática de verdade e o trabalho sincero.

b- Os que vivem do extrativismo primário e irracional de minerais e vegetais, da pesca e da caça. Estes ainda são numerosos e pouco contribuem para o progresso da

humanidade. O mínimo com que contribuem não compensa os danos que causam à natureza cujas riquezas potenciais não são renováveis, e muitas espécies animais e vegetais, terrestres e aquáticas, estão sendo eliminadas; algumas já foram. A extração sem reposição é uma crudelíssima forma de depredação, redundando na eliminação de bens vitais da humanidade. Neste sentido, tais grupos, por natureza e atividade, quebram o oitavo mandamento, sem se falar nos meios utilizados, muitos dos quais poluentes e daníficos. Exemplos: Mineradores que trabalham com mercúrio; caçadores de jacaré e de outros animais selvagens para comercialização de pele; pescadores de baleia e de peixes em vias de extinção. Os indígenas, quando no seu estado natural, enquadram-se no sistema ecológico criado por Deus; não danificam a natureza. Ao receberem, porém, total ou parcialmente, a cultura dos civilizados, adquirem o conceito de riqueza pessoal e entram no esquema mercantil monetarizado. Em tal estágio, tornam-se extrativistas predadores, sem controle, de madeira, de produtos vegetais em espécie, como o palmito, e de essências florais. Não mais conservam a floresta; destroem-na implacavelmente. Viram exterminadores legais da fauna e da flora.

c- Os que se sustentam exclusivamente por meio de pilhagem, de sabotagem, de pirataria, de furto, de roubo, de suborno, de estelionato, de fraudes, de falsificações nos pesos, nas medidas, nas composições, nas fabricações. Muitos grupos beduínos, os vândalos e os corsários deixaram tristes lembranças na história das civilizações. Porém, os ladrões e os estelionatários atuais, mais numerosos, mais organizados, mais poderosos, mais inescrupulosos, mais gananciosos e mais desumanos corrompem as sociedades e os governos, espalham a miséria e geram a fome, estendem a angústia aos idosos e aumentam a população infantil desamparada, intensificam a dor nos hospitais e multiplicam óbitos evitáveis, transformam milhares de jovens em toxicômanos e desagregam as famílias.

Quebras indiretas do oitavo mandamento

a- Malbaratar o tempo de trabalho. A diária divide-se em períodos ou horários. A hora não trabalhada por negligência do trabalhador é quebra do oitavo mandamento.

b- O salário injusto. Quando a empresa tem grande rentabilidade, fruto do esforço ergológico de seus empregados, e estes não participam do lucro em forma de renda compartilhada ou salário digno.

c- Adulterações. Quando o anunciado na embalagem não corresponde ao produto em qualidade e quantidade, houve quebra do mandamento.

d- Dízimo. Quando o crente, membro do povo de Deus, sonega o dízimo ou entrega uma parte dele como se fosse a totalidade, além do pecado da mentira, incorre na desobediência ao preceito legal: Não furtarás (MI 3.8).

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 43

NONO MANDAMENTO: O falso testemunho

Pergunta 112: *"Que se exige no nono mandamento?"*

Resposta: *"Que não se levante falso testemunho contra ninguém (Pv 19.5,9; 21.28); que não se interprete mal as palavras do semelhante (Sl 15.3; 50.19,20;); que se evite a detração e a calúnia (Rm 1.30); que não se colabore temerariamente para a condenação de um acusado antes de ouvi-lo (Mt 7.1; Lc 6.37); que se afaste de toda sorte de enganos e mentiras, pois são obras próprias do Diabo (Jo 8.44), a não ser que se queira submeter-se à ira de Deus (Pv 12.22; 15.3). Que nos julgamentos, como em quaisquer outras situações, ame-se, confesse-se e se anuncie sincera e estritamente a verdade (I Co 13.6; Ef 4.25). Finalmente, que se procure, com todas as forças possíveis, a defesa da honra e da reputação do próximo" (I Pe 4.8).*

Síntese

- 1- O cristão, se as circunstâncias exigirem, deve depor contra si mesmo, isto é, confessar publicamente, ou apenas perante o ministério dirigente da Igreja, os seus erros e pecados. Na justiça secular, ninguém é obrigado a depor em prejuízo próprio, mas a lei de Deus exige veracidade absoluta, mesmo que a verdade seja contra o depoente.
- 2- O falso testemunho mercantil acontece, quando a pessoa garante, com o empenho de sua palavra, que tal objeto, que está à venda ou a negócio, tem realmente as qualidades, a utilidade e o valor apresentados pelo vendedor ou negociador. Se tal garantia não é verdadeira, não correspondendo a descrição do promitente vendedor à verdade, ao estado real do bem oferecido, sendo este inferior, o testemunho é falso, havendo quebra do nono mandamento.
- 3- Em todas as situações o crente tem de ser verdadeiro, não podendo valer-se da mentira para auferir lucros. Todo servo de Deus, instruído nas Escrituras Sagradas, sabe que a mentira é própria do Diabo, o mentiroso por excelência.
- 4- Na delegacia de polícia ou no tribunal, se o crente realmente presenciou o fato criminoso, estando seguro de seu depoimento, deve dizer a verdade, confiando que o seu Senhor, inimigo da mentira, certamente protegerá sua vida física e a de sua família.

A VERDADE; NADA ALÉM DA VERDADE.

Prega-se hoje o relativismo da verdade. Cada um tem a sua própria verdade, não havendo uma verdade institucionalizada: absolutismo de determinada seita ou facção, que condiciona o pensamento de seus adeptos. A verdade conceitual subjetiva pode ter certo grau de relativismo na filosofia. Os fatos imaginados, mas não comprovados objetivamente pela ciência ou constatados pela experiência concreta, podem ser relativos e diferenciados na mente de cada ideólogo. O relativismo inexistente nos fatos e verdades revelados e nos acontecimentos clara e incontestavelmente verificados e constatados pelos sentidos: audição, visão e tato; ficando a percepção mais no campo subjetivo. Dois exemplos:

01- João presenciou uma briga entre Antônio e Pedro. Antônio acusava Pedro de ter assediado sua esposa. No clímax da discussão, Antônio sacou do revólver e assassinou Pedro com três tiros. João é arrolado como testemunha. O que ele realmente pode afirmar é o viu e ouviu. Sobre o suposto assédio, não pode falar nada, pois não testemunhou tal antecedente, nem ouviu nada a respeito.

02- Antônio, um dia, comentou com João que Pedro, seu vizinho, estava assediando sua mulher. Tempos depois, Pedro apareceu morto na rua em que morava. João é intimado a depor. O que ele pode dizer é apenas o que ouviu de Antônio, mas não pode deduzir que ele é o assassino de Pedro. Ao depoente não cabe qualquer inferência ou dedução, mas apenas a exposição do que ouviu e viu. A inquirição judicial em processo regular é que vai determinar se Antônio é culpado ou inocente. A testemunha pode servir à defesa ou à acusação, mas ela não é, rigorosamente falando, nem a favor nem contra; ela relata os fatos como realmente presenciou, nada mais. Antecedentes e conseqüentes criminais ficam por conta da promotoria e da defesa.

A verdade sobre se Pedro realmente assediou a companheira de Antônio cai no relativismo, no subjetivismo, pois é fato puro e supostamente conceitual; podendo não ser verídico até mesmo para o assassino, homem extremamente ciumento. A verdade que compete ao depoente testemunhar é apenas a reclamação de Antônio de que Pedro assediava sua mulher. Coisa alguma mais ele viu ou ouviu. O testemunho em juízo, portanto, restringe-se exclusivamente ao fato presenciado; nada além disso.

Falso testemunho nos tribunais

Numa sociedade simples, sem juizes togados, promotores e jurados; sem os recursos técnicos de investigação (Instituto Médico Legal, exame balístico, impressões digitais, exame de sangue, DNA); sem o poder coator de um sistema policial organizado e poderoso; sem os complicadíssimos princípios e leis processuais manipulados por hábeis advogados de acusação e de defesa, o julgamento, feito pelo sacerdote, era direto e fundamentado somente na palavra dos acusados, dos acusadores e das testemunhas. A justiça, pois, dependia da autenticidade e da veracidade das alegações dos implicados e das palavras testemunhais. Um falso testemunho podia induzir o juiz ao erro e até levá-lo à aplicação da sentença capital. Um exemplo típico: Documentos falsos da cruelíssima Jezabel em nome de Acabe levaram o inocente Nabote às barras de um tribunal iníquo que, por causa de duas testemunhas mentirosas e venais, foi condenado à morte por apedrejamento (I Rs 21.13 cf I Rs 21.1-13). O nono mandamento, portanto, especialmente para o Israel daqueles tempos, era imprescindível. A correção do julgamento emanava estritamente do testemunho verdadeiro. Ainda hoje os tribunais estribam-se fortemente nas afirmações de testemunhas visuais do ilícito penal, depois de verificar se estas não se conflitam com as circunstâncias temporais, espaciais e fatuais do crime e não entram em flagrante e frontal contradição entre si. Diferenças de perspectivas óticas não desqualificam o conceito global, conjuntural e final dos testemunhos igualmente verdadeiros e sinceros no essencial. Cumprido ao depoente cristão, perante o magistrado, a expressão da verdade, sirva esta à defesa ou à acusação.

Testemunho sem temor

Os marginais, cada vez mais ousados, estão impondo à sociedade, inclusive aos próprios crentes, a famigerada "lei do silêncio". Decretam a pena de morte a quem os denunciar ou depuser contra eles nos inquéritos policiais ou nos processos judiciais. Eliminam os possíveis denunciadores para "queima de arquivo", segundo o jargão da criminalidade. Crimes são praticados às claras, à vista de muitos, mas ninguém vê, ninguém ouve. Um servo de Deus, em defesa da vida física, sua e de seus familiares, deve mentir? Deve manter um silêncio conivente? Deve declarar que não viu o que realmente presenciou? A verdade em defesa da vítima ou para salvar um inocente, acusado de delito, que não praticou, ou para salvaguarda da honra do próximo e do bem social, não deve ser omitida. O silêncio covarde pode evitar danos físicos ao denunciante ou depoente, mas causa a morte de muitos inocentes, e garante a impunidade de perigosos assassinos. Portanto, o silêncio da testemunha, na maioria dos casos, é conivência criminoso, e quem dele se vale torna-se, freqüentemente, partícipe dos ilícitos ocultos: Furto, roubo, assassinatos, seqüestro, estupro.

TESTEMUNHO CRISTÃO

A Igreja primitiva não se submeteu à "lei do silêncio", refúgio dos covardes, não temeu os delatores, não se curvou aos detratores, não renegou a fé diante dos seus algozes, não temeu a morte. Cumpriu, à risca, a preconização do divino Senhor: "E sereis minhas testemunhas tanto em Jerusalém como em toda a Judéia e Samaria, e até aos confins da terra" (At 1.8). Diante dos apóstolos, dos discípulos, clérigos e leigos, colocava-se o desafio da confissão, sem outra alternativa: "Meu Senhor é Cristo" ou: "Meu Senhor é César". E os adeptos do Messias não titubeavam em quaisquer situações, mesmo sabendo que morreriam, afirmando o absoluto senhorio de Jesus Cristo sobre os imperadores romanos. Os testemunhos corajosos em defesa da fé, do reinado de Cristo sobre as almas pias, da verdade evangélica, da adoração exclusiva a Deus, da liberdade de culto, da proclamação da mensagem redentora, conferiram aos primeiros cristãos o honroso título de mártires, palavra que se origina de "martyreo", testemunhar e "martyria", testemunho. Hoje, não menos que outrora, Deus exige dos seus redimidos o sincero, correto e explícito testemunho de Cristo, o Salvador, e das Escrituras Sagradas, a verdade revelada, nossa única regra de fé e nossa exclusiva norma de comportamento. O deliberado ocultamento da Palavra de Deus ou sua proposital falsificação, permitindo, induzindo e conduzindo pessoas aos desvios doutrinários, à heresia e à perdição, é quebra do nono mandamento, pecado de falso testemunho tanto por omissão como por ação indigna.

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 44

DÉCIMO MANDAMENTO: a cobiça

Pergunta 113: "Que se ordena no décimo mandamento?"

Resposta: *"Que nem por desejo e nem por pensamento jamais nos rebelamos contra qualquer mandamento de Deus, e que continuamente reneguemos, de todo coração, o pecado e nos alegremos com toda a justiça" (Rm 7.7).*

Síntese

1- A cobiça é a posse mental dos bens do próximo, o desejo incontrolável de apropriar-se do patrimônio alheio. A cobiça foi a causa da quabra do primeiro pacto de Deus com os homens na pessoa de Adão. O patrimônio cobiçado foi o do próprio Deus.

Para o cobiçoso, presenciar a prosperidade do próximo é intolerável, especialmente se suas finanças não andam bem; e aqueles, cujos bens são cobiçados, sejam parentes diretos ou indiretos, sejam pessoas de suas relações, estão sempre na sua mira, inclusive para maledicência

2- A ânsia desesperada de lucro, levando algumas pessoas a explorarem as outras por meio de ganho cada vez maior, é uma forma velada de cobiça, e a mais danosa, a mais perversa. As empresas bancárias pegam o dinheiro dos clientes a juros irrisórios, mas emprestam a juros altíssimos, o máximo que a lei permite, acrescidos ainda de emolumentos e taxas de serviços. Cobra-se tudo do cliente; este nada pode exigir do prestador. Lema capitalista: Lucrar sempre, por todas as metodologias possíveis; sem se importar com o fato de haver, para cada lucro, uma perda correspondente na outra ponta do sistema. O penalizado, invariavelmente, é sempre o consumidor final.

3- A cobiça contém vícios aderentes ou componentes agravantes como: inveja; agoísmo; egocentrismo; insatisfação; ânsia de ter, mais que de ser; apego desmesurado à matéria, ao material e ao temporal; desconhecimento de sua capacidade produtiva; imediatismo; falta de gratidão a Deus por sua vida e pelos bens adquiridos. A cobiça é o mais forte precedente mental e emocional na formação de um desonesto. O cobiçoso é ladão potencial, um ab-rogador da lei em perspectiva.

Pergunta 114: *"Os regenerados têm condições de guardar perfeitamente todos os mandamentos?"*

Resposta: *"Não; mesmo os mais consagrados conseguem apenas rudimentares princípios de obediência no curso desta vida (Jo 1.8; Rm 7.14,15; Ec 7.20; I Co 13.9), embora lutem pela obediência, não de alguns, mas de todos os mandamentos de Deus" (Rm 7.22; Sl 1.2).*

Síntese

1- Deus não possui meios termos legais, nem admite quebras parciais de seus mandamentos. Não há, na lei de Deus, um preceito legal mais importante que outro, cuja quebra seja de maior gravidade. O mínimo preceito vale tanto para o supremo Legislador quanto o maior deles, em termos de conseqüências imediatas. Atentem bem para o ensino do divino Mestre sobre a questão: *Aquele, pois, que violar um destes preceitos, posto que dos menores; e assim ensinar aos homens, será considerado mínimo no reino dos céus; aquele, porém, que os observar e ensinar, esse será considerado grande no reino dos céus (Mt 5. 19).* Reino aqui deve ser entendido como

Igreja visível e militante de Cristo Não há, pois, mandamentos proeminentes como o sabático, por exemplo, para o judaísmo farisaico e os adventistas do sétimo dia. Abrogando um “til” da lei, quebram-se, conseqüentemente, todos os demais preceitos.

2- O radicalismo do “tudo ou nada” do sistema legal mosaico colocou o homem, pecador por natureza, em situação de absoluta incapacidade para cumprir a lei. Por ela, portanto, não haverá, em hipótese alguma, salvação. Por impossibilidade incondicional, conseqüentemente, não livra da condenação eterna; não se reconcilia com Deus por intermédio da lei. Os salvos, pelos quais Cristo cumpriu a lei e os redimiu, morrendo por eles na cruz, estão capacitados a um grau maior de obediência, mas não cumprimento integral das normas mandamentais. O perdão de Cristo nos salva.

Pergunta 115: *"Então, por que Deus deseja a aplicação rigorosa dos dez mandamentos, se não há ninguém que os possa observar perfeitamente no curso desta vida?"*

Resposta: *"Primeiro, para que, durante toda nossa vida, tomemos conhecimento da inclinação de nossa natureza ao pecado (Rm 3.20; I Jo 1.9; Sl 32.5), e então busquemos com mais fervor a remissão de nossas culpas e a justiça de Cristo (Mt 5.6; Rm 7.24,25). E mais, que nos apliquemos sem descanso a suplicar a Deus a graça de seu Espírito Santo para que cada dia sejamos conformados à sua imagem, até que, depois desta vida, sejamos levados à perfeição que nos está proposta" (I Co 9.24; Fp 3.12-14).*

1- A lei existe para diagnosticar os pecados e mostrar que, embora redimido e regenerado, o cristão continua pecador e carente da misericórdia de Deus. A lei, diz Paulo, serviu de aio para conduzir o judeu a Cristo, no qual encontra a remissão de seus pecados reconhecidos e confessados.

2- O servo de Cristo, pelo esforço constante de observância da lei, cresce espiritualmente, habilitando-se, cada vez melhor, para servir ao seu Salvador e Mestre. O redimido não procura cumprir a lei para ser salvo, mas para ser melhor servo, mais obediente, mais fiel e mais consagrado.

3- Pela graça de Deus em Cristo Jesus o pecado será, final e cabalmente, vencido, quando a morte colocar termo à nossa existência terrena. Do outro lado da vida, para o regenerado em Cristo, não haverá pecado, nem conseqüências penais dele.

Cobiça

A cobiça é: Enfermidade psicológica, moral e espiritual, das mentes egocêntricas; materialismo exagerado do ego, que não suporta presenciar os bens e o progresso do próximo. Corrompendo a consciência, ela faz nascer o descontrolado e irracional desejo, não de produzir, mas de possuir; mas possuir por usurpação o patrimônio alheio. Da cobiça à avareza, à ganância, à fraude, à dilapidação, ao estelionato, ao furto e ao roubo, a distância é muito curta. Combater o mal na fonte, em seu estágio inicial no interior do consciente influenciado pelo pecado original e dominado pelos atuais, eis o objetivo do décimo mandamento.

O que não se deve cobiçar

"Não cobiçarás a casa do teu próximo. Não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença ao teu próximo" (Ex 20.17). Nada do próximo pode ser cobiçado, nenhuma possessão alheia (Dt 5.21; Mq 2.2).

A cobiça geral designava-se em hebraico pelo termo "hamadh". A ânsia por lucros desonestos, por " beça' " (ver Pv 28.16; Jr 6.13). O egocentrismo econômico e social, por " 'avâ ". Tais termos o grego traduz por "epithymia", desejo descontrolado de lucro fácil e imediato, monetarista (At 20.33; I Tm 6. 9,10; Rm 7.7); por "pleonexia", uso de filigranas jurídicas para apropriações indébitas (II Co 7.2), significando também avareza (LC 12.15; Mc 7.22). Há ainda a palavra "philarguria", que denota um aspecto psicológico específico da cobiça, o amor descontrolado ao dinheiro (I Tm 6.10).

Ninguém tem o direito de cobiçar: Nem o rico, o pouco que o pobre possui, inclusive sua esposa e suas filhas; nem o pobre, a fortuna do rico. A honestidade dos servos do Senhor deve sobreviver à pobreza. Deus jamais deixou de recompensar o trabalhador honesto, servo de Jesus Cristo, pelo seu trabalho: "Fui moço, e já, agora, sou velho, porém, jamais vi o justo desamparado, nem a sua descendência a mendigar o pão" (Sl 37.25). O cobiçoso não ama o próximo, não é misericordioso, não confia em Deus, não tem condições de suplicar com fé e conscientemente ao Pai celeste: "O pão nosso de cada dia dá-nos hoje" (Mt 6.11).

Os mandamentos e o cristão

Somos salvos pela graça, depois que o Pai cobrou em seu Filho a dívida da transgressão de nossos primeiros pais; e também, pelo sacrifício vicário do Cordeiro imaculado, nosso Senhor Jesus Cristo, pelo qual perdoa nossos pecados atuais. Mas a lei, instrumentalizada pelo Espírito Santo, indica-nos as fraquezas da carne, a corruptibilidade de nossas mentes, a propensão maligna de nossos desejos, a fragilidade de nossa vontade e nossa incapacidade à exclusiva consagração ao bem, à dedicação incondicional ao semelhante. A lei mostra-nos o pecado; Cristo concede-nos o perdão. Pela lei, sou levado a reconhecer-me pecador; pelo Espírito, sou revelado que, embora sem merecimentos, Cristo, por sua infinita misericórdia, justifica-me. A lei diagnostica o mal, e isto é necessário; Cristo opera o milagre da cura, restaurando o enfermo.

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 45

A ORAÇÃO

Pergunta 116: *Por que, aos cristãos, a oração é necessária?*

Resposta: *Porque é o principal meio do agradecimento, que Deus exige de nós (Sl 50.14); porque ele deseja dar sua graça e seu Espírito Santo aos que o suplicam por orações fervorosas, contínuas e com ação de graças (Mt 7.7; Lc 11.9,13; I Ts 5.17).*

Síntese

1- Nada desnecessário Deus nos deixou e recomendou. A ânsia do divino, além de ser um impulso da alma humana, existente no homem, ser religioso por excelência, é uma recomendação de Deus aos seus eleitos regenerados. Todo crente verdadeiro e sincero, que mantenha afinidade interativa com a Fonte da vida, carece da manutenção constante do contado pessoal, íntimo e direto com o seu Senhor, Pai e Mestre; o que é feito por meio da oração. Todos os seres humanos têm necessidades espirituais, mas somente aos eleitos o Criador concedeu a bênção da oração.

2- A oração veraz emerge do criatura renovada em Cristo Jesus, em cujo interior habita o Santo Espírito de Deus, emulador e produtor de suas súplicas fervorosas. Não se ora para recepção do Espírito Santo; ora-se porque o recebeu por doação do Pai; e é ele que origina e promove as preces ardentes, adequadas e eficientes no redimido. O cristão não domina o Espírito; é dominado por ele. E quem não o for, não é filho de Deus (Rm 8.14-17).

Pergunta 117: *Que é necessário para que a oração agrade a Deus e seja por ele ouvida?*

Resposta: *Primeiro, que se ore de todo o coração (Jo 4.24; Sl 145.18) ao único e verdadeiro Deus, que manifesta em sua Palavra (Ap 19.10; Jo 4.22-24) tudo aquilo que lhe devemos pedir (Rm 8.26; I Jo 5.14; Tg 1.5).*

Segundo, que pelo reconhecimento sincero de nossa pobreza e miséria (II Co 20.12), humilhemo-nos diante de sua Majestade (Sl 2.11; 34.18; Is 66.2).

Finalmente, que, apoiados em tais fundamentos (Rm 10.13; Tg 1.6), tenhamos a certeza, apesar de nossa indignidade, de que ele ouve nossa oração por amor a Jesus Cristo (Jo 14.13; 16.23; Dn 9.18), exatamente como nos tem prometido em sua Palavra (Mt 7.8; Sl 27.8).

Síntese

1- A oração verdadeira somente a faz o eleito regenerado, porque, pela misericórdia divina, tornou-se filho de Deus por adoção, recebendo do Pai o direito e a necessidade de se manter com ele o diálogo por meio da oração. Quem não é filho, não pode dirigir-se na qualidade e estado de filho a Deus. A primeira condição interna, sentimental e emocional da oração é a filiação. E cada filho da promessa tem somente um Pai a quem destina a sua gratidão e as suas súplicas. O Pai recebe o sorriso do filho contente; mas sente também as lágrimas do filho triste e as exxuga.

2- O salvo por Cristo reconhece-se insuficiente e absolutamente dependente de seu Salvador e Rei. Além da insuficiência natural, o agraciado com a salvação sabe avaliar-se e situar-se diante de Deus como mísero pecador, incapaz de livrar-se, por força e recursos próprios, de sua pecaminosidade e falibilidade espiritual e moral. A sua oração é um SOS, algumas vezes desesperado, ao seu Pai celeste; um aflitivo pedido de misericórdia. O crente jamais perde a dependência de seu augusto Genitor. Tal submissão faz do filho de Deus um glorioso vencedor.

3- A nossa oração somente chega aos ouvidos e ao coração do Pai celeste por intermédio de Jesus Cristo, nosso único Mediador. O acesso do crente a Deus é exclusivamente por meio de seu Filho amado.

Pergunta 118: Que Deus nos manda pedir?

Resposta: *Tudo que necessitamos para o espírito e para o corpo (Tg 1.17; Mt 6.33), e que foi incluído por nosso Senhor Jesus Cristo na oração, que nos ensinou (Mt 6.9-13).*

Síntese

1- A oração pode ser: de confissão, de gratidão, de intercessão, de louvor, de petição ou súplica. A oração de petição objetiva implorar de Deus o preenchimento de nossas necessidades imediatas ou diárias, tanto as materiais como as morais e espirituais. O crente sincero não pode insistir com Deus, em oração, por riquezas; pois o acúmulo de bens materiais, certamente, o destacará dos demais conservos, a maioria pobre, tendo apenas o indispensável à sobrevivência. Ele deve orar para que haja o mesmo pão, ou semelhante, na mesa de todos os seus irmãos; pois nenhum filho Deus privilegia acima dos demais.

2- O que Cristo nos manda pedir é: *O pão nossa de cada dia, dá-nos hoje (Mt 6.11).* O pedido é coletivo, não individual. O crente suplica a Deus o alimento diário para sua comunidade; que cada irmão tenha em sua mesa o sustento de cada dia, e seja grato ao eterno Provedor. Em uma comunidade corporativa e cooperativa todos os membros são iguais, recebendo do Deus a quem servem o mesmo tratamento, embora cada um seja galardoado com carismas distintos.

Pergunta 119: Que diz esta oração?

Resposta: *Pai nosso que estás nos céus, santificado seja o teu nome; venha o teu reino; faça-se a tua vontade, assim na terra como no céu; o pão nosso de cada dia dá-nos hoje; e perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós temos perdoado aos nossos devedores; e não nos deixes cair em tentação; mas livra-nos do mal [pois teu é o reino, o poder e a glória para sempre. Amém] (Mt 6.9-13 cf Lc 11.2-4).*

Síntese

1- A Oração Dominical é o modelo cristão de todas as orações coletivas. Nela Cristo colocou as petições indispensáveis da Igreja. Sendo uma prece, a mais profunda de todas, não pode ser pronunciada maquinal e levianamente. O hábito de recitá-la liturgicamente não deve retirar-lhe o conteúdo oracional nem esvaziar-lhe o aspecto suplicante. Por meio da oração ensinada e recomendada por Cristo, a Igreja implora os cuidados divinos ininterruptos para com o povo escolhido e vinculado ao Cordeiro, nosso Senhor Jesus Cristo.

2- A oração individual e doméstica, receitada pelo divino Mestre em Mateus 6.6, é de natureza diferente, pois ressalta a intimidade pessoal do salvo com o seu Salvador, sem qualquer publicidade ou exterioridade. O Pai e o filho podem ter, e efetivamente têm, momentos de recolhimento, quando o Espírito Santo, que habita o crente, estabelece o encontro privado entre ambos. Na privacidade, Pai e filho interagem; o servo necessitado encontra auxílio no Senhor providente; o sofredor angustiado recebe alento e conforto do eterno Consolador.

ORAÇÃO, GRAÇA DIVINA

"Também o Espírito, semelhantemente, nos assiste em nossa fraqueza; porque não sabemos orar como convém, mas o mesmo Espírito intercede por nós sobremaneira com gemidos inexprimíveis. E aquele que sonda os corações sabe qual é a mente do Espírito, porque segundo a vontade de Deus é que ele intercede pelos santos"(Rm 8.26,27). As orações arquitetadas, formuladas e expressas pela mente humana, por muito piedosas, apaixonadas e sentimentais que sejam, são inadequadas e imperfeitas; pois o homem, vítima da queda, não sabe e não pode relacionar-se com o seu Criador de modo satisfatório. O pecador é inábil para, por si mesmo, falar com Deus. Eis porque Jesus Cristo humanizou-se, nivelou-se a nós, para tornar-se o nosso Salvador e Mediador. Pelo seu Espírito continua conosco, intercedendo por nós com palavras inaudíveis e ininteligíveis ao pecador redimido, mas compreensíveis e aceitáveis para Deus. O regenerado, sendo templo do Espírito, é o tabernáculo do Salvador, de onde procedem as preces verdadeiras. A reza do ímpio, embora possa aparentar convincente misticismo, não se há de chamá-la de oração no sentido bíblico; pois o que não procede da natureza regenerada, altar do Paráclito, não chega aos ouvidos e ao coração de Deus. O ímpio não tem Mediador pelo qual possa chegar-se a Deus. A oração, pois, é uma misteriosa graça do Salvador aos salvos, mediante o Espírito Santo. Deus ouve a oração do filho rebelde ou do eleito alienado, mas não escuta as petições inadequadas dos réprobos.

DO FILHO CARENTE AO PAI SOBERANO

"Deus, o vosso Pai, sabe o de que tendes necessidade, antes que lho peçais" (Mt 6.8). O pai conhece as necessidades do filho. O bem do filho é a razão das generosas dádivas do Pai. Não há pedido sem resposta. Quando a vontade e o desejo do filho coincidem com a vontade e o desejo do Pai, a resposta é "sim". Sabendo o Pai que a resposta positiva, segundo as preferências humanas do filho, ser-lhe-á de conseqüências danosas ou maléficas, o seu "não" se fará necessário e abençoado, embora não compreendido imediatamente.

Tudo o de que temos necessidade o Senhor Jesus nos deixou nas petições da Oração Dominical, o ideal parâmetro de nossas súplicas tanto na forma como no conteúdo.

A oração não é um meio pelo qual se manobra Deus; é o instrumento do Espírito Santo para que o filho de Deus em Cristo Jesus reconheça: a- A paternidade divina e ao Pai se submeta. b- A sua permanente carência da graça divina, do pão do céu. c- Que somente Deus pode ouvir e atender as vozes súplicas do filho perdido. A oração não é um poder que a fé positiva concede ao homem, é uma graça pela qual o salvo se relaciona com o Salvador, a criatura se chega ao Criador, o servo se submete ao Senhor, o filho se abriga nos braços do Pai. O pecador, mesmo o regenerado, é totalmente inábil para dirigir-se a si mesmo, saber o que realmente lhe é conveniente e necessário, impor sua vontade ao supremo Rei dos reis. Cabem-lhe apenas humildade, respeito, submissão e reverência. Deus não está à disposição do homem para fazer-lhe a vontade, satisfazer-lhe os desejos, submeter-se ao seu comando. Ele é Criador e Senhor absolutamente soberano e governa, segundo seus propósitos, todas as suas criaturas, fazendo delas e com elas o que lhe apraz. Pela oração, portanto, não submetemos a

divindade à nossa vontade e objetivos, sejam quais forem. A oração não é poder de comandar; é graça de submeter-se.

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 46

ORAÇÃO DOMINICAL: INVOCAÇÃO.

Pergunta 120: *Por que nos pede Jesus Cristo para dirigirmos a Deus dizendo: "Pai nosso?"*

Resposta: *Para despertar em nós, desde o início da oração, o respeito filial e a confiança em Deus, que devem ser os fundamentos de nossa oração. Devemos ter consciência de que Deus é nosso Pai por intermédio de Jesus Cristo, e nos concede as coisas que lhe pedimos com fé, e isto mais certamente do que o fazem nossos pais com as dádivas deste mundo (Mt 7. 9-11; Lc 11.11-13).*

Síntese

1- Jesus quer que o imitemos. Ele se dirigia a Deus, chamando-o de Pai. E nós, seus irmãos, filhos de Deus por seu intermédio, devemos fazer o mesmo, mas sempre com o respeito devido e a reverência exigida. A distância entre nós, filhos por adoção e humanos por natureza, e o nosso Pai celeste, essencialmente espiritual, é imensa: Ele está nos céus, isto é, elevado, exaltado, muito acima de suas criaturas, mesmo sendo filhas adotivas mediante seu Filho, Jesus Cristo.

2- Deus é nosso Pai por sua livre graça e infinita misericórdia. Sua paternidade, pois, sobre nós é uma concessão de sua imensa bondade. Como Pai, cuida da cada um e de todos os seus filhos paternalmente, atendendo-lhes as petições na medida de suas necessidades, sempre visando o bem final de seus protegidos. O cristão verdadeiro, por intermédio de Cristo, dirige-se em oração a Deus, chamando-o de Pai, porque ele é efetivamente seu Pai, cuja paternidade é eterna, inderrogável e indissolúvel.

Pergunta 121: *Por que se acrescenta: "Que estás nos céus?"*

Resposta: *A fim de que não tenhamos nenhuma idéia terrena da majestade celestial de Deus, e esperemos de sua onipotência o de que necessitamos para nosso corpo e nosso espírito (Jr 23.23,24; t 17.24,25,27; Rm 10.12).*

SÍNTESE

1- A expressão "que estás nos céus" dá-nos a dimensão da distância espiritual que separa o pecador finito, mortal e inabilitado a salvar-se a si mesmo, e o seu Pai celeste. Na oração, jamais podemos esquecer de que nos dirigimos a um Rei extremamente majestoso e infinitamente poderoso. Um crente diante de Deus em oração é comparavelmente muitíssimo inferior a um súdito, que tenha tido o inusitado privilégio de ser recebido em audiência pelo rei de seu país, um poderoso reino.

2- O Deus dos céus, onipotente o onisciente, mas que teve a misericordiosa bondade de fazer-nos seus filhos, pode, realmente, proteger-nos e atender todas as nossas preces, não segundo os nossos desejos, mas a sua soberana vontade e conforme

os seus planos para nossas vidas. Nenhum ser humano, especialmente o eleito, é colocado no mundo sem propósito. Cada servo de Deus tem missões a cumprir no curso de sua vida. Portanto, o Criador concedeu-nos liberdade de viver para nós, voltados para nossos interesses pessoais. Para progresso e manutenção de tais valores individuais e familiares, oramos intensamente. A nossa vida, porém, destina-se à glória e ao serviço de Deus. Pelas atividades realizadas e consagradas a Deus temos a obrigação de suplicar sempre, para que haja mais dedicação, desenvolvimento e eficiência em tudo que fizermos como servos de Deus. No serviço ao Criador e Pai, o egocentrismo tem de ceder lugar ao teocentrismo. Deus nos ajuda na área de preservação e manutenção de nossa vida física, moral e espiritual, para que lhe sejamos habilitados e dedicados servidores de seu reino no mundo, cujo reinado foi entregue a Jesus Cristo, o Messias prometido.

Paternidade divina

DEUS, NO VELHO TESTAMENTO, ERA VISTO E ACEITO COMO PAI DO ISRAELITA E DA NAÇÃO JUDAICA POR SEUS ATOS PODEROSOS NA CRIAÇÃO E NA REDENÇÃO. EM SEIS DIAS CRIOU TODAS AS COISAS, TRAZENDO-AS À EXISTÊNCIA DO NADA. CONFERINDO AUTORIDADE E PODER MIRACULOSO A MOISÉS, TIROU SEU POVO, FILHOS DA PROMESSA, DA INSUPORTÁVEL ESCRAVIDÃO DO EGITO E FIRMOU COM ELE UM PACTO CUJOS TERMOS LEGAIS É A LEI. A PATERNIDADE DIVINA, NO ENTANTO, VEIO A PLENIFICAR-SE NA ENCARNAÇÃO DO FILHO, O SEGUNDO ADÃO, NO QUAL SE CRIOU E SE CRIA UMA NOVA HUMANIDADE PELO MISTÉRIO DA REGENERAÇÃO. DEUS É ETERNAMENTE O PAI DE JESUS CRISTO, SENDO ESTE, O FILHO; PORTANTO, IGUAL A ELE EM SUBSTÂNCIA, ESSÊNCIA E NATUREZA. E TODOS OS REGENERADOS, OS QUE CRÊEM EM CRISTO E LHE FAZEM A VONTADE, TORNAM-SE FILHOS DE DEUS: "A TODOS QUANTOS O RECEBERAM, DEU-LHES O PODER DE SEREM FEITOS FILHOS DE DEUS, A SABER: AOS QUE CRÊEM NO SEU NOME"(JO 1.12). SOMOS, POIS, FILHOS DE DEUS EM JESUS CRISTO. PODEMOS E DEVEMOS ORAR A DEUS PELO DESIGNATIVO DE "NOSSO PAI", COM O MESMO CARINHO, SENTIMENTO, EMOÇÃO E NATURALIDADE COM QUE UMA CRIANÇA SE DIRIGE AO SEU PAI TERRENO, CHAMANDO-O DE "PAPAI" ('ABBÁ) NUM BALBUCIO INFANTIL, MAS COM ELEVADÍSSIMO GRAU DE RESPEITO, ADMIRAÇÃO, CONSIDERAÇÃO, DEPENDÊNCIA E SUBMISSÃO. O VERDADEIRO REDIMIDO TEM SEMPRE EM SUA MENTE A IMAGEM DO PAI CELESTE, POIS SABE, PELA PALAVRA DE DEUS, PELO TESTEMUNHO INTERNO DO ESPÍRITO SANTO, PELA VIVÊNCIA DA FÉ E PELA CONVIVÊNCIA COM OS IRMÃOS NA FRATERNIDADE CRISTÃ, QUE EFETIVAMENTE É FILHO DE DEUS POR MEIO DE SUA INDISSOLÚVEL COMUNHÃO COM JESUS CRISTO. CARECEMOS DO PAI ESPIRITUAL E DELE DEPENDEMOS MAIS PROFUNDA E PERMANENTEMENTE QUE DE NOSSO PAI CARNAL. NOSSA ORAÇÃO, GERADA NO ÍNTIMO PELO ESPÍRITO SANTO, É O BRADO DE NOSSA CARÊNCIA, O GEMIDO DE NOSSAS

AFLIÇÕES, O RESSONO DA ALMA QUIETA NO REGAÇO DE SEU PROTETOR DIVINO, O SUSPIRO DE NOSSA INDELÉVEL CONFINÇA SOB A PROTEÇÃO DA DIVINA PATERNIDADE, O TRANQUÍLO SORRISO DO CORAÇÃO AGRACIADO, A GRATIDÃO DE SERMOS FILHOS DO REI DOS REIS. POR OUTRO LADO, TEMOS UM PAI QUE CUIDA DE NÓS, QUE NOS ATENDE SEGUNDO NOSSAS NECESSIDADES E NÃO CONFORME, SISTEMATICAMENTE, NOSSOS DESEJOS: "PORQUE DEUS, O VOSSO PAI, SABE O DE QUE TENDES NECESSIDADE, ANTES QUE LHO PEÇAIS"(MT 6.8). E MAIS, NOSSO PAI CELESTIAL ENTRA EM NOSSA VIDA ÍNTIMA, OUVI OS NOSSOS SEGREDOS PESSOAIS E PRIVATIVOS, ENTENDE-NOS E NOS ATENDE: "TU, PORÉM, QUANDO ORARES, ENTRA NO TEU QUARTO, E, FECHADA A PORTA, ORARÁS A TEU PAI QUE ESTÁ EM SECRETO; E TEU PAI QUE VÊ EM SECRETO, TE RECOMPENSARÁ"(MT 6. 6).

PAI NOSSO

Jesus certamente não quer que a oração seja individualizada, que prevaleça "o meu" em lugar do "nosso". Somos uma comunidade de irmãos, filhos de um único Pai, a família de Jesus. Nenhum irmão o Pai prestigia mais que os outros. Seu amor e suas bênçãos são dados ao conjunto familiar e igualmente a cada um de seus filhos. Eis porque o Salvador nos ensina a pedir ao Pai as bênçãos para coletividade fraternal, onde o indivíduo se beneficia da sua inserção no corpo eclesial. Como o Filho é "um" com o Pai, também quer que sejamos "um" nele sem qualquer egoísmo, privilégios e discriminações. O "Pai Nosso", portanto, é uma oração comunitária.

Que estás nos céus:

A encarnação não vulgariza a divindade; a paternidade divina não iguala Deus ao homem. O filho tem de saber que seu Pai celeste é o Augusto Criador, o Supremo Redentor, o potentíssimo Rei do universo. O dia em que perder tal compreensão da realeza paterna, com certeza perderá também a dignidade de príncipe, "filho de sua Majestade," tanto quanto a noção de reverência e de respeito que lhe deve. O Pai não pode ser tratado irreverentemente. Vejam como Jesus, o Senhor, ao Pai se dirigiu reverentemente. Tratá-lo como se nivelado a nós fosse é desrespeito. Quem reconhece a incalculável e insondável grandeza de Deus, perante ele se humilha, submete-se, enxerga sua finitude. O Pai está nos céus, e nós, seus filhos pela mediação de Cristo, estamos na terra. São planos de natureza diversas. Deus se humanizou, mas o homem não se diviniza. As diferenças e a distância permanecem.

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 47

ORAÇÃO DOMINICAL.

PRIMEIRA PETIÇÃO - Santificação do nome divino

Pergunta 122: "Qual é a primeira petição?"

Resposta: *"Santificado seja o teu nome, significa: Concede-nos, antes de tudo, que te conheçamos corretamente (Jo 17.3; Jr 9.24; 31.33,34; Mt 16.17; Tg 1.5; Sl 119.105), que santifiquemos e celebremos a tua onipotência, sabedoria, bondade, justiça, misericórdia e verdade, manifestadas em todas as tuas obras (Sl 119.137; Lc 1.46,47,68,69; Rm 11.33). Permita-nos também que toda nossa vida, em pensamento, palavra e obra, seja colocada sob tua direção para que teu nome não seja por nós blasfemado e nem menosprezado, mas sempre honrado e glorificado" (Sl 71.8; 115.1).*

Síntese

1- O nome de Deus é santo por natureza, independentemente da atitude humana a seu respeito. Depois de revelado, o nome divino passou a pertencer ao mundo, que pode glorificá-lo ou desonrá-lo; inclusive confundindo-o com falsas divindades ou adorando deuses irrealis em seu lugar. A Igreja, porém, povo de Deus, tem o privilégio de conhecê-lo corretamente pela revelação bíblica e pela iluminação do Espírito Santo. Conhecendo-o, e sendo pertencente a ele, ela tem o dever de sacralizá-lo, de tratá-lo distintamente e com o máximo de reverência possível, de usar responsabilmente o seu nome e cultuá-lo respeitadamente nas liturgias comunitárias e nos cultos domésticos.

2- Deus é santificado pela Igreja e cada um de seus membros, quando vive conforme as suas ordenanças, fazendo seu nome respeitado e admirado pelos homens. A fraqueza da Igreja não procede de Deus, seu Rei e Cabeça, mas da própria corporação comunitária, constituída de pecadores, todos fragilizados pelo pecado. Deus é inabalável, imutável, essencialmente santo. Ele é incorpóreo, e está infinitamente acima das criaturas humanas, embora a revelação e a encarnação o tenha categorizado em nosso universo significativo com as mesmas categorias de uma pessoa histórica envolvente e envolvida. Seu nome o identifica conosco, mas não pode ser confundido com qualquer outro nome, designativo de figuras eminentes, pontilhares e preponderantes na história da humanidade. O conhecimento de Deus pelo seu nome veio-nos por revelação; não foi uma designação humana, uma caracterização convencional de algum genitor ou descobridor. Deus existe por si mesmo. Seu nome é único e absolutamente santo por imaculabilidade essencial e separação absoluta.

3- Deus é absolutamente "outro", não pertencente ao nosso universo conceitual e fenomenal. Não há como, pois, defini-lo e identificá-lo corretamente. Conhecemo-lo, dentro do que nos é permitido, na figura da Segunda Pessoa da Trindade, inserida no nosso mundo pelo mistério da encarnação do Verbo. O nome do Deus inefável é visto e sentido no santíssimo Senhor nosso, Jesus Cristo. Nele o conhecemos, adoramo-lo e exaltamo-lo acima de todos os nomes. Seguindo correta e fielmente os ensinamentos de Cristo, certamente santificaremos o sacratíssimo nome de Deus.

4- A crença na existência real de Deus, no que ele nos comunica por revelação e o estrito depósito de nossa confiança em seu Filho e em suas promessas, são formas de santificar o seu nome; isto é, reconhecer que ele nos domina e se incorpora definitivamente em nossas vidas, renovando-as, transformando-as para a servitude e glória de seu nome. O bom e fiel servo, santifica o nome de seu Senhor, evidenciando-o em sua vida para evidenciá-lo no meio em que vive.

Ser santo é pertencer a Deus irrestritamente. Pertencer a Deus irrestritamente é servi-lo incondicionalmente. Servi-lo incondicionalmente é santificar o seu nome.

O Nome

Para as Escrituras Sagradas, o nome continha toda a realidade interna e externa do ser. Não ter nome significava não ter existência real, ser completamente despido de significado, de qualificação, de capacidade interativa com outras individualidades. Eliminar um nome, pois, é destruir a pessoa que ele fez vir à realidade existencial e histórica, viabilizando diálogos e relacionamentos diversos (I Sm 24.22; II Rs 14.27; Jó 18.17; Sl 85. 5; Is 14.22; Sf 1.4). Conhecer o nome, é conhecer a pessoa por ele designado (Jz 13.6). Trocar o nome implica em mudança de personalidade, em renascimento, em reorientação de rumo, de destino. No Velho Testamento as pessoas não podiam, depois de transformadas, de se tornarem novas criaturas, manter os velhos nomes, designativos das realidades pessoais anteriores, agora inadequados e até conflitantes com as pessoas renovadas e redestinadas a novas missões. Assim, Abrão torna-se Abraão (Gn 17.5); Jacó, Israel (Gn 35.10). A mutabilidade de nomes humanos, sempre de pior para melhor, leva-nos a concluir: a- Imutável há somente um, Deus, exatamente por sua absoluta perfeição. b- O Criador e Salvador, e exclusivamente ele, pode regenerar-nos, tirando o nosso velho nome, dando-nos um novo, dignificado, honrado e permanente, o de cristãos (Ap 2.17; 3. 5, 12).

O NOME DE DEUS

O nome de Deus é excelentíssimo, elevadíssimo, eminentíssimo (Zc 14.9; I Rs 8.42; Jr 44.11; Sl 148.13), honrado (Dt 28.58), tremendo (Sl 99.3 111. 9), glorioso (Ne 9.5; Sl 72.19), santíssimo (Lv 20.3; Sl 103.1; Ez 20..39. Porque Deus é único, absolutamente uno, auto-suficiente, imutável e inigualável, possui um nome exclusivo, sem paralelo, incomparável (Lv 24.11; II Sm 6.2). Não pertencendo ao universo dos homens, não podia ser por eles pronunciado. Pronunciar o nome de Deus significava trazer à luz fenomênica a fatuidade da transcendência divina, implicava no conhecimento de sua pessoa; e isto estava reservado somente ao Filho de Deus, o Messias da promessa (At 4.12; Fp 2.9; Hb 1.4). Toda a raça humana curvar-se-á, reverente, perante o nome de Jesus, e há de confessar que ele é Senhor (Kyrios= Adonai= Javé). O Deus que se revelou no Sinai, ocultou o seu nome, que os judeus passaram a representar pelo tetragrama sagrado impronunciável, YHWH.

SANTIFICAÇÃO DO NOME DE DEUS

Santo, para Israel, era uma intromissão do Sagrado, do "absolutamente outro," no universo profano. Tal presença exigia um território, um espaço privativo com todas as coisas, objetos, animais e pessoas de propriedade exclusiva de quem decidiu "tabernacular" com um povo especialmente escolhido por sua livre e soberana graça. Tudo que pertencia ao Divino, então habitante do mundo, perdia a profanidade para revestir-se de santidade. O que era tipológico no Velho Testamento realizou-se no Novo na majestosa pessoa do Messias. Agora, o Santo, que nada tem deste mundo, habita a Igreja e cada redimido. E, porque ele é Santo, nós, em Cristo Jesus, templos do Paráclito por sua decisão, tornamo-nos santos. Desta maneira, a Igreja é santa e, por sua vida consagrada, pela submissão à Palavra de Deus e pelo culto em espírito e em verdade,

santifica o nome de Deus. Os que estão em Cristo, obedecem-lhe a palavra, harmonizam-se com seus irmãos, testemunham o Evangelho e adoram exclusivamente o Deus trino; esses, na verdade, santificam o nome do Criador, Rei e Salvador. E não somente isto, também não misturam o nome de Deus com outros nomes, sejam de falsos deuses, de homens divinizados ou de figuras simplesmente mitológicas e mânticas. O monoteísmo radical de nossa fé e de nossa adoração, a irrestrita submissão às Escrituras Sagradas, o fortíssimo apego à verdade, o amor apaixonado a Jesus Cristo, a reverência e o respeito devidos ao Salvador, são meios pelos quais santificamos continuamente o nome de Deus. O crente verdadeiro tem consciência de suas limitações, fraquezas e pecado e, por isto mesmo, sente carência da protetora misericórdia do Deus Todo Poderoso, encarnado em seu Verbo, nosso Senhor Jesus Cristo; jamais lhe toma o nome em vão ou vive porcamemente e, destemidamente, proclama que Jesus é o Filho de Deus. Ser cristão honradamente é santificar o nome do Salvador e fazê-lo conhecido dos pecadores e por eles estimado e adorado: "Assim, brilhe também a vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem a vosso Pai que está nos céus"(Mt 5.16).

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 48

ORAÇÃO DOMINICAL - A vinda do reino

Pergunta 123: Qual a segunda petição?

Resposta: *Venha o teu reino; significa: Senhor, reina de tal modo sobre nós por tua palavra e teu Espírito, que sejamos submetidos cada vez mais a ti (Sl 143.10; 119.5; Mt 6.33). Conserva e aumenta tua Igreja (Sl 51.18; 122.6). Destrói as obras de Satanás e as hostes que levanta contra ti. Desfaz tudo que se trama contra a tua Palavra (I Jo 3.8; Rm 16.20), para que venha a plenitude do teu reino (Ap 22.20; Rm 8.22,23), quando tu serás tudo em todos (I Co 15.28).*

Síntese

- 1- O reinado de Cristo sobre os seus eleitos dá-se por meio das Escrituras, do testemunho interno do Espírito Santo. O método que ele instituiu para gerir a sua Igreja militante é por intermédio de seus ministros ordenados, aos quais concedeu as "chaves do reino" para arrolar os súditos eternamente eleitos pelo poder da Palavra e pelo Batismo; e desarrolar por disciplina os que se rebelarem contra a Palavra e se desarmonizarem com os irmãos.
- 2- O reino de Deus na terra manifesta-se e se perpetua pela manutenção da verdadeira Igreja de Cristo no mundo; o que se dá por meio da revelação sacra; o ministério do Espírito Santo; a ministração correta dos sacramentos; os ministérios de homens escolhidos para serem pastores, evangelistas e mestres do rebanho do Bom Pastor, Jesus Cristo.
- 3- O reino de Deus no mundo é de natureza formadora e, como tal, transitória. Ele durará até o tempo em que o Salvador completar o número exato do eleitos, cumprindo, assim, o seu papel no atual estágio. Ninguém está no céu sem que primeiro tenha passado pela Igreja na terra; experimentado os sofrimentos causados pelo pecado;

sentido a impotência de salvar-se a si mesmo; ser objeto da misericordiosa graça de Deus; receber a dádiva da salvação em Cristo Jesus; experimentar a angústia da morte física. Em virtude de seu desiderato formador, a Igreja tem de expressar com clareza e força de persuasão o reino de Deus que ela encarna e representa. Por isso, tem de pedir a contínua implantação da vontade de Deus em seu corpo eclesial, porque, por meio dela, Deus está fazendo vir progressivamente o seu reino.

4- O alvo final do povo de Deus é o reino escatológico, que a Igreja implora que venha logo, porque os padecimentos são grandes e estão aumentando. Este período de parturição do reino vindouro é realmente penoso e muito doloroso, mas também glorificante.

Resumindo: Cristo deseja que sua Igreja empenhe-se na ação missionária, na obra doutrinária e no ministério litúrgico, para que o mundo sinta a sua presença transformadora, e todos os eleitos sejam por ela chamados, integrados no corpo místico de Cristo e preparados doutrinariamente para o serviço no reino do Cordeiro. Cristocentricidade e biblicidade são os fundamentos da Igreja. Pregação, doutrinação e adoração são os seus principais instrumentos de ação no mundo.

O REINO VEIO E VIRÁ

Deus levou a velha dispensação ao "telos", à culminação, à plenitude dos tempos; preparação lenta, sucessiva, revelacional, histórica, necessária, para a vinda de Cristo e implantação do Reino messiânico, a nova dispensação da graça. Deus foi Rei de um reino materialmente invisível, enquanto o seu povo peregrinava no deserto. Embora sob uma legislação pactual criteriosamente elaborada, permitindo a existência de um corpo jurídico, social e político bem definido, os escolhidos não se alojavam num domínio geográfico e econômico próprios, que pudessem chamar, perante os outros povos, de reino de Deus; mas era. Na diáspora, o fenômeno se repete: O reino subsistiu à perda da soberania nacional. Deus em Cristo retoma o processo. Ele é nosso Rei. Seu reinado, para os redimidos, é indiscutível e indispensável. Seu reino é a sua Igreja, mas ela, apesar de estar no mundo e ser-lhe útil, não é parte dele: "Eles não são do mundo como também eu não sou" (Jo 17.16). Como Israel foi, nós somos: Um reino de peregrinos. À proporção que a Igreja marcha em direção à pátria celestial sob a direção e proteção de seu Rei, nosso Senhor Jesus Cristo, a petição se realiza e se intensifica nos seus lábios súplices, na sua militância, no seu ministério didático e querigmático, na sua comissão e na sua missão: "Venha o teu reino". A convicção de que a plenitude do reino virá reside na certeza de que o Rei, que já governa sobre nós, levar-nos-á, de maneira segura, sem qualquer empecilho, ao reino que nos está preparado desde a fundação do mundo. O "já em Cristo," sob o comando do Espírito Santo, pelo seu testemunho interno em cada redimido e vitalização da Igreja, é a garantia de que o "ainda não", certamente, se realizará. A incontestabilidade da presença reinante do Messias no nosso "hoje" gera em nós a firme esperança do "amanhã" pertencente a Deus, mas aos redimidos prometido.

Os premilenistas dispensacionalistas entendem que o Rei e o reino virão num tempo futuro, inaugurando a era milenária. A septuagésima semana de que fala Daniel deveria, segundo os iniciais propósitos divinos, cumprir-se em Jesus Cristo. Este, porém, traído pelos judeus, foi crucificado. E o reino não se instalou. Deus então, com

os que crêm em Cristo, criou a Igreja, que não estava prevista em seus planos e nem consta das profecias vetotestamentárias. Cristo, no entanto, retornará para cumprir as daniélicas previsões, reparar o fracasso da primeira vinda, e reinar como soberano físico e político entronizado em Jerusalém por mil anos. E a Igreja, um tipo de solução provisória em decorrência da imprevista morte do Rei, será arrebatada. Não participará da grande batalha de implantação do império messiânico. Com o arrebatamento dos crentes em Cristo, a pregação da Igreja, o evangelho da graça, cessa. No período milenário, de liderança judaica, pregar-se-á o "evangelho eterno", que proclama a adesão ao Rei Messias. Os que a ele se submeterem serão salvos. O sacrifício vicário de Cristo, para os premilenistas dispensacionalistas, não constava nos planos de Deus e tem poder salvador apenas para a Igreja. Assim não era antes e não será posteriormente, pois a imagem do Messias esperado não é a de um rei humilhado na cruz, mas a de um Soberano Senhor, vitorioso, exaltado por todos os governos da terra, prepotente sobre eles, Rei dos reis.

Creemos num Cristo Rei, que veio para reinar e está reinando sobre a Igreja, de que é o cabeça, de modo direto e especial, e aceitamos o seu reinado eterno e geral sobre o universo e sobre a humanidade como mediador da criação, da providência, do governo, e realizador da redenção. Tanto diante de Pilatos (Mt 27.11 cf Mc 15.2; Lc 23.3; Jo 18.37) como perante o Sinédrio (Mc 14.60-62 cf Mt 26. 63,64; Lc 22.66-70), embora humilhado, em situação desfavorável, Cristo reafirmou categoricamente sua realeza. Ele, pois, sem sombra de dúvida, é nosso Rei e sobre nós reina efetivamente. Somos um reino de sacerdotes dele e para ele (I Pe 2.9).

COMO CRISTO REINA

Cristo reina sobre o crente pelo seu Espírito que nele habita, dirigindo-o, conformando-o à sua vontade, convencendo-o do pecado, da justiça e do juízo, ensinando-lhe as verdades eternas contidas nas Escrituras.

Cristo reina sobre a Igreja, seu corpo, da qual é a cabeça, o tronco da videira, a pedra fundamental. A existência da Igreja depende privativamente da existência de Cristo e de sua realeza sobre ela. Quem se submete ao Rei e a ele obedece é seu súdito, faz parte de seu reino.

Cristo reina sobre o mundo, pois todo poder lhe foi dado nos céus e na terra (Mt 28.18).

Cristo, Rei da Igreja peregrina em terras estranhas, reinará sobre ela no seu reino vindouro, quando todos os seus redimidos comparecerão perante o Rei com seus corpos restaurados, incorruptíveis e gloriosos e com ele permanecerão eternamente. Ele é Rei agora e aqui para ser Rei depois e além.

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 50

QUARTA PETIÇÃO: O pão de cada dia

Pergunta 125: "Qual é a quarta petição?"

Resposta: " O pão nosso de cada dia dá-nos hoje. *Em outras palavras: Digna-te prover-nos do necessário ao corpo (Sl 145.15; 104.27; Mt 6.26), para que reconheçamos que tu és a única fonte de tudo o que é bom (Tg 1.17; At 14.17; 17.25), e que, sem tua bênção, nem nossos cuidados, nem trabalho, nem mesmo os dons que nos concedes podem proporcionar-nos qualquer real benefício (I Co 15.58; Dt 8.3; Sl 37.16; 127.1,2). Portanto, retiremos nossa confiança de todas as criaturas e a depositemos exclusivamente em ti (Sl 55.22; 62.10; 146.3; Jr 17.5,7).*

Conteúdo:

- a- O que for necessário ao corpo: Sl 145.15; Sl 104.27; Mt 6.26.
- b- Reconhecer que Deus é a fonte de tudo que recebemos: Tg 1.17; At 14.17; At 17.25.
- c- Sem a bênção de Deus nossos esforços seriam vãos: I Co 15.58; Dt 8.3; Sl 37.16; Sl 127. 1,2.
- d- Depositemos nossa confiança exclusivamente em Deus: Sl 55.22; Sl 62.10; Sl 146.3; Jr 17.5-7.

Síntese

- 1- A alimentação dos filhos é dever do pai. Deus é nosso Pai e, como tal, cuida de nós com zelosíssimo amor. Ele providenciou todos os meios naturais para a alimentação física de seus filhos. Deu-lhes também todos os instrumentos e recursos para a preservação de suas vidas ao longo das gerações. A nossa nutrição seria impossível sem a existência dos elementos e os mecanismos providenciais e naturais de produção: O solo, a água, a luz, o ar. Com a operação conjugada de tais elementos temos a fauna e a flora, miraculosas dádivas de Deus, que o homem recebeu gratuitamente, e está exterminando.
- 2- O crente reconhece a indispensável providência divina na manutenção, preservação e proteção da humanidade, e agradece tudo ao Criador e Preservador de todas as coisas. Mais ainda, suplica-lhe a graça do pão diário: a habitação, a alimentação, a medicação, a educação e a indumentária.
- 3- A nossa dependência não é da natureza, mas de Deus. Dependemos de nosso Pai celeste como o recém-nascido depende de sua mãe; somos incapazes de viver sem o misericordioso amparo da mão de Deus.
- 4- O pão de cada dia inclui a nutrição espiritual, que nos é indispensável. Infeliz aquele que dela descuida. O aniquilamento de nossa espiritualidade é mais grave e de conseqüências mais danosas do que o depauperamento de nosso físico, porque a vida biológica é transitória, mas a espiritual é eterna. Quem não cuida do eterno, morre com o transitório.

O PÃO COTIDIANO

a- **Significado.** O termo que aparece na quarta petição, aqui traduzido por "cada dia", é "epiousios", usado somente na Oração do Senhor tanto em Mateus como em Lucas e pode significar, conectado com a palavra pão (artos): O necessário de cada dia; o indispensável à existência; o de amanhã garantido hoje; a ração exclusiva de hoje; o pão diário entregue hoje; o pão do futuro para hoje. O catolicismo ensina que o fiel, nesta petição, suplica a dádiva do pão eucarístico, o objetivo alimento espiritual que lhe chega à vida pelas mãos da Igreja.

b- **Pão material.** O conteúdo material da petição é inegável, mas nosso Pai celeste não quer que transformemos o "hoje" de nossa existência numa luta fóbica para acúmulo de riquezas, supondo que a segurança de hoje e a garantia de amanhã residem no binômio: Ganho e poupança. Não somos escravos de Mamom; somos filhos de um Pai que, realmente, cuida de nós, dando-nos, na medida certa, nossa porção diária. A idéia é a da mãe que mede os mililitros diários da mamadeira do filho, aumentando a medida na proporção de seu crescimento, conforme suas necessidades diárias; nem mais nem menos. Assim, dependemos inteira e exclusivamente de Deus como crianças recém-nascidas dependem de seus pais: "Vosso Pai sabe o de que tendes necessidades, antes que lho peçais" (Mt 6.8). "Portanto, não vos inquieteis com o dia de amanhã, pois o amanhã trará os seus cuidados; basta ao dia o seu próprio mal" (Mt 6.34). Com esta petição, pois, Jesus deseja estabelecer a irrestrita confiança no Pai celeste e a estrita dependência dele da parte de todos os seus verdadeiros filhos. Como a natureza depende de Deus, também nós, embora com a grandeza de imagens e semelhanças de nosso Criador, dele dependemos (Mt 6.25-34). O crente goza, na qualidade de filho, da providência especial de seu Senhor; os homens naturais beneficiam-se de suas bênçãos gerais: "Porque ele faz nascer o sol sobre maus e bons, e vir chuvas sobre justos e injustos" (Mt 5.45).

O PÃO ESPIRITUAL

Jesus é pão espiritual nosso de cada dia, não o que nós queremos, pedimos ou procuramos, mas o de que necessitamos, conforme o amor, o conhecimento e a providência do Pai: "Eu sou o pão da vida" (Jo 6.48). "Eu sou o pão vivo que desceu do céu; se alguém dele comer viverá eternamente; e o pão que eu darei pela vida do mundo é a minha carne" (Jo 6. 51). E a Igreja, salva pelo Cristo vicário, alimenta-se diariamente com a Palavra de Deus e, nutrida, nutre os seus membros, pois "nem só de pão vive o homem, mas de toda palavra que sai da boca de Deus" (Mt 4.4).

O ALIMENTO EUCARÍSTICO

Os elementos físicos da Santa Ceia, fora do contexto litúrgico do culto a Deus em espírito e em verdade, nada significam, nenhum poder intrínseco possuem, mesmo depois de consagrados por um sacerdote; são sinais externos e símbolos visíveis da graça invisível da redenção. Eis porque somente os regenerados, os que sabem discernir o corpo por testemunho interno do Espírito Santo, é que podem participar da Ceia do Senhor, recebendo o alimento espiritual. Quem não é templo do Espírito e membro do corpo de Cristo não está credenciado a ser partícipe da Ceia do Senhor, a menos que o faça indignamente, comendo juízo para si (I Co 11. 29). A Mesa

eucarística significa comunhão fraternal. Ceia individual ou individualizada, fora da fraternidade corpórea dos irmãos, não é "pão espiritual". Portanto, a Ceia, com seus elementos físicos, transforma-se em "meio de graça" no ágape interativo dos filhos por intermédio de Cristo na unidade fraterna à Mesa do Senhor.

O PÃO ESCATOLÓGICO

A petição pode, perfeitamente, estar dizendo: O pão da vida futura, dá-nos hoje, isto é, antecipa, de alguma forma, para o cotidiano da Igreja, o alimento do banquete eterno, o maná do céu (Lc 22.30; Mt 26.29; Ap 2.17). A súplica do pão celeste escatológico, sem duvida, fazia parte das esperançosas petições da Igreja, na sua ansiedade pela vinda do promissivo Reino, onde não mais haverá fome, nem sede, nem carência alguma. **Maranata!**

Os animais destinados ao abate são tratados com alimentação adequada, rica em carboidratos, pois as suas vidas destinam-se ao consumo. Lema: viver bem para morrer logo. Os materialistas vivem como esses animais: alimentados para morrer: "Comamos e bebamos, porque amanhã, morreremos". Há muitas pessoas, a maioria, são extremamente cuidadosas com o corpo: alimentação sofisticada, requintada; bebidas finas; prazeres sensoriais e sexuais; conforto; luxo; posição social; garantia econômica para a velhice. Essas pessoas gastam a vida no hedonismo e no ludinismo, supondo que a vida se resume à existência física. Depois, certamente, chorarão ininterruptamente na eternidade, como aconteceu com o rico da parábola (Lc 16). No estágio preparatório, a atual peregrinação terrena, pessoas do tipo descrito anteriormente preparam-se para si mesmas, esquecendo-se de que temos a obrigação de nos preparar para Deus, pois somos seus servos, e a vida verdadeira e de qualidade nos está reservada no reino eterno do Cordeiro.

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 50

QUARTA PETIÇÃO: O pão de cada dia

Pergunta 125: "Qual é a quarta petição?"

Resposta: " O pão nosso de cada dia dá-nos hoje. Em outras palavras: Digna-te prover-nos do necessário ao corpo (Sl 145.15; 104.27; Mt 6.26), para que reconheçamos que tu és a única fonte de tudo o que é bom (Tg 1.17; At 14.17; 17.25), e que, sem tua bênção, nem nossos cuidados, nem trabalho, nem mesmo os dons que nos concedes podem proporcionar-nos qualquer real benefício (I Co 15.58; Dt 8.3; Sl 37.16; 127.1,2). Portanto, retiremos nossa confiança de todas as criaturas e a depositemos exclusivamente em ti" (Sl 55.22; 62.10; 146.3; Jr 17.5,7).

Síntese

1- A alimentação dos filhos é dever do pai. Deus é nosso Pai e, como tal, cuida de nós com zelosíssimo amor. Ele providenciou todos os meios naturais para a alimentação física de seus filhos. Deu-lhes também todos os instrumentos e recursos para a preservação de suas vidas ao longo das gerações. A nossa nutrição seria

impossível sem a existência dos elementos e os mecanismos providenciais e naturais de produção: O solo, a água, a luz, o ar. Com a operação conjugada de tais elementos temos a fauna e a flora, miraculosas dádivas de Deus, que o homem recebeu gratuitamente, e está exterminando.

2- O crente reconhece a indispensável providência divina na manutenção, preservação e proteção da humanidade, e agradece tudo ao Criador e Preservador de todas as coisas. Mais ainda, suplica-lhe a graça do pão diário: a habitação, a alimentação, a medicação, a educação e a indumentária.

3- A nossa dependência não é da natureza, mas de Deus. Dependemos de nosso Pai celeste como o recém-nascido depende de sua mãe; somos incapazes de viver sem o misericordioso amparo da mão de Deus.

4- O pão de cada dia inclui a nutrição espiritual, que nos é indispensável. Infeliz aquele que dela descuida. O aniquilamento de nossa espiritualidade é mais grave e de conseqüências mais danosas do que o depauperamento de nosso físico, porque a vida biológica é transitória, mas a espiritual é eterna. Quem não cuida do eterno, morre com o transitório.

O PÃO COTIDIANO

a- **Significado.** O termo que aparece na quarta petição, aqui traduzido por "cada dia", é "epiousios", usado somente na Oração do Senhor tanto em Mateus como em Lucas e pode significar, conectado com a palavra pão (artos): O necessário de cada dia; o indispensável à existência; o de amanhã garantido hoje; a ração exclusiva de hoje; o pão diário entregue hoje; o pão do futuro para hoje. O catolicismo ensina que o fiel, nesta petição, suplica a dádiva do pão eucarístico, o objetivo alimento espiritual que lhe chega à vida pelas mãos da Igreja.

b- **Pão material.** O conteúdo material da petição é inegável, mas nosso Pai celeste não quer que transformemos o "hoje" de nossa existência numa luta fóbica para acúmulo de riquezas, supondo que a segurança de hoje e a garantia de amanhã residem no binômio: Ganho e poupança. Não somos escravos de Mamom; somos filhos de um Pai que, realmente, cuida de nós, dando-nos, na medida certa, nossa porção diária. A idéia é a da mãe que mede os mililitros diários da mamadeira do filho, aumentando a medida na proporção de seu crescimento, conforme suas necessidades diárias; nem mais nem menos. Assim, dependemos inteira e exclusivamente de Deus como crianças recém-nascidas dependem de seus pais: "Vosso Pai sabe o de que tendes necessidades, antes que lho peçais"(Mt 6.8). "Portanto, não vos inquieteis com o dia de amanhã, pois o amanhã trará os seus cuidados; basta ao dia o seu próprio mal"(Mt 6.34). Com esta petição, pois, Jesus deseja estabelecer a irrestrita confiança no Pai celeste e a estrita dependência dele da parte de todos os seus verdadeiros filhos. Como a natureza depende de Deus, também nós, embora com a grandeza de imagens e semelhanças de nosso Criador, dele dependemos (Mt 6.25-34). O crente goza, na qualidade de filho, da providência especial de seu Senhor; os homens naturais beneficiam-se de suas bênçãos gerais: "Porque ele faz nascer o sol sobre maus e bons, e vir chuvas sobre justos e injustos" (Mt 5.45).

O PÃO ESPIRITUAL

Jesus é pão espiritual nosso de cada dia, não o que nós queremos, pedimos ou procuramos, mas o de que necessitamos, conforme o amor, o conhecimento e a providência do Pai: "Eu sou o pão da vida" (Jo 6.48). "Eu sou o pão vivo que desceu do céu; se alguém dele comer viverá eternamente; e o pão que eu darei pela vida do mundo é a minha carne"(Jo 6. 51). E a Igreja, salva pelo Cristo vicário, alimenta-se diariamente com a Palavra de Deus e, nutrida, nutre os seus membros, pois "nem só de pão vive o homem, mas de toda palavra que sai da boca de Deus" (Mt 4.4).

O ALIMENTO EUCARÍSTICO

Os elementos físicos da Santa Ceia, fora do contexto litúrgico do culto a Deus em espírito e em verdade, nada significam, nenhum poder intrínseco possuem, mesmo depois de consagrados por um sacerdote; são sinais externos e símbolos visíveis da graça invisível da redenção. Eis porque somente os regenerados, os que sabem discernir o corpo por testemunho interno do Espírito Santo, é que podem participar da Ceia do Senhor, recebendo o alimento espiritual. Quem não é templo do Espírito e membro do corpo de Cristo não está credenciado a ser partícipe da Ceia do Senhor, a menos que o faça indignamente, comendo juízo para si (I Co 11. 29). A Mesa eucarística significa comunhão fraternal. Ceia individual ou individualizada, fora da fraternidade corpórea dos irmãos, não é "pão espiritual". Portanto, a Ceia, com seus elementos físicos, transforma-se em "meio de graça" no ágape interativo dos filhos por intermédio de Cristo na unidade fraterna à Mesa do Senhor.

O PÃO ESCATOLÓGICO

A petição pode, perfeitamente, estar dizendo: O pão da vida futura, dá-nos hoje, isto é, antecipa, de alguma forma, para o cotidiano da Igreja, o alimento do banquete eterno, o maná do céu (Lc 22.30; Mt 26.29; Ap 2.17). A súplica do pão celeste escatológico, sem dúvida, fazia parte das esperançosas petições da Igreja, na sua ansiedade pela vinda do promissivo Reino, onde não mais haverá fome, nem sede, nem carência alguma. **Maranata!**

Os animais destinados ao abate são tratados com alimentação adequada, rica em carboidratos, pois as suas vidas destinam-se ao consumo. Lema: viver bem para morrer logo. Os materialistas vivem como esses animais: alimentados para morrer: "Comamos e bebamos, porque amanhã, morreremos". Há muitas pessoas, a maioria, são extremamente cuidadosas com o corpo: alimentação sofisticada, requintada; bebidas finas; prazeres sensoriais e sexuais; conforto; luxo; posição social; garantia econômica para a velhice. Essas pessoas gastam a vida no hedonismo e no ludinismo, supondo que a vida se resume à existência física. Depois, certamente, chorarão ininterruptamente na eternidade, como aconteceu com o rico da parábola (Lc 16). No estágio preparatório, a atual peregrinação terrena, pessoas do tipo descrito anteriormente preparam-se para si mesmas, esquecendo-se de que temos a obrigação de nos preparar para Deus, pois somos seus servos, e a vida verdadeira e de qualidade nos está reservada no reino eterno do Cordeiro.

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 51

QUINTA PETIÇÃO: O perdão divino.

Pergunta 126: Qual é a quinta petição?

Resposta: “Perdoa-nos as nossas dívidas, assim como nós temos perdoado aos nossos devedores”. *Em outras palavras: Pelo precioso sangue de Jesus Cristo digna-te não imputar-nos, a nós pobres pecadores, nossos pecados, nem a maldade que está arraigada em nós (Sl 51.1; 143.2; I Jo 2.1; Rm 8.1), assim como nós sentimos, por este testemunho de tua graça, o firme propósito de perdoar, de todo coração, o nosso próximo” (Mt 6.14).*

Síntese

1- O termo “dívidas,” em lugar de “ pecados” ou “ofensas,” é a maneira judaica de falar. O pecador é um devedor inadimplente de Deus. *Perdão de pecados e perdão de dívidas* são expressões equivalentes, não havendo qualquer contradição de conteúdo entre Mateus 6.12 e Lucas 11.4; mesmo porque Lucas, no final da petição, estabelece paralelo sinonímico de “pecado” com “dívida”: *Pois nós também perdoamos a todo o que nos deve.*

2- Cristo quitou nossas dívidas na cruz com sua morte expiatória (Cl 2.14 cf I Jo 1.7). Continuamos pecando, mas não mais para a morte (I Jo 5.16); isto é, o redimido não comete pecados de rebeldias conscientes contra Deus ou de apostasias contumazes. Seus pecados são conseqüências de suas fraquezas naturais e do germe do pecado original que permanece nele. Por estes, e na condição de salvo, ora: *Perdoa nossas dívidas, assim como nós temos perdoado aos nossos devedores.* A natureza dos pecados fatuais do regenerado não é a mesma, nem com gravidade semelhante, ao cometido pelo réprobo. O filho erra contra seu Pai celeste; sofre a conseqüente disciplina, mas não perde a condição de filho, de eternamente admitido no aprisco do Salvador (Cf Hb 12.4-13). Parece contradição, pois somos perdoados definitivamente por Deus em Cristo Jesus, mas continuamos carecendo de perdão diário, porque a nossa relação de redimidos com o Pai celeste é sempre marcada de infidelidades de nossa parte, e nossa obediência às suas ordenanças é perigosamente imperfeita.

3- Deus não nos perdoa na medida em que perdoamos nossos devedores; isto é, o parâmetro do perdão divino não é o humano, porque o homem não pode perdoar pecados de seus semelhantes. Todo pecado é contra Deus, e somente ele tem poder de perdoá-lo. Rigorosamente falando, o pecado é ofensa a Deus. E ele, embora ofendido, perdoa-nos, porque não perdoou a si mesmo, quando na Segunda Pessoa da Trindade fez-se pecador em nosso lugar, merecendo a morte por nós. Na verdade, nossos pecados são quitados na maravilhosa pessoa de Cristo Jesus; não sendo, por isso, imputados a nós, os seus eleitos redimidos. Tal obra expiatória o homem não realiza em favor do próximo e, portanto, não pode perdoar-lhe os pecados. A petição trata da relação de filhos regenerados com seu Pai celeste, contra o qual sempre comete falhas e sempre recebe perdão ou disciplina. Na convivência com o mesmo Pai estão muitos irmãos, contra os quais podemos errar, e eles cometerem erros contra nós. Assim como somos perdoados, devemos perdoá-los, não somente sete vezes, mas setenta vezes sete.

Em suma: A pena cominada à humanidade condenada na pessoa do primeiro homem foi a morte, e esta matou Jesus Cristo em nosso lugar, deixando-nos livres dos pecados mortais, mas conservando em nós a propensão aos pecados perdoáveis, que são rebeldias de filhos adotivos contra seu Pai eterno. Somos pecadores; carentes do perdão de Deus; mas pecadores justificados, isto é, rebeldes sim, mas na condição permanente de filhos de um Pai justo e amoroso.

Os pecados perdoáveis, ou são confessados e perdoados por Deus, ou são corrigidos mediante a disciplina corretiva do Pai zeloso (Cf Hb 12.4ss). Os pecados fatuais dos justificados não os matam, pois Cristo eliminou-lhes o poder mortífero, mas os seus danos temporais permanecem, ferindo-lhes doridamente o coração de filhos.

Os réprobos pecam porque são de natureza pecaminosa. Não pedem perdão, pois julgam não necessitarem da comiseração divina, pois julgam “estarem certos”, não tendo obediência a dar a nenhum ser superior. Estão “felizes” em serem livres para pecar sem qualquer correção divina.

A força vital da Igreja de Cristo é o perdão: perdão recebido de Deus; perdão concedido aos irmãos faltosos.

Oração dos redimidos

Não se deve esquecer, para melhor compreender, que a Oração do Senhor é um modelo deixado por Jesus Cristo para uso da Igreja e de cada um de seus membros. Não se destina, pois, aos ímpios, jamais dispostos à santificação do nome de Deus, nunca predispostos a se tornarem instrumentos da vontade divina, não condicionados a se reconhecerem pecadores carentes da misericórdia e da graça do Salvador, que não têm. Trata-se, portanto, do perdão como exercício normal, natural, sistemático, diário e permanente dos perdoados, dos que formam a grande fraternidade de Cristo, a comunhão dos santos. Jesus teve o cuidado de não usar a palavra "pecado" (hamartia), mas "dívida" ou "débito" (opheilêmata, ac. pl. de opheilema), conforme as melhores traduções. Pecamos unicamente contra Deus. Contra nosso irmão e nosso semelhante cometemos delitos e faltas, e eles contra nós. Perdoá-los é dever nosso. Não perdoá-los é indisciplina conturbadora da ordem comunitária, é ofensa a Deus. O regenerado incompassivo sofre, com certeza, a correção de seu Pai celeste: "Filho meu, não menosprezes a correção que vem do Senhor, nem desmaies quando por ele és reprovado; porque o Senhor corrige a quem ama, e açoita a todo filho a quem recebe. É para disciplina que perseverais (Deus vos trata como a filhos); pois, que filho há a quem o pai não corrige? Mas se estais sem correção, de que todos se têm tornado participantes, logo sois bastardos e não filhos. Além disso, tínhamos os nossos pais segundo a carne, que nos corrigiam, e os respeitávamos; não havemos de estar em muito maior submissão ao Pai dos espíritos, e então viveremos? Pois eles nos corrigiam por pouco tempo, segundo melhor lhes parecia; Deus, porém, nos disciplina para aproveitamento, a fim de sermos participantes da sua santidade" (Hb 12.5-10). O imenso e vicário perdão de Deus, efetivado por Jesus Cristo na cruz, gerou a Igreja, comunidade de perdoados e de perdoadores, de filhos desafiados a perdoarem seus irmãos, por erros e falhas, não somente até sete vezes, mas até setenta vezes sete, isto é, ilimitadamente (Mt 18.21,22). Quem recebeu um perdão imensurável deve ficar condicionado a perdoar o seu próximo. O mais que ele possa nos dever, é mínimo diante

do que devíamos a Deus. Vejam, para melhor compreensão, a parábola de Jesus em Mateus 18. 23 - 35.

Pedido e confissão

A Igreja, filha do perdão divino, pela quinta petição da Oração do Senhor, reconhece-se pecadora; contínua devedora inadimplente de seu Salvador; isto é, sem mérito algum. E cada membro seu, embora saiba que sua dívida seja irredimível por recursos próprios, tem consciência plena de que recebeu o perdão completo de todo o seu débito e, por isto mesmo, vive cheio de gratidão a Jesus Cristo e disposto a perdoar as pequenas dívidas de seus irmãos e semelhantes. Quem não se reconhece devedor a Deus não ora a prece que o Mestre ensinou com sinceridade devocional.

As chaves do Reino

Cristo outorgou à sua Igreja, comunidade dos perdoados, o dom de perdoar, de declarar os débitos de membro devedor cancelados e, portanto, sua comunhão restabelecida; ou não perdoar, especialmente os devedores reincidentes, recalcitrantes e contumazes. E Jesus estabeleceu, portanto, os ministérios individual, grupal e coletivo de perdão no âmbito da Igreja local. Eis o seu ensino: "Se teu irmão pecar, vai argüi-lo entre ti e ele só. Se ele te ouvir, ganhaste a teu irmão. Se, porém, não te ouvir, toma ainda contigo uma ou duas pessoas, para que, pelo depoimento de duas ou três testemunhas, toda palavra se estabeleça. E, se ele não os atender, dize-o à Igreja; e, se recusar ouvir também a Igreja, considera-o como gentio e publicano. Em verdade, em verdade vos digo que tudo o que ligardes na terra, terá sido ligado no céu, e tudo o que desligardes na terra, terá sido desligado no céu" (Mt 18.15-18). A Igreja, pois, por seu ministério especial, recebeu de Cristo o "múnus" de "declarar" perdoado um membro faltoso, mediante a submissão às Escrituras Sagradas e às autoridades eclesíásticas, o reconhecimento de suas faltas e seu arrependimento sincero. Nós, ministros, perdoamos, ou devemos perdoar, exatamente como somos perdoados. O exercício do perdão é um dos mais árduos ministérios da Igreja, e ela somente pode exercê-lo por meio de ministros realmente perdoados e, por esta razão, habilitados a perdoar os penitentes perante a Igreja ou negar o perdão aos impenitentes, aos que não podem continuar na comunhão dos redimidos, fechando-lhes as portas do reino tanto pela palavra do Evangelho como pelas censuras (Ver Confissão de Fé de Westminster, Cap. XXX, Item II).

A Igreja só pode ser a comunidade dos que perdoam, se for a comunhão dos perdoados.

CATECISMO DE HEIDELBERG - DOMINGO 52

SEXTA PETIÇÃO - A TENTACÃO

Pergunta 127: "Qual é a sexta petição?"

Resposta: "Não nos deixes cair em tentação, mas livra-nos do mal. Em outras palavras: Sendo tão frágeis, que, por nós mesmos, não podemos subsistir um só momento (Jo 15.5; Sl 103.14), e tendo inimigos poderosos e mortais como: Satanás (I Pe 5.8; Ef 6.12), o mundo (Jo 15.19) e nossa própria carne (Rm 7.23; Gl 5.17),

que continuamente militam contra nós, digna-te sustentar-nos e fortificar-nos pelo poder de teu Espírito Santo, para que valentemente os possamos resistir sem nos sucumbirmos neste combate espiritual, e cheguemos à vitória final" (I Ts 3.13; 5.23).

SÍNTESE

1- O homem é tentado por sua própria natureza, cujos sentidos o colocam em contato com o mundo externo, carregado de estímulos, alguns humanamente irresistíveis. A ânsia de ter, mais que de ser; o impulso sexual; os desejos sensoriais; os temperamentos individuais; os desafios sociais; as demandas de sobrevivência são situações naturais ou contingenciais, que pressionam o ser humano continuamente. As tentações inserem-se no universo significativo e existencial da pessoa humana inarredavelmente. Tentado forte e persistentemente, o servo de Deus tem de socorrer-se da misericordiosa proteção divina para não se perder.

2- Além das contingências naturais, o cristão verdadeiro ainda tem de enfrentar as tentações espirituais e morais, que lhes são impostas pelo tentador, o adversário implacável de Deus e de seu povo (I Pe 5.8; Ef 6.12).

3- O cristão vive no meio das tentações; e há tentação inculcada no seu interior. Ele não cai, porque tem a proteção divina, na condição privilegiada de filho de Deus por adoção em Cristo Jesus. Por outro lado, o Espírito Santo, que habita a Igreja e cada um dos seus membros, impede a queda definitiva dos eleitos do Pai, mas lhes permite tropeços e derrapagens, algumas dolorosas.

Pergunta 128: "E como se conclui a oração?"

Resposta: *"Pois teu é o reino, o poder e a glória para sempre." Isto quer dizer: Pedimo-te tudo isto porque, sendo nosso Rei Todo-Poderoso, podes e queres conceder-nos toda sorte de bem (Rm 10.12; II Pe 2.9), e tudo para que, não a nós, mas ao teu santo nome seja toda glória (Jo 14.13; Jr 33.8,9; Sl 115.1) por todos os séculos."*

SÍNTESE

1- A doxologia final, comum no encerramento das orações judaicas, serve para sintonizar o início da oração com o seu fim: O Pai, que está nos céus, é Rei majestoso, poderoso e glorioso.

2- O desfecho da oração dá-nos o exato entendimento de que, na qualidade e condição de filhos, apoiamo-nos em uma paternidade celeste infinitamente competente para conceder-nos todos os nossos pedidos, não segundo nossos desejos, mas conforme a soberana vontade do Rei dos reis, Pai de seus humildes príncipes peticionários.

Pergunta 129: "Que significa a palavra: Amém."

Resposta: *"Amém significa: Realmente assim será. Isto porque minha oração é mais corretamente entendida e ouvida por Deus do que o meu coração me revela sobre o que verdadeiramente dele desejo" (II Co 1.20; II Tm 2.13).*

SÍNTESE

- 1- A palavra “amém”, que significa “assim seja”, tem por objetivo submeter nossa vontade parcial e, por vezes, desorientada, à soberana vontade do Pai celeste.
- 2- Oramos, seguindo o entendimento de nós mesmos e do mundo circundante, nem sempre correto e nunca completo ou perfeito. Por isso, é necessário que nossas petições sejam submetidas à avaliação e ao veredito finais do Deus onisciente e onipotente; e isto fazemos com uma única palavra, mas plena de significado: Amém.

Não nos deixes cair em tentação

O significado desta petição é: Não nos deixes cair, quando testados. Todos os seres humanos são tentados, justos e ímpios, mas os eleitos regenerados, além da tentação, são testados por Deus para que lhes sejam provadas, comprovadas e confirmadas a fé e a fidelidade. Jesus foi levado pelo Espírito ao deserto para ser tentado pelo Diabo (Mt 4.1). O que ali se viu, porém, foi um homem extremamente tentado, mas não vencido. Também, do Getsêmani ao Calvário, nosso Senhor foi submetido a uma crise inigualável, mas conservou a submissão e a fidelidade ao Pai para preservar a obra messiânica, a redenção dos homens, então ameaçada. Abraão tornou-se o Pai da fé depois de testado por Deus e livre de ato pecaminoso em consequência da provação, quando compungido a sacrificar o único filho. Todo crente verdadeiro passa por provações e sai delas aprovado e fortalecido em sua fé. Contudo, as provações são diferentes das tentações; estas sempre induzem ao pecado, à desobediência ao Salvador. Por outro lado, não se deve confundir provação e tentação com disciplina, que é a correção do Pai ao filho amado por falta cometida, "porque o Senhor corrige a quem ama, e açoita a todo filho a quem recebe", "mas, se estais sem correção, de que todos se têm tornado participantes, logo, sois bastardos, e não filhos" (Hb 12. 6, 8).

Também o crente, por suas fraquezas, preferências e desejos, pode jogar-se em situações por si mesmas tentadoras. Deus disse a Abraão que saísse de sua terra e do meio de seus parentes, mas ele desobedeceu, levando o sobrinho Ló, que lhe causou muitíssimos problemas. O casamento misto pode ser, e geralmente é, a criação de um estado tentador, que tem levado muitos servos e servas de Deus ao abandono de sua família da fé. Muitas sociedades de regenerados com irregenerados acabam enfraquecendo e até corrompendo o crente. Temos, pois de suplicar a Deus para que, tentados, e sempre o somos, não caiamos. Que Cristo interceda por nós como intercedeu em favor de Pedro, quando o Diabo cirandou com ele, como se cirando o trigo na peneira. Deus não nos livra *da tentação*; livra-nos *na tentação*. O tentador tenta os filhos de Deus, mas não tem permissão de derrotá-los.

MAS LIVRA-NOS DO MAL

A melhor tradução seria: "Mas livra-nos do maligno", embora, linguisticamente, "mal" se justifique. Cremos que o Divino Mestre tenha colocado na boca da Igreja, que não pode servir a dois senhores, a petição para que Deus a livre do Maligno, que não somente nos tenta dia e noite com o objetivo de nos induzir ao pecado, mas vive insistindo com nosso Pai celeste para que lhe sejamos entregues, como fez com Jó (Jó 1.6-12) e Pedro (Lc 22.31,32). Ambos sofreram muito, mas Deus não lhes permitiu a queda. O Diabo pode ser usado por Deus para testar um

eleito redimido; jamais, porém, lhe roubará a herança eterna da redenção. Também um eleito faltoso pode ser entregue temporariamente ao maligno, sendo por este submetido a horríveis sofrimentos, mas sem perda da salvação. Vejam o que Paulo sentencia a um incestuoso da Igreja de Corinto: "Eu, na verdade, ainda que ausente em pessoa, mas presente em espírito, já sentenciei, como se estivesse presente, que o autor de tal infâmia seja, em nome do Senhor Jesus, reunidos vós e o meu espírito, com o poder de Jesus, nosso Senhor, entregue a Satanás para a destruição da carne, a fim de que o espírito seja salvo no dia do Senhor" (I Co 5.3- 5). Dentro do corpo espiritual não pode haver carnalidade. Evitar os ambientes, as situações, quando possível, e as pessoas carregadas de malignidade, buscando o bem e os bons, é ,sem dúvida, ser previdente contra o mal, e Deus nos ajudará.

DOXOLOGIA FINAL

Era praxe litúrgica, tanto na Igreja do Velho Testamento como na do Novo, encerrar as orações com uma doxologia, seguida ou não de Amém. Embora não se registre em muitos documentos, a doxologia da Oração do Senhor justifica-se por: a- Ser uma conclusão litúrgica tradicional, desde os tempos mais primitivos da Igreja (Ver Didachê, VIII,2). b- Ter indiscutível apoio bíblico quanto ao uso de doxologias (I Cr 29.11; Ne 9.5; finais dos Salmos 145-150; Jo 8.50; 17.4; I Co 10.31; II Tm 4.18; Ap 1.6; 4. 11; 5.12,13; 19.1-8). c- Ligar o começo da Oração ao seu fim pelo reconhecimento da majestade divina. d- Transformar a Oração Dominical em uma prece coletiva realmente litúrgica e de profunda reverência. Se Cristo, por sua palavra direta, não acrescentou o final doxológico, foi certamente por inspiração do Espírito Santo a sua inclusão, pois verdadeiramente fornece uma conclusão lógica, adequada e harmonizante da Oração.